

CONFLITOS NO
**CAMPO
BRASIL**

2016



**CONFLITOS NO
CAMPO
BRASIL**
2016



Expediente

Conflitos no Campo Brasil 2016
É uma responsabilidade do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Rua 19, no 35, 1º andar – Centro - 74030-090
Goiânia-GO
Fone: (062) 4008-6466 Fax: (62) 4008-6405
Endereço eletrônico: cpt@cptnacional.org.br
Site: www.cptnacional.org.br

Comissão Pastoral da Terra é um organismo ligado à Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da CNBB.

A CPT é membro da Pax Christi Internacional

Goiânia, abril de 2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Conflitos no Campo – Brasil 2016 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2016. 232 páginas: fotos, tabelas
Vários autores.
Indexado na Geodados – www.geodados.uem.br
ISSN 1676-661X

1. Violência no Campo. 2. Conflitos no Campo. 3. Reforma Agrária. 4. Direitos Humanos e Legislação Ambiental. I. Canuto, Antônio; coord. II. Luz, Cássia Regina da Silva, coord. III. Andrade, Thiago Valetim Pinto, coord. IV. Comissão Pastoral da Terra V. Título

Diretoria da CPT

D. Enemésio Ângelo Lazzaris – Presidente
D. André Marie Gerard Camilla de Witte – Vice-presidente

Coordenação Executiva Nacional

Jean Ann Bellini
Paulo César Moreira dos Santos
Ruben Alfredo de Siqueira
Thiago Valentim Pinto Andrade

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Cássia Regina da Silva Luz
Márcio Antônio Cruzeiro
Múria Carrijo Viana
Paula Pereira
Thays Pereira Oliveira Rodrigues

Conselho Editorial

Secretaria Nacional

Antônio Canuto
Cássia Regina da Silva Luz
Cristiane Passos Melo e Silva
Elvis Fagner Ferreira Marques
Márcio Antônio Cruzeiro
Múria Carrijo Viana
Paula Pereira
Thays Pereira Oliveira Rodrigues

Regionais

Leila Cristina Lemes dos Santos Moraes – Goiás
Sisto Magro – Amapá
Célio Lima/Daniela Dias de Souza/Darlene Braga Martins/Sara Braga Martins/Rafael Lima dos Santos – Acre
Edmundo Rodrigues Costa/Evandro Rodrigues dos Anjos/Dácio Alves Pereira – Araguaia/Tocantins
Ronilson Costa/Diogo Diniz Ribeiro Cabral- Maranhão
Andréia Aparecida Silvério dos Santos/José Batista Gonçalves Afonso – Pará
José Iborra Plans/Maria Petronila Neto – Rondônia
José Valmeici de Souza – Santa Catarina
Dirceu Fumagalli/Isabel Cristina Diniz/Juvenal José da Rocha- Paraná
Ilza Franca – Ceará
Maria Clara Ferreira Motta - Amazonas
Leticia Aparecida Rocha – Minas Gerais
Elizabeth Fátima Flores – Mato Grosso
Marluce Melo/Renata Costa Cezar de Albuquerque/Renata Érica de Figueiredo Ataíde – Nordeste (AL, PB, PE e RN)
Altamiran Lopes Ribeiro/Gregório Francisco Borges – Piauí
Roseilda Cruz da Conceição – Bahia
Roberto Carlos de Oliveira – Mato Grosso do Sul
Wilson Dallagnol – Rio Grande do Sul

Assessoria

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Geógrafo - Unesp
Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves
Geógrafo – UFF
Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa
Sociólogo – UFG

Assessoria Administrativa

Tânia Maria Rocha de Oliveira
Elídia Moraes Aguirre

Revisão

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino e Setor de Comunicação da Secretaria Nacional

Diagramação:

Valivaldo da Silva Souza

Seleção de fotos

Cristiane Passos Melo e Silva

Foto Capa

Arquivo MST

Arte da Capa

Bruno Santiago e Giovana Ruiz

Organização e seleção de documentos

Flávio Marcos Gonçalves de Araújo

Apoio:

PPM Pão Para o Mundo
CCFD Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement
D&P Development and Peace
Misereor

É bom lembrar...

Que, em 2016, completaram-se 800 anos da fundação da Ordem dos Pregadores, conhecida também como Ordem dos Dominicanos. A CPT contou entre seus fundadores com os dominicanos Dom Tomás Balduino e Dom Celso Pereira de Almeida. Até hoje tem a contribuição de agentes e colaboradores da família dominicana.

Que, em 2017, se comemoram os 500 da Reforma Protestante. Esta reforma marcou uma ruptura na Igreja e para além dela, provocando para uma fidelidade maior ao Evangelho. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB - sempre teve uma atuação forte na CPT. Durante vários anos, o vice-presidente foi um pastor desta igreja.

Que há 100 anos o mundo capitalista sofreu um forte abalo com a Revolução Russa, em 1917, que levou a milhões de pessoas benefícios sociais, antes negados. O próprio capitalismo se viu obrigado a adotar reformas que mitigassem um pouco as consequências da exploração do trabalho.

In Memoriam

Manoel Monteiro dos Santos

Poeta, fundador do STTR de Vazante/MG e divulgador entusiasta do jornal Pastoral da Terra, desde a primeira edição, por acreditar que a publicação contribuía com a formação da consciência crítica dos trabalhadores e trabalhadoras da terra. Morreu no dia 05 de fevereiro de 2016.

Alvimar Ribeiro dos Santos, o Alvimar da CPT

Companheiro fiel e comprometido com as causas e lutas populares. Homem simples, de fé profunda e vida colocada a serviço do Reino de Deus. Há 34 anos atuava na CPT, que ele ajudou a criar. Todas as lutas populares, sociais e políticas da região tiveram em Alvimar um companheiro fiel e decidido. Morreu no dia 19/08/2016.

Jean Pierre Leroy

Educador Popular, francês naturalizado brasileiro. Sua atuação na Amazônia, iniciada em 1971, foi inspiradora da ação da CPT, como pastoral popular inserida no cotidiano de trabalho e da luta das comunidades camponesas. Faleceu aos 77 anos, no dia 10/11/2016.

Antônio Cechin

Fundador da CPT no Rio Grande do Sul; inspirador e animador das Romarias da Terra no estado. Sua história de vida se confunde com a história da Igreja comprometida com os pobres. Morreu aos 89 anos, no dia 16/11/2016.

SUMÁRIO

Apresentação	9
Metodologia	11
Tabela 1 – Comparação dos Conflitos no Campo Brasil – 2007 – 2016.....	23

CONFLITOS NO CAMPO

Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas	26
<i>Leonardo Boff</i>	
Tabela 2 – Conflitos no Campo Brasil.....	31
Os cerrados e os fronts do agronegócio no Brasil.....	74
<i>Carlos Walter Porto-Gonçalves, Danilo Pereira Cuin, Alexander Panez, Marlon Nunes da Silva, Marcela Burger Sotto-Maior, Leandro Leal</i>	

TERRA

Ataques aos direitos dos povos do campo: as ações do legislativo e executivo federal	88
<i>Marco Antonio Mitidiero Junior, Lucas Araújo Martins, Ana Mikaelly dos Santos Silva, André Paulo do Nascimento</i>	
Tabela 3 – Violência contra Ocupação e a Posse (síntese)	105
O Território da Amazônia em Disputa	106
<i>Darlene Braga, Célio Lima da Silva, Gilson Rego, Karen Lima, Valéria Pereira Santos, Ronilson Costa, Laurindo Lazaretti, Valdsandro de Lima Campos, Sisto Magro, Élder Andrade de Paula</i>	
Tabela 4 – Conflitos por Terra (síntese).....	110
2016 sob o signo da violência.....	111
<i>Antônio Canuto</i>	

ÁGUA

Crítica à transformação capitalista da água em mercadoria: águas para a vida, não para a morte	120
<i>Claudemir Martins Cosme</i>	
Tabela 5 – Água (síntese).....	132

TRABALHO

As ocorrências de trabalho escravo relativizam a visão triunfalista da chamada “modernização da agricultura”	134
<i>Alfredo Wagner</i>	
Tabela 6 – Conflitos trabalhistas (síntese)	141

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

Tabela 7 – Violência contra a Pessoa (Síntese)	144
Vi a opressão do meu povo – um olhar pastoral do conflitos no campo Brasil	145
<i>Anna Maria Rizzante e Sandro Gallazzi</i>	
Tabela 8 – Assassinatos	151
A lama que mata.....	154
<i>Joka Madruga e Thomas Bauer</i>	
Tabela 9 – Tentativas de Assassinato	158
Massacre de Caarapó: ao invés de fazendeiros, indígenas podem ser presos	160
<i>Conselho Indigenista Missionário – MS</i>	
Tabela 10 – Ameaças de morte	168
Juiza diz que trabalhadores são “viciados” e defende retenção de documentos	174
<i>Piero Locatelli</i>	

MANIFESTAÇÕES

Manifestações, Ocupações e Acampamentos: a dura resistência no campo e a necessidade de articular a luta, para alcançar a justiça fundiária	178
<i>Márcio Antônio Cruzeiro e Múria Carrijo Viana</i>	
Tabela 11 – Manifestações	187

Notas emitidas pela CPT e outros documentos

Notas	189
Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades	213
Fontes de Pesquisa	221

APRESENTAÇÃO

2016 foi um ano conturbado para o povo brasileiro. Sob um disfarçado manto de legalidade, desferiu-se um solene golpe contra a democracia, destituindo um governo legítimo, apesar de caótico, eleito pela maioria do povo brasileiro.

O que se buscava mesmo era entronizar nos altos escalões do poder central brasileiro um programa de governo com foco na restrição ao máximo de direitos conquistados pelas classes populares e na preservação de privilégios e lucro de quem sempre comandou os destinos de nossa nação. Outro foco era o de abrir espaço para o avanço do capital sobre pequenos nichos que ainda resistem a se incorporar e se submeter totalmente às leis do mercado “todo poderoso”.

Este programa de governo se consubstancia, como se pode ver nesta edição:

- Na série de Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Propostas de Emendas Constitucionais e Decretos que afetam diretamente povos e comunidades do campo e na nomeação de pessoas para altos cargos abertamente contrárias aos direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e de outras comunidades camponesas;
- na extinção de ministérios e autarquias que deviam se preocupar com os direitos humanos; e na diminuição de recursos e de pessoal para órgãos responsáveis por garantir algumas políticas sociais, como Funai, Incra, Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho, e outros;
- em mandados judiciais que enquadraram os movimentos sociais (de modo mais explícito o MST) como organização criminosa nos termos da lei 12.850/2013, como se viu em Goiás;
- em procedimentos judiciais, como no seringal Capatará no Acre, em que o mandado de reintegração de posse de 2.000 hectares se estendeu para aproximadamente 7.000; e em outros casos na identificação policial de cada família expulsa ou despejada de áreas ocupadas;
- na atribuição às vítimas das agressões e violências a responsabilidade pelo conflito. Lideranças indígenas foram indiciadas judicialmente, no conflito em Caarapó, MS, onde um índio foi assassinado e outros cinco saíram feridos;
- na tentativa de desqualificação das vítimas. “[Os] Trabalhadores são, em sua maioria, viciados em álcool e em drogas ilícitas, de modo que [...] gastam todo o dinheiro do salário, perdem seus documentos e não voltam para o trabalho, quando não muito praticam crimes”, esta é uma ilustrativa sentença proferida, em 2016, por uma Juíza do Trabalho de Santa Catarina contra a atuação dos fiscais do trabalho que resgataram 156 vítimas em condições análogas a trabalho escravo;

- na polêmica em torno à divulgação da Lista Suja do Trabalho Escravo em que a preocupação maior é como proteger os responsáveis pela exploração do trabalho em condições análogas ao trabalho escravo, não as pessoas que sofrem a exploração.

As nefastas consequências da adoção deste programa de governo para o campo saltam aos olhos, pois se traduziram em 2016 em números crescentes de violência e de conflitos:

- ✓ 61 assassinatos, mais de 5 por mês (entre as vítimas, 16 jovens de 15 a 29 anos, 01 adolescente e 06 mulheres). No quadro dos últimos 25 anos, número superior a esse só em 2003, com o registro de 73 assassinatos;
- ✓ 1.079 ocorrências de conflitos por terra, (ações em que há algum tipo de violência - expulsão, despejo, assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões etc). É o número mais elevado nos 32 anos de registros da CPT;
- ✓ 1.295 no total do conjunto dos conflitos por terra - soma de ocorrências, ocupações/retomadas, acampamentos - média de 3,8 conflitos por dia. Número mais elevado desde 2006;
- ✓ 172 conflitos pela água, número mais elevado desde quando a CPT iniciou o registro em separado destes conflitos em 2002;
- ✓ 1.536 conflitos no campo – soma de conflitos por terra, pela água e tra-

balhistas - média de 4,2 conflitos por dia. Número mais elevado desde 2008;

Essa violência avança, como em anos anteriores, para as novas áreas de expansão do capital, notadamente a Amazônia e o Cerrado.

Na Amazônia, se concentraram 57% das ocorrências de conflito, e 54% das famílias envolvidas em conflitos por terra. Como a região abriga só 12% da população brasileira pode-se ter uma noção da intensidade dos conflitos que lá ocorrem.

O Cerrado, nos lembra Carlos Walter Porto-Gonçalves, “principal área de expansão/invasão do agronegócio” ... “detém 14,9% da população rural do país, mas registrou 24,1% do total das localidades envolvidas em conflitos, o que lhes dá um índice de 1,67 ou seja, o número de conflitos é relativamente maior (67%) do que sua população”.

Leonardo Boff constata que “somos herdeiros de quatro sombras que pesam sobre nós e que originaram e originam a violência”. São: o nosso passado colonial violento, o genocídio indígena, a escravidão, “a mais nefasta de todas”, e a Lei de Terras que excluiu os pobres e afrodescendentes do acesso à terra, e os entregou “ao arbítrio do grande latifúndio, submetidos a trabalhos sem garantias sociais”.

2016 transcorreu debaixo destas sombras e elas penetram implacavelmente 2017.

METODOLOGIA

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde a sua criação em 1975, se defronta com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra o que se convencionou nomear como trabalhadores e trabalhadoras da terra, termo que engloba as mais diferentes e diversas categorias de camponeses, indígenas, assalariados rurais, comunidades tradicionais e pescadores artesanais que vivem em espaços rurais e têm no uso da terra e da água seu sistema de sobrevivência e dignidade humana¹. Desde o início também se faz o levantamento de dados sobre as lutas de resistência pela terra, pela defesa e conquista de direitos, e denuncia a violência por eles sofrida, por diversos meios, sobretudo através do seu Boletim.

Já no final dos anos 1970, promoveu uma pesquisa em âmbito nacional sobre os conflitos e a violência que afetavam os trabalhadores e suas comunidades. Os dados desta pesquisa incluíam até dezembro de 1982, sendo sistematizados e publicados, em 1983, no livro *CPT: Pastoral e Compromisso*, uma co-edição Editora Vozes/CPT. A partir de então, a CPT continuou a registrar sistematicamente os dados que eram publicados em seu Boletim. Em 1985 começou a publicar um relatório anual intitulado *Conflitos*

no Campo Brasil, com os registros das ocorrências de conflito e de violência sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras da terra.

Até 1988, os registros eram feitos à mão em fichas. Neste referido ano, já com acesso à informática, criou-se o primeiro banco de dados dBase, onde foram registrados os conflitos até 1999. Em 2000, houve uma reestruturação e criou-se o DataCPT; os dados foram migrados para SQL server. A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre os conflitos no campo em âmbito nacional. Com este trabalho formou um dos mais importantes acervos documentais sobre as lutas pela terra e formas de resistência dos camponeses, bem como sobre a defesa e conquista de direitos, que serve como fonte de seu banco de dados.

Os documentos se referem a conflitos ocorridos desde os anos de 1960. Ao iniciar a digitalização em 2008, a CPT priorizou aqueles referentes a conflitos já sistematizados em seus bancos de dados, ocorridos de 1985 a 2007. Enquanto aqueles referentes aos conflitos ocorridos entre 1960 a 1985 (antes do banco de dados) foram identificados, organizados em ordem cronológica e digitalizados sem sistematizar

¹ O Centro de Documentação Dom Tomás Balduino faz registros de conflitos, utilizando-se além dos termos citados neste parágrafo, dos seguintes termos: posseiros (principalmente na década de 1980), pequenos proprietários, parceiros, pequenos arrendatários, trabalhador rural, assentados, sem terra, garimpeiros e comunidades tradicionais (caícaras, camponeses de fecho e fundo de pasto, faxinalenses, geraizeiros, indígenas, marisqueiras, pescadores, quilombolas, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros), extrativistas (castanheiros, palmiteiros, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros). A categoria atingidos por barragens inclui comunidades tradicionais em geral, assentados, sem terra, camponeses, e outros. E as lideranças, sindicalistas, missionários/as, pastores/as, religiosos/as, agente pastoral, aliados, e ambientalista.

os dados. Os documentos referentes a conflitos a partir de 2008 são obtidos na forma digital, sistematizados e salvos no banco de dados Datacpt.

Com este processo de digitalização, a CPT disponibiliza o acervo pelo site: www.cptnacional.org.br, ou via Google Drive < goo.gl/TJ10G>.

Por que documentar?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas. Por fidelidade “[...] ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra, água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o setor de documentação. Em 2013 foi renomeado “Centro de Documentação Dom Tomás Balduino”.

A tarefa de documentar tem uma dimensão teológica, porque de acordo com a tradição bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores e trabalhadoras (Ex 3, 7-10). Esta luta é em si mesma um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.

Além deste aspecto, a CPT fundamenta seus registros em outras dimensões, que são: ética, política, pedagógica, histórica e científica.

Ética – porque a luta pela terra é uma

questão de justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.

Política – porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista de sua história.

Pedagógica – porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e a forjar a transformação necessária da sociedade.

Histórica – porque todo esforço e toda luta dos trabalhadores de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Científica – porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, mas para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores, em seu enfrentamento com o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos, mas de registrar a história da luta de uma classe que secularmente é explorada, excluída e violentada.

O que a CPT documenta?

Os procedimentos, metodologias, conceitos e variáveis temáticas apresentadas nos cadernos Conflitos no Campo Brasil foram construídos coletivamente, envolvendo as várias equipes de documentação e contando com a participação dos agentes de base da CPT e movimentos sociais

que atuam no espaço rural. Alguns conceitos foram assumidos pelo setor a partir da existência deles em leis, declarações, estudos, censos.

A CPT entende que questões ambientais e direitos humanos podem estar presentes em todos os conflitos cadastrados, sistematizados e analisados pelo Centro de Documentação.

1 Ambiente: Representa o conjunto dos elementos naturais em sua forma original e que, a partir da relação com o ser humano, sofre transformações, porém estas devem levar em consideração a possibilidade de sobrevivência da maioria das espécies de vida ali presente. A CPT considera que o conceito de natureza é socialmente construído (MONTIBELLER Filho, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2004; e, BELLEN, 2006), e o conceito de ambiente também. Neste sentido se faz necessário perceber qualquer ação que envolva humanos e natureza como uma relação entre as espécies viventes nos espaços (sejam eles físicos, culturais, econômicos, políticos e sociais). Neste sentido, quando identifica e apresenta a existência de um conflito no espaço rural, especificamente neste espaço, entende que há, também, um conflito ambiental.

2 Direitos humanos: A CPT, sendo signatária do Comitê Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA) assume compromisso com a lógica de que a conquista ou a agressão aos Direitos Humanos é situação integrante das várias condições de

vida dos trabalhadores e trabalhadoras da terra e de suas organizações nos espaços em que atuam. A Plataforma DHESCA tem como objetivo contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos, tendo por fundamento a Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988, o Programa Nacional de Direitos Humanos, os tratados e convenções internacionais de proteção aos direitos humanos ratificados pelo Brasil e as recomendações dos/as Relatores/as da ONU e do Comitê Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA)².

O Banco de Dados

As informações e os dados são organizados por meio de formulários temáticos do **Datacpt – Banco de Dados dos Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra** - e são digitados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito é elaborado um histórico que reúne todas as informações que lhe são características, dando-lhes condições de analisá-los.

É importante destacar que o processo de inserção e correção dos conflitos no campo é contínuo. Entre outras dimensões, isso quer dizer que após cada publicação anual é comum ocorrer registros de anos anteriores, dos quais o Centro de Documentação da CPT não teve conhecimento na época do fato.

A pesquisa documental “[...] vale-se de

² Maiores informações sobre a Plataforma ver no site os conceitos fundamentais dos Direitos humanos: http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=330:quem-somos&catid=46:organizacao&Itemid=134

materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” [...] (GIL, 2007, p. 66). Existem documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias e gravações.

Após a obtenção destes materiais o ato de “Documentar não é sinônimo de acumular textos e recortes [...]. Não é o caso também de armazenar, sem critério [...]”. Documentar é organizar o material que tem importância significativa para a pesquisa que se realiza. E essa importância está relacionada com o objetivo primeiro de seu estudo (ALMEIDA JÚNIOR, 2000, p. 111).

Para o Centro de Documentação da CPT, portanto, se tem três objetivos ao fazer a coleta de dados. 1. Buscar as fontes primárias de informações para construir o banco de dados (a partir de relatos e de informações obtidas com os agentes de base da CPT ou parceiros); 2. buscar fontes secundárias em jornais, documentos oficiais ou institucionais; 3. processá-las, sistematizando e analisando estes dados, transformando-os em denúncias de violações de direitos cometidos contra camponeses e suas organizações.

Critérios de inclusão e de exclusão

Como primeiros critérios de inclusão no banco de dados, tem-se que as informações são obtidas por meio de pesquisas primária e secundária. As primárias são feitas pelos agentes dos Regionais da

CPT e enviados à Secretaria Nacional, em Goiânia (GO). Além dos agentes da CPT, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrência, relatos repassados pelos movimentos sociais, igrejas, sindicatos e outras organizações e entidades diretamente ligadas à luta dos trabalhadores e trabalhadoras da terra. As pesquisas secundárias são realizadas por meio de levantamentos feitos em revistas, jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições, partidos e órgãos governamentais, entre outros. Uma vez identificando-se a existência de conflito nesses documentos a ocorrência é registrada.

Quando se percebe que os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT, considera-se a fonte primária como dado de registro. Ainda é importante destacar que com a ocorrência de vários conflitos em um mesmo imóvel, para evitar duplicações de dados, registra-se as ocorrências em cada data, e como o número de famílias pode variar, registra-se o maior número na última ocorrência. Para registro de datas, quando não tem informação do dia do fato, registra-se no último dia daquele mês e ano, caso não tenha informação do mês, registra-se no último dia daquele ano.

Situações de violência e conflitos que envolvam comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, pescadores, caçaras, dentre outros, mesmo em espaços urbanos, mas que vivenciam modo de vida rural são registradas e contabilizadas. No registro das manifestações que são prolongadas (marchas, jornadas etc.), para a

contagem dos participantes, considera-se o maior número de pessoas informadas, na última data e, registram-se os atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação.

Registram-se os conflitos que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento durante aquele período de pesquisa.

Somente se registram os conflitos que envolvem trabalhadores e trabalhadoras da terra. O principal objeto de registro e denúncia é a violência sofrida.

São excluídos dos registros:

1. Casos de violência, inclusive assassinatos, que acontecem no âmbito rural e não tenham relação com conflitos pela disputa, posse, uso ou ocupação da terra, ou pelo acesso ou uso da água, ou na defesa de direitos por trabalho realizados no campo;
2. casos de conflitos pela posse, uso ou ocupação da terra em áreas urbanas. Excetuam-se os casos em que a disputa pela terra se dá por comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, etc...) mesmo que se dê em área urbana, pois defendem um modo de vida rural;
3. conflitos entre latifundiários ou grandes empresários do agronegócio; e,
4. casos de trabalho escravo em atividades urbanas. (São apenas citados na publicação como nota de rodapé).

Conceitos utilizados na publicação do Centro de Documentação

O objeto de pesquisa do Centro de Docu-

mentação são os documentos enumerados anteriormente. Uma vez processados busca-se analisar os conflitos e a violência sofrida em espaços rurais e urbanos que envolvam ações dos trabalhadores e trabalhadoras da terra e suas organizações.

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

Os registros são catalogados por situações de disputas em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo, e em anos anteriores foram registrados conflitos sindicais.

Conflitos por Terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, baçaúais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.

As ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra.

Ocupações e ou retomadas são ações coletivas das famílias sem terra, que por

meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social, ou ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito.

Acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas, reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar.

Conflitos Trabalhistas compreendem os casos em que a relação trabalho X capital indicam a existência de trabalho escravo, superexploração.

Na compreensão do que é **Trabalho escravo**, a CPT segue o definido pelo artigo 149, do Código Penal Brasileiro, atualizado pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003, que o caracteriza por submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, ou por sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho, ou quando se restringe, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, ou quando se cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho ou quando se mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

As situações de **Superexploração** acontecem na esfera salarial e dizem respeito às ocorrências em que as horas de traba-

lho não pagas excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia.

Conflitos pela Água são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados.

Conflitos em Tempos de Seca são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semiárido.

Conflitos em Áreas de Garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas e o Estado.

Conflitos Sindicais são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.

Estes três últimos só são publicados quando é expressiva sua ocorrência ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito.

Além disso, são registradas as manifestações de luta e as diversas formas de violência praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras: assassinatos, tentativas

de assassinato, ameaças de morte, prisões e outras.

Por **Violência** entende-se o constrangimento e ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.

As **Manifestações** são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras da terra que protestam contra atos de violência sofrida ou de restrição de direitos, reivindicando diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

A **composição das famílias**: O Centro de Documentação acolhe o conceito de família apresentado pelo IBGE em seu censo demográfico de 2010. “Família é conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”. [...]. “Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) (PNAD 1992, 1993, 1995, 1996)”. (IBGE, 2010).

Estrutura do Banco de Dados – DATA CPT

Do Banco de Dados retiram-se tabelas específicas para a página eletrônica da CPT, bem como para a publicação anual impressa.

Tabelas disponibilizadas na página eletrônica:

1. **Áreas em conflito**, entendidas como situações ou lugares dos litígios. Nesta tabela constam o nome do imóvel, o número de famílias envolvidas e área em hectares.
2. **Ocorrências de conflito**, constam detalhes do número de vezes que aconteceram ações de violência contra as famílias. Numa mesma área podem ter acontecido diversos fatos, em datas diferentes. Cada acontecimento é registrado como um conflito. Aqui, registra-se o tipo de propriedade e sua respectiva situação jurídica, o número de famílias vítimas de despejo e expulsão – despejo acontece quando há retirada das famílias, via mandado judicial; expulsão quando a retirada das famílias se dá por ação privada; as vezes que as famílias tiveram bens destruídos e outras violências sofridas.
3. Uma terceira tabela com as **Ocupações/Retomadas** de terra.
4. Uma quarta tabela com os **Acampanamentos**. É importante dizer que se registra apenas o ato de acampar do respectivo ano. Não se faz o acompanhamento do número de famílias acampadas no país.

Os dados das três últimas tabelas são somados número de ocorrências e famílias na tabela síntese fechando o eixo Terra, denominado **“Violência contra Ocupação e a Posse”**.

Os **Conflitos pela Água** são reunidos numa tabela em que constam os seguintes registros: diminuição ou impedimento de acesso à água (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc; destruição e/ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes que diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água.

Os **Conflitos Trabalhistas** compreendem os casos de trabalho escravo e superexploração.

Na tabela referente ao **Trabalho Escravo** uma coluna mostra o número de ocorrências e quantas denúncias foram recebidas; outra coluna indica o número de trabalhadores na denúncia; uma terceira informa o número de trabalhadores libertados pela ação do Estado e uma última coluna apresenta o número de crianças e adolescentes envolvidos.

As situações de **Superexploração**, dizem respeito aos casos em que o desrespeito aos direitos dos trabalhadores são muito graves, mas não se encaixam nas características do trabalho escravo.

Além das tabelas que registram os conflitos, uma outra série de tabelas e de informações descrevem a violência sofrida pelos trabalhadores.

Os *tipos de violência* estão assim registrados: tabelas de **assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte** e uma tabela síntese denominada **Violência contra a Pessoa**, em que além dos dados das tabelas anteriores constam as mortes em consequência do conflito (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição), torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões e/ou detenções. Outra tabela apresenta o **detalhamento da violência contra a pessoa**, na qual além das informações acima constam ainda sequestros, ameaças de prisão, cárcere privado, humilhações, intimidações.

E por último, uma tabela em que estão registradas as **Manifestações de Luta** feitas pelos diferentes movimentos sociais ou outras organizações durante o ano.

Estrutura do Relatório Impresso

Os dados coletados e organizados pela CPT são publicados anualmente, desde 1985, em um relatório impresso que tem por título **Conflitos no Campo Brasil**. A partir de 2008, ele sofreu algumas alterações e ficou com a seguinte estruturação: uma tabela síntese comparando dez últimos anos dos conflitos no campo, quatro tabelas detalhadas e organizadas por Estado em ordem alfabética e seis tabelas sínteses agrupadas nas cinco regiões geográficas definidas pelo IBGE.

TABELA 1 - Comparação dos Conflitos no Campo

É uma síntese do último decênio. Dispõe os dados de cada tema: terra, água, trabalho e outros (quando tem casos de conflitos em tempos de seca, garimpo etc) e o total dos conflitos no campo brasileiro.

TABELA 2 - Conflitos no Campo Brasil

Esta tabela registra detalhadamente, os conflitos por terra, trabalhistas, água e outros se houver, com as seguintes informações: município, nome do conflito, data, número de famílias ou de pessoas envolvidas e um campo com informações específicas conforme o tema.

TABELA 3 - Violência contra a Ocupação e a Posse

É a síntese da soma das ocorrências dos Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos por Estado, o número de famílias envolvidas em cada bloco, a área, o número de famílias expulsas, despejadas, ameaçadas de despejo, ou que sofreram tentativa ou ameaça de expulsão, o número de casas, roças e bens destruídos, e o número de famílias que estão sob ameaças por pistoleiros. Além destes registros, a Tabela 3 também apresenta número de famílias que sofrem algum tipo de violência com invasões de suas terras ou posses por parte de mineradoras e madeireiras.

TABELA 4 - Terra

Sistematiza o eixo terra organizado em três blocos: Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos. Contém as seguin-

tes informações: número de ocorrências de conflitos por terra, ocupações, acampamentos, seguidas do número de famílias.

TABELA 5 - Água

Retrata a síntese dos conflitos pela água por Estado, com as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos e quantidade de famílias envolvidas.

TABELA 6 - Trabalho

Sintetiza os conflitos trabalhistas por Estado, com dois blocos de informações: **1. Trabalho Escravo:** consta o número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e/ou libertados, número de crianças e adolescentes. **2. Superexploração:** número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e/ou resgatados, número de crianças e adolescentes.

TABELA 7 - Violência contra a Pessoa

Agrupa o número das ocorrências registradas em Terra, Água, Trabalho, o número de pessoas envolvidas e as violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras: os assassinatos, as tentativas de assassinato, os mortos em consequência de conflitos, os ameaçados de morte, bem como os torturados, presos e agredidos.

TABELAS 8, 9 e 10 - Assassinatos, Tentativas de Assassinato, Ameaças de Morte

Contém as seguintes informações: município, nome do conflito, data, nome, quantidade, idade e categoria da vítima.

TABELA 11 – Manifestações

Relatório síntese por Estado. Informa o número de ocorrências e a quantidade de manifestantes.

As tabelas vêm acompanhadas de textos de análise produzidos por professores de diferentes universidades e pelos agentes

de pastoral da própria CPT, religiosos ou algum outro especialista na temática.

A última parte do Conflitos no Campo re-produz notas emitidas pela CPT, só ou em parceria, ou outros documentos, sobre as diferentes situações de conflito e de violação dos direitos humanos.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, João Baptista de. **O estudo como forma de pesquisa. In: Construindo o saber.** CARVALHO, Maria Cecília de (org). 10. ed. Campinas – SP, Papirus Editora. 2000.

BELLEN, Hans Michael van. **Desenvolvimento sustentável: diferentes abordagens conceituais e práticas. In:** Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**, Lei nº 10.803, de 11.12.2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.803.htm

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo. Editora Atlas. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (PNAD). **Senso Demográfico de 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodev-ida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>

MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável.** Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Santa Catarina: Editora da UFSC. 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental.** Coleção Os porquês da desordem mundial. Organização, SADER, Emir. Rio de Janeiro-São Paulo. Editora Record, 2004.

Organograma

O organograma a seguir apresenta os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.

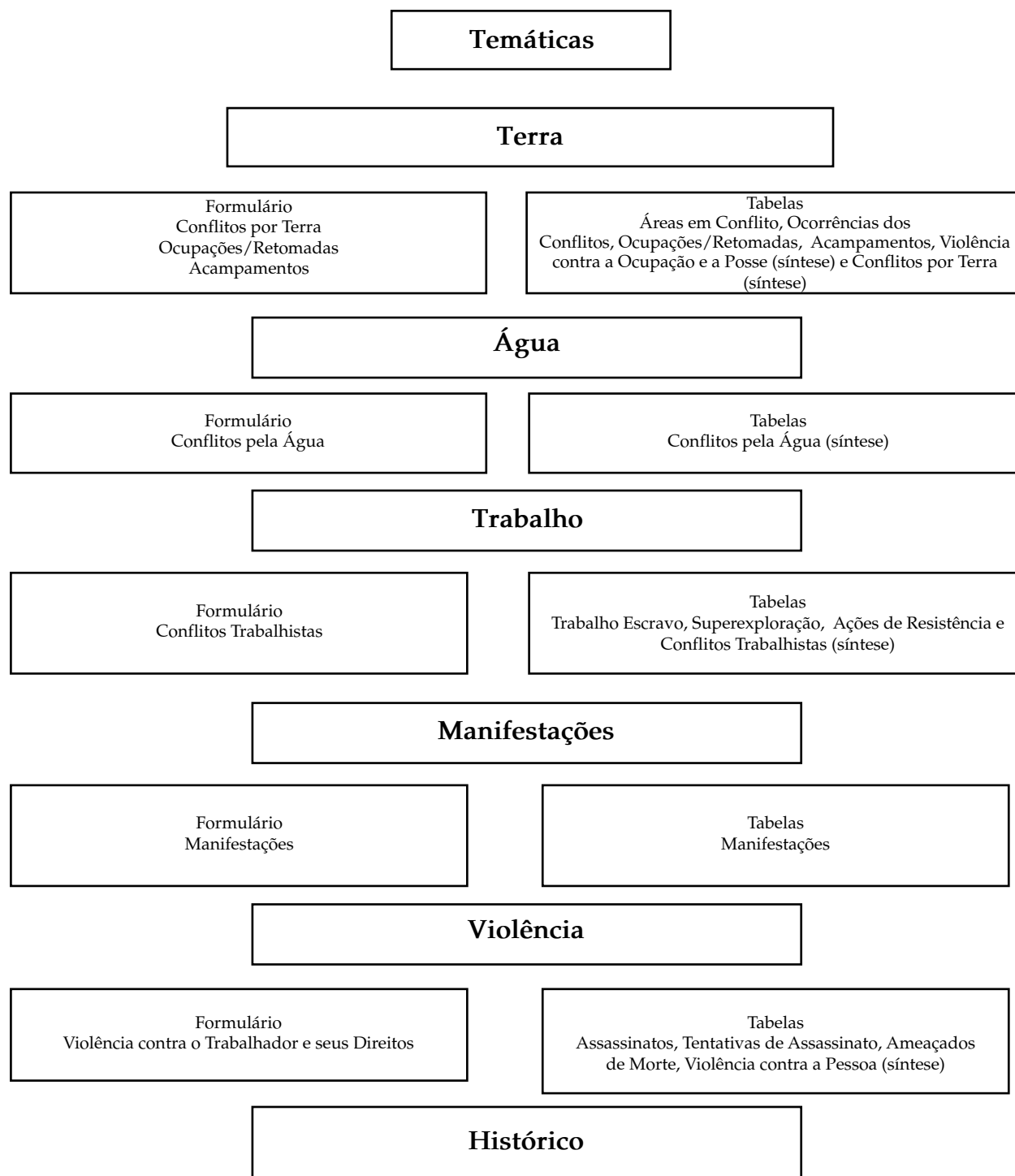


Tabela 1 - Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2007 - 2016)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Conflitos por Terra										
Nº de Ocorrências ⁽¹⁾	615	459	528	638	805	816	763	793	771	1.079
Ocupações/Retomadas	364	252	290	180	200	238	230	205	200	194
Acampamentos	48	40	36	35	30	13	14	20	27	22
Total ⁽²⁾	1.027	751	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998	1.295
Assassinatos	25	27	25	30	29	34	29	36	47	58
Pessoas Envolvidas	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735
Hectares	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	265	280	240	204	230	168	141	131	80	68
Assassinatos	1	1		1			1			
Pessoas Envolvidas	8.653	6.997	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493	1.760	751
Superexploração	151	93	45	38	30	14	13	10	4	1
Assassinatos				1			2		1	1
Pessoas Envolvidas	7.293	5.388	4.813	1.643	466	73	142	294	102	2
Total	416	373	285	242	260	182	154	141	84	69
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	87	46	45	87	68	79	93	127	135	172
Assassinatos	2		1	2		2	2		2	2
Pessoas Envolvidas	163.735	135.780	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075	211.685	222.355
Outros ⁽³⁾										
Nº de Conflitos	8			4		36	12			
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas	3.660			4.450		26.005	1.350			
Total dos Conflitos no Campo Brasil										
Nº de Conflitos	1.538	1.170	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286	1.217	1.536
Assassinatos	28	28	26	34	29	36	34	36	50	61
Pessoas Envolvidas	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837	909.843
Hectares	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019

(1) Os dados do nº de ocorrências referem-se aos despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem.

(2) Em 2016, foram registrados 1.295 ocorrências de conflito por terra. Numa mesma área, um conflito pode ter desdobramentos diversos. Cada um deles corresponde a uma ocorrência. Neste ano, as áreas ou localidades em conflito somam 939. Para saber as Áreas em Conflito, ver no site www.cptnacional.org.br.

(3) Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo.



Foto: Joka Madruga

Conflitos no Campo

Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas

Leonardo Boff¹

O relatório da CPT sobre os conflitos no campo, com dados comparativos dos últimos anos, representa um desafio para a sua interpretação. Farei primeiramente uma pequena reflexão de ordem filosófico-antropológica. Depois uma histórico-social.

1. A violência intrínseca do ser humano

A violência é um dado permanente da condição humana assim como de fato existe. Os filósofos se referem à dimensão simbólica (que une) e a dimensão dia-bólica (que divide) coexistentes em cada ser humano. Os antropólogos preferem falar que somos simultaneamente *sapiens* e *demens*, quer dizer que somos portadores de projetos sábios e ao mesmo tempo de projetos dementes. A tradição psicanalítica se refere ao fato de que cada ser humano possui sua dimensão de sombra junto com sua dimensão de luz (C.G.Jung) ou possui uma pulsão de vida (eros) que corre junto com a pulsão de morte (tânatos: S. Freud). Famosa é a resposta que S. Freud deu a Einstein que, numa carta de 1932, lhe perguntou se era possível superar a violência e a guerra. Freud respondeu que “não existe a esperança de suprimir de modo direto a agressividade do ser humano”. Mas o podemos “indiretamente mediante um processo civilizatório e tudo o que reforça a vida”. No entanto, conclui resignadamente: “*esfaimados pensamos*

no moinho que tão lentamente mói que podemos morrer de fome antes de receber a farinha”.

Não compartilhando dessa compreensão desesperançadora, importa, no entanto, tirar uma conclusão da reflexão feita: sempre devemos contar com conflitos e violência, por mais justa e equilibrada seja uma sociedade. Isso não é um desvio da construção do ser humano. Mas um dado concreto de sua existência ambígua e finita. Isso nos permite entender por que sempre há violência e entre nós no Brasil, por causa de nossa formação social, violência exacerbada, quer dizer, mais demente que sapiente.

O ideal humanitário, presente na oração de São Francisco pela paz é dar mais espaço ao amor do que ao ódio, mais à união do que à discórdia, mais à luz do que às trevas. As trevas, a discórdia e ódio estão sempre aí, mas no nosso projeto de vida importa mantermos estes opostos sob controle, na medida em que mais e mais reforçamos a luz, o amor e a concórdia.

2. Quatro sombras históricas, base da violência

Somos herdeiros de quatro sombras que pesam sobre nós e que originaram e originam a violência.

A primeira é nosso *passado colonial*. Todo processo colonialista é violento. Implica

¹ Teólogo e escritor.

invadir terras, submeter os povos, obrigá-los a assumir a cultura do invasor/colonizador. Gerou o sentimento de dependência e exagerado valor ao que vem de fora.

A segunda sombra foi o *genocídio indígena*. Eram mais de 4 milhões. Os massacres de Mem de Sá em 31 de maio de 1580 que liquidou com os Tupiniquim da Capitania de Ilhéus e pior ainda foi a guerra declarada oficialmente por D. João VI em 13 de maio de 1808, que dizimou os Botocudos (Krenak) no vale do Rio Doce. Como disse o líder indígena Ailton Krenak²: “o povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos 8 milhões de quilômetros do Brasil”. A consequência é a falta de respeito e a discriminação presentes na sociedade.

A terceira sombra, a mais nefasta de todas, foi a *escravidão*. Entre 4 a 5 milhões foram trazidos sob muita violência da África como “peças” a serem consumidas como carvão no processo de produção. Negamos-lhes humanidade. Criou-se a instituição da Casa Grande e da Senzala. Gilberto Freyre deixou claro que não se trata apenas de uma formação social patriarcal, mas de uma estrutura mental presente nas classes senhoriais e hoje dominantes. Segundo Darcy Ribeiro, as mais reacionárias e insensíveis do mundo. Elas controlam, mediante seus representantes no Parlamento, as políticas públicas, como ocorre hoje com as políticas anti-povo, instauradas pelo governo Temer, fruto do golpe jurídico-parlamentar em 2016. A escravidão gerou a falta de respeito aos direitos e a discriminação da cultura e religiões afro.

Desse processo surgiu uma nação profundamente dividida entre os poucos ricos e grandes maiorias pobres. Segundo dados do IPEA são apenas 71.440 miliardários (0,05% da população) que controlam grande parte das finanças nacionais. Somos, pois, um dos países mais desiguais do mundo, o que significa um país violento e cheio de injustiças sociais. Esta desigualdade social é uma das causas principais da violência no campo e na cidade.

Luiz Gonzaga de Souza Lima³ é o mais recente intérprete da sociedade brasileira. Sustenta a tese que o Brasil nasceu como uma grande empresa transnacional a serviço dos colonizadores europeus. A formação social empresarial não mudou sua natureza com a independência política. Ela manteve o Brasil sempre dependente e sócio agregado do grande negócio mundial, coisa que se busca refazer nos dias atuais. Estamos sendo recolonizados e transformados em meros exportadores de *commodities*.

A quarta sombra que explica grande parte da violência no campo é a *Lei de Terras do Brasil*, de nº 601 de 18 de setembro de 1850. Segundo esta lei, a apropriação de terras só se fazia mediante compra da Coroa, proprietária de todas elas. Com isso os pobres e afrodescendentes, por falta de dinheiro, foram totalmente excluídos e entregues ao arbítrio do grande latifúndio, submetidos a trabalhos sem garantias sociais.

O atual modelo de desenvolvimento agropecuário, apoiado pelo Estado, é predatório, excludente,

² Ailton Krenak: Encontros 2015.

³ A refundação do Brasil: rumo a uma sociedade bio-centrada, 2011.

concentrador de terra, renda e poder... está organizado para atender os interesses dos grupos econômicos e subordinar de forma vertical os que trabalham na agricultura⁴.

Só se pode levar avante este projeto do latifúndio sob muita violência como as estatísticas da CPT mostram irrefutavelmente (cf. João Pedro Stedile, *Latifúndio: o pecado agrário brasileiro, MST 2000*). A consequência final desta perversa decisão imperial jogou os sem-terra para as favelas, cinturão de pobreza e miséria que caracteriza quase todas as nossas cidades.

3. Que dizem as estatísticas da CPT?

Os dados levantados pela CPT vêm confirmar o que os analistas da luta pela terra sempre afirmam:

Durante 388 anos, o latifúndio colonial, feudal e seu semelhante, o sistema escravagista de plantação lançaram mão dos mais variados meios a seu alcance para impedir que as massas humanas oprimidas tivessem acesso à terra e nela fixassem de caráter permanente suas pequenas e médias explorações⁵.

Tudo isso foi conseguido com muitas lutas, violências, assassinatos e sangue (O. Ianni, *A luta pela Terra*, 1978) como fica patente nas estatísticas da CPT.

Não temos violência pontual. Estamos montados sobre uma estrutura social e estatal marcada pela violência sistêmica contra pobres, afrodescendentes, cam-

poneses e mulheres. Quase sempre os dados são ascendentes. E há uma dupla razão para isso. A primeira é o *avanço cada vez maior do agronegócio* sobre terras indígenas e de pequenos agricultores, posseiros e sitiantes, fazendo pressão, violência e até assassinatos contra eles. Para estes, o uso do direito é considerado uma provocação. Por outra parte, o número das vítimas tem crescido porque os camponeses começaram a *se organizar coletivamente e a resistir*, valendo-se de aliados e de todo tipo de leis que os protegessem. O crescimento da violência do latifúndio, em boa parte, se deve a este tipo de resistência coletiva organizada⁶.

Por exemplo, os assassinatos em dez anos, 2007-2016, passaram de 28 em 2007 para 61 em 2016. Algo semelhante ocorreu quando olhamos o conjunto dos conflitos por terra: houve um “crescendo” de 1.027 em 2007, para 1.295 em 2016. As pessoas envolvidas cresceram de 612.000 em 2007, passando a 686.735 em 2016. Esse maior número em 2016 não pode ser atribuído às ações dos movimentos populares do campo. Em 2007, as ocupações/retomadas eram 364 e os acampamentos 48, esses números em 2016 são respectivamente de 194 e 22. *O que tem acontecido, os dados o demonstram*, é um crescimento impressionante e preocupante das ocorrências de conflito por terra onde está presente algum tipo de violência contra a ocupação e a posse (expulsão, despejo, destruição de bens, famílias submetidas a ações de pistoleiros) ou contra a pessoa (assassinatos, tentativas de assassinato,

⁴ MST: O Brasil precisa de Reforma Agrária, 2005, p. 64 e 77.

⁵ A. Passos Guimarães, Quatro séculos de latifúndio, 1981, 105.

⁶ A violência no campo, Ibase 1985; J. de Souza Martins, Os camponeses e a política no Brasil, 1981, todo o capítulo 2.

ameaças de morte e outras) que tiveram um “crescendo” constante nestes últimos dez anos, passaram de 615 em 2007 para 1.079 em 2016.

Importa enfatizar o que diz José Graziano da Silva⁷: “a questão agrária deixa de ser uma questão restrita ao campo e envolve a sociedade inteira... As contradições fazem com que as lutas do campo se tornem um problema político para o todo”, pois envolve o poder público, a justiça, a polícia e a política local.

Outro ponto a considerar são os conflitos trabalhistas no campo, de modo particular o trabalho escravo. Em 2007 eram 265 casos de trabalho escravo. Mantiveram-se acima de 200 até 2011. Em 2016, porém, foram registradas 68 ocorrências. Se por um lado pode-se atribuir esta diminuição a uma assistência jurídica mais eficiente com advogados que assumiram, não sem riscos, a luta dos camponeses; ao empenho de aliados como a CPT, por parte da Igreja; e a uma ação de fiscalização mais efetiva por parte do poder público; por outro, o que se constata é que tem havido uma diminuição impressionante no volume de recursos destinados ao combate a esta praga, e um número cada vez menor de servidores dedicados a esta tarefa. Dessa forma, o número de pessoas encontradas em situação análoga ao trabalho escravo era de 8.653 em 2007, passando a 1.760 em 2015 e caindo para 751 em 2016. Não porque haja menos pessoas submetidas a este tipo de exploração, mas a uma decrescente ação efetiva do Estado. A questão das águas seja de rios, seja de

nascentes é fundamental para a agricultura em pequena e em larga escala. Em 2007 ocorreram 87 conflitos e houve um “crescendo” a partir de 2013 com 93 conflitos até chegar a 172 em 2016. Nestes conflitos pela água foram registrados 13 assassinatos, nestes dez anos. Dada a importância da água, milhares de pessoas foram envolvidas: 163.735 em 2007, perseverando acima de 130.000 por anos até culminar em 2016 com 222.355 pessoas.

O total dos conflitos no campo que é a soma dos conflitos por terra, água e trabalhistas em 2007 foi de 1.538. Dois a mais do que em 2016, 1.536. Apesar do crescimento exponencial dos conflitos por terra e por água, neste último ano, o número reduzido de conflitos trabalhistas é que acabou aproximando o número total de conflitos em 2016, ao número de 2007.

Cabe sempre reconhecer que a maioria dos crimes fica impune, seja pelas longas distâncias a serem percorridas pelos averiguadores, seja pela coligação existente entre latifundiários, juizes, delegados e policiais. Milhares de pessoas estiveram envolvidas: em 2007 eram 795.341 e houve uma escala ascendente acima de 800.000 até chegar em 2016 a 909.843 pessoas.

2016 foi o ano mais violento destes últimos dez anos. E isso se inscreve no quadro da grave crise política que se abate sobre nosso país. Aproveitando-se da mesma, o latifúndio e o agronegócio sentiram-se livres para atuar. O número de 61 assassinatos o atesta. Número maior, em 2003, quando foram registradas 73 vítimas. Também

⁷ O que é a questão agrária, 1980, p.11.

atestam a violência de 2016: as 74 tentativas de assassinato, os 200 ameaçados de morte, os 17 mortos em consequência dos conflitos, os 571 agredidos fisicamente e os 228 presos.

Considerando os dados levantados pela CPT diria que nos encontramos num ambiente de guerra civil no campo, com insegurança, ameaças, espancamentos, ciladas, perseguições, invasão e destruição de pequenas propriedades (deixar que bois entrem nos roçados) e muitos assassinatos.

Todo este drama está vinculado a uma história de sombras, referidas acima, que pesa como um fantasma sobre a sociedade brasileira, tornando-a uma das mais violentas do planeta.

4. Saídas para os problemas do campo

A saída natural e legal seria fazer a reforma agrária como está prevista na Constituição de 1988 (título VII cap. III). O fato é que a bancada dos latifundiários e do agronegócio impede qualquer iniciativa. O Estado, diz bem Cândido Grzybowski, “está de costas para os movimentos e longe dos trabalhadores rurais”⁸. Mais radicais ainda são as várias autoras (Cândida V. Gancho, Helena de Queiroz e Vera Vilhena de Toledo) de “*A posse da Terra*” (1991): “Estatuto da Terra: as boas intenções do inferno” (p.46).

Há inúmeros movimentos pela reforma agrária e políticas agrícolas como o Movimento dos Posseiros, dos Sem-Terra, dos Atingidos por Barragens, dos Indígenas e de outros aliados, especialmente da Igreja

mediante a CPT. Entretanto, destacam-se o MST e a Via Campesina (129 organizações camponesas de 79 países de todos os continentes) pois estes, de forma orgânica, levam o discurso da reforma agrária e as práticas de agricultura solidária e ecológica avante.

A reforma agrária vai além da distribuição de terras. Ela implica um programa de fortalecimento da agricultura familiar, orgânica e ecológica e dos assentamentos de reforma agrária; uma política de promoção de uma nova matriz científica e tecnológica; educação para o meio rural; uma política pública de crédito rural; associativismo e cooperativismo; rede de proteção social; soberania e segurança alimentar e especialmente desenvolver o bio-regionalismo aproveitando os bens e serviços de cada região, a fim de se garantir a sustentabilidade das populações aí residentes; por fim, a cultura e o lazer que conferem plenitude à vida.

Seria longo elencar as muitas iniciativas em curso visando às mudanças substantivas a respeito da terra no campo e na cidade. Restrinjo-me aos vários documentos, particularmente do setor de formação do MST (ver *O Brasil precisa de reforma agrária*, 2005). Aí existem excelentes propostas.

Por fim, cabe uma palavra especial às igrejas que ecumenicamente assumem a reforma agrária, de modo particular e coerente a Igreja Católica que entre as suas opções pastorais desde os anos de 1950 inclui a urgência de se fazer a reforma agrária. Para isso existe a CPT, seus inúmeros agentes e todos os que deram suas vidas pelos mais vulneráveis e ofendidos de nosso povo.

⁸ Caminhos e descaminhos dos Movimentos sociais no Campo, Fase, 1991.p.87.

Tabela 2 - Conflitos no Campo

Acre				
TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acrelândia	Faz. da Rondobrás/BR-364/Km 105/Seringal Porto Luiz	31/12/2016	12	Posseiros
Acrelândia	Faz. do Dr. Roberto/Ramal do Carlão	31/08/2016	60	Posseiros
Acrelândia	Faz. do Senhor Viana/Ramal da 7/Estrada AC-475	18/09/2016		Posseiros
Acrelândia	Faz. do Senhor Viana/Ramal da 7/Estrada AC-475	11/10/2016	28	Posseiros
Acrelândia	Faz. do Zé Capim/BR-364/Km105/Ramal do Carlão	31/08/2016	40	Posseiros
Acrelândia	Faz. Graúna/BR-364/Ramal do Carlão	31/12/2016	80	Posseiros
Acrelândia	Fazenda Canaã	28/09/2016	72	Posseiros
Acrelândia	Fazenda Fortaleza	28/09/2016	40	Posseiros
Acrelândia	Fazenda Jéssica	31/08/2016	72	Posseiros
Acrelândia	Fazendas Santa Luzia 1 e 2/BR-364/Km 8/Ramal do Carlão	28/09/2016	70	Posseiros
Acrelândia	Ramal Campo Novo	28/09/2016	45	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Faz. do 37/Seringal Entre Rios	31/05/2016	31	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Faz. União/Cruzeirinho	30/03/2016	214	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Gl. Novo Axioma Redenção/Ramal do Km 104	01/11/2016	33	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Gl. Novo Axioma Redenção/Ramal Santa Helena	01/11/2016	45	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Gleba Novo Axioma Redenção/Seringal Novo Axioma	01/11/2016	33	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Ramal do Garrafa/Faz. Palotina/Seringal Novo Natal	22/01/2016		Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Ramal do Garrafa/Faz. Palotina/Seringal Novo Natal	28/01/2016		Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Ramal do Garrafa/Faz. Palotina/Seringal Novo Natal	10/02/2016		Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Ramal do Garrafa/Faz. Palotina/Seringal Novo Natal	23/04/2016		Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Ramal do Garrafa/Faz. Palotina/Seringal Novo Natal	31/07/2016	160	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Andaraí	30/06/2016	120	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Bananeira	12/10/2016	26	Extrativistas
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Bom Lugar/Com. Nova Vida	28/02/2016	69	Ribeirinhos
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Cajueiro	30/06/2016	25	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Cametá	30/06/2016	30	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Entre Rios/Faz. do 52	31/05/2016	39	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Entre Rios/Faz. do 64	30/06/2016	29	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Entre Rios/Ramal São Francisco/Faz. do 60	28/02/2016	53	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Europa	31/05/2016	30	Extrativistas
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Igarapé Grande	30/06/2016	26	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Macapá	24/06/2016	114	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Novo Axioma Redenção/Ocupação do Diva	01/11/2016	48	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Perseverança	12/04/2016	25	Extrativistas
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Pirapora	12/10/2016	322	Seringueiros
Bujari	Antimary	09/11/2016	12	Seringueiros
Bujari	Faz. Canary/Ramal do Cacau	01/06/2016		Posseiros
Bujari	Faz. Canary/Ramal do Cacau	10/07/2016		Posseiros
Bujari	Faz. Canary/Ramal do Cacau	01/12/2016	400	Posseiros
Cruzeiro do Sul	Comunidade Boa Hora	21/05/2016	20	Posseiros
Cruzeiro do Sul	Seringal Russas	17/04/2016	80	Posseiros
Cruzeiro do Sul	Seringal Valparaíso	17/04/2016	130	Seringueiros
Mâncio Lima	Comunidade Socó	17/04/2016	14	Posseiros
Mâncio Lima/Rodrigues Alves	Seringal Santa Cruz/Com. do Oco	14/12/2016	28	Posseiros
Mâncio Lima/Rodrigues Alves	Seringal Santa Cruz/Feijão Inosso	17/04/2016	52	Posseiros
Manoel Urbano	PAR Aleluia	30/11/2016	155	Assentados
Manoel Urbano	Seringal Afluente	30/11/2016	99	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Areis	30/11/2016	101	Posseiros
Manoel Urbano	Seringal Barcelona	30/09/2016	15	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Itatinga	29/11/2016	21	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Liberdade	30/11/2016	400	Seringueiros

Manoel Urbano	Seringal Novo Destino	30/11/2016	70	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Porto Central	29/11/2016	18	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Santa Cruz	23/12/2016	20	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Santa Vitória	20/12/2016	20	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Santarém	30/11/2016	150	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal São Salvador	20/12/2016	15	Seringueiros
Porto Acre	Fazenda Vista Alegre	21/05/2016	102	Posseiros
Porto Acre	Seringal Bom Destino	31/07/2016	12	Seringueiros
Rio Branco	Ramal do Rodo/Proximidades do Polo Agrícola Benfica	28/07/2016	80	Posseiros
Rio Branco	Seringal Bagaço	11/12/2016	27	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Belo Horizonte	15/09/2016	100	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Cachoeira	16/08/2016	100	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Capatará	12/05/2016		Seringueiros
Rio Branco	Seringal Capatará	08/08/2016		Seringueiros
Rio Branco	Seringal Capatará	02/11/2016		Seringueiros
Rio Branco	Seringal Capatará	20/11/2016	146	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Humaitá	15/09/2016	20	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Macapá	15/09/2016	300	Seringueiros
Rio Branco	Seringal São Bernardo	03/11/2016	19	Seringueiros
Rio Branco	Seringal São Francisco do Espalha	15/09/2016	350	Seringueiros
Rio Branco	Seringal São Francisco do Iracema	15/09/2016	300	Seringueiros
Sena Madureira	Seringal Novo Amparo/Nena Brasil/Ramal do 15	30/06/2016	15	Seringueiros
Sena Madureira	Seringal Novo Amparo/Ramal do 17	30/06/2016	15	Seringueiros
Sena Madureira	Seringal Novo Amparo/Ramal do 25	30/06/2016	15	Seringueiros
Sena Madureira	Seringal Novo Amparo/Ramal do 38/Ramal do Ouro	30/06/2016	15	Seringueiros
Sena Madureira	Seringal São Francisco/Colocação São Paulino	26/12/2016	120	Seringueiros
Subtotal:		77	5547	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Acrelândia	Ramal de Acesso ao Campo Novo/Faz. do Zé Juíno/Seringal Porto Dias	20/04/2016	20	OI
Acrelândia	Ramal do Catarino/Faz. Manoel dos Santos/Ocup. Baiano	14/01/2016	36	OI
Bujari	Faz. Canary/Ramal do Cacau	03/11/2016	127	OI
Porto Acre	Fazenda Vista Alegre	01/05/2016	102	OI
Rio Branco	Seringal Capatará	17/11/2016	146	OI
Subtotal:		5	431	

Total Conflitos por Terra - AC

82 5978

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Rio Branco	Fazenda Córrego do Ouro	29/03/2016	7		7	Pecuária
Sena Madureira	Fazenda Antimary	16/08/2016	10	10		Pecuária
Subtotal:		2	17	17		

Total Conflitos Trabalhistas - AC

2 17

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Cruzeiro do Sul	Colônia de Pescadores Z-1	04/03/2016		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		1			

Total dos Conflitos no Campo AC

85

Pessoas: 29907

Alagoas

TERRA

Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Atalaia/Joaquim Gomes	Faz. São Sebastião/Acamp. São José/Us. Ouricuri	15/02/2016		Sem Terra
Atalaia/Joaquim Gomes	Faz. São Sebastião/Acamp. São José/Us. Ouricuri	23/05/2016		Sem Terra
Atalaia/Joaquim Gomes	Faz. São Sebastião/Acamp. São José/Us. Ouricuri	21/11/2016	73	Sem Terra
Coruripe/Teotônio Vilela	Usina Guaxuma	06/06/2016	3000	Sem Terra
Japaratinga	Faz. Nova Vida/Assent. Ir. Daniela	23/01/2016	31	Assentados
Messias	Faz. Lageiro/Us. Utinga Leão	12/06/2016	100	Sem Terra
Palmeira dos Índios	T. I. Xucuru-Kariri/Faz. Canto	11/10/2016	95	Indígenas
Poço das Trincheiras	Faz. Tapuio/Acamp. Maravilha	06/05/2016		Sem Terra
Porto Real do Colégio/São Brás	T.I. Kariri-Xocó	13/07/2016	300	Indígenas
Rio Largo	Engenho Canoó/Us. Utinga Leão	12/06/2016	45	Sem Terra
Subtotal:		10	3644	
Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Atalaia/Joaquim Gomes	Faz. São Sebastião/Acamp. São José/Us. Ouricuri	30/05/2016		MST
Atalaia/Joaquim Gomes	Faz. São Sebastião/Acamp. São José/Us. Ouricuri	22/11/2016	73	MST
Subtotal:		2	73	
Total Conflitos por Terra - AL		12	3717	
Total dos Conflitos no Campo AL		12	Pessoas: 18585	

Amapá

TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amapá	Base Aérea/Localidade Próxima ao Cruzeiro	31/01/2016	20	Posseiros
Amapá	Comunidades ao Longo do Rio Laranjeiras	02/08/2016	20	Posseiros
Amapá	Faz. Itapoã/Amcel/Piquiá	31/12/2016	15	Posseiros
Amapá	Fazenda Espírito Santo	18/10/2016	10	Posseiros
Calçoene	Cunani e 7 Ilhas	31/12/2016	30	Posseiros
Calçoene	Juncal	31/12/2016	30	Posseiros
Calçoene	Ramal Ilha Grande	31/12/2016	15	Posseiros
Cutias do Araguari	Amcel/Alta Floresta/Gurupora	19/04/2016	34	Posseiros
Ferreira Gomes	Antiga Fazenda Zebulândia/Campinho	31/08/2016	5	Posseiros
Ferreira Gomes	Igarapé do Palha/Amcel	31/12/2016	15	Posseiros
Ferreira Gomes	Ramal do Triunfo	31/01/2016	10	Posseiros
Itaubal do Piriirim	Amcel/Inajá/Corre Água	31/12/2016	30	Posseiros
Itaubal do Piriirim	Áreas em Itaubal/Agronegócio Sinal Verde/Boa Vista da Pedreira	31/12/2016	20	Posseiros
Itaubal do Piriirim	Com. Quil. São Miguel do Macacoari	31/12/2016	20	Quilombolas
Itaubal do Piriirim	P. A. Itaubal do Piriirim	31/12/2016	3	Assentados
Itaubal do Piriirim/Macapá	Jupati	31/12/2016	15	Ribeirinhos
Laranjal do Jari	Resex Cajari	14/04/2016	190	Posseiros
Macapá	Abacate do Pedreira/Rio Fugido	31/12/2016	20	Ribeirinhos
Macapá	APA da Fazendinha	13/01/2016	600	Posseiros
Macapá	Ariri	31/12/2016	20	Quilombolas
Macapá	Bailique-Foz	31/12/2016	15	Posseiros
Macapá	Piriirim/Pacuí	31/12/2016	30	Posseiros
Macapá	Porto do Céu	31/12/2016	100	Posseiros
Macapá	Quilombo Conceição do Macacoari	31/01/2016	20	Quilombolas
Macapá	Ramal do Abacate/Km 34/EFA	31/12/2016	30	Posseiros
Macapá	Santa Luzia/Rio Pacuí/10 Comunidades Próximas ao Rio Pacuí	31/12/2016	200	Posseiros
Macapá	Santo Antônio da Pedreira	31/12/2016	30	Ribeirinhos
Mazagão	Assentamento Extrativista do Maracá	24/10/2016	100	Assentados
Mazagão	Assentamento Pancada do Camaipi	31/12/2016	6	Assentados
Mazagão	Bairro São Tiago/Orla do Rio Beija-Flor	31/12/2016	1	Ribeirinhos
Mazagão	P. A. Anauerapucu	31/12/2016	10	Assentados

Pedra Branca do Amapari	Centro Novo	30/11/2016	23	Posseiros
Porto Grande	Amcel/Copalma/Km 92	31/12/2016	22	Posseiros
Porto Grande	Km 117 da EFA	31/12/2016	30	Posseiros
Santana	Ilha Santana	31/12/2016	20	Ribeirinhos
Santana	Pau Furado/Matapi/MMX	31/08/2016	15	Ribeirinhos
Serra do Navio	Ramal da Raquel	31/08/2016	20	Posseiros
Tartarugalzinho	Área na Margem Direito do Rio Itauba/São Raimundo	30/03/2016	2	Posseiros
Tartarugalzinho	Campo Belo	31/12/2016	1	Posseiros
Tartarugalzinho	Comunidade do Meraúba	31/08/2016	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Fazenda Santa Cruz	31/12/2016	20	Posseiros
Tartarugalzinho	Las Palmas	31/12/2016	5	Posseiros
Tartarugalzinho	P. A. Cedro	23/08/2016		Assentados
Tartarugalzinho	Ponta do Socorro e Vareiro	31/12/2016	50	Posseiros
Tartarugalzinho	Ramal do Ariramba	31/12/2016	20	Posseiros
Tartarugalzinho	Reflores/Novo Horizonte/Amcel	31/12/2016	2	Posseiros
Tartarugalzinho	Uapezal	31/12/2016	20	Posseiros
Subtotal:		47	1919	

Total Conflitos por Terra - AP 47 1919

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Ferreira Gomes	UHE Ferreira Gomes	09/03/2016	200	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Ferreira Gomes	UHE Coaracy Nunes	09/03/2016		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Ferreira Gomes/Porto Grande	UHE Cachoeira Caldeirão	12/05/2016	20	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Laranjal do Jari	UHE Santo Antônio	02/05/2016		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		4	220		

Total dos Conflitos no Campo AP 51 Pessoas: 10695

Amazonas

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Autazes	Aldeia Ponta das Pedras	13/04/2016		Indígenas
Autazes	T. I. Guapenu/Empresa Potássio do Brasil	13/04/2016	527	Indígenas
Autazes	T. I. Jauary/Empresa Potássio do Brasil	13/04/2016	315	Indígenas
Autazes	T. I. Murutinga/Tracajá	20/04/2016	383	Indígenas
Autazes	T. I. Paracuhuba/Empresa Potássio do Brasil	13/04/2016	134	Indígenas
Barreirinha/Maués/Parintins	T. I. Andirá-Marau	11/03/2016		Indígenas
Canutama	Gleba C-1	11/07/2016	953	Posseiros
Careiro da Várzea	T. I. Sissaíma	20/04/2016	74	Indígenas
Irlanduba	AM-070/Km 13/Ramal do Caldeirão/Km 02/Ramal Monte Castelo	27/08/2016	24	Posseiros
Irlanduba	Com. Portelinha/Ramal Serra Baixa	29/11/2016	300	Posseiros
Irlanduba	Gleba Igarapé do Bode	15/06/2016	120	Ribeirinhos
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/11/2016	600	Ribeirinhos
Itacoatiara/Novo Airão/Urucará	T. I. Waimiri Atroari/Linhão de Tucuruí/PAC	11/03/2016	350	Indígenas
Manaus	Comunidade Pau Rosa	29/11/2016	130	Posseiros
Manaus	Comunidades Ribeirinhas do Puraquequara	21/12/2016	45	Ribeirinhos
Manaus	Tarumã-Açu	30/11/2016	2	Posseiros
Manaus	Uberê/Ramal do Brasileiro	14/04/2016	36	Posseiros

Manicoré/Novo Aripuanã	Rebio do Rio Manicoré	17/05/2016		Extrativistas
Parintins	P. A. Gleba Vila Amazônia	09/05/2016	400	Assentados
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Ramal do Pau Rosa/Km 152/BR-174	11/05/2016	24	Posseiros
Presidente Figueiredo	Comunidade Abonari	21/12/2016	330	Posseiros
Presidente Figueiredo	Comunidade Boa Esperança	21/12/2016	310	Posseiros
Presidente Figueiredo	Comunidade Canastra	21/12/2016	320	Posseiros
Presidente Figueiredo	Comunidade Castanhal	21/12/2016	350	Posseiros
Presidente Figueiredo	Comunidade Jardim Floresta I	21/12/2016	320	Posseiros
Presidente Figueiredo	Comunidade Jardim Floresta II	21/12/2016	330	Posseiros
Presidente Figueiredo	Comunidade Micad	21/12/2016	330	Posseiros
Presidente Figueiredo	Comunidade Nova União	21/12/2016	350	Posseiros
Presidente Figueiredo	Comunidade Novo Rumo	21/12/2016	320	Posseiros
Presidente Figueiredo	Comunidade Rumo Certo	21/12/2016	350	Posseiros
Presidente Figueiredo	Nova Jerusalém	21/12/2016	340	Posseiros
Rio Preto da Eva	AM-010/Km 135/Ramal do Tucano/Lote Iporá	28/09/2016	100	Posseiros
Subtotal:		32	8167	

Total Conflitos por Terra - AM 32 8167

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Boca do Acre	Fazenda Pau d' Alho	16/08/2016	2	2		Pecuária
Subtotal:		1	2	2		

Total Conflitos Trabalhistas - AM 1 2

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Manaus	Comunidade Apuau	11/01/2016		Uso e preservação	Pesca predatória
Subtotal:		1			

Total dos Conflitos no Campo AM 34 Pessoas: 40837

Bahia

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Antônio Gonçalves	Com. Quilombola Santana/Tijiaçu	15/04/2016		Quilombolas
Antônio Gonçalves	Mucambo	19/08/2016		Camponeses de fundo de pasto
Baianópolis/Santa Maria da Vitória	Fecho de Pasto da Cortesia/Com. Arrodeador/Teles/Luís Martins/Porteira de Santa Cruz	31/12/2016	30	Camponeses de fecho de pasto
Baixa Grande	Fazenda Camapuã	07/03/2016	60	Sem Terra
Barra do Choça	Pov. Gaviãozinho/Rua da Banda	04/03/2016	58	Posseiros
Barra/Buritirama	Pé de Serra/Pagêu/Bandara/Carro Quebrado/Tanquinho/Santeiro/Cachaça/Folha Larga/Caraíba/Grota/Olhos d'Água/Umburana/Arrodeio/Brejo de Vara/Cachoeira/Jabira/Sucuruíu/Santa Rosa/Lagoa de Zé Pequeno/Cabeça da Vaca/Jatobazinho/Tanque Velho/Volta d'Anta	30/04/2016	900	Camponeses de fundo de pasto
Barreiras	Faz. Dona Júlia 2/Acamp. Capitão Lamarca	15/07/2016	250	Sem Terra
Barro Alto	Com. Barreiro/Barreirinho/Santa Cruz/Sumidouro/Boa Vista/Lagoa do Cipó/Queimada do Rufino/Pé de Limão/Volta Grande/Mandacaru	12/03/2016	500	Posseiros
Bom Jesus da Lapa	Com. Quilombola Fortaleza	30/11/2016	63	Quilombolas
Buerarema/Ilhéus/Una	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	20/06/2016		Indígenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	26/11/2016	130	Indígenas
Cachoeira	Com. Quilombola de São Francisco do Paraguacu	31/05/2016	300	Quilombolas
Camacan/Mascote	Fazenda Guanabara	13/12/2016	50	Sem Terra

Campo Alegre de Lourdes	8 Comunidades de Angico dos Dias	26/04/2016	1800	Camponeses de fundo de pasto
Campo Formoso	Comunidade Baixão	28/07/2016	55	Camponeses de fundo de pasto
Campo Formoso	Faz. Quina/Pov. Morrinhos	22/08/2016		Pequenos proprietários
Casa Nova	Com. de Areia Grande/Riacho Grande/Salina da Brinca/Jurema/Melancia	04/07/2016	336	Camponeses de fundo de pasto
Casa Nova	Comunidade Algodão do Meio	16/06/2016	30	Camponeses de fundo de pasto
Casa Nova	Lagoa da Catinga/Caatinga	20/06/2016	30	Camponeses de fundo de pasto
Casa Nova	Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho/Acamp. Irani de Souza	13/06/2016	240	Sem Terra
Conceição do Coité	Faz. Marruás/Itareru	29/02/2016	50	Sem Terra
Correntina	Capão do Modesto	31/08/2016		Camponeses de fecho de pasto
Correntina	Capão do Modesto	11/11/2016		Camponeses de fecho de pasto
Correntina	Capão do Modesto	29/11/2016	29	Camponeses de fecho de pasto
Correntina	Com. Vereda da Felicidade	14/08/2016	32	Camponeses de fecho de pasto
Correntina	Faz. Barra Velha/Grupo Mizote/Com. Ponte Velha/Salobro/Remanso/Pedra Branca/Pedrinhas/Venço	31/12/2016	40	Camponeses de fecho de pasto
Curaçá	Com. Esfomeado e Vargem Comprida/Mineradoras Caraíba e Surubim	01/06/2016		Camponeses de fundo de pasto
Curaçá	Serra da Borracha	16/05/2016		Camponeses de fundo de pasto
Curaçá	Serra da Canabrava	16/05/2016		Camponeses de fundo de pasto
Eunápolis	Faz. Queimadina/Veracel Celulose	01/03/2016	500	Sem Terra
Eunápolis	Faz. São Caetano/Veracel	26/12/2016	85	Sem Terra
Eunápolis	Fazendas Mutum e Sítio Esperança	08/03/2016	300	Sem Terra
Formosa do Rio Preto	Veredas do Riacho Brejão	20/06/2016		Posseiros
Formosa do Rio Preto	Veredas do Riacho Brejão	21/06/2016	1	Posseiros
Gentio do Ouro	Com. Descanso/Mato do Meio/Retiro/Sacatruz/São Gonçalo/Gentio das Chagas/Silvério	23/09/2016	68	Camponeses de fundo de pasto
Gentio do Ouro	Faz. Itobira/Com. Ouricuri/Alagoinhas/Barreiro Preto/Carranca/Cedro/Desterro/Gregório/Itapicuru/Riacho do Cedro/Silvério	30/04/2016	700	Camponeses de fundo de pasto
Ilhéus	Aldeia Tucum/T. I. Tupinambá de Olivença/Mineradora Guanabara	10/04/2016		Indígenas
Itaberaba/Ruy Barbosa	Faz. Santa Maria/Acamp. Olga Benário	03/11/2016		Sem Terra
Itaberaba/Ruy Barbosa	Faz. Santa Maria/Acamp. Olga Benário	06/11/2016	100	Sem Terra
Itaguaçu da Bahia/Xique-Xique	Projeto de Irrigação Baixio do Irecê/24 Comunidades Atingidas/PAC	12/07/2016	450	Camponeses de fundo de pasto
Itanhém	Faz. Planície/Acamp. Padre José	21/07/2016		Sem Terra
Itanhém	Faz. Planície/Acamp. Padre José	27/10/2016	100	Sem Terra
Iuiú	Fazenda Bial	11/04/2016	260	Sem Terra
Iuiú	Fazenda Caracol	17/05/2016	110	Sem Terra
Iuiú	Fazenda Santa Maria	18/05/2016	110	Sem Terra
Jacobina	Com. de Canavieira/Itapicuru/Jaboticaba/Mineração Yamana Gold	01/06/2016	150	Pequenos proprietários
Juazeiro	Área do Projeto de Irrigação Salitre/Codevasf/PAC	13/06/2016	462	Sem Terra
Jucuruçu	Fazenda Changrilá	17/05/2016		Sem Terra
Jucuruçu	Fazenda Changrilá	05/08/2016	130	Sem Terra
Marcionílio Souza	Fazenda Tununun	24/11/2016	100	Sem Terra
Monte Santo	Com. Paredão/Ferbasa	31/08/2016	86	Camponeses de fundo de pasto
Monte Santo	Comunidade Flores	31/07/2016	100	Camponeses de fundo de pasto
Nordestina	Acampamento São Jorge	26/09/2016		Sem Terra
Nordestina	Acampamento São Jorge	29/09/2016	250	Sem Terra
Nordestina	Com. Quilombola Bom Sucesso/Lipari Mineração	01/09/2016		Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Caldeirão do Sangue/Lipari Mineração	01/09/2016	40	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Caldeirão dos Padres/Lipari Mineração	01/09/2016	12	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Fumaça/Lipari Mineração	01/09/2016		Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Grotas/Lipari Mineração	01/09/2016		Quilombolas

Nordestina	Com. Quilombola Lages das Cabras/Lipari Mineração	01/09/2016	25	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Lagoa da Cruz/Lipari Mineração	01/09/2016	50	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Lagoa das Salinas/Lipari Mineração	01/09/2016	70	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Lagoa dos Bois/Lipari Mineração	01/09/2016	50	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Palha/Lipari Mineração	01/09/2016	30	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Poço/Lipari Mineração	01/09/2016	50	Quilombolas
Nordestina	Com. Quilombola Tanque Bonito/Lipari Mineração	01/09/2016	15	Quilombolas
Nordestina	Fazenda Olhos d'Água	31/10/2016	250	Sem Terra
Oliveira dos Brejinhos	Com. Sítio São José/Cercado/Tapera e São Bento	31/12/2016	70	Pequenos proprietários
Oliveira dos Brejinhos	Comunidade Várzea Grande	28/02/2016	62	Camponeses de fundo de pasto
Oliveira	Aldeia Gravatá/T. I. Tupinambá	12/01/2016		Indígenas
Oliveira	Aldeia Gravatá/T. I. Tupinambá	06/04/2016		Indígenas
Oliveira	Aldeia Gravatá/T. I. Tupinambá	07/04/2016	30	Indígenas
Oliveira	Aldeia Guarani Taba Atã/Areal Bela Vista Ltda	15/06/2016		Indígenas
Ourolândia	Com. São Bento e Várzea de Fora/Complexo Eólico Serra da Babilônia	19/07/2016	200	Pequenos proprietários
Pau Brasil	Fazenda Favorita	31/07/2016	23	Sem Terra
Piripá	Com. Bonito/Barrinha Mineração	15/03/2016	22	Quilombolas
Piripá	Comunidade Lagoa de Cima	16/06/2016	40	Geraizeiro
Porto Seguro/Santa Cruz Cabralia	Aldeias Nova Coroa/Morapé 1 e 2/Tapororoca/Txica Mayruá/Novos/T. I. Coroa Vermelha	25/10/2016	500	Indígenas
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/Aldeia Cahy/Mexatibá/Cumuruxatiba	19/01/2016		Indígenas
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/Aldeia Cahy/Mexatibá/Cumuruxatiba	27/01/2016		Indígenas
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/Aldeia Cahy/Mexatibá/Cumuruxatiba	15/02/2016		Indígenas
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/Aldeia Cahy/Mexatibá/Cumuruxatiba	11/03/2016		Indígenas
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/Aldeia Cahy/Mexatibá/Cumuruxatiba	22/08/2016	75	Indígenas
Prado	T. I. Comexatiba/Aldeia Monte Dourado	11/03/2016	50	Indígenas
Prado	T. I. Comexatiba/Aldeia Alegria Nova	11/03/2016	50	Indígenas
Prado	T. I. Comexatiba/Aldeia Gurita	11/03/2016	50	Indígenas
Prado	T. I. Comexatiba/Aldeia Tibá	11/03/2016	50	Indígenas
Remanso	Comunidade Desterro/Energia Eólica	17/03/2016	53	Pequenos proprietários
Remanso	Comunidade Pedra da Onça	12/08/2016	67	Camponeses de fundo de pasto
Santa Cruz Cabralia	Faz. Mangabeira/Aldeia Aratikum	13/10/2016	30	Indígenas
Santa Luzia	Fazenda Conjunto Vitória	23/12/2016	45	Sem Terra
Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/Com. de Salobro e Outras	31/12/2016	30	Camponeses de fecho de pasto
Serra Dourada	Larga da Porteira Santa Cruz	09/08/2016	92	Camponeses de fecho de pasto
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	24/05/2016		Quilombolas
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	17/06/2016	43	Quilombolas
Sobradinho	Comunidade Horta Verde	16/10/2016	54	Posseiros
Souto Soares	21 Com. Ameaçadas pelos Projetos de Energia Eólica e Mineração	22/12/2016	1381	Pequenos proprietários
Taperoá	Com. Quilombola de Graciosa	28/01/2016	154	Quilombolas
Teixeira de Freitas	Faz. Mariângela/Acamp. Luis Gama	26/08/2016	105	Sem Terra
Teixeira de Freitas	Faz. São Benedito/Grupo JU Úngaro	22/07/2016		Sem Terra
Teixeira de Freitas	Faz. São Benedito/Grupo JU Úngaro	15/08/2016	280	Sem Terra
Tremedal	Comunidade Ilha de Dentro	25/08/2016	150	Geraizeiro
Subtotal:		102	13343	
Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Abaré	Área da UATVA/Faz. Reunidas Rio de Contas Ltda	06/03/2016	150	MST
Amélia Rodrigues	Usina Aliança	21/05/2016	200	MST
Arataca	Fazenda Alto da Aliança	10/04/2016	50	MST
Arataca	Fazenda Araguaia	31/03/2016	22	MST
Barreiras	Faz. Dona Júlia 2/Acamp. Capitão Lamarca	31/03/2016	250	MST
Boa Vista do Tupim	Fazenda Santa Terezinha	20/11/2016	25	OI
Bom Jesus da Lapa	Com. Quilombola Fortaleza	30/10/2016	63	Quilombola

Caravelas	Fazenda Mato Verde	13/06/2016	45	MST
Casa Nova	Fazenda São Judas Tadeu	08/03/2016	150	MST
Conceição do Coité	Faz. Marruás/Itareru	28/02/2016	50	MST
Iramaia	Fazenda Lagoa das Tábuas	21/05/2016	103	MST
Itaberaba/Ruy Barbosa	Faz. Santa Maria/Acamp. Olga Benário	06/11/2016	100	MST
Itagibá	Faz. Serra Azul/Mirabela Mineradora	05/03/2016	480	MST
Itanhém	Faz. Planície/Acamp. Padre José	07/01/2016		MST
Itanhém	Faz. Planície/Acamp. Padre José	30/07/2016	100	MST
Iuiú	Fazenda Bial	11/04/2016	260	MST
Iuiú	Fazenda Santa Maria	18/05/2016	110	MST
Jucuruçu	Fazenda Changrilá	19/02/2016		MST
Jucuruçu	Fazenda Changrilá	29/05/2016		MST
Jucuruçu	Fazenda Changrilá	11/08/2016	130	MST
Lajedão	Canavial da Unial/Faz. Pinguera	05/03/2016	260	MST
Nordestina	Acampamento São Jorge	12/08/2016	250	MST
Nordestina	Fazenda Olhos d'Água	13/08/2016	250	MST
Pau Brasil	Fazenda Favorita	23/04/2016	23	MST
Planaltino	Área da Companhia de Ferro Ligas da Bahia/Ferbasa	06/03/2016	40	MST
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/Aldeia Cahy/Mexatiba/Cumuruxatiba	27/01/2016	75	Índios
Santa Cruz Cabrália	Faz. Mangabeira/Aldeia Aratikum	01/12/2016	30	Índios
Santa Luzia	Fazenda Conjunto Vitória	24/07/2016	45	Ceta
Teixeira de Freitas	Faz. São Benedito/Grupo JU Úngaro	15/08/2016	280	MST
Una	Fazenda Conjunto Presente	10/04/2016	50	MST
Subtotal:		30	3591	

Total Conflitos por Terra - BA

132

16934

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na			Tipo de Trabalho
			denúncia	Libertos	Menores	
Entre Rios	Faz. Nova Canaã/Granja Sossego	18/02/2016	16	16		Avicultura
Presidente Jânio Quadros	Fazenda Lagoa do Severiano	03/06/2016	1	1		Pecuária
Riachão das Neves	Agropecuária Aroeira do Oeste	15/02/2016	6	6		Pecuária
São José do Jacuípe	Rodeio de Touros	15/08/2016	5	5		Montaria
Una	Fazenda Eldorado	20/06/2016	3	2		Cacau
Vitória da Conquista	Área em Vitória da Conquista/Distrito de Inhobim	09/06/2016	1	1		Café
Vitória da Conquista	Fazenda Marília	01/06/2016	1	1		Café
Vitória da Conquista	Fazenda Rancho Fundo	30/05/2016	5	5		Roçagem e pecuária
Subtotal:		8	38	37		

Total Conflitos Trabalhistas - BA

8

38

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito		Situação
Andorinha	Açude Itê/Mineradora Ferbasa	01/06/2016	70	Uso e preservação		Diminuição do acesso à Água
Barreiras/São Desidério	PCHs do Rio das Fêmeas e do Rio Grande/PAC	11/01/2016		Barragens e Açudes		Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Quebra Braço/INB	21/03/2016	17	Apropriação Particular		Impedimento de acesso à água
Caetité	Com. Juazeiro/Mina de Urânio INB	05/06/2016	150	Uso e preservação		Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Mocambo/Caldeirão/Gameleira/Mina de Urânio INB	05/06/2016	50	Uso e preservação		Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Tamanduá/Mina de Urânio INB	05/06/2016		Uso e preservação		Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Pega Bem/Mina de Urânio INB	05/06/2016		Uso e preservação		Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Mangabeira/Mina de Urânio INB	05/06/2016		Uso e preservação		Destruição e ou poluição

Caetité	Com. Riacho da Vaca/Mina de Urânio INB	05/06/2016	45	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Engenho/Mina de Urânio INB	14/12/2016	5	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Campo Formoso	Com. de Brejo Grande/Mineradora Ferbasa	01/06/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Campo Formoso	Com. Limoeiro/Mineradora Ferbasa	01/06/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Campo Formoso	Com. Santo Antônio/Mineradora Ferbasa	01/06/2016	80	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Canápolis	Com. Mosquitão e São Felipe	31/07/2016	85	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Canápolis	Comunidade Represa	31/07/2016	75	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Cocos	Com. Riacho do Meio/Samambaia/Jacaré/Faz. Sta Colomba	31/12/2016	300	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Cocos	Com. dos Rios Carinhanha, Itaguari e Riacho do Meio/Minas PCH/Projetos Caiçara/Gavião/Catumbi	31/12/2016	400	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Coribe/Jaborandi	Localidade Cachoeirão/20 Comunidades/Barragens Rio Formoso/PCH do Arrodeador	13/10/2016	2000	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Correntina	Fazenda Sudotex	18/05/2016	200	Apropriação Particular	Divergência
Correntina	Comunidade do Salto	30/11/2016	29	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Jaguaripe	Comunidade de Pirajuia	04/02/2016		Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Miguel Calmon	Com. de Itapura/Química Geral do Nordeste	30/09/2016	300	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Paulo Afonso	Índios Truká Tupã	20/07/2016		Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Remanso	Comunidade Salinas Grande	20/06/2016	45	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		24	3851		

Total dos Conflitos no Campo BA 164 Pessoas: 103963

Ceará

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acarauá	Com. Quilombola Córrego dos Lús	30/01/2016	60	Quilombolas
Aracati	Com. do Cumbe/Emp. de Carcinicultura	08/12/2016	150	Quilombolas
Itapipoca/Itarema	T. I. Tremembé/Emp. Espanhola Nova Atlântida	09/12/2016	130	Indígenas
Maracanaú/Pacatuba	T. I. Pitaguary/Emp. Britaboa	19/03/2016	573	Indígenas
Subtotal:		4	913	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Santana do Acaraú	Fazenda Canafistula	18/04/2016	100	MST
Subtotal:		1	100	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alto Santo/Iracema/Potiretama	Barragem do Figueiredo/PAC	15/08/2016	50	MAB
Subtotal:		1	50	

Total Conflitos por Terra - CE 6 1063

ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Alto Santo/Iracema/Potiretama	Barragem do Figueiredo/PAC	15/08/2016	50	Barragens e Açudes	Não reassentamento	
Aracati	Com. do Cumbe/Emp. de Carcinicultura	19/04/2016	135	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água	
Beberibe	Resex da Prainha do Canto Verde	07/12/2016	225	Apropriação Particular	Ameaça de expropriação	
Subtotal:		3	410			

Total dos Conflitos no Campo CE 9 Pessoas: 7365

Distrito Federal

TERRA						
Ocupações/Retomadas						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Sobradinho	Área Rota dos Cavalos	25/03/2016	250	MST		
Sobradinho	Faz. Sávvia/Sávvia	08/03/2016	75	MST		
Subtotal:		2	325			

Total Conflitos por Terra - DF 2 325

Total dos Conflitos no Campo DF 2 Pessoas: 1625

Espírito Santo

TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Conceição da Barra	Com. Quilombola de Angelim I/Sapê do Norte/Aracruz	07/07/2016	70	Quilombolas		
Ecoporanga	Acamp. Maria Izabel/Faz. Santa Rita	05/09/2016	300	Sem Terra		
Subtotal:		2	370			

Ocupações/Retomadas						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Aracruz	Área em Aracruz	23/05/2016	200	MST		
Ecoporanga	Acamp. Maria Izabel/Faz. Santa Rita	21/08/2016	300	MST		
Linhares	Área da Fibria Celulose	12/09/2016	150	MST		
Subtotal:		3	650			

Total Conflitos por Terra - ES 5 1020

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Brejetuba	Fazenda em Brejetuba	14/07/2016	14	14		Café
Subtotal:		1	14	14		

Total Conflitos Trabalhistas - ES 1 14

ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Aracruz	Ald. Córrego d' Ouro/Olho d' Água/Tupinikim/Guarani M'Bia/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	28/01/2016	905	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Aracruz	T. I. Comboios/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	29/06/2016		Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água	
Baixo Guandu	Com. Ribeirinha Mascarenhas/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	14/04/2016	300	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água	

Baixo Guandu	Ilha das Orquídeas/Rio Doce/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	27/10/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Colatina	Várias Com. Ribeirinhas do Rio Doce/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	21/10/2016	116	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Linhares	Lagoa Monsarás/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	29/01/2016	190	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Linhares	Balneário de Povoação/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	29/06/2016	155	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Linhares	Com. Degredo/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	29/06/2016	175	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Linhares	Pontal do Ipiranga/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	29/06/2016	220	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Linhares	Com. de Regência/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	18/07/2016	60	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Linhares/São Mateus	Com. das Praias de Barra Seca e Urussuquara/Transpetro/Petrobras/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2016	375	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Mateus	Barra Nova/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	15/08/2016		Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
São Mateus	Faz. Ponta/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2016	27	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Mateus	Com. Nativo/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2016	27	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Mateus	Com. Ferrugem/Mineradora Samarco	05/11/2016	150	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Mateus	Com. Gameleira/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2016	75	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Mateus	Com. São Miguel/Mineradora Samarco-Vale-BHP Billiton	05/11/2016	11	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		17	2786		

Total dos Conflitos no Campo ES 23 Pessoas: 19044

Goiás

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Água Limpa	Área em Água Limpa	21/05/2016	1	Sem Informação
Catalão	Com. Macaúba/Vale	17/11/2016	26	Pequenos proprietários
Catalão	Com. Mata Preta/Vale	17/11/2016	20	Pequenos proprietários
Catalão	Comun. Coqueiros/Vale	17/11/2016	54	Pequenos proprietários
Formosa	Fazenda Saco de Bom Jesus	08/09/2016	1000	Sem Terra
Itapaci	Fazenda Araraquara	18/02/2016	20	Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Usina Santa Helena	14/03/2016		Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Usina Santa Helena	14/04/2016		Sem Terra
Santa Helena de Goiás	Usina Santa Helena	31/05/2016	800	Sem Terra
Santa Isabel	Fazenda Sibéria	20/01/2016	375	Sem Terra
Subtotal:		10	2296	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Água Limpa	Área em Água Limpa	21/05/2016	1	OI
Caçu	P. A. Sonho Real	01/05/2016	1	Terra Livr
Formosa	Fazenda Saco de Bom Jesus	08/09/2016	75	MST
Itauçu	Faz. Córrego Rico/Faz. do Estado	10/09/2016	150	Terra Livr
Jataí	Faz. Sertãozinho/Ariranha	24/03/2016	200	Terra Livr
Jataí	Fazenda Campolina	25/03/2016	250	Terra Livr
Santa Helena de Goiás	Usina Santa Helena	31/07/2016	1000	MST
Santa Isabel	Fazenda Sibéria	16/01/2016	375	MST
Subtotal:		8	2052	

Total Conflitos por Terra - GO 18 4348

TRABALHO

Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Minaçu	Sítio Vilaça	31/05/2016	1	1		Pecuária
Subtotal:		1	1	1		

Total Conflitos Trabalhistas - GO	1	1
--	----------	----------

ÁGUA

Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Caiapônia	Assentamento Cachoeira Bonita	06/06/2016	3	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água	
Caiapônia	Assentamento Morrinhos	03/09/2016	3	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água	
Flores de Goiás	Assent. Caiçara/Com. Gameleira	20/12/2016	250	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água	
Iaciara	Com. Quil. Ascorquileia/Rio Água Quente	17/11/2016		Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água	
Iaciara	Com. Levantado/Salina/Belo/Córrego Brejo do Fogo	20/12/2016	350	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água	
Minaçu/Niquelândia/Uruaçu	Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa	17/11/2016	925	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição	
Piranhas	P. A. Nascente de São Domingos	15/09/2016	3	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Silvânia	Comunidade João de Deus	17/11/2016	45	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água	
Subtotal:		8	1579			

Total dos Conflitos no Campo GO	27	Pessoas: 29636
--	-----------	-----------------------

Maranhão

TERRA

Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Açailândia	Assent. Novo Oriente/Vale	22/08/2016	40	Assentados	
Açailândia	Com. Francisco Romão/Vale	22/08/2016	102	Assentados	
Açailândia	Comunidade Agroplanalto	22/08/2016	30	Assentados	
Açailândia	Comunidade Planalto I	22/08/2016	18	Assentados	
Açailândia	Faz. Conquista/Assent. João do Vale/Vale	22/08/2016	39	Assentados	
Aldeias Altas	Pov. Gostoso, Barro I e II, Pati, Bom Sucesso/TG Agroindústria	12/04/2016	37	Posseiros	
Alto Alegre do Maranhão	Arame	20/07/2016	16	Assentados	
Alto Alegre do Maranhão	Boa Hora	18/01/2016	41	Assentados	
Alto Alegre do Maranhão	Com. Quilombola Mamorana/Boa Hora 3	18/01/2016	32	Quilombolas	
Alto Alegre do Maranhão	Gl. Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	18/01/2016	45	Assentados	
Alto Alegre do Pindaré/Bom Jardim/São João do Caru	T. I. Caru/Vale	11/06/2016		Indígenas	
Amapá do Maranhão/Maracaçumé	Gleba Campina	18/01/2016	100	Posseiros	
Amarante do Maranhão	Assassinato de Roni dos Santos Miranda	01/02/2016		Sindicalista	
Amarante do Maranhão	Povoado Belo Monte 3	13/05/2016	45	Posseiros	
Amarante do Maranhão/Arame/Bom Jesus das Selvas/Buriticupu/Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	26/03/2016		Indígenas	
Amarante do Maranhão/Arame/Bom Jesus das Selvas/Buriticupu/Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	11/04/2016		Indígenas	
Amarante do Maranhão/Arame/Bom Jesus das Selvas/Buriticupu/Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	19/04/2016		Indígenas	

Amarante do Maranhão/Arame/Bom Jesus das Selvas/Buriticupu/Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	22/04/2016		Indígenas
Amarante do Maranhão/Arame/Bom Jesus das Selvas/Buriticupu/Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	28/07/2016		Indígenas
Anajatuba	Retiro São João da Mata/Com. Companhia	31/01/2016	80	Quilombolas
Anapurus	Com. Formiga/Suzano Papel Celulose	13/06/2016	12	Posseiros
Araguanã/Centro do Guilherme/Centro Novo do Maranhão/Maranhãozinho/Nova Olinda do Maranhão/Santa Luzia do Paruá/Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	09/03/2016		Indígenas
Araguanã/Centro do Guilherme/Centro Novo do Maranhão/Maranhãozinho/Nova Olinda do Maranhão/Santa Luzia do Paruá/Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	27/08/2016	360	Indígenas
Araioses	Ilha do Goiabal	21/07/2016	30	Posseiros
Araioses	Paramirim	21/01/2016	45	Posseiros
Araioses	Pau Ferrado	21/01/2016	74	Posseiros
Araioses	Santa Rosa	21/01/2016	28	Posseiros
Bacabal	Piratininga	19/11/2016	250	Quilombolas
Bacabeira	Jambuca/Batista/Campo de Perizes/Distrito Industrial Bacabeira II	23/05/2016	3000	Pescadores
Barra do Corda	Acamp. diante da Faz. São José/Salomão	14/09/2016	32	Sem Terra
Barra do Corda	Faz. Ourives/Camburi	05/10/2016	10	Ribeirinhos
Barra do Corda	Vista Alegre/São Martinho	14/09/2016	54	Posseiros
Barra do Corda/Grajaú	T. I. Cana Brava-Marajá/São Pedro dos Cacetes/Aldeia Travessia	23/09/2016		Indígenas
Barra do Corda/Grajaú	T. I. Cana Brava-Marajá/São Pedro dos Cacetes/Aldeia Travessia	26/11/2016		Indígenas
Belágua	Estiva do Alfredo	18/01/2016	13	Posseiros
Belágua	Pau Ferrado I	21/07/2016	32	Posseiros
Belágua	Pau Ferrado II	18/01/2016	12	Posseiros
Belágua/São Benedito do Rio Preto	Olho d'Água dos Diniz	21/01/2016	35	Posseiros
Benedito Leite	Forquilha I, II e III/Região do Matopiba/Ilha Veneza	27/04/2016	21	Posseiros
Bom Jardim	Fazenda Pedreira II	14/09/2016	154	Posseiros
Bom Jardim/Buriticupu	Rio da Onça/Pov. Brejinho/Rebio do Gurupi	06/04/2016	33	Posseiros
Bom Jardim/Carutapera/Grajaú/Turiaçu/Zé Doca	Área Indígena Awá - Guajá	20/08/2016	90	Indígenas
Bom Jesus das Selvas	Assent. São Francisco/Suzano Papel Celulose	18/01/2016	70	Assentados
Bom Jesus das Selvas/Santa Luzia	Fazenda Rodominas	05/10/2016	134	Assentados
Brejo	Com. Quilombola de Depósito	21/01/2016	22	Quilombolas
Brejo	Quilombo Alto Bonito	17/05/2016	65	Quilombolas
Brejo/Buriti	Com. Quilombola Saco das Almas/Vila das Almas	21/01/2016	1859	Quilombolas
Buriti	Com. Cacimba do Boi/Feitoria/Cajueiro	21/01/2016	60	Posseiros
Buriti	Pov. Carrancas/Monsanto	18/01/2016	12	Posseiros
Buriticupu	Centro dos Farias/Vale	09/11/2016	43	Posseiros
Buriticupu	Com. Vila Labote/Vale	09/11/2016	30	Posseiros
Buriticupu	Com. Vila Pindaré/Pov. Presa de Porco/Vale	09/11/2016	800	Pequenos proprietários
Buriticupu	Com. Vila Casa Azul/EFC/Vale	09/11/2016		Pequenos proprietários
Buriticupu	P. A. Vila União Portugal/Com. Vila Concórdia/Vale	09/11/2016	54	Assentados
Cândido Mendes	Caracá-Mirim	18/01/2016	80	Posseiros
Cândido Mendes	Com. Aurizona/Mineração Aurizona	18/01/2016	70	Posseiros
Caxias	Com. Sabiá/Faz. Barra da Teresa	17/03/2016		Posseiros
Caxias	Com. Sabiá/Faz. Barra da Teresa	31/07/2016		Posseiros
Caxias	Com. Sabiá/Faz. Barra da Teresa	06/08/2016		Posseiros
Caxias	Com. Sabiá/Faz. Barra da Teresa	28/08/2016	102	Posseiros
Caxias	Pov. Central dos Medeiros/Grupo Maratá	18/01/2016	60	Posseiros

Chapadinha	Assentamento Baturité	18/01/2016	100	Assentados
Chapadinha	Com. Quilombola Barro Vermelho	21/01/2016	680	Quilombolas
Chapadinha	Data Guarimã/Cantinho	12/04/2016	4	Posseiros
Chapadinha	Tiúba	18/01/2016	25	Posseiros
Codó	Cocal/Empresa Costa Pinto/TG Agroindústria Ltda	01/09/2016	46	Quilombolas
Codó	Com. Queimadas/Empresa Costa Pinto	01/09/2016	26	Quilombolas
Codó	Com. Quilombola Cipoal dos Pretos	18/01/2016	22	Quilombolas
Codó	Com. Quilombola Mata Virgem	04/02/2016	23	Quilombolas
Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras	01/06/2016	18	Quilombolas
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	27/07/2016	72	Quilombolas
Codó	Com. Três Irmãos/Monta Barro/Queimadas/Empresa Costa Pinto/TG Agroindústria Ltda	02/08/2016	55	Quilombolas
Codó	Comunidade Livramento	07/04/2016	70	Posseiros
Codó	Comunidade Puraquê	18/01/2016	24	Quilombolas
Codó	Comunidade São Cristóvão	23/01/2016	25	Posseiros
Codó	Monta Barro/Empresa Costa Pinto	01/09/2016	18	Quilombolas
Codó	P. A. Imperial	10/01/2016	219	Assentados
Codó	Parnaso/Empresa Costa Pinto	18/01/2016	12	Posseiros
Codó	Pov. Cacimba de Areia/Empresa Costa Pinto/TG Agroindústria Ltda	01/09/2016	50	Quilombolas
Codó	Pov. Vergel/Veget/Faz. Boa Esperança	19/02/2016	12	Quilombolas
Codó	Roque/Axixá	18/01/2016	73	Posseiros
Coelho Neto	Fazenda Brejinho	18/01/2016	124	Posseiros
Coroatá	Santana	12/10/2016	43	Posseiros
Duque Bacelar	Gl. Coroa da Onça/Faz. São João/Acamp. Maria Aragão	28/04/2016	35	Sem Terra
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada de Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	15/04/2016		Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada de Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	20/04/2016		Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada de Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	28/11/2016		Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada de Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	28/12/2016	12	Posseiros
Governador Nunes Freire	P. A. Maracaçumé Mesbla	20/01/2016	500	Assentados
Grajaú	T. I. Bacurizinho/Aldeias Kamihaw Guajajara/Nazaré/Pedra/Planalto	11/09/2016		Indígenas
Grajaú	T. I. Bacurizinho/Aldeias Kamihaw Guajajara/Nazaré/Pedra/Planalto	12/11/2016	70	Indígenas
Grajaú/Mirador/São Raimundo das Mangabeiras	Parque Estadual do Mirador	31/07/2016	260	Posseiros
Igarapé do Meio	Vila Diamante/P. A. Jutai/Vale	07/03/2016	400	Assentados
Itaipava do Grajaú	T. I. Geralda Toco Preto	17/08/2016	87	Indígenas
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Sta. Rosa dos Pretos/Vale	28/06/2016	700	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Mata de São Benedito 2	18/01/2016	27	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Mata de São Benedito I	18/01/2016	23	Quilombolas
Itapecuru Mirim	P. A. Conceição Rosa	31/12/2016	99	Assentados
Itapecuru Mirim	Sumaúma	18/01/2016	46	Quilombolas
Lago do Junco	Povoado Centro dos Aguiar/Faz. Nova Olinda	18/01/2016	42	Posseiros
Matinha	Com. Quilombola Graça	05/07/2016	30	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola Itapera	05/07/2016	53	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola Jacuíca	05/07/2016	50	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola Preguiça Velha Contenda	05/07/2016	600	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola São Caetano	05/07/2016	18	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola São José de Bruno	05/07/2016	22	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola Tanque do Valença	05/07/2016	118	Quilombolas
Matinha/Pedro do Rosário	Com. Quilombola Imbiral/Cabeça Branca	13/05/2016	30	Quilombolas
Matinha/Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	07/02/2016		Indígenas
Matinha/Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	17/02/2016		Indígenas
Matinha/Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	07/04/2016		Indígenas
Matinha/Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	15/07/2016		Indígenas

Matinha/Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	21/08/2016		Indígenas
Matinha/Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	26/08/2016		Indígenas
Matinha/Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	01/09/2016	100	Indígenas
Matões	Com. São João/Suzano Papel Celulose	04/02/2016	40	Quilombolas
Matões	Com. Tanque de Rodagem/São João/Faz. Castiça/Suzano Papel Celulose	18/01/2016	50	Posseiros
Matões do Norte	Com. Quilombola Lago do Coco	04/02/2016	30	Quilombolas
Miranda do Norte	Com. Quilombola Joaquim Maria	02/02/2016		Quilombolas
Mirinzal	Com. Quilombola Rio do Curral	04/02/2016	23	Quilombolas
Mirinzal/Santa Helena	Com. Quilombola Vivo	04/02/2016	53	Quilombolas
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	16/02/2016		Quilombolas
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	18/02/2016		Quilombolas
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	22/02/2016		Quilombolas
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	31/03/2016		Quilombolas
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	17/04/2016		Quilombolas
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	18/04/2016	70	Quilombolas
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	04/02/2016	152	Quilombolas
Parnarama	Pov. Guerreiro/Faz. Cana Brava/Suzano Papel Celulose	18/01/2016	40	Posseiros
Parnarama	Povoado Conceição	18/01/2016	80	Posseiros
Peri - Mirim	Capoeira Grande	17/06/2016	40	Quilombolas
Peri - Mirim	Com. Quilombola Pericumã	17/06/2016	56	Quilombolas
Peri - Mirim	Com. Quilombola Rio da Prata	17/06/2016		Quilombolas
Peritoró	Faz. Boa Esperança/Modelo	18/01/2016	23	Posseiros
Pirapemas	Afoga Bode	18/01/2016	18	Quilombolas
Pirapemas	Com. Bica/Território Quilombola Aldeia Velha	18/01/2016	22	Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	06/01/2016	33	Quilombolas
Pirapemas	Comunidade Leão	18/01/2016	14	Quilombolas
Pirapemas	Parnamirim	18/01/2016	12	Quilombolas
Pirapemas	Santo Honório	18/01/2016	20	Quilombolas
Primeira Cruz	Faz. São Raimundo/Rosarinho/Sena Coutinho	21/07/2016	16	Posseiros
Primeira Cruz	PE Tronco/Buritizal/Troncho/Sena Coutinho	15/04/2016	30	Assentados
Santa Quitéria do Maranhão	Alto Formoso	21/01/2016	120	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Baixão do Coceira/Suzano Papel Celulose	21/01/2016	70	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Coceira/Suzano Papel e Celulose	21/01/2016	110	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Pov. Mata dos Fernandes/Faz. Cascavel/Data Frexeira	26/04/2016	2	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Vertente/Suzano Papel Celulose	21/01/2016	80	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão/Urbano Santos	Bracinho/Suzano Papel Celulose	29/04/2016	39	Posseiros
Santo Amaro do Maranhão	Baixa Funda	19/07/2016	49	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	Assentamento São Luís/Picos	18/01/2016	54	Assentados
São Benedito do Rio Preto	Bacuri	21/01/2016	22	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	Comunidade Alegria do Raul	18/01/2016	36	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	P. A. Maria Rodrigues/Lagoa da Lúcia	18/01/2016	44	Assentados
São Benedito do Rio Preto	Povoado Bacabal	18/01/2016	10	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	Santa Maria/P. A. Antônio Marcos de Jesus	18/01/2016	97	Assentados
São Benedito do Rio Preto	São Domingos	18/01/2016	13	Quilombolas
São Luís	Assent. Cassaco/Arraial de Anajatiua/Região do Quebra Pote	16/11/2016	242	Assentados
São Luís	Cajueiro/Guarimanduba/Andirobal/Parnauaçú	10/05/2016	170	Pescadores
São Luís	Com. Camboa dos Frades	24/02/2016	80	Pescadores
São Luís	Com. Tinai/São Bruno	31/01/2016	23	Posseiros
São Luís	Porto Grande	24/02/2016	630	Posseiros
São Luís	Pov. Ilhinha/Vila Maranhão	24/02/2016	50	Pescadores
São Luís	Rio dos Cachorros	24/02/2016	47	Pescadores
São Luís	Sítio São Benedito	24/02/2016	200	Posseiros
São Luís	Taim	24/02/2016	120	Pescadores
São Luís	Tajipurú/Tagipurú	13/05/2016	100	Posseiros

São Luís	Vila Conceição	24/02/2016	500	Posseiros
São Mateus do Maranhão	Pov. Pai Mané/Retiro Velho/Barroco e Simão/Faz. Ouro Azul	18/01/2016	36	Posseiros
São Pedro da Água Branca/Vila Nova dos Martírios	Fazenda Jurema	05/10/2016	160	Sem Terra
São Raimundo das Mangabeiras	Data Barra da Onça	31/08/2016	5	Posseiros
São Raimundo das Mangabeiras	Data Ipoeira	25/10/2016	300	Posseiros
São Vicente Ferrer	Com. Quilombola de Charco	24/02/2016	30	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	04/02/2016	32	Quilombolas
Timbiras	Faz. Campestre Catulo/Pov. Canafista/Canafístula	18/01/2016	427	Posseiros
Tuntum	Pov. Baixão do Gato e Tamanquinho	18/01/2016	50	Posseiros
Tutóia	Ilha Grande do Paulino	21/01/2016	30	Assentados
Urbano Santos	Povoado São Félix	23/01/2016		Posseiros
Vila Nova dos Martírios	Assent. Deus Proteja/GI. 01	16/09/2016	30	Assentados
Subtotal:		178	18264	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Matinha/Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	15/08/2016	100	Índios
Subtotal:		1	100	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Barra do Corda	Acamp. diante da Faz. São José/Salomão	28/07/2016	32	ATR
Subtotal:		1	32	

Total Conflitos por Terra - MA 180 18396

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Açailândia	Fazenda Serra Verde	29/03/2016	2	2		Pecuária
Açailândia	Fazenda Todos os Santos	26/01/2016	4	3		Capim, agrotóxico e pecuária
Açailândia	Fazenda Vale do Rio Azul	02/06/2016	8	8		Pecuária
Arame	Fazenda Rancho Rico	10/04/2016	11	5		Juquira e pecuária
Bom Jardim	Fazenda Planalto	08/09/2016	13			Soja
Brejo de Areia	Fazenda Lago Azul	12/07/2016	22	22		Pecuária
Parnarama	Fazenda Tremendal	18/04/2016	9	9		Pecuária
Santa Luzia	Fazenda Pimenta	27/04/2016	10			Roçagem e pecuária
Subtotal:		8	79	49		

Total Conflitos Trabalhistas - MA 8 79

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Barra do Corda	Com. São José do Mearim/PCH Coco	08/06/2016	220	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Barra do Corda	Com. Tamarindo do Barro Branco/PCH Coco	08/06/2016	95	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Barra do Corda	Com. São José do Japão/PCH Coco	08/06/2016	64	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Barra do Corda	Com. Santa Vitória/PCH Coco	08/06/2016	370	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Barra do Corda	Com. Baixão do Coco/PCH Coco	08/06/2016	25	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Barra do Corda	Com. Monte Castelo/PCH Coco	08/06/2016	400	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Barra do Corda	Com. Choua/PCH Coco	08/06/2016	8	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação

Barra do Corda	Com. Ipiranga/PCH Coco	08/06/2016	450	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Subtotal:		8	1632		

Total dos Conflitos no Campo MA	196	Pessoas: 100219
--	------------	------------------------

Mato Grosso

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	01/03/2016		Indígenas
Alto Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	20/05/2016		Indígenas
Alto Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	19/10/2016	225	Indígenas
Brasnorte	T. I. Irantxe/Manoki	21/03/2016	50	Indígenas
Canarana	T. I. Pimentel Barbosa/Xavante	20/02/2016		Indígenas
Canarana	T. I. Pimentel Barbosa/Xavante	21/02/2016	1000	Indígenas
Canarana/Feliz Natal/Gaúcha do Norte/Marcelândia/Nova Uiratã/Paranatinga/Querença/São Félix do Araguaia	Parque Indígena do Xingu	31/08/2016	1522	Indígenas
Castanheira	Faz. Santa Rita de Cássia/Zé Crica	22/06/2016	110	Sem Terra
Castanheira	Faz. Vovó Amélia/Acamp. Nova Esperança V	03/06/2016		Sem Terra
Castanheira	Faz. Vovó Amélia/Acamp. Nova Esperança V	19/08/2016		Sem Terra
Castanheira	Faz. Vovó Amélia/Acamp. Nova Esperança V	22/08/2016		Sem Terra
Castanheira	Faz. Vovó Amélia/Acamp. Nova Esperança V	23/08/2016	30	Sem Terra
Castanheira	Fazenda Cristo Rei	03/06/2016	35	Sem Terra
Castanheira	Fazenda Sumaré	03/06/2016		Sem Terra
Castanheira	Fazenda Sumaré	14/07/2016	60	Sem Terra
Chapada dos Guimarães	Gl. Monjolinho/Faz. São Judas Tadeu/BR Foods/Acamp. Monjolinho	01/08/2016	162	Sem Terra
Colider/Santa Cruz do Xingu/São José do Xingu/Vila Rica	T. I. Kapotnhinore	07/03/2016		Indígenas
Colniza	Região da Capa Mansa/Área de Posse	01/04/2016	20	Posseiros
Colniza/Rondolândia	T. I. Piripkura/Kawahiva	01/11/2016	17	Indígenas
Confresa	Faz. Piracicaba/P. A. Piracicaba	28/05/2016	211	Assentados
Cuiabá	Área em Coxipó do Ouro	19/07/2016	200	Posseiros
Feliz Natal	Área Vale das Águas/Próxima ao Rio Tartaruga	05/09/2016		Sem Terra
Feliz Natal	Área Vale das Águas/Próxima ao Rio Tartaruga	17/09/2016	30	Sem Terra
General Carneiro/Novo São Joaquim/Poxoréu	T. I. Sangradouro/Volta Grande/Xavante	23/11/2016		Indígenas
General Carneiro/Novo São Joaquim/Poxoréu	T. I. Sangradouro/Volta Grande/Xavante	24/11/2016	221	Indígenas
Itanhangá/Itapurah	Assent. Tapurah/Itanhangá	18/10/2016		Assentados
Jangada	Com. Mutum e Ribeirão das Pedras Acima	31/07/2016	50	Trabalhador Rural
Juína	Faz. São Cristóvão II/Coimma Agropecuária	30/06/2016	60	Sem Terra
Juína	T. I. Enawenê-Nawê/Adowinã/Rio Preto	12/01/2016	96	Indígenas
Juína	T. I. Aripuanã/Cinta Larga	12/12/2016	72	Indígenas
Juruena	Fazenda Rohsamar/Rohden	18/04/2016		Sem Terra
Juruena	Fazenda Rohsamar/Rohden	31/05/2016	300	Sem Terra
Luciara	T. I. Porto Velho/Kanela do Araguaia	24/05/2016		Indígenas
Luciara	T. I. Porto Velho/Kanela do Araguaia	29/07/2016		Indígenas
Luciara	T. I. Porto Velho/Kanela do Araguaia	15/08/2016	30	Indígenas
Nossa Senhora do Livramento	Fazenda Nova Esperança	26/07/2016	10	Sem Terra
Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vida/Quilombo Mata Cavalo/Mutuca	10/06/2016	418	Quilombolas
Nova Bandeirantes	Faz. Acará e Matrinchã/Madeira Juara/Gl. Japurana	16/06/2016	43	Sem Terra
Nova Guarita	Assentamento Raimundo Vieira	31/10/2016		Assentados
Nova Guarita	Assentamento Raimundo Vieira	29/12/2016	12	Assentados

Nova Guarita/Peixoto de Azevedo	Gleba do Gama/P. A. Renascer	31/01/2016		Sem Terra
Nova Guarita/Peixoto de Azevedo	Gleba do Gama/P. A. Renascer	26/03/2016		Sem Terra
Nova Guarita/Peixoto de Azevedo	Gleba do Gama/P. A. Renascer	30/10/2016	39	Sem Terra
Nova Uiratã	Faz. Araçatuba/Acamp. Pé de Galinha	15/03/2016	150	Sem Terra
Novo Mundo	Faz. Araúna/Acamp. Nova Esperança/Gl. Nhandu	21/02/2016		Sem Terra
Novo Mundo	Faz. Araúna/Acamp. Nova Esperança/Gl. Nhandu	27/02/2016	100	Sem Terra
Novo São Joaquim	Fazenda Santa Maria	15/05/2016		Sem Terra
Novo São Joaquim	Fazenda Santa Maria	04/11/2016	60	Sem Terra
Rondonópolis	Faz. Vila Rica/Acamp. Dandara	04/09/2016	150	Sem Terra
Rondonópolis	T. I. Tadarimana/Índios Bororo	26/08/2016	113	Indígenas
Subtotal:		50	5596	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Acorizal/Jangada/Várzea Grande	Gl. Espinheiro/Acamp. Chico Mendes/Itamaracá	01/08/2016	200	MST
Castanheira	Faz. Santa Rita de Cássia/Zé Crica	11/01/2016	110	OI
Castanheira	Faz. Vovó Amélia/Acamp. Nova Esperança V	10/04/2016	30	OI
Castanheira	Fazenda Cristo Rei	12/04/2016	35	OI
Castanheira	Fazenda do Zé da Cândida	13/01/2016	30	OI
Castanheira	Fazenda Joaquim Velho	25/01/2016	30	OI
Castanheira	Fazenda Sumaré	03/06/2016	35	OI
Colniza	Fazenda Bauru/Magali	15/02/2016	150	OI
Colniza	Fazenda Tutelândia	31/01/2016	80	OI
Feliz Natal	Área Vale das Águas/Próxima ao Rio Tartaruga	31/08/2016	30	MST
Juína	Faz. São Cristóvão II/Coimma Agropecuária	15/06/2016	60	MST
Juína	Ocupação Faz. Rodinha D'água/Agropecuária Cumbarú Ltda.	31/01/2016	90	OI
Juruena	Fazenda Rohsamar/Rohden	02/04/2016	300	OI
Luciara	T. I. Porto Velho/Kanela do Araguaia	09/05/2016	30	Índios
Nossa Senhora do Livramento	Fazenda Nova Esperança	23/07/2016	10	MST
Nova Olímpia	Fazenda Santa Cecília	16/06/2016	200	MST
Novo São Joaquim	Fazenda Santa Maria	01/05/2016	60	MTAA/MT
Subtotal:		17	1480	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Castanheira	Faz. Vovó Amélia/Acamp. Nova Esperança V	04/06/2016	30	OI
Itanhangá/Tapurah	Assent. Tapurah/Itanhangá	10/12/2016	25	
Primavera do Leste	Acampamento às margens da BR-070	07/04/2016	200	MTAA/MT
Subtotal:		3	255	

Total Conflitos por Terra - MT

70 **7331**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Chapada dos Guimarães/Cuiabá	Parque Nacional da Chapada dos Guimarães	07/07/2016	4	4		Benfeitorias
Matupá	Fazenda São Francisco	10/06/2016	10			Pecuária
Poxoréu	Fazenda Rio Dourado	13/06/2016	5	5		Pecuária
São José do Rio Claro	Área de Preservação Ambiental	04/05/2016	2	2		Madeira
São José do Rio Claro	Fazenda Meus Netos	11/03/2016	2	2		Pecuária
Subtotal:		5	23	13		

Total Conflitos Trabalhistas - MT

5 **23**

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
--------------	------------------	------	----------	---------------	----------

Apiacás/Juara/Nova Canaã do Norte/Tabaporã	T. I. Batelão/Apiacá- Kayabi/Ald. Kururuzinho//Muruvi/Dinossauro	13/11/2016	50	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Canarana/Gaúcha do Norte	T. I. Pequizal do Naruvôtu	03/08/2016	17	Uso e preservação	Pesca predatória
Chapada dos Guimarães	Usina de Manso/Furnas/Faz. do Mamão	01/09/2016	100	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Cláudia	UHE de Sinop/Assent. 12 de Outubro/PAC	15/12/2016	87	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Cláudia/Colider/Itaúba/Nova Canaã do Norte	UHE Colíder/Complexo Teles Pires/PAC	31/10/2016	84	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Nossa Senhora do Livramento	Comunidade Bocainha	31/07/2016	50	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Sinop	UHE Sinop/Colônia de Pescadores Z-16/PAC	17/12/2016	70	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Sinop/Tabaporã/Tapurah	Gl. Mercedes V/UHE de Sinop/Complexo Teles Pires/PAC	15/12/2016	212	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Subtotal:		8	670		

Total dos Conflitos no Campo MT 83 **Pessoas:** 40028

Mato Grosso do Sul

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amambai/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	06/01/2016		Indígenas
Amambai/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	31/01/2016		Indígenas
Amambai/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	10/03/2016		Indígenas
Amambai/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	11/03/2016		Indígenas
Amambai/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	13/09/2016	50	Indígenas
Aquidauana	Faz. Esperança/T. I. Taunay Ipegue	11/05/2016	78	Indígenas
Aquidauana	Faz. Ipanema/T. I. Taunay Ipegue	17/05/2016	40	Indígenas
Aquidauana	Faz. Pé de Cedro/T. I. Taunay Ipegue	17/05/2016	30	Indígenas
Aquidauana	Faz. Touro/T. I. Taunay Ipegue	17/05/2016	40	Indígenas
Caarapó	Aldeia Te Yikue/Te'yikue/Faz. Sta Helena/Faz. Sardinha	11/07/2016	40	Indígenas
Caarapó	Comunidade Tey'i Juçu	05/01/2016		Indígenas
Caarapó	Comunidade Tey'i Juçu	22/01/2016	30	Indígenas
Caarapó	Faz. Yvu/Ivu/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	14/06/2016		Indígenas
Caarapó	Faz. Yvu/Ivu/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	26/06/2016		Indígenas
Caarapó	Faz. Yvu/Ivu/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	06/07/2016	100	Indígenas
Douradina	Faz. Coqueiro e Santa Helena/Tajasu Iguá/T. I. Lagoa Rica Panambi	16/02/2016	23	Indígenas
Dourados	15 Sítios Retomados/Imediações das Aldeias Bororo e Jaguapiru	11/03/2016		Indígenas
Dourados	15 Sítios Retomados/Imediações das Aldeias Bororo e Jaguapiru	25/10/2016	30	Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	13/05/2016		Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	06/07/2016		Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	12/07/2016	9	Indígenas
Dourados/Itaporã	Tekoha Ita Poty/Faz. Cristal	12/03/2016		Indígenas
Dourados/Itaporã	Tekoha Ita Poty/Faz. Cristal	14/03/2016		Indígenas
Dourados/Itaporã	Tekoha Ita Poty/Faz. Cristal	25/10/2016	60	Indígenas
Japorã	Porto Lindo/Ivy - Katu/Guarani - Kaiowá/Faz. Pedra Branca	05/01/2016	760	Indígenas
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	16/01/2016		Indígenas
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	18/01/2016		Indígenas
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	19/02/2016	80	Indígenas

Nova Alvorada do Sul	Fazenda Bordon	30/04/2016		Sem Terra
Nova Alvorada do Sul	Fazenda Bordon	14/07/2016	150	Sem Terra
Rio Brilhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranjeira Nhanderu	28/01/2016	35	Índigenas
Sidrolândia	Invasão do Centro de Pesquisa e Capacitação Geraldo Garcia (CEPEGE)	04/11/2016		Liderança
Subtotal:		32	1555	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Amambai/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	30/01/2016		Índios
Amambai/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	04/02/2016	50	Índios
Aquidauana	2 Fazendas/T. I. Taunay Ipegue	11/05/2016		Índios
Aquidauana	Faz. Água Branca/T. I. Taunay Ipegue	13/05/2016	40	Índios
Aquidauana	Faz. Capão das Araras/T. I. Taunay Ipegue	13/05/2016	40	Índios
Aquidauana	Faz. Funil/T. I. Taunay Ipegue	13/05/2016	40	Índios
Aquidauana	Faz. Ipanema/T. I. Taunay Ipegue	13/05/2016	40	Índios
Aquidauana	Faz. Nova Bahia/T. I. Taunay Ipegue	11/05/2016	30	Índios
Aquidauana	Faz. Pé de Cedro/T. I. Taunay Ipegue	11/05/2016	30	Índios
Aquidauana	Faz. Pedrão/T. I. Taunay Ipegue	13/05/2016	40	Índios
Aquidauana	Faz. Santa Fé/T. I. Taunay Ipegue	13/05/2016	40	Índios
Aquidauana	Faz. Santa Laura/T. I. Taunay Ipegue	11/05/2016	60	Índios
Aquidauana	Faz. Touro/T. I. Taunay Ipegue	13/05/2016	40	Índios
Caarapó	Faz. Santa Maria/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	12/06/2016		Índios
Caarapó	Faz. Yvu/Ivu/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	12/06/2016	100	Índios
Caarapó	T. I. Pindo Roky/Itaguá/Retomada das Mães/Faz. Novilho/T. I. Dourados Amambai Peguá	12/06/2016		Índios
Dourados	15 Sítios Retomados/Imediações das Aldeias Bororo e Jaguapiru	05/03/2016	30	Índios
Dourados/Itaporã	Tekoha Ita Poty/Faz. Cristal	12/03/2016	60	Índios
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	13/01/2016	80	Índios
Mundo Novo	Refúgio Binacional de Maracaju/Área da Itaipu Binacional	18/01/2016	700	FNL/MAC/MAF/MTR
Ribas do Rio Pardo	Fazenda Carolina	20/03/2016	300	MSTB
Rio Brilhante	Fazenda Santa Inez/Inês	23/11/2016	30	MSTB
Subtotal:		22	1750	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	06/07/2016	9	Índios
Terenos	Acamp. Estrela 10/Margem da BR-262	23/01/2016		FNL/MAF
Subtotal:		2	9	

Total Conflitos por Terra - MS **56** **3314**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na			Tipo de Trabalho
			denúncia	Libertos	Menores	
Anastácio	Fazenda Mapal	02/02/2016	25	25		Carvão
Aquidauana	Fazenda São Luís	08/09/2016	6	6		Pecuária
Guia Lopes da Laguna	Fazenda Copaca	13/01/2016	7	7		Desmatamento
Rio Brilhante	Fazenda Santo Antônio	04/04/2016	44	44		Cana-de-açúcar
Subtotal:		4	82	82		

Total Conflitos Trabalhistas - MS **4** **82**

Total dos Conflitos no Campo MS **60** **Pessoas: 16652**

Minas Gerais

TERRA

Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Almenara	Faz. Marobá/Com. Quil. Marobá dos Teixeira	22/03/2016	13	Quilombolas
Alvorada de Minas/Conceição do Mato Dentro	Com. Quil. Ferrugem/Serra do Sapo/Proj. Minas-Rio/Anglo American	08/08/2016		Quilombolas
Barão de Cocais/Belo Horizonte/Caeté/Santa Bárbara	Serra do Gandarela/Proj. da Mina Apolo/Vale	26/02/2016	3	Pequenos proprietários
Barra Longa	Com. de Gesteira/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	04/05/2016	50	Pequenos proprietários
Buritzeiro	Com. Vazanteira do Córrego Canabrava/Faz. Canabrava	30/11/2016	64	Vazanteiros
Campo do Meio	Faz. Ariadnópolis/Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	03/03/2016		Sem Terra
Campo do Meio	Faz. Ariadnópolis/Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	20/05/2016		Sem Terra
Campo do Meio	Faz. Ariadnópolis/Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	05/07/2016	98	Sem Terra
Canápolis	Área da Us. Triálcool	11/09/2016	100	Trabalhador Rural
Canápolis	Faz. Germina/Us. Triálcool	31/07/2016	100	Trabalhador Rural
Conceição do Mato Dentro	Com. Cabeceira do Turco/Projeto Minas-Rio/Anglo American	08/08/2016		Pequenos proprietários
Conceição do Mato Dentro	Com. do Sapo/Proj. Minas-Rio/Anglo American	08/08/2016		Pequenos proprietários
Conceição do Mato Dentro	Com. do Turco/Projeto Minas-Rio/Anglo American	08/08/2016	70	Pequenos proprietários
Engenheiro Navarro	Faz. Santo Eloy/Garrote	01/03/2016	76	Sem Terra
Francisco Dumont	Faz. Cipó/Acamp. João Pedro Teixeira	01/03/2016		Sem Terra
Francisco Dumont	Faz. Cipó/Acamp. João Pedro Teixeira	02/07/2016	60	Sem Terra
Governador Valadares	Fazenda Eldorado	26/02/2016	80	Sem Terra
Grão Mogol	Faz. Rio Rancho/Buriti Pequeno/Com. Geraizeiros do Vale das Cancelas	22/10/2016	230	Geraizeiro
Itacarambi	Aldeia Vargem Grande/T. I. Xakriabá/Faz. São Judas Tadeu	23/09/2016	170	Indígenas
Itacarambi	Com. Vazanteira Barrinha/Rio São Francisco	31/08/2016	13	Vazanteiros
Itacarambi	Com. Vazanteira Esmeralda/Faz. Canta Galo	10/08/2016	35	Vazanteiros
Januária	Com. Quil. Croatá/Rio São Francisco	16/11/2016	65	Quilombolas
Manga	Fazenda Marilândia	29/03/2016	84	Quilombolas
Mariana	Com. Bento Rodrigues/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	13/09/2016	236	Pequenos proprietários
Paracatu	Com. Paracatu de Baixo/Rompimento da Barragem/Samarco-Vale-BHP Billiton	04/05/2016	90	Pequenos proprietários
Pedras de Maria da Cruz	Com. Quil. Caraíbas/Faz. Pedra de São João Agrop.	08/06/2016	32	Quilombolas
Presidente Olegário	Fazenda Roncador	23/02/2016	42	Sem Terra
Riacho dos Machados	Com. Riacho dos Machados/Min. Carpathian Gold	29/02/2016	100	Pequenos proprietários
Salto da Divisa	Com. Cabeceira do Piabanha	30/06/2016		Posseiros
Salto da Divisa	Com. Cabeceira do Piabanha	18/11/2016	12	Posseiros
Vazante	Faz. Renegado/Acamp. José Beraldo	24/05/2016	80	Sem Terra
Subtotal:		31	1903	
Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Almenara	Faz. Marobá/Com. Quil. Marobá dos Teixeira	22/03/2016	13	Quilombola
Bocaiúva	Fazenda Pedra Negra	25/10/2016	150	MST
Brasilândia de Minas	Fazenda Brejão/Vallourec	25/07/2016	100	MST
Campo do Meio	Faz. Ariadnópolis/Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	20/05/2016	98	MST
Canápolis	Área da Us. Triálcool	02/09/2016	100	MST/STR
Canápolis	Faz. Germina/Us. Triálcool	31/07/2016		MST/STR
Canápolis	Faz. Germina/Us. Triálcool	11/09/2016	100	MST/STR
Governador Valadares	Fazenda Eldorado	01/02/2016		MST
Governador Valadares	Fazenda Eldorado	26/08/2016	100	MST
Grão Mogol	Faz. Rio Rancho/Buriti Pequeno/Com. Geraizeiros do Vale das Cancelas	13/11/2016	120	MAB
Itacarambi	Com. Vazanteira Barrinha/Rio São Francisco	31/08/2016	13	Quilombola
Januária	Com. Quil. Croatá/Rio São Francisco	13/05/2016	65	Quilombola
Manga	Fazenda Marilândia	02/04/2016	84	Quilombola
Pedras de Maria da Cruz	Com. Quil. Caraíbas/Faz. Pedra de São João Agrop.	14/01/2016	35	MPP
Pedras de Maria da Cruz	Faz. Pioneira e Boa Vista/Com. Caraíbas	20/06/2016	60	LCP
Periquito	Faz. Confinamento/Pedra Corrida/Acamp. Liberdade	26/09/2016	200	MST

Subtotal:	16	1238
------------------	-----------	-------------

Total Conflitos por Terra - MG	47	3141
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Águas Vermelhas	Fazenda Seco	21/06/2016	1	1		Madeira
Bom Jesus da Penha	Fazenda Boa Vista	11/08/2016	14	14		Café
Bom Sucesso	Fazenda Santana	21/09/2016	10	10		Café
Campos Altos	Fazenda Chapadão	18/07/2016	19	19		Café
Carmo da Cachoeira	Fazenda Candeias	08/08/2016	7	7		Café
Conceição da Aparecida	Fazenda das Palmeiras	04/07/2016	16	16		Extrativismo
Machado	Fazenda Santa Helena	11/07/2016	4	4		Café
Nepomuceno	Sítio Três Cedros	02/08/2016	4	4		Café
Poço Fundo	Fazenda Monjolinho	12/07/2016	20	20		Eucalipto
Poço Fundo	Sítio Andorinhas II	18/07/2016	12	12		Café
Porto Firme	Sítio Varginha	19/06/2016	1	1		Desmatamento
Subtotal:		11	108	108		

Total Conflitos Trabalhistas - MG	11	108
--	-----------	------------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Acaiaca	Com. Goiabeira/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016	25	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Aimorés	Com. Sto. Antônio do Rio Doce e Outros/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Alpercata	Com. Ribeirinha de Alpercata/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Barra Longa	Com. Ribeirinha de Barra Longa/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/02/2016	136	Uso e preservação	Não reassentamento
Barra Longa	Com. de Mandioca/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	04/05/2016	20	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Barra Longa	Com. Barreto/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	07/12/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Barra Longa	Com. Corvinas/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	07/12/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Barra Longa	Com. Floresta/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	07/12/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Barra Longa	Com. Vista Alegre/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	07/12/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Barra Longa	Com. Onça/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	07/12/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Barra Longa	Com. Apago Fogo/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	07/12/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Barra Longa	Com. Jurumirim/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	07/12/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Barra Longa	Com. São Gonçalo/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	07/12/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Barra Longa	Com. Ocidente/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	07/12/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Barra Longa	Com. Tanque/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	07/12/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Barra Longa	Com. Capela Velha/Rompimento da Barragem Fundão/Samarco/Vale/BHP Billiton	07/12/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Belo Oriente	Com. Ribeirinha de Belo Oriente/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	28/01/2016	200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição

Berilo/Grão Mogol/José Gonçalves de Minas/Leme do Prado	UHE de Irapé/Porto Coris/42 Comunidades	21/12/2016	1800	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Bom Jesus do Galho	Com. de Bom Jesus do Galho/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Bugre	Com. Ribeirinha de Bugre/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	16/08/2016		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Caratinga	Com. de Caratinga/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016	200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Claro dos Poções/Engenheiro Navarro/Francisco Dumont/Jequitai/Lagoa dos Patos/Várzea da Palma	UHE Jequitai/PAC	11/02/2016	500	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Conceição do Mato Dentro	Com. do Jassém/Proj. Minas-Rio/Anglo American	26/04/2016	90	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Conceição do Mato Dentro	Com. Água Quente/Proj. Minas-Rio	02/05/2016	46	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Conselheiro Pena	Com. Ribeirinha de Conselheiro Pena/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Coronel Fabriciano	Com. Ribeirinha de Coronel Fabriciano/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Córrego Novo	Com. Ribeirinha de Córrego Novo/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Dionísio	Com. Baixa Verde e Outros/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Fernandes Tourinho	Com. Ribeirinha de Fernandes Tourinho/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Galiléia	Com. Ribeirinha de Galiléia/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Governador Valadares	Com. Ribeirinha de Governador Valadares/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Iapu	Com. Ribeirinha de Iapu/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Ipaba	Com. Ribeirinha de Ipaba/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016	160	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Ipatinga	Com. Ribeirinha de Ipatinga/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Itueta	Com. Ribeirinha de Itueta/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mariana	Com. Ribeirinha de Águas Claras/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Marliéria	Com. Cava Grande e Outras/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Muriáé/Rosário de Limeira	Com. Ancorado/Belisário/Serra do Brigadeiro/Mineradora CBA	29/10/2016		Uso e preservação	Divergência
Naque	Com. Ribeirinha de Naque/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	16/08/2016	40	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Periquito	Com. de Pedra Corrida e Outras/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016	200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pingo D Água	Com. Ribeirinha de Pingo d'Água/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Raul Soares	Com. Ribeirinha de Raul Soares/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição

Resplendor	T. I. Krenak/Rompimento da Barragem da Samarco-Vale-BHP Billiton	28/10/2016	126	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Resplendor	Com. Ribeirinha de Resplendor/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Rio Casca	Com. Ribeirinha Rio Casca/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Rio Doce	Com. Ribeirinha Rio Doce/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	10/08/2016		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Rio Doce	Com. Soberbo Velho/Novo Soberbo/UHE Candonga/Romp. da Barragem da Samarco	04/11/2016	120	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Salto da Divisa	Hidrelétrica de Itapebi	28/06/2016	35	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Santa Cruz do Escalvado	Com. Ribeirinha Sta. Cruz do Escalvado/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santana do Paraíso	Com. de Santana do Paraíso/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Domingos do Prata	Com. Ribeirinha de São Domingos do Prata/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São José do Goiabal	Com. Ribeirinha São José do Goiabal/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Pedro dos Ferros	Com. Ribeirinha São Pedro dos Ferros/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Sem Peixe	Com. Ribeirinha Sem Peixe/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Sobralia	Com. Ribeirinha de Sobralia/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Timóteo	Com. de Timóteo/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Tumiritinga	Com. Ribeirinha de Tumiritinga/Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton	05/11/2016	500	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Turmalina	Assent. Peixe Cru/UHE de Irapé	28/03/2016	40	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Subtotal:		58	4238		

Total dos Conflitos no Campo MG 116 **Pessoas:** 37003

Pará

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acará/Tomé-Açu	Com. Quil. Alto Acará/Biovale	12/01/2016	650	Quilombolas
Água Azul do Norte	Fazenda Mumbuca/Gleba Pium	19/10/2016	19	Sem Terra
Almeirim	Com. Repartimento dos Pilões/Jari Florestal	18/04/2016	44	Posseiros
Altamira	Resex Riozinho do Anfrísio/Grileiro CR Almeida	14/03/2016	51	Ribeirinhos
Altamira/Itaituba/Novo Progresso	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	14/12/2016	60	Assentados
Altamira/Medicilândia/Rurópolis/Uruará	T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	14/03/2016	194	Indígenas
Altamira/São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	14/03/2016	176	Indígenas
Anajás	Comunidade Igarapé Gabriel	31/12/2016	5	Ribeirinhos
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 44/Faz. Sta. Maria	28/08/2016		Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 44/Faz. Sta. Maria	18/10/2016	41	Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Rita	18/10/2016	48	Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/P. A. Pilão Poente II/Lote-69-71-73	08/06/2016		Assentados
Anapu	Gl. Bacajá/P. A. Pilão Poente II/Lote-69-71-73	24/07/2016		Assentados

Anapu	Gl. Bacajá/P. A. Pilão Poente II/Lote-69-71-73	18/10/2016	250	Assentados
Aveiro/Santarém	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós/PAC	26/02/2016		Indígenas
Bagre	Com. Quilombola São Sebastião Cipoal/Faz. Pacajá/Gl. Joana Peres I	31/12/2016	18	Quilombolas
Baião	Resex Ipaú/Anilzinho	22/11/2016	100	Extrativistas
Benevides	Faz. Sta. Paula/Bonsucesso	21/01/2016	80	Sem Terra
Bom Jesus do Tocantins/São João do Araguaia	T.I. Mãe Maria/Índios Gaviões/Ferrovia Carajás/CVRD	07/11/2016	300	Indígenas
Brejo Grande	Fazenda Tabocão	12/02/2016		Sem Terra
Breves	Com. São Sebastião/Resex Mapuá	30/09/2016	100	Ribeirinhos
Cachoeira do Arari	Com. Quil. de Gurupá	30/09/2016	200	Quilombolas
Canaã dos Carajás	Acamp. Grotão do Mutum/Complexo São Luís/P.A. Carajás/Vale/Projeto S11D	15/01/2016		Sem Terra
Canaã dos Carajás	Acamp. Grotão do Mutum/Complexo São Luís/P.A. Carajás/Vale/Projeto S11D	01/02/2016		Sem Terra
Canaã dos Carajás	Acamp. Grotão do Mutum/Complexo São Luís/P.A. Carajás/Vale/Projeto S11D	17/11/2016	350	Sem Terra
Canaã dos Carajás	Acamp. Rio Sossego/Área da Vale	12/12/2016	54	Sem Terra
Capitão Poço/São Domingos do Capim	Reserva Indígena Tembé/Alto Rio Guamá	01/06/2016	300	Indígenas
Chaves	Com. Santa Rosa/Ilha Caviana	31/03/2016	20	Ribeirinhos
Chaves	Com. São Benedito/Rio Canivete	31/03/2016	28	Ribeirinhos
Chaves	Com. São Francisco/Vila Carina/Rio Cururu	31/12/2016	20	Ribeirinhos
Chaves	Comunidade Caloal	31/03/2016	22	Ribeirinhos
Chaves	Comunidade Rio Jaranduba	31/03/2016	44	Ribeirinhos
Chaves	Comunidade Vila Ipixuna	31/03/2016	28	Ribeirinhos
Conceição do Araguaia/Floresta do Araguaia	Faz. Santa Maria Oriente/Acamp. Luiz Lopes	02/06/2016		Sem Terra
Conceição do Araguaia/Floresta do Araguaia	Faz. Santa Maria Oriente/Acamp. Luiz Lopes	16/06/2016		Sem Terra
Conceição do Araguaia/Floresta do Araguaia	Faz. Santa Maria Oriente/Acamp. Luiz Lopes	19/10/2016	53	Posseiros
Cumarú do Norte/Ourilândia do Norte/São Félix do Xingu/Tucumã	T. I. Kayapó	01/01/2016		Indígenas
Cumarú do Norte/Ourilândia do Norte/São Félix do Xingu/Tucumã	T. I. Kayapó	07/07/2016	907	Indígenas
Curionópolis	Acampamento Açaí	15/05/2016	40	Sem Terra
Curionópolis/Eldorado dos Carajás/Piçarra/Xinguara	Faz. Surubim/Acamp. Osni Venuto	25/01/2016	250	Sem Terra
Curionópolis/Marabá/Parauapebas	Faz. Marambaia/Fazendinha/Colorado/Acamp. Frei Henri	03/05/2016		Sem Terra
Curionópolis/Marabá/Parauapebas	Faz. Marambaia/Fazendinha/Colorado/Acamp. Frei Henri	04/05/2016		Sem Terra
Curionópolis/Marabá/Parauapebas	Faz. Marambaia/Fazendinha/Colorado/Acamp. Frei Henri	08/05/2016		Sem Terra
Curionópolis/Marabá/Parauapebas	Faz. Marambaia/Fazendinha/Colorado/Acamp. Frei Henri	09/05/2016	154	Sem Terra
Floresta do Araguaia	Fazenda Morro Verde	01/06/2016		Sem Terra
Floresta do Araguaia	Fazenda Morro Verde	02/06/2016	30	Sem Terra
Goianésia do Pará	Faz. Água Fria/Acamp. Deus Proverá/Km 28	31/01/2016	5	Sem Terra
Irituia/Santa Luzia do Pará	Acamp. Quintino Lira/Faz. Cambará/Gl. Pau Remo	04/01/2016		Sem Terra
Irituia/Santa Luzia do Pará	Acamp. Quintino Lira/Faz. Cambará/Gl. Pau Remo	08/08/2016	170	Sem Terra
Itaituba/Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	22/07/2016	1400	Indígenas
Itupiranga	Fazenda Lago Vermelho	15/01/2016	150	Sem Terra
Itupiranga/Marabá	Faz. Arapari/Acamp. Nova Vitória	21/10/2016	82	Sem Terra
Itupiranga/Novo Repartimento	T. I. Parakanã	07/11/2016	250	Indígenas
Marabá	Complexo da Faz. Três Poderes/Agrop. Sta. Bárbara	30/01/2016		Sem Terra
Marabá	Complexo da Faz. Três Poderes/Agrop. Sta. Bárbara	12/07/2016	450	Sem Terra
Marabá	Faz. Cabaceira/Assent. 26 de Março	05/09/2016	205	Assentados

Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina/Acamp. Hugo Chávez	11/09/2016		Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina/Acamp. Hugo Chávez	02/11/2016		Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina/Acamp. Hugo Chávez	19/12/2016	362	Sem Terra
Marabá	Fazenda Mutamba	16/10/2016	78	Sem Terra
Monte Alegre	P. A. Maripá/Com. Turará	09/02/2016	591	Assentados
Nova Ipixuna	Fazenda Muriaé	16/10/2016		Sem Terra
Nova Ipixuna	Fazenda Muriaé	18/10/2016	128	Sem Terra
Nova Ipixuna	Fazenda Tinelli	09/02/2016		Sem Terra
Nova Ipixuna	Fazenda Tinelli	20/10/2016	37	Sem Terra
Novo Progresso	Floresta Nacional do Jamanxim	17/06/2016		Sem Informação
Novo Progresso	Floresta Nacional do Jamanxim	20/12/2016		Sem Informação
Novo Progresso	PDS Terra Nossa e Riozinho	14/11/2016	1000	Assentados
Novo Repartimento	Assentamento Tuerê I e II	01/02/2016	2200	Assentados
Óbidos	T. I. Zo'é	18/08/2016		Indígenas
Óbidos	T. I. Zo'é	15/12/2016	75	Indígenas
Oeiras do Pará	Resex Florestal Arioca-Pruaná/25 Com. Tradicionais	22/11/2016	1250	Posseiros
Oriximiná	Com. Quilombola Boa Vista e Outras/Empresa Mineração Rio Norte	30/03/2016		Quilombolas
Oriximiná	Com. Quilombola Boa Vista e Outras/Empresa Mineração Rio Norte	22/08/2016	500	Quilombolas
Oriximiná	PAE Sapucaá-Trombetas	16/03/2016	800	Assentados
Oriximiná	Território Quilombola Alto Trombetas	22/08/2016	330	Quilombolas
Ourlândia do Norte	Fazenda Mil e Duzentos	21/01/2016	400	Sem Terra
Parauapebas	Fazenda Santa Clara	15/01/2016		Sem Terra
Parauapebas	Fazenda Santa Clara	03/02/2016	80	Sem Terra
Parauapebas	T. I. Xikrin/Aldeias do Cateté e Djudjê-kô/Proj. Onça Puma/Vale	15/09/2016		Indígenas
Parauapebas	T. I. Xikrin/Aldeias do Cateté e Djudjê-kô/Proj. Onça Puma/Vale	07/11/2016	325	Indígenas
Portel	Comunidade Acuti-Pereira	30/09/2016	301	Ribeirinhos
Rondon do Pará	Faz. Água Branca/Garrafão I/Garrafão II	16/10/2016	64	Sem Terra
Rurópolis	PDS Novo Mundo/Faz. Cachoeirinha	30/10/2016		Assentados
Rurópolis	PDS Novo Mundo/Faz. Cachoeirinha	13/11/2016	48	Assentados
Salvaterra	Com. Quilombola Boa Vista	31/01/2016		Quilombolas
Salvaterra	Com. Quilombola Boa Vista	04/02/2016		Quilombolas
Salvaterra	Com. Quilombola Boa Vista	06/04/2016	42	Quilombolas
Santana do Araguaia	Parte da Faz. Vale do Rio Cristalino/Agrop. Sta. Bárbara	31/07/2016		Sem Terra
Santana do Araguaia	Parte da Faz. Vale do Rio Cristalino/Agrop. Sta. Bárbara	20/09/2016	200	Sem Terra
Santarém	Índios Borari/Vila Alter do Chão	25/01/2016	134	Indígenas
Santarém	T. I. Açaizal	25/01/2016	54	Indígenas
Santarém	T. I. Maró	25/01/2016	300	Indígenas
São Domingos do Araguaia	Fazenda Boa Vista	20/10/2016	51	Sem Terra
São Domingos do Araguaia/São Geraldo do Araguaia	T. I. Aikewara/Suruí	19/10/2016	66	Indígenas
São Félix do Xingu	Área em São Félix do Xingu	06/11/2016	8	Sem Terra
São Félix do Xingu	Assent. Belauto/Faz. Jaguará	23/02/2016		Assentados
São Félix do Xingu	Assent. Belauto/Faz. Jaguará	22/06/2016	412	Assentados
São Félix do Xingu	Assent. São Francisco/Gleba São José	09/01/2016	67	Assentados
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	27/02/2016		Sem Terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	04/08/2016	150	Sem Terra
São João do Araguaia	Faz. Pastoriza/Assent. 1º de Março	20/05/2016		Assentados
São João do Araguaia	Faz. Pastoriza/Assent. 1º de Março	23/05/2016	200	Assentados
São João do Araguaia	Fazenda Landi	29/01/2016	92	Sem Terra
Senador José Porfírio	Gl. Bacajá/T. I. Arara da Volta Grande do Xingu	01/04/2016		Posseiros
Senador José Porfírio	Gl. Bacajá/T. I. Arara da Volta Grande do Xingu	02/08/2016	115	Posseiros
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita	12/01/2016		Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita	18/10/2016		Indígenas
Tomé-Açu	T. I. Tembê/Turé-Mariquita	07/11/2016	15	Indígenas
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	02/05/2016	286	Assentados
Subtotal:		110	18109	

Ocupações/Retomadas						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 44/Faz. Sta. Maria	22/03/2016	41	OI		
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Rita	22/03/2016	48	OI		
Floresta do Araguaia	Fazenda Morro Verde	31/05/2016	30	STR		
Goianésia do Pará	Faz. Água Fria/Acamp. Deus Proverá/Km 28	31/01/2016	5	OI		
Subtotal:		4	124			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Abel Figueiredo	Faz. Asturya/Acamp Jesus é Rei/Sid. Ibérica	28/02/2016	58	Fetagri/PA		
Nova Ipixuna	Fazenda Muriaé	19/10/2016	128	LCP		
Subtotal:		2	186			
Total Conflitos por Terra - PA		116	18419			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Altamira	Fazenda JK	15/05/2016	4	4		Pecuária
Altamira	Fazenda JK/Garimpo II	15/05/2016	5	5		Pecuária
Bannach	Fazenda Mula Perdida	26/07/2016	5	4		Derrubada
Itupiranga	Chácara Saudades de Minas	18/11/2016	1	1		Pecuária
Itupiranga	Fazenda Abaram	18/11/2016	9	9		Pecuária
Rondon do Pará	Fazenda Pau Terra	04/03/2016	9		3	Pecuária
São Félix do Xingu	Faz. Maria Eduarda/Serra Dourada	18/04/2016	11	11		Pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda Chocolate	07/03/2016	14	14		Pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda do Renan	24/05/2016	4			Derrubada
São Félix do Xingu	Fazenda Guaporé	26/01/2016	6	12		Pecuária
Uruará	Área em Uruará	28/10/2016	7	7		Desmatamento
Uruará	M. A. de Sousa Madeireira	18/10/2016	5	5		Café
Xinguara	Fazenda Paraguantã	16/05/2016	43		1	Pecuária
Subtotal:		13	123	72	4	
Total Conflitos Trabalhistas - PA		13	123			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Altamira	T. I. Xipáia Kuruáia/UHE Belo Monte/PAC	10/03/2016	15	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água	
Altamira	UHE Belo Monte/Consórcio Norte Energia/Mineradora Belo Sun/PAC	24/05/2016	5241	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Altamira	Resex do Médio Xingu/Terra do Meio	19/08/2016	330	Barragens e Açudes	Pesca predatória	
Altamira	Sítio Pimental/UHE de Belo Monte/Belo Sun Mineração/PAC	07/09/2016	2	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Altamira	Colônia de Pescadores Z-57/UHE Belo Monte/PAC	02/12/2016	3000	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição	
Anapu/Senador José Porfírio/Vitória do Xingu	T. I. Paquiçamba/Juruna/UHE Belo Monte/PAC	01/01/2016		Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado	
Anapu/Senador José Porfírio/Vitória do Xingu	T. I. Paquiçamba/Juruna/UHE Belo Monte/PAC	26/10/2016	16	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição	
Barcarena	Com. Vila do Conde/Furo do Arrozal/Multinacional Bunge	01/01/2016	200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Barcarena	Igarapé Curuperé e Dendê/Imerys Rio Capim Caulim	29/10/2016	60	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Oriximiná	Com. Ribeirinha do Acari/Madeireira Ebata	16/03/2016	40	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água	
Parauapebas	T. I. Xikrin/Aldeias do Cateté e Djudjê-kô/Proj. Onça Puma/Vale	23/11/2016	250	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
São Félix do Xingu	Comunidades de Pescadores do Rio Fresco	12/12/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição	

Senador José Porfírio	Gl. Bacajai/T. I. Arara da Volta Grande do Xingu	08/08/2016	28	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Tucuruí	Barragem Tucuruí/Eletronorte/T. I. Parakanã	13/01/2016		Barragens e Açudes	Sem Informação
Subtotal:		14	9182		

Total dos Conflitos no Campo PA	143	Pessoas: 138128
--	------------	------------------------

Paraíba

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Aparecida/Sousa	Proj. Irrigação das Várzeas de Sousa/Acamp. Nova Vida e Pau d' Arco	19/03/2016	319	Assentados	
Baía da Traição/Marcação/Rio Tinto	T. I. Potiguara	25/11/2016	2167	Indígenas	
Bonito de Santa Fé	Fazenda no Sítio Campo Alegre	13/01/2016	5	Trabalhador Rural	
João Pessoa	Faz. Reunidas/Granja Mimosa/Vale Encantado/Granja 20	28/12/2016	50	Sem Terra	
Mogeiro	Assent. Pe. João Maria/Faz. Linda Flor	06/04/2016	37	Assentados	
Mogeiro	Fazenda Paraíso	31/12/2016	38	Posseiros	
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	31/12/2016	29	Posseiros	
Mogeiro	Fazendinha/Faz. Reunidas	31/12/2016	35	Posseiros	
Pilar	Assent. Nova Conquista/Recreio	02/04/2016	40	Assentados	
Pilar	Fazenda Paraíso	08/04/2016	51	Posseiros	
Pitimbu	Fazenda Marinas do Abiai	31/12/2016	28	Sem Terra	
Santa Rita	Fazenda Tambauzinho	31/12/2016	23	Posseiros	
São José dos Ramos	Faz. São José/Pau-a-Pique	31/12/2016	80	Posseiros	
Subtotal:		13	2902		

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização	
João Pessoa	Faz. Reunidas/Granja Mimosa/Vale Encantado/Granja 20	20/12/2016	50	STR	
Subtotal:		1	50		

Total Conflitos por Terra - PB	14	2952
---------------------------------------	-----------	-------------

Total dos Conflitos no Campo PB	14	Pessoas: 14760
--	-----------	-----------------------

Paraná

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Cascavel	Faz. Castelo/Complexo Cajati	14/06/2016	170	Sem Terra	
Flor da Serra do Sul	Fazenda Camiotti	02/05/2016	20	Sem Terra	
Guairá	Aldeia Tekohá Mirim/T. I. Guarani	08/06/2016	7	Indígenas	
Jundiá do Sul	Fazenda Monte Verde	23/04/2016		Sem Terra	
Jundiá do Sul	Fazenda Monte Verde	23/06/2016	300	Sem Terra	
Laranjeiras do Sul	T. I. Boa Vista/Kaingang	23/03/2016	40	Indígenas	
Quedas do Iguaçu	Parte da Faz. da Araupel/Projeto Quatro/Acamp. Dom Tomás Balduino	07/04/2016		Sem Terra	
Quedas do Iguaçu	Parte da Faz. da Araupel/Projeto Quatro/Acamp. Dom Tomás Balduino	04/11/2016	1500	Sem Terra	
Santa Terezinha de Itaipu	Faz. Santa Maria/Acamp. Sebastião Camargo	20/03/2016		Sem Terra	
Santa Terezinha de Itaipu	Faz. Santa Maria/Acamp. Sebastião Camargo	18/05/2016	2000	Sem Terra	
Subtotal:		10	4037		

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Flor da Serra do Sul	Fazenda Camiotti	30/04/2016	20	MST
Guairá	Aldeia Tekohá Mirim/T. I. Guarani	06/06/2016	7	Índios
Jundiá do Sul	Fazenda Monte Verde	23/01/2016	30	MAST
Santa Terezinha de Itaipu	Faz. Santa Maria/Acamp. Sebastião Camargo	18/03/2016	2000	MST

Subtotal:		4	2057
Acampamentos			
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias Organização
Chopininho/Coronel Vivida/Mangueirinha	T.I. Mangueirinha/Kaingang-Guarani	20/04/2016	50 Índios
Quedas do Iguaçú	Faz Rio das Cobras/Araupel/Acamp. Herdeiros da Terra 1º de Maio	06/03/2016	450 MST
Quedas do Iguaçú	Faz Rio das Cobras/Araupel/Acamp. Herdeiros da Terra 1º de Maio	09/03/2016	700 MST
São Miguel do Iguaçú	Acamp. Sebastião Camargo	18/05/2016	450 MST
Subtotal:		4	1650

Total Conflitos por Terra - PR	18	7744
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Guaraniaçu	Fazenda Planalto	11/05/2016	19	19		Pecuária
Subtotal:		1	19	19		
Total Conflitos Trabalhistas - PR	1	19				

ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Capanema/Capitão Leônidas Marques/Nova Prata do Iguaçú/Planalto/Realeza	UHE Baixo Iguaçú/PAC	08/09/2016	1025	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação	
Entre Rios/Pinhão/Reserva do Iguaçú	Faz. Fundão/Quil. Invernada Paiol de Telha/PCHs Rio Capão Grande	02/09/2016	300	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação	
Subtotal:		2	1325			

Total dos Conflitos no Campo PR	21	Pessoas: 45364
--	-----------	-----------------------

Pernambuco					
TERRA					
Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Água Preta	Eng. Araruna/Acamp. Bruno Maranhão/Us. Pumaty	09/08/2016	149	Sem Terra	
Água Preta/Gameleira	Eng. Cachoeira Dantas/Us. Pumaty	09/08/2016		Sem Terra	
Aliança	Eng. São Bento/Dois Rios II/Us. Maravilha	26/10/2016		Sem Terra	
Aliança/Goiana	Eng. Folgado/Us. Cruangi	26/10/2016		Sem Terra	
Amaraji	Eng. Riacho de Pedra/Us. Pumaty	09/08/2016	50	Sem Terra	
Amaraji	Engenho Bom Jesus	22/10/2016	55	Sem Terra	
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Boa Vista/Complexo Suape	11/08/2016		Posseiros	
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Boa Vista/Complexo Suape	28/12/2016	111	Posseiros	
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Ilha/Complexo Suape	27/04/2016		Posseiros	
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Ilha/Complexo Suape	19/05/2016	250	Posseiros	
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Jasmim/Complexo Suape/PAC	17/06/2016	330	Posseiros	
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Massangana/Complexo Suape	22/01/2016		Posseiros	
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Massangana/Complexo Suape	12/05/2016	2	Posseiros	
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Serraria/Complexo Suape/PAC	16/05/2016	58	Posseiros	
Carnaubeira da Penha	T. I. Pankará	01/04/2016	600	Índigenas	
Escada	Área da Ferrovia Transnordestina/PAC	25/07/2016	100	Trabalhador Rural	
Escada/Ipojuca	Us. Salgado/Com. Sítio Zé Ipojuca	20/04/2016	300	Posseiros	
Goiana	Eng. Belo Horizonte/Us. Maravilha	26/10/2016		Sem Terra	
Goiana	Eng. Pau Amarelo/Us. Maravilha	26/10/2016		Sem Terra	
Ibimirim	Assent. Josias Barros/Agrovila IV	23/04/2016		Assentados	
Itacuruba	Com. Quil. Negros do Gilú/Us. Eletronuclear	24/11/2016	60	Quilombolas	
Itacuruba	Com. Quil. Poço dos Cavalos/Us. Eletronuclear	24/11/2016	60	Quilombolas	
Itambé	Eng. Paraguassu/Us. Maravilha	26/10/2016	50	Sem Terra	

Jaqueira	Com. do Eng. Colônia II/Laranjeira	29/08/2016		Posseiros
Jaqueira	Com. do Eng. Colônia II/Laranjeira	16/09/2016		Posseiros
Jaqueira	Com. do Eng. Colônia II/Laranjeira	11/11/2016	48	Posseiros
Jaqueira	Com. do Engenho Fervedouro	02/05/2016		Posseiros
Jaqueira	Com. do Engenho Fervedouro	24/08/2016	60	Posseiros
Jaqueira	Eng. Colônia I/ Barro Branco	27/10/2016	380	Posseiros
Moreno	Engenho Una/Us. Bulhões	27/11/2016	35	Posseiros
Moreno	Engenho Xixaim	26/10/2016	35	Sem Terra
Moreno/São Lourenço da Mata	Engenho Araújo e Covos/Us. Bulhões	27/11/2016	33	Posseiros
Moreno/Vitória de Santo Antão	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	15/06/2016		Posseiros
Moreno/Vitória de Santo Antão	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	13/12/2016	92	Posseiros
Petrolândia	T. I. Pankararu/Us. Eletronuclear	24/11/2016	71	Indígenas
Petrolina	Sítio Lagoa do Serrote	26/10/2016		Sem Terra
Santa Maria da Boa Vista	Faz. Milano/Acamp. Filhos da Luta	05/10/2016	300	Sem Terra
São Joaquim do Monte	Faz. Jabuticaba/4 Irmãos	27/10/2016	45	Sem Terra
São Lourenço da Mata	Engenho Tiúma/Us. Petribú	28/07/2016	1	Posseiros
Sertânia	Faz. Boa Vista/VPR Salão	28/10/2016	83	Sem Terra
Sertânia	Fazenda Fortaleza	30/09/2016	100	Sem Terra
Timbaúba	Eng. Beleza/Us. Cruangi	26/10/2016		Sem Terra
Timbaúba	Eng. Espinho Preto/Us. Cruangi	26/10/2016		Sem Terra
Subtotal:		43	3458	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Custodia	Fazenda Poço Escuro	15/03/2016	120	CPT
Sertânia	Faz. Boa Vista/VPR Salão	10/04/2016	100	CPT
Sertânia	Fazenda Fortaleza	07/09/2016		CPT
Sertânia	Fazenda Fortaleza	18/12/2016	100	CPT
Subtotal:		4	320	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Água Preta	Eng. Araruna/Acamp. Bruno Maranhão/Us. Pumaty	09/08/2016	149	MST
Custodia	Acamp. às margens do Rio São Francisco	15/03/2016	120	CPT
Sertânia	Acamp. às margens do Rio São Francisco	10/04/2016	100	CPT
Subtotal:		3	369	

Total Conflitos por Terra - PE 50 4147

Total dos Conflitos no Campo PE 50 Pessoas: 20735

Piauí

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alvorada do Gurgueia	Assentamento Vale do Gurgueia	01/02/2016	38	Assentados
Baixa Grande do Ribeiro	Comunidade Morro d' Água	01/06/2016	10	Posseiros
Baixa Grande do Ribeiro/Currais	Reserva Biológica Uruçui/Una	12/05/2016	62	Sem Informação
Bom Jesus	Assentamento Taboca das Flores	01/01/2016	41	Assentados
Bom Jesus	Com. Salto do Santo Antônio	23/01/2016	17	Posseiros
Bom Jesus	Comunidade Salto I	21/06/2016	10	Posseiros
Bom Jesus	Comunidade Salto II	01/07/2016	17	Posseiros
Bom Jesus/Gilbués	Com. Melancias/Morro d' Água/Gata/Barra do Correntina/Assent. Rio Preto	17/07/2016	41	Assentados
Campo Largo do Piauí	Assent. Campo Largo	31/03/2016	240	Assentados
Cristino Castro	Araçás	12/07/2016	35	Posseiros
Cristino Castro	Comunidade de Vão de Santana	31/03/2016	200	Pequenos proprietários
Cristino Castro	P.A. Barra do Sítio	01/04/2016	41	Assentados
Curril Novo do Piauí	Ariti/Mineradora Bemisa	31/12/2016	8	Pequenos proprietários

Curral Novo do Piauí	Cachoeirinha/Mineradora Bemisa	31/12/2016	11	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Campo Lindo/Mineradora Bemisa	31/12/2016	16	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Casa Nova/Mineradora Bemisa	31/12/2016	8	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Alvação/Mineradora Bemisa	31/12/2016	10	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Baixo dos Belos/Mineradora Bemisa	31/12/2016	24	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Borracho/Mineradora Bemisa	31/12/2016	6	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Coritiba/Mineradora Bemisa	31/12/2016	18	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Exu/Mineradora Bemisa	31/12/2016	11	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Juá/Mineradora Bemisa	31/12/2016	3	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Lagoa do Ovo/Mineradora Bemisa	17/06/2016	8	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Manga Velha/Mineradora Bemisa	31/12/2016	6	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Paredão e Palestina/Mineradora Bemisa	31/12/2016	8	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Quilombola Caititu/Mineradora Bemisa	31/12/2016	27	Quilombolas
Curral Novo do Piauí	Com. Quilombola Garapa/Mineradora Bemisa	31/12/2016	9	Quilombolas
Madeiro	Povoado Vassoural	30/01/2016	28	Posseiros
Miguel Alves	Com. Pé do Morro Capim	06/09/2016	46	Posseiros
Miguel Alves	Povoado Mato Seco	30/05/2016	40	Posseiros
Palmeira do Piauí	Povoado São Francisco	01/07/2016	250	Posseiros
Santa Luz	Fazenda Soares/Agropecuária do Gurguéia	05/06/2016	60	Pequenos proprietários
Simões	Com. Monte Santo/Mineradora Bemisa	31/12/2016	70	Pequenos proprietários
Simões	Com. Riacho/Mineradora Bemisa	31/12/2016	15	Pequenos proprietários
Subtotal:		34	1434	

Total Conflitos por Terra - PI 34 1434

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Anísio de Abreu	Fazenda Bate Bate	25/08/2016	18	18		Desmatamento
Anísio de Abreu	Fazenda em Anísio de Abreu	01/07/2016	20	20		Carvão
Esperantina	Fazenda em Esperantina	25/08/2016	26	26		Extrativismo
São Francisco de Assis do Piauí	Fazenda em São Francisco de Assis do Piauí	06/09/2016	18	18		Extrativismo
São José do Divino	Fazenda em São José do Divino	11/08/2016	15	15		Mandioca
Subtotal:		5	97	97		

Total Conflitos Trabalhistas - PI 5 97

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Santa Luz	Comunidade Barra da Ema	01/07/2016	10	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		1	10		

Total dos Conflitos no Campo PI 40 Pessoas: 7317

Rio de Janeiro

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Parati	Com. Tradicionais Caiçaras/Trindade/Cajaíba/Pq. Nac. da Serra de Bocaina	02/06/2016	23	Caiçara
São João da Barra	Com. Água Preta/Complexo Portuário Açú/Minas-Rio/PAC	29/06/2016		Pequenos proprietários
São João da Barra	Com. Água Preta/Complexo Portuário Açú/Minas-Rio/PAC	10/12/2016	190	Pequenos proprietários
Subtotal:		3	213	

Total Conflitos por Terra - RJ 3 213

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
--------------	------------------	------	----------	---------------	----------

Campos dos Goytacazes	Com. Ribeirinha de Goiabal	30/06/2016	30	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Itaguaí/Mangaratiba/Rio de Janeiro	Baía de Sepetiba/Vale/Thyssen Krupp CSA	29/01/2016	8065	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Rio de Janeiro	Com. do Rio Sarapuí/Baía de Guanabara	09/12/2016	1	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Subtotal:		3	8096		

Total dos Conflitos no Campo RJ	6	Pessoas: 41545
--	----------	-----------------------

Rio Grande do Norte

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Caicó	Acamp. Dandara/Emp. Agropecuária do RN	02/02/2016	150	Sem Terra
Subtotal:		1	150	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Caicó	Acamp. Dandara/Emp. Agropecuária do RN	02/02/2016	150	MST
Subtotal:		1	150	

Total Conflitos por Terra - RN	2	300
---------------------------------------	----------	------------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Caicó/Jucurutu	Barragem de Oiticica/PAC	25/01/2016	1003	Apropriação Particular	Ameaça de expropriação
Subtotal:		1	1003		

Total dos Conflitos no Campo RN	3	Pessoas: 6515
--	----------	----------------------

Rio Grande do Sul

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Caçapava do Sul/Cachoeira do Sul	T. I. Irapuá/Guarani Mbyá	19/07/2016	15	Índigenas
Cacique Doble/Sananduva	T. I. Passo Grande do Rio Forquilha/Kaingang	02/05/2016		Índigenas
Cacique Doble/Sananduva	T. I. Passo Grande do Rio Forquilha/Kaingang	23/11/2016	40	Índigenas
Charqueadas	Área do Horto Florestal/CEEE	14/11/2016	500	Sem Terra
Eldorado do Sul	Fazenda Tio Faustino	16/05/2016	87	Sem Terra
Mato Castelhanos	T. I. Fág Ty Ka/Kaingang	13/04/2016		Índigenas
Mato Castelhanos	T. I. Fág Ty Ka/Kaingang	16/05/2016	230	Índigenas
Vicente Dutra	T. I. Rio dos Índios/Kaingang	26/07/2016	48	Índigenas
Subtotal:		8	920	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Cacique Doble/Sananduva	T. I. Passo Grande do Rio Forquilha/Kaingang	10/11/2016	40	Índios
Charqueadas	Área do Horto Florestal/CEEE	14/11/2016	500	MST
Eldorado do Sul	Fazenda Tio Faustino	26/04/2016	87	MST
Lagoa Vermelha	Fazenda Gazola	14/03/2016	100	MAB/MST
Mato Castelhanos	T. I. Fág Ty Ka/Kaingang	13/04/2016	15	Índios
São Gabriel	Com. Batovi/Acamp. na ERS-630	14/05/2016	100	MST
Vacaria	Área da Conab	28/04/2016	80	MST
Vicente Dutra	T. I. Rio dos Índios/Kaingang	27/07/2016	48	Índios
Subtotal:		8	970	

Acampamentos					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização	
Mato Castelhanos	T. I. Fág Ty Ka/Kaingang	11/05/2016	30	Índios	
Subtotal:		1	30		

Total Conflitos por Terra - RS 17 1920

ÁGUA

Conflitos pela Água					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Capivari do Sul	Acamp. Indígena Capivari/Mbyá Guarani	13/02/2016	68	Uso e preservação	Destrução e ou poluição
Pirapó/Porto Lucena/Porto Mauá/Porto Xavier/Roque Gonzales/Santo Antônio das Missões/São Nicolau	Complexo Hidrelétrico Garabi/Panambi/PAC	12/03/2016	1080	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Subtotal:		2	1148		

Total dos Conflitos no Campo RS 19 Pessoas: 15340

Rondônia

TERRA

Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Alta Floresta do Oeste	Área dos Piva	21/11/2016	21	Posseiros	
Alta Floresta do Oeste/São Francisco do Guaporé	Área Indígena Rio Branco	05/11/2016	170	Indígenas	
Alto Alegre do Parecis	Acamp. Che Guevara/Faz. Sol Nascente	26/10/2016	130	Sem Terra	
Alto Alegre do Parecis	Reserva dos Mequéns	13/06/2016		Indígenas	
Alto Paraíso	Faz. Paraíso/Acamp. 13 de Agosto/Linha C-110/Travessão B-40	03/06/2016	76	Sem Terra	
Alto Paraíso	Faz. Santo Antônio/Gleba 06 de Julho/Acamp. Paulo Justino	23/01/2016	25	Sem Terra	
Alto Paraíso/Buritis	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	03/02/2016		Sem Terra	
Alto Paraíso/Buritis	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	08/03/2016		Sem Terra	
Alto Paraíso/Buritis	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	24/04/2016		Sem Terra	
Alto Paraíso/Buritis	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	28/08/2016		Sem Terra	
Alto Paraíso/Buritis	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	01/09/2016		Sem Terra	
Alto Paraíso/Buritis	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	02/09/2016		Sem Terra	
Alto Paraíso/Buritis	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	13/09/2016		Sem Terra	
Alto Paraíso/Buritis	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	25/09/2016		Sem Terra	
Alto Paraíso/Buritis	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	11/10/2016	20	Sem Terra	
Alto Paraíso/Buritis/Porto Velho	Floresta Nacional Bom Futuro	10/03/2016	30	Posseiros	
Alvorada do Oeste	Faz. da Agrop. Rio Ricardo Franco/Acamp. Sílvio Rodrigues	26/10/2016	85	Sem Terra	
Ariquemes	Acampamento José Porfírio	18/05/2016	23	Sem Terra	
Ariquemes	Assent. Terra Prometida/Linha C-60	05/02/2016		Assentados	
Ariquemes	Assent. Terra Prometida/Linha C-60	03/05/2016	77	Assentados	
Ariquemes	Faz. Arroba/Só Cacau/Acamp. Canaã	15/01/2016	110	Sem Terra	
Ariquemes	Faz. Cauan/Galhardi/Acamp. Raio do Sol/Linha C-19/Trav. 1 da Linha 45	18/05/2016	60	Posseiros	
Ariquemes	Faz. Entre Rios/Acamp. Santa Fé	18/05/2016	68	Sem Terra	
Ariquemes	Faz. Tupi I e II/Assent. Madre Cristina	17/10/2016	35	Assentados	
Ariquemes	Faz. Urupema/Acamp. São João	18/05/2016	50	Sem Terra	
Ariquemes	Fazenda Rio Branco II/Arraial da Vitória	18/05/2016	60	Posseiros	
Ariquemes	Projeto Burareiro/Acamp. São Francisco/Lote 31 e 31A	18/05/2016	40	Sem Terra	
Ariquemes/Cacaulândia	Acamp. Hugo Chaves/RO-140/Km 04/Diante das Faz. Quatro Cachoeiras e Nova Vida	02/04/2016		Sem Terra	
Ariquemes/Cacaulândia	Acamp. Hugo Chaves/RO-140/Km 04/Diante das Faz. Quatro Cachoeiras e Nova Vida	03/04/2016		Sem Terra	
Ariquemes/Cacaulândia	Acamp. Hugo Chaves/RO-140/Km 04/Diante das Faz. Quatro Cachoeiras e Nova Vida	04/04/2016		Sem Terra	

Ariquemes/Cacaulândia	Acamp. Hugo Chaves/RO-140/Km 04/Diante das Faz. Quatro Cachoeiras e Nova Vida	05/04/2016		Sem Terra
Ariquemes/Cacaulândia	Acamp. Hugo Chaves/RO-140/Km 04/Diante das Faz. Quatro Cachoeiras e Nova Vida	24/10/2016	110	Sem Terra
Ariquemes/Theobroma	Acamp. Bom Futuro/Linha C-38/Km 35/Faz. Sumaúma	18/05/2016	40	Sem Terra
Burititis	Faz. Guerin/Acamp. Rio Pardo	10/03/2016	50	Posseiros
Cacoal	T. I. 7 de Setembro	24/10/2016		Índigenas
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	18/05/2016	35	Assentados
Candeias do Jamari	Faz. Três Casas/UHE de Samuel	29/07/2016		Atingidos por barragens
Candeias do Jamari	Faz. Três Casas/UHE de Samuel	01/08/2016		Atingidos por barragens
Candeias do Jamari	Faz. Três Casas/UHE de Samuel	07/10/2016		Atingidos por barragens
Candeias do Jamari	Faz. Três Casas/UHE de Samuel	17/10/2016	100	Atingidos por barragens
Candeias do Jamari	Gleba Jacundá/PAF Jequitibá	18/05/2016	25	Assentados
Candeias do Jamari	Linha do Caju/Fazenda Pingo de Ouro	18/05/2016	40	Posseiros
Candeias do Jamari	Seringal Escalerita e Lago Brasileira/Projeto Calama Jacundá	09/06/2016	380	Posseiros
Chupinguaia	Faz. Bodanese/Acamp. Barro Branco/Lotes 16 e 17/Setor 06	18/05/2016	54	Sem Terra
Chupinguaia	Faz. Dois Pinguins/Caramello/Assoc. Igarapé Água Viva	26/09/2016		Posseiros
Chupinguaia	Faz. Dois Pinguins/Caramello/Assoc. Igarapé Água Viva	28/11/2016	40	Posseiros
Chupinguaia/Vilhena	T. I. Tubarão Latundé	13/06/2016	180	Índigenas
Costa Marques	Com. Quilombola de Santa Fé	18/05/2016	12	Quilombolas
Costa Marques	Com. Quilombola do Forte Príncipe da Beira	10/03/2016	60	Quilombolas
Costa Marques	Reserva Extrativista do Rio Cautário/T. I. Cojúbim	01/08/2016	150	Índigenas
Costa Marques	Travessão Luiz Sanchez/Linha 21/Acamp. Nova Esperança/Área do Badra	18/05/2016	26	Posseiros
Costa Marques/Monte Negro/Seringueiras	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau	07/02/2016		Índigenas
Costa Marques/Monte Negro/Seringueiras	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau	08/08/2016	115	Índigenas
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	28/01/2016		Sem Terra
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	31/01/2016		Sem Terra
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	01/02/2016		Sem Terra
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	04/04/2016		Sem Terra
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	11/04/2016		Sem Terra
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	02/05/2016		Sem Terra
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	08/06/2016		Sem Terra
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	29/06/2016	30	Sem Terra
Cujubim	Faz. Paraíso/Linha MC-7/Ramal Atalaia	17/11/2016	31	Sem Terra
Cujubim	Sítio do Baianinho	06/07/2016		Posseiros
Cujubim	Urupá/Lote 25/Linha 08/Região do Galo Velho	22/06/2016		Sem Terra
Espigão do Oeste	Assentamento Emburana/Imburana	29/03/2016	7	Assentados
Espigão do Oeste	Faz. Ipê/Acamp. Nosso Caminho/Lote 04/Setor 03/Gl. Corumbiara	18/05/2016	52	Posseiros
Espigão do Oeste	Faz. São Carlos/Acamp. Nosso Sonho/Lote 39/Gleba 26	18/05/2016	44	Posseiros
Espigão do Oeste	Lote 46/Setor 14/Acamp. Monte das Oliveiras	01/12/2016	32	Sem Terra
Espigão do Oeste/Vilhena	Reserva Índigena Roosevelt	24/02/2016	240	Índigenas
Guajará-Mirim	Acamp. Serra do Ouro/Faz. Ouro Verde/Assoc. de Produtores Rurais da Serra do Ouro/Aspluso	10/03/2016	42	Posseiros
Guajará-Mirim	Resex Rio Ouro Preto	10/03/2016	25	Extrativistas
Guajará-Mirim/Nova Mamoré	T. I. Igarapé Lage	25/02/2016	120	Índigenas
Guajará-Mirim/Nova Mamoré	T. I. Igarapé Ribeirão/Aldeia Ribeirão	25/02/2016	50	Índigenas
Guajará-Mirim/Nova Mamoré/Porto Velho	T. I. Karipuna	25/02/2016	31	Índigenas
Itapuã do Oeste	Faz. Água Azul/Acamp. Raio de Sol II/Gl. Cajueiro/Lotes 01 e 02	10/03/2016	50	Posseiros
Ji-Paraná	Agrop. Amaralina/Faz. Santa Dominique/Natalie/Acamp. Jhone Santos	31/05/2016		Sem Terra

Ji-Paraná	Agrop. Amaralina/Faz. Santa Dominique/Natalie/Acamp. Jhone Santos	24/08/2016		Sem Terra
Ji-Paraná	Agrop. Amaralina/Faz. Santa Dominique/Natalie/Acamp. Jhone Santos	05/09/2016		Sem Terra
Ji-Paraná	Agrop. Amaralina/Faz. Santa Dominique/Natalie/Acamp. Jhone Santos	24/09/2016		Sem Terra
Ji-Paraná	Agrop. Amaralina/Faz. Santa Dominique/Natalie/Acamp. Jhone Santos	26/09/2016		Sem Terra
Ji-Paraná	Agrop. Amaralina/Faz. Santa Dominique/Natalie/Acamp. Jhone Santos	28/09/2016		Sem Terra
Ji-Paraná	Agrop. Amaralina/Faz. Santa Dominique/Natalie/Acamp. Jhone Santos	18/10/2016	300	Sem Terra
Ji-Paraná	Calúnia a José Iborra Plans	18/02/2016		Agente pastoral
Ji-Paraná	Fazenda Santa Aline	18/10/2016	20	Sem Terra
Lábrea (AM)/Porto Velho (RO)	T. I. Kaxarari	13/06/2016	70	Indígenas
Machadinho d'Oeste	Assent. Santa Maria II/Acamp. Fortaleza/Sítio Alto Alegre	07/03/2016	80	Assentados
Machadinho d'Oeste	Faz. Paredão/Acamp. Canaã II/Cajueiro I	04/02/2016	30	Sem Terra
Machadinho d'Oeste	Resex Angelim	12/04/2016		Extrativistas
Machadinho d'Oeste	Resex Angelim	16/08/2016		Extrativistas
Machadinho d'Oeste	Resex Angelim	26/08/2016		Extrativistas
Machadinho d'Oeste	Resex Angelim	29/08/2016		Extrativistas
Machadinho d'Oeste	Resex Castanheira	13/02/2016		Extrativistas
Machadinho d'Oeste	Resex Castanheira	12/04/2016		Extrativistas
Machadinho d'Oeste	Resex Massaranduba/Maçaranduba	04/06/2016		Extrativistas
Machadinho d'Oeste	Resex Massaranduba/Maçaranduba	26/09/2016	1	Extrativistas
Machadinho d'Oeste	Resex Rio Preto Jacundá	12/04/2016		Extrativistas
Machadinho d'Oeste	Resex Roxinho	12/04/2016		Extrativistas
Machadinho d'Oeste	Sering. Novo Mundo/Salvador/Faz. na Linha C- 20/Acamp. Sol Nascente	18/05/2016	300	Posseiros
Machadinho d'Oeste	TD Urupá/Galo Velho/TB 13	19/10/2016		Posseiros
Mirante da Serra	Linha 76 a 81/Km 11/Lote 62-A/Acamp. Fidel Castro 2/Faz. Boitenta	17/06/2016		Sem Terra
Mirante da Serra	Linha 76 a 81/Km 11/Lote 62-A/Acamp. Fidel Castro 2/Faz. Boitenta	06/12/2016	170	Sem Terra
Mirante da Serra/Nova União	Assent. Margarida Alves/Palmares e Pe. Ezequiel	17/10/2016		Assentados
Mirante da Serra/Nova União	Assent. Margarida Alves/Palmares e Pe. Ezequiel	11/11/2016	200	Assentados
Monte Negro	Faz. Fluminense/Acamp. Luís Carlos/Linha 25/Gleba Rio Alto	04/03/2016		Sem Terra
Monte Negro	Faz. Fluminense/Acamp. Luís Carlos/Linha 25/Gleba Rio Alto	22/05/2016		Sem Terra
Monte Negro	Faz. Fluminense/Acamp. Luís Carlos/Linha 25/Gleba Rio Alto	18/08/2016	30	Sem Terra
Monte Negro	Faz. Mourão/Linha C-25/Lote B30	28/05/2016	11	Sem Terra
Monte Negro	Faz. Padre Cícero/Acamp. Monte Verde	26/02/2016		Sem Terra
Monte Negro	Faz. Padre Cícero/Acamp. Monte Verde	10/03/2016		Sem Terra
Monte Negro	Faz. Padre Cícero/Acamp. Monte Verde	09/05/2016	110	Sem Terra
Parecis	Acamp. Tião Preto/Diante do Lote 96/Linha 100/Capa 24/Setor 05/Gl. Corumbiara/Faz. Água Viva	07/03/2016	48	Sem Terra
Pimenta Bueno	Gl. Corumbiara/Faz. Jahu/Lt 88/Linha 45/Setor 3/Acamp. Rancho Alegre 2	08/03/2016	40	Sem Terra
Porto Velho	Área do Militão/Setor Chacareiro: Jardim Santana e Ulisses Guimarães	07/03/2016	800	Posseiros
Porto Velho	Assoc. Braço Forte/Linha 05 e 06/Vila da Penha/Distrito de Abunã	18/05/2016	50	Posseiros
Porto Velho	Colônia Areia Branca/Lote 10/Gl. Candeias	10/03/2016	96	Posseiros
Porto Velho	Faz. Bom Futuro/Área do Conti/Distrito de União Bandeirantes	02/04/2016		Sem Terra
Porto Velho	Faz. Bom Futuro/Área do Conti/Distrito de União Bandeirantes	03/04/2016	15	Sem Terra
Porto Velho	Faz. Kamias/Gleba do Japonês/Acamp. Frutos da Terra	07/03/2016	35	Sem Terra
Porto Velho	Faz. Morro Vermelho/Acamp. Egidio Bruneto	23/09/2016	64	Sem Terra
Porto Velho	P. A. São Francisco/Faz. Camim/Camia/Kamias/Linha G da F/Acamp. Fruto da Terra	07/07/2016	35	Sem Terra
Porto Velho	Rio das Garças/Faz. Alexandria	09/03/2016	180	Posseiros
Porto Velho	Setor Chacareiro e Hortifrutigranjeiro Adelino Ramos	21/02/2016	96	Posseiros

Rio Crespo	Acamp. Bacuri/Linha 105/Km 30/Gl. Burareiro/Lotes 14, 15, 16/Gl. 01	10/03/2016	15	Sem Terra
Rio Crespo	Gleba Burareiro/Lote 20	10/03/2016	1	Sem Terra
São Francisco do Guaporé	Com. Quilombola de Pedras Negras/Resex	10/03/2016	20	Quilombolas
Seringueiras	Faz. Bom Futuro/Acamp. Enilson Ribeiro	20/07/2016		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Bom Futuro/Acamp. Enilson Ribeiro	22/07/2016		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Bom Futuro/Acamp. Enilson Ribeiro	25/07/2016		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Bom Futuro/Acamp. Enilson Ribeiro	26/08/2016		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Bom Futuro/Acamp. Enilson Ribeiro	06/09/2016	100	Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 4	20/07/2016	20	Sem Terra
Theobroma	Faz. Nicomar/Acamp. Nova Estrela/Linha C-35	18/01/2016	113	Sem Terra
Vale do Paraíso	Faz. Triângulo/Trianon/Acamp. Monte Cristo	30/05/2016		Sem Terra
Vale do Paraíso	Faz. Triângulo/Trianon/Acamp. Monte Cristo	02/06/2016	140	Sem Terra
Vilhena	Fazenda Vilhena do Pensamento	15/09/2016	30	Sem Terra
Vilhena	Gl. Corumbiara/Lote 53/Linha 135/Setor 12/Faz. São José/Assoc. dos Produtores do Rio d' Ávila	09/03/2016	54	Posseiros
Vilhena	Gl. Corumbiara/Setor 12/Lote 52/Faz. Duarte/Assoc. Canarinho	26/07/2016	50	Posseiros
Vilhena	Glebas Iquê e Pesqueira/Cooperativas Aprovada e Cooperfrutas	25/01/2016	150	Posseiros
Vilhena	Lote 43	10/03/2016	30	Posseiros
Vilhena	Lote 46/Setor 12/Gl. Corumbiara/Assoc. Ampamel	18/05/2016	35	Posseiros
Vilhena	Nova Vida/Lotes 76, 77 e 78/Linha 140/Setor 12/Gl. Corumbiara/Assoc. dos Peq. Chacareiros do St. Aeroporto	08/03/2016	80	Posseiros
Vilhena	P. A. Águas Claras	18/05/2016	64	Assentados
Vilhena	Rancho Alegre I	10/03/2016	20	Sem Terra
Subtotal:		143	6954	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Ariquemes	Fazenda São Marcos	11/08/2016	15	LCP
Candeias do Jamari	Faz. Três Casas/UHE de Samuel	06/07/2016	100	MAB
Chupinguaia	Faz. Dois Pinguins/Caramello/Assoc. Igarapé Água Viva	25/09/2016	20	SI
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	20/02/2016	30	LCP
Cujubim	Faz. Paraíso/Linha MC-7/Ramal Atalaia	17/11/2016	31	SI
Ji-Paraná	Agrop. Amaralina/Faz. Santa Dominique/Natalie/Acamp. Jhone Santos	12/04/2016	300	LCP
Ji-Paraná	Chácara Próxima ao Aeroporto	30/10/2016		SI
Ji-Paraná	Fazenda Santa Aline	14/04/2016	20	LCP
Mirante da Serra	Linha 76 a 81/Km 11/Lote 62-A/Acamp. Fidel Castro 2/Faz. Boitenta	11/06/2016	170	SI
Monte Negro	Fazenda Santa Helena	13/04/2016		SI
Ouro Preto do Oeste	Lote na RO-473	04/10/2016		SI
Porto Velho	Faz. Bom Futuro/Área do Conti/Distrito de União Bandeirantes	01/04/2016	15	OI
Porto Velho	Faz. Morro Vermelho/Acamp. Egídio Bruneto	19/09/2016	64	MST
Seringueiras	Faz. Bom Futuro/Acamp. Enilson Ribeiro	17/07/2016	100	LCP
Vale do Paraíso	Faz. Triângulo/Trianon/Acamp. Monte Cristo	10/01/2016	140	SI
Vilhena	Fazenda Vilhena do Pensamento	01/09/2016	30	SI
Vilhena	Gl. Corumbiara/Setor 12/Lote 52/Faz. Duarte/Assoc. Canarinho	01/07/2016	50	ATR
Vilhena	Lote 73/Setor 17/Gl. Corumbiara/Acamp. Canário	31/07/2016		LCP
Subtotal:		18	1085	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Vale do Paraíso	Acampamento Machadoão	15/08/2016	70	SI
Subtotal:		1	70	

Total Conflitos por Terra - RO

162 **8109**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
--------------	------------------	------	-------------------	----------	---------	------------------

Chupinguaia	Fazenda Taboca	10/10/2016	10	2	Pecuária
Guajará-Mirim	Fazenda em Guajará-Mirim	04/09/2016	5	3	Pecuária
Subtotal:		2	15	5	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Espigão do Oeste	Linha Mato Grosso	26/05/2016	2			Pecuária
Subtotal:		1	2			

Total Conflitos Trabalhistas - RO 3 17

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Candeias do Jamari	Usina Hidrelétrica Samuel	08/03/2016	1000	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Machadinho d'Oeste	UHE Tabajara/PAC	14/09/2016	421	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Porto Velho	Acamp. Velha Mutum-Paraná/Km 871/BR-364/UHE Jirau e Sto. Antônio	07/01/2016	15	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Com. de São Carlos/Bom Será/Itacoã/Terra Caída/UHE Jirau e Sto. Antônio	08/03/2016	900	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Assent. Joana Darc I, II e III/UHE Jirau e Sto. Antônio/PAC	08/03/2016	286	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Ramal Santo Antônio/UHE de Jirau	05/04/2016		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	UHE Jirau e Sto. Antônio/Rio Madeira/PAC	24/10/2016	5000	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Subtotal:		7	7622		

Total dos Conflitos no Campo RO 172 Pessoas: 78672

Roraima

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Alegre/Caracará/Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiú/Papiu/Yawaripé	07/03/2016		Indígenas
Alto Alegre/Caracará/Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiú/Papiu/Yawaripé	13/06/2016		Indígenas
Alto Alegre/Caracará/Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiaiú/Papiu/Yawaripé	31/10/2016	1142	Indígenas
Boa Vista	Faz. Brasilândia/Região do Bom Intento	13/06/2016		Sem Terra
Boa Vista	Faz. Brasilândia/Região do Bom Intento	14/06/2016	25	Sem Terra
Bonfim	Acampamento Frutos da Terra	17/12/2016		Sem Terra
Bonfim	Acampamento Frutos da Terra	22/12/2016	68	Sem Terra
Iracema	P. A. Ajarani/Entorno/Vicinal III	27/07/2016		Assentados
Iracema	P. A. Ajarani/Entorno/Vicinal III	01/08/2016		Assentados
Iracema	P. A. Ajarani/Entorno/Vicinal III	24/08/2016	228	Assentados
Subtotal:		10	1463	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Boa Vista	Faz. Brasilândia/Região do Bom Intento	14/06/2016	25	OI
Subtotal:		1	25	

Total Conflitos por Terra - RR 11 1488

TRABALHO

Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Iracema	Sítio Santa Fé	03/02/2016	1	1		Pecuária
Subtotal:		1	1	1		
Total Conflitos Trabalhistas - RR			1	1		
Total dos Conflitos no Campo RR			12	Pessoas: 7441		

Santa Catarina

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Abelardo Luz	Fazenda Papuã/Itália II	05/12/2016	62	Sem Terra
Abelardo Luz	T. I. Toldo Imbu/Kaingang	25/11/2016	61	Indígenas
Araquari	T. I. Pirai/Aldeia Tiaraju/M'byá Guarani	25/11/2016	39	Indígenas
Chapecó/Guatambu	Fona de Chapecó	08/06/2016		Sem Terra
Chapecó/Guatambu	Fona de Chapecó	28/06/2016	500	Sem Terra
Cunha Porã/Saudades	T. I. Guarani do Araçai	06/07/2016	30	Indígenas
Doutor Pedrinho/Ibirama/Itaiópolis/José Boiteux/Vítor Meireles	T. I. Xokleng Bugio/Duque de Caxias/La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso	09/03/2016		Indígenas
Doutor Pedrinho/Ibirama/Itaiópolis/José Boiteux/Vítor Meireles	T. I. Xokleng Bugio/Duque de Caxias/La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso	18/10/2016	371	Indígenas
Faxinal dos Guedes/Xanxerê	Faz. Chapecozinho II/Prezzotto Sementes/Acamp. Marcelino Chiarelo	07/11/2016	300	Sem Terra
Florianópolis	Com. Quilombola Vidal Martins	08/09/2016	26	Quilombolas
Palhoça	T. I. Morro dos Cavalos/Itaty/Guarani M'Bya	03/01/2016		Indígenas
Palhoça	T. I. Morro dos Cavalos/Itaty/Guarani M'Bya	25/11/2016	34	Indígenas
Zortéa	Fazenda Volta Grande	28/04/2016	40	Sem Terra
Subtotal:		13	1463	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Chapecó/Guatambu	Fona de Chapecó	04/06/2016	500	MST
Faxinal dos Guedes/Xanxerê	Faz. Chapecozinho II/Prezzotto Sementes/Acamp. Marcelino Chiarelo	22/08/2016	300	MST
Lajeado Grande/Xanxerê	Faz. Agroeste/Monsanto	29/03/2016	30	MST
Monte Castelo	Industrial Fuck S/A	06/09/2016	50	MST
Rio das Antas	Faz. Bahia 2/Antiga Perdigão/Acamp. Iratan Rodrigues	15/04/2016	200	MST
Zortéa	Fazenda Volta Grande	06/09/2016	50	MST
Subtotal:		6	1130	

Total Conflitos por Terra - SC

19

2593

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Água Doce	Fazenda São Miguel	07/03/2016	4	4		Madeira
Subtotal:		1	4	4		
Total Conflitos Trabalhistas - SC			1	4		

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Florianópolis	Comunidade de Pescadores da Praia do Campeche	29/11/2016	70	Uso e preservação	Desconstrução do histórico-cultural
Subtotal:		1	70		

Total dos Conflitos no Campo SC

21

Pessoas: 13319

São Paulo

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Águas de S. Bárbara	Fazs. Lagoa Rica e Bom Retiro I e II/Lwarcel Celulose	12/12/2016	200	Sem Terra
Alvinlândia	Fazenda Torrão de Ouro	12/09/2016	200	Sem Terra
Bauru	Faz. Sto. Antônio/Grupo Mondelli	04/07/2016	90	Sem Terra
Caçapava/São José dos Campos	Faz. Santa Clara/Acamp. Chico Mendes	24/08/2016		Assentados
Duartina	Fazenda Esmeralda	14/05/2016		Sem Terra
Duartina	Fazenda Esmeralda	24/05/2016	250	Sem Terra
Franca/Restinga	Fazenda Niagara	01/08/2016	150	Sem Terra
Guararema	Invasão da Escola Florestan Fernandes/Operação Castra	04/11/2016		Liderança
Ibiúna/Piedade	Com. Caipiras/Pq. Estadual do Jurupará	18/11/2016	600	Caipira
Iporanga	Com. Cabocla do Ribeirão dos Camargo/Pq. Est. Turístico do Alto Ribeira	23/12/2016	29	Ribeirinhos
Itaberá/Itapeva	Horto Florestal/Área às margens da SP-258/Acamp. Nova Esperança	13/09/2016	60	Sem Terra
Itirapina	Instituto Florestal/Estrada do Broa	05/10/2016	162	Sem Terra
Jaú	Usina Lambari/Grupo Atalla	05/08/2016	250	Sem Terra
Marabá Paulista	Fazenda Floresta	15/01/2016	50	Sem Terra
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	20/01/2016		Sem Terra
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	03/04/2016	50	Sem Terra
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Cruz	03/04/2016	43	Sem Terra
Pirajuí	Faz. Santa Maria/Grupo Atalla	12/09/2016	300	Sem Terra
Ribeirão Preto	Área da Estação Experimental de Zootecnia - APTA	16/07/2016	250	Sem Terra
Ribeirão Preto	Faz. Sta. Lydia/Soc. Agrícola Santa Elydia	11/12/2016	300	Sem Terra
São Paulo	T. I. Jaraguá/Tekoa Pyau/Ytu/Itakupe	18/08/2016	200	Indígenas
São Vicente	Parque Est. Xixová Japuí/Guarani	07/01/2016	20	Indígenas
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	14/03/2016	400	Sem Terra
Ubatuba	Aldeia Tupi-Guarani Renascer	24/10/2016	11	Indígenas
Ubatuba	Com. Quilombola Cambury	24/10/2016	30	Quilombolas
Ubatuba	Comunidade Quilombola Caçandoca	24/10/2016	53	Quilombolas
Ubatuba	Quilombo Cazanga	24/10/2016	18	Quilombolas
Ubatuba	Quilombo da Fazenda Picinguaba	24/10/2016	77	Quilombolas
Ubatuba	T. I. Boa Vista do Sertão do Promirim	24/10/2016	30	Indígenas
Ubatuba	Vila de Picinguaba/Com. Caiçara	24/10/2016		Caiçara
Subtotal:		30	3823	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Águas de S. Bárbara	Fazs. Lagoa Rica e Bom Retiro I e II/Lwarcel Celulose	12/12/2016	200	MRL
Alvinlândia	Fazenda Torrão de Ouro	03/09/2016		MST
Alvinlândia	Fazenda Torrão de Ouro	26/11/2016	200	MST
Bauru	Faz. São Leopoldo/Grupo Mondelli	20/06/2016	25	FNL
Bauru	Faz. Sto. Antônio/Grupo Mondelli	10/06/2016		FNL
Bauru	Faz. Sto. Antônio/Grupo Mondelli	12/08/2016	100	FNL
Duartina	Fazenda Esmeralda	09/05/2016	250	MST
Duartina	Fazenda Esmeralda	15/05/2016	225	FNL
Franca/Restinga	Fazenda Niagara	30/07/2016	150	FNL
Itaberá/Itapeva	Horto Florestal/Área às margens da SP-258/Acamp. Nova Esperança	05/09/2016	60	MST
Itapetininga	Área da Sec. de Agricultura	03/07/2016		FNL
Itapetininga	Faz. Agrícola da Escola Técnica Professor Edson Galvão	02/07/2016	40	FNL
Itirapina	Área nas proximidades de Ubá	05/10/2016	162	FNL
Itirapina	Instituto Florestal/Estrada do Broa	02/09/2016	162	FNL
Itirapuã	Fazenda Ouro Verde	11/09/2016	50	MST
Jaú	Usina Lambari/Grupo Atalla	02/08/2016	250	MST
Marabá Paulista	Fazenda Floresta	14/01/2016	50	FNL
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	16/01/2016		MST
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	01/04/2016		MST
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	02/05/2016	50	MST

Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Cruz	27/01/2016		MST
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Cruz	01/04/2016		MST
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Cruz	02/05/2016	43	MST
Pirajuí	Faz. Santa Maria/Grupo Atalla	12/03/2016		MST
Pirajuí	Faz. Santa Maria/Grupo Atalla	03/09/2016	300	MST
Ribeirão Preto	Área da Estação Experimental de Zootecnia - APTA	16/07/2016	250	MST
Ribeirão Preto	Faz. Sta. Lydia/Soc. Agrícola Santa Elydia	11/12/2016	300	MST
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	14/03/2016	400	MST
Subtotal:		28	3267	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alvinlândia	Fazenda Torrão de Ouro	12/09/2016	200	MST
Bauru	Faz. Sto. Antônio/Grupo Mondelli	26/11/2016	120	FNL
Subtotal:		2	320	

Total Conflitos por Terra - SP	60	7410
---------------------------------------	-----------	-------------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Cananéia	Aldeia Jacarey/Povo Guarani	17/08/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Iguape	Aldeia Guavira-ty/Povo Guarani	17/08/2016		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		2			

Total dos Conflitos no Campo SP	62	Pessoas: 37050
--	-----------	-----------------------

Sergipe

TERRA

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
São Cristóvão	Fazenda São José	06/08/2016	80	OI
Subtotal:		1	80	

Total Conflitos por Terra - SE	1	80
---------------------------------------	----------	-----------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Brejo Grande	Comunidade Resina	19/10/2016	52	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Brejo Grande	Comunidade Batateiras/DESO	19/10/2016	150	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Brejo Grande	Comunidade Carapitanga/DESO	19/10/2016	128	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Brejo Grande	Povoado Samarém/Saramém	19/10/2016	70	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Canhoba	Comunidade Quilombola Caraibas	23/11/2016	145	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		5	545		

Total dos Conflitos no Campo SE	6	Pessoas: 3125
--	----------	----------------------

Tocantins

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Almas	Comunidade Quilombola Baião	31/12/2016	25	Quilombolas
Araguaína	Acampamento Levinha	01/07/2016	120	Sem Terra

Araguaína	Loteamento Caju Manso/Lt. 2/Faz. Pinheiro/Com. Gurgueia	09/01/2016		Posseiros
Araguaína	Loteamento Caju Manso/Lt. 2/Faz. Pinheiro/Com. Gurgueia	10/01/2016		Posseiros
Araguaína	Loteamento Caju Manso/Lt. 2/Faz. Pinheiro/Com. Gurgueia	22/01/2016		Posseiros
Araguaína	Loteamento Caju Manso/Lt. 2/Faz. Pinheiro/Com. Gurgueia	16/03/2016		Posseiros
Araguaína	Loteamento Caju Manso/Lt. 2/Faz. Pinheiro/Com. Gurgueia	08/07/2016	18	Posseiros
Araguaína/Babaçulândia/Filadélfia	Faz. Boa Esperança/Itaparica/Água Viva/Acamp. na TO-222	10/05/2016		Sem Terra
Araguaína/Babaçulândia/Filadélfia	Faz. Boa Esperança/Itaparica/Água Viva/Acamp. na TO-222	12/07/2016		Sem Terra
Araguaína/Babaçulândia/Filadélfia	Faz. Boa Esperança/Itaparica/Água Viva/Acamp. na TO-222	13/07/2016	50	Sem Terra
Araguatins	Comunidade Quilombola da Ilha de São Vicente	31/12/2016	48	Quilombolas
Araguatins	Fazenda Água Amarela/Acamp. Fidel Castro	23/12/2016	80	Sem Terra
Arraias	Comunidade Quilombola Fazenda Lagoa dos Patos	31/12/2016	10	Quilombolas
Arraias	Comunidade Quilombola Fazenda Káagados	31/12/2016	10	Quilombolas
Arraias/Paraná	Com. Quil. Kalunga do Mimoso	31/12/2016	250	Quilombolas
Barra do Ouro	Área da Eco Brasil Florestas/São José	14/05/2016	40	Sem Terra
Barra do Ouro	Gleba Tauá	12/05/2016		Sem Terra
Barra do Ouro	Gleba Tauá	21/05/2016		Posseiros
Barra do Ouro	Gleba Tauá	02/08/2016		Sem Terra
Barra do Ouro	Gleba Tauá	21/08/2016		Sem Terra
Barra do Ouro	Gleba Tauá	24/08/2016		Posseiros
Barra do Ouro	Gleba Tauá	07/10/2016	80	Posseiros
Brejinho de Nazaré	Com. Quilombola Currealinho do Pontal	31/12/2016	24	Quilombolas
Brejinho de Nazaré	Comunidade Quilombola Córrego Fundo	31/12/2016	25	Quilombolas
Brejinho de Nazaré	Comunidade Quilombola Malhadinha	31/12/2016	85	Quilombolas
Campos Lindos	Serra do Centro/Proj. Campos Lindos	14/10/2016		Posseiros
Campos Lindos	Serra do Centro/Proj. Campos Lindos	18/10/2016	40	Posseiros
Carrasco Bonito	P. A. Cupim/Acamp. Santa Maria	27/06/2016	146	Sem Terra
Carrasco Bonito/Sampaio	P. A. Cupim/Faz. Alto Bonito/Acamp. Pe. Josimo	04/05/2016		Sem Terra
Carrasco Bonito/Sampaio	P. A. Cupim/Faz. Alto Bonito/Acamp. Pe. Josimo	09/05/2016	103	Sem Terra
Conceição do Tocantins	Comunidade Quilombola Água Branca	31/12/2016	35	Quilombolas
Conceição do Tocantins	Comunidade Quilombola Matões	31/12/2016	38	Quilombolas
Dianópolis	Comunidade Quilombola Ambrósio	31/12/2016	68	Quilombolas
Dois Irmãos do Tocantins	Comunidade Quilombola Santa Maria das Mangueiras	31/12/2016	60	Quilombolas
Esperantina	Comunidade Quilombola Carrapiché	31/12/2016	15	Quilombolas
Esperantina	Comunidade Quilombola Prachata	31/12/2016	25	Quilombolas
Formoso do Araguaia	T. I. Taego Áwa/Avá-Canoeiros	31/05/2016	5	Indígenas
Fortaleza do Taboão	Faz. Aragarina/Acamp. Olga Benário	04/02/2016		Sem Terra
Fortaleza do Taboão	Faz. Aragarina/Acamp. Olga Benário	22/08/2016	350	Sem Terra
Mateiros	Comunidade Quilombola Ambrósio	31/12/2016	20	Quilombolas
Mateiros	Comunidade Quilombola Boa Esperança	31/12/2016	8	Quilombolas
Mateiros	Comunidade Quilombola Borá	31/12/2016	8	Quilombolas
Mateiros	Comunidade Quilombola Capão do Modesto	31/12/2016	8	Quilombolas
Mateiros	Comunidade Quilombola Carrapato	31/12/2016	20	Quilombolas
Mateiros	Comunidade Quilombola Formiga	31/12/2016	20	Quilombolas
Mateiros	Comunidade Quilombola Margens do Rio Novo	31/12/2016	15	Quilombolas
Mateiros	Comunidade Quilombola Mata Verde	31/12/2016	15	Quilombolas
Mateiros	Comunidade Quilombola Mumbuca	31/12/2016	80	Quilombolas
Mateiros	Comunidade Quilombola Mumbuquinha	31/12/2016	8	Quilombolas
Mateiros	Comunidade Quilombola Rapadura	31/12/2016	8	Quilombolas
Mateiros	Comunidade Quilombola Riachão	31/12/2016	15	Quilombolas
Mateiros	Comunidade Quilombola Rio Preto	31/12/2016	15	Quilombolas
Maurilândia do Tocantins/Tocantinópolis	T. I. Apinajé/Apinayés/UHE Serra Quebrada/PAC	10/01/2016	227	Indígenas
Muricilândia	Comunidade Quilombola Dona Jucelina	31/12/2016	35	Quilombolas
Palmas	Fazenda Normandia do Sul/Acamp. Sebastião Bezerra	07/04/2016		Sem Terra
Palmas	Fazenda Normandia do Sul/Acamp. Sebastião Bezerra	13/10/2016	65	Sem Terra
Palmas	Fazenda Serra Dourada	30/06/2016		Posseiros
Palmas	Fazenda Serra Dourada	31/07/2016		Posseiros
Palmas	Fazenda Serra Dourada	04/11/2016	80	Posseiros
Palmeirante	Acamp. Alagoinhas/Faz. Lagoinha/Lot. Garças/Gleba Anajá	01/11/2016		Posseiros
Palmeirante	Faz. Paraná/Acamp. São Francisco/Gleba Anajá	01/11/2016	10	Posseiros
Palmeirante	Faz. Santo Reis/Brejão/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	14/12/2016	20	Sem Terra

Palmeirante	Fazenda Malú	01/11/2016	124	Posseiros
Paraná	Comunidade Quilombola Claro	31/12/2016	40	Quilombolas
Paraná	Comunidade Quilombola Ouro Fino	31/12/2016	40	Quilombolas
Paraná	Comunidade Quilombola Prata	31/12/2016	40	Quilombolas
Piraquê	Faz. Santa Isabel III/Acamp. Capela	05/03/2016		Sem Terra
Piraquê	Faz. Santa Isabel III/Acamp. Capela	18/07/2016	28	Sem Terra
Porto Alegre do Tocantins	Comunidade Quilombola Lajinha	31/12/2016	40	Quilombolas
Porto Alegre do Tocantins	Comunidade Quilombola São Joaquim	31/12/2016	68	Quilombolas
Porto Nacional	P.A. Zé Pereira	26/06/2016	44	Assentados
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Mata Grande	15/05/2016	20	Sem Terra
Santa Rosa do Tocantins	Comunidade Quilombola Distrito do Morro de São João	31/12/2016	90	Quilombolas
Santa Tereza do Tocantins	Comunidade Quilombola Barra do Aroeira	31/12/2016	174	Quilombolas
São Bento do Tocantins	Assentamento Mártires da Terra	22/02/2016	56	Assentados
São Bento do Tocantins	Fazenda Estrela de Davi	11/09/2016	50	Sem Terra
São Félix do Tocantins	Comunidade Quilombola do Rio do Prata	31/12/2016	78	Quilombolas
Tocantínia	Aldeias Aldeinha/Porteira/Serrinha/Nova Mrãiwahã/Funil/Xerente	30/07/2016		Indígenas
Tocantínia	Aldeias Aldeinha/Porteira/Serrinha/Nova Mrãiwahã/Funil/Xerente	04/11/2016	630	Indígenas
Wanderlândia	Fazenda Boqueirão	20/05/2016		Sem Terra
Wanderlândia	Fazenda Boqueirão	30/05/2016		Sem Terra
Wanderlândia	Fazenda Boqueirão	30/06/2016		Sem Terra
Wanderlândia	Fazenda Boqueirão	05/08/2016	82	Sem Terra
Wanderlândia	Fazenda Santa Maria	31/12/2016	50	Sem Terra
Wanderlândia	Fazenda Tubarão	30/05/2016		Sem Terra
Wanderlândia	Fazenda Tubarão	15/07/2016	36	Sem Terra
Subtotal:		86	4117	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Araguaína	Acampamento Levinha	01/07/2016	74	OI
Araguaína	Loteamento Caju Manso/Lt. 2/Faz. Pinheiro/Com. Gurgueia	24/02/2016	18	OI
Araguaína/Babaçulândia/Filadélfia	Faz. Boa Esperança/Itaparica/Água Viva/Acamp. na TO-222	05/07/2016	50	OI
Araguatins	Fazenda Água Amarela/Acamp. Fidel Castro	01/12/2016	80	FNL
Araguatins/São Sebastião do Tocantins	Fazenda Ozara II	08/04/2016	150	MST
Carrasco Bonito	P. A. Cupim/Acamp. Santa Maria	26/06/2016	146	ASMPA
Carrasco Bonito/Sampaio	P. A. Cupim/Faz. Alto Bonito/Acamp. Pe. Josimo	28/03/2016		MST
Piraquê	Faz. Santa Isabel III/Acamp. Capela	07/01/2016	28	OI
Sampaio	Projeto de Irrigação Sampaio/Acamp. Paulo Freire	29/04/2016	50	MST
Wanderlândia	Fazenda Boqueirão	31/05/2016	82	OI
Wanderlândia	Fazenda Santa Maria	31/12/2016	50	OI
Subtotal:		11	728	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Araguatins	Acampamento às margens da BR-230	03/12/2016	20	MST
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Mata Grande	11/05/2016	20	MST
Subtotal:		2	40	

Total Conflitos por Terra - TO

99

4885

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia			Tipo de Trabalho
			Libertos	Menores		
Colméia	Fazenda Canarana	07/03/2016	5	5		Pecuária
Dueré	Fazenda Umuarama	03/01/2016	10	10		Pecuária
Lagoa da Confusão	Faz. Diamante/Tio Jorge	03/06/2016	100			Arroz
Sandolândia	Fazenda Marambaia	20/10/2016	13	13		Pecuária
Subtotal:		4	128	28		

Total Conflitos Trabalhistas - TO

4

128

ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Brejinho de Nazaré	Com. Quilombola Curralinho do Pontal	31/12/2016	24	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água	
Dois Irmãos do Tocantins	Comunidade Quilombola Santa Maria das Mangueiras	31/12/2016	60	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água	
Subtotal:		2	84			

Total dos Conflitos no Campo TO	105	Pessoas: 24973
--	-----	----------------

Brasil		
	Conflitos	Pessoas
Terra	1295	686735
Trabalho	69	753
Água	172	222355
Total Brasil	1536	909843

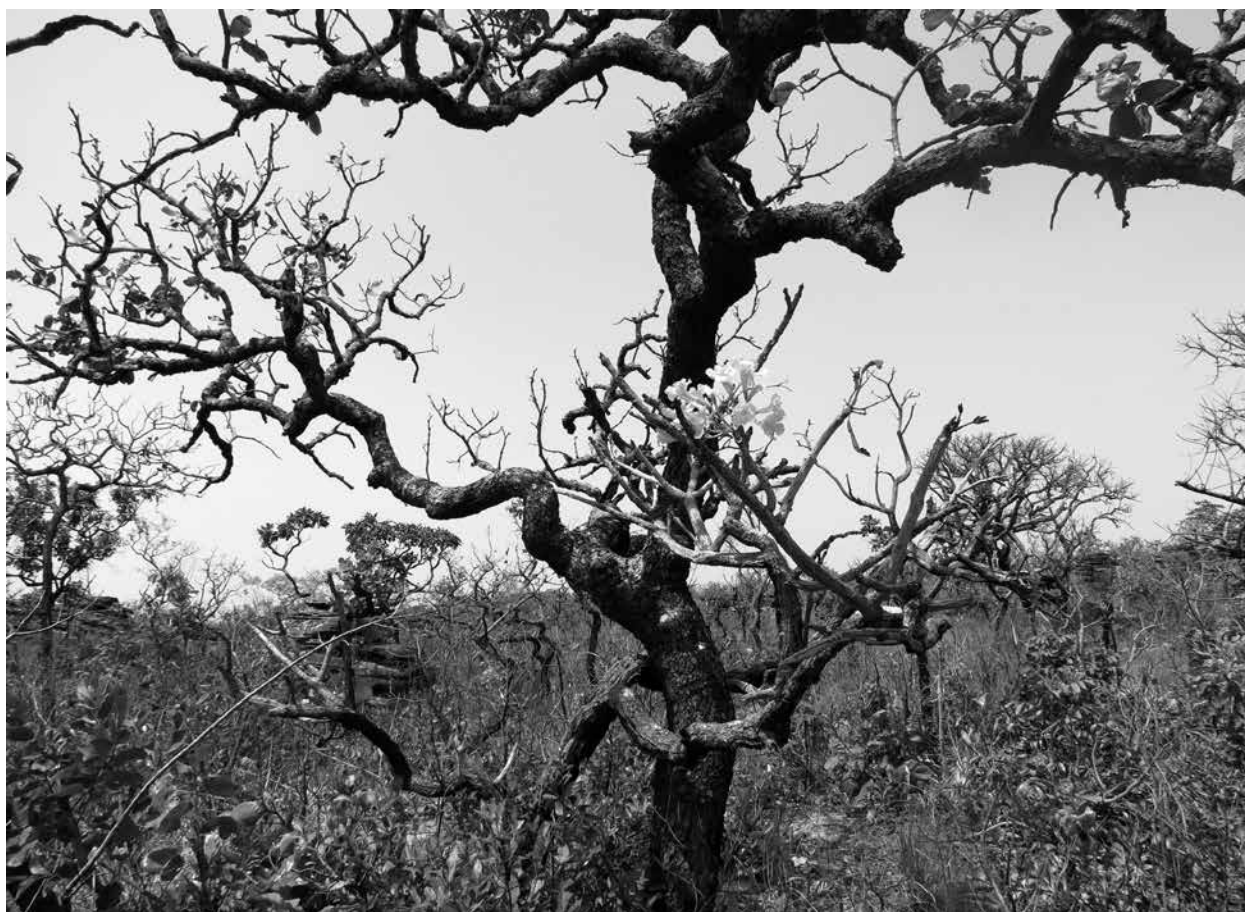


Foto: Elvis Marques

Os Cerrados e os Fronts do Agronegócio no Brasil¹

Coletivo LEMTO-UFF²

Carlos Walter Porto-Gonçalves
Danilo Cuin
Alexander Panez
Marlon Nunes da Silva
Marcela Burger Sotto-Maior
Leandro Leal

Há uma tradição que vem se consolidando no debate teórico-político acerca do mun-

do agrário que sobrevaloriza seus aspectos econômicos que, nos últimos anos, vem se impondo de modo quase absoluto com a hegemonia dos *think tanks* do agronegócio. Até mesmo o debate da questão (da reforma) agrária veio perdendo destaque, mesmo que o agrário esteja sendo questionado concretamente como o demonstra amplamente o aumento significativo do número de conflitos no campo, como vem insistindo a CPT e alguns poucos cientistas. Reconheça-se que o conflito é um fenômeno/conceito que permite o reconhecimento empírico de que há, pelo menos, duas perspectivas diferentes sobre uma determinada

¹ Esse trabalho seria impossível sem a qualificada colaboração do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT a quem respeitadamente agradecemos.

² Todos os autores são pesquisadores do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense.

questão e, no caso da questão agrária, os conflitos por terra têm sido cada vez em maior número, o que mostra a centralidade teórico-política da questão territorial. Embora entre os *think tanks* do agronegócio a terra seja vista, cada vez mais, como irrelevante, o que é coerente com sua perspectiva de redução à dimensão econômica haja vista que a terra pesa cada vez menos no custo geral de produção. Embora para os críticos do atual padrão de acumulação de capital no campo brasileiro sob hegemonia do agronegócio a terra continue a ser relevante, a crítica ao latifúndio como tal veio perdendo relevância na medida em que era o latifúndio improdutivo que era visado na crítica. Ora, o agronegócio veio afirmar nos últimos 30/40 anos justamente o caráter produtivo do latifúndio, aliás como já o era desde as primeiras *plantations* de açúcar que introduziram no Brasil, ainda no século XVI, as mais modernas tecnologias que o mundo até então conhecia³. Embora os ideólogos do latifúndio produtivo do agronegócio subestimem a importância da terra, estamos longe dessa irrelevância como esse artigo procura demonstrar. Para isso, nossa análise tomará em conta a dinâmica geográfica das relações sociais e de poder

do mundo agrário brasileiro, o que implica considerar a dinâmica espacial do mundo agrário, sobretudo em sua geograficidade, o que implica considerar também a terra enquanto metabolismo da vida⁴. Para isso, tomaremos em conta as dimensões espaciais, ou seja, a área ocupada pelas monoculturas capitalistas ao longo do tempo⁵, assim como os Domínios Morfoclimáticos e Fitogeográfico⁶, haja vista que a extensão de terras ocupadas/plantadas não dá conta das condições reais da produção/reprodução, pois implica considerar a disponibilidade de água, a declividade do terreno, a estrutura agrária e a ocupação territorial pré-existente à chegada do front capitalista. Por exemplo, para um modelo agrário/agrícola como o do capital latifundiário com suas extensas monoculturas é fundamental que os terrenos sejam planos ou, no máximo, suavemente ondulados, como as chapadas e os chapadões dos Cerrados, pois terrenos muito declivosos implicam em grandes custos de energia. E uma agricultura energívora, como essa do capital latifundiário monocultor, não pode prescindir de amplas áreas planas ou suavemente onduladas. O mesmo se dá quanto ao consumo de água, pois não se planta

³ Os engenhos de cana transformavam a matéria prima em açúcar, enfim, um produto manufaturado. E, não olvidemos, junto com a moderna tecnologia se introduziu o trabalho escravo para acumular capital e como era necessário produzir em grande volume se necessitava de muita matéria prima e, para isso, de grandes extensões de terra: o latifúndio. E, sublinhemos, a escravidão era seletiva: era só para negros. Enfim, o racismo, o latifúndio, a monocultura e a escravidão estão na base da inserção periférica e, portanto, subordinada do Brasil no sistema mundo capitalista moderno-colonial que se reproduz até hoje. Somos modernos, e coloniais, há mais de 500 anos!

⁴ Nesse artigo trabalharemos com as unidades dos biomas continentais brasileiros, segundo a FIBGE (Ver Mapa).

⁵ Para fins desse artigo, tomaremos em conta a evolução a partir do ano 2000 até 2016.

⁶ O conceito de Domínio Morfoclimático e Fitogeográfico, do geógrafo Aziz Ab'Saber nos inspira. Para ele, trata-se de “um conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial – de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área – onde haja um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas. Tais domínios espaciais, de feições paisagísticas e ecológicas integradas, ocorrem em uma espécie de área principal de certa dimensão e arranjo, em que as condições fisiográficas e biogeográficas formam um complexo relativamente homogêneo e extensivo. A essa área mais típica e contínua – via de regra, de arranjo poligonal – aplicamos o nome de área core, logo traduzida por área nuclear - termos indiferentemente empregados, segundo o gosto e as preferências de cada pesquisador”. Entre as áreas nucleares “existe sempre um interespaço de transição e de contato, que afeta de modo mais sensível os componentes da vegetação, os tipos de solos e sua forma de distribuição e até certo ponto, as próprias feições de detalhe do relevo regional” (Ab'Saber, 2003: 11 e 12).

sem água. Assim, a terra por maior que seja a extensão, sem água torna impraticável a agricultura. Por isso, grande parte dos conflitos, sobretudo nas áreas de *front* de expansão/invasão desse padrão de acumulação de capital agrário/agrícola é com relação ao acesso à água. São inúmeros os registros de conflitos que derivam da apropriação da água pelo capital não só como uma forma de aumentar a acumulação se não, também, como uma forma de desterritorializar com violência as comunidades e, assim, impossibilitando a vida e, quase sempre, obrigando ao deslocamento das famílias. Aliás, esses conflitos têm sido cada vez mais comuns, seja pela expansão das monoculturas em grande escala que exigem grande volume de água para irrigação, seja com o avanço de empresas mineradoras, como na comunidade de Quebra Braço no município de Caetité (BA), onde as famílias denunciam o impedimento de acesso a água, por parte da empresa Indústrias Nucleares do Brasil (INB). A empresa nuclear não só é proprietária do poço que abastece à comunidade, como ainda controla diretamente o acesso e distribuição da água para a subsistência da comunidade. O desespero e indignação das famílias foi registrado através do depoimento de dona Maria Dalva, moradora da comunidade:

“Ano passado ficamos várias vezes sem água. Houve momento em que ficamos até 30 dias sem ter um gole d’água na caixa, vinda do poço. Só não foi pior, por causa da água das cisternas”, relata Maria Dalva.

Segundo ela, o funcionário responsável por distribuir a água é empregado da empresa e age de maneira arbitrária na distribuição da água na comunidade.

“Quando a gente vai reclamar com ele ou fazer alguma cobrança, ele manda a gente abrir poço artesiano. Ele fala isto porque a INB abriu dois poços na casa dele, logo não tem necessidade”.

Afinal, por maior que seja a importância da tecnologia e do conhecimento científico no mundo agrário, como vêm insistindo os *think tanks* do agronegócio, mesmo que, por hipótese, a terra custasse zero é impossível a produção agrícola sem as condições metabólicas de produção-reprodução da vida – terra, água, fotossíntese-flora-fauna. Enfim, não se planta sem água, sem acesso ao Sol (à fotossíntese) e essa energia gratuita é ainda maior em países tropicais o que, sem dúvida, ajuda a explicar a reprodução há mais de 500 anos desse bloco de poder de acumulação em sua subordinação voluntária ao sistema mundo capitalista moderno-colonial. Assim, concentração fundiária (latifúndio) implica não somente concentração de uma área, mas também maior acesso à energia solar e à água. Não se explica a ampla expansão do agronegócio brasileiro, sobretudo nas regiões Centro-Oeste e nos Cerrados não fosse, (1) os enormes avanços tecnológicos proporcionados pela Embrapa e pelas universidades públicas brasileiras⁷, (2) os subsídios e apoio finan-

⁷ Há que se considerar, ainda, as inúmeras pesquisas patrocinadas por grandes corporações multinacionais (nacionais e estrangeiras) em universidades públicas, cujos resultados não podem ser publicados (ou seja, não podem ser públicos) e, ainda, o aumento de cursos técnicos voltados às demandas do *agrobusiness*, sobretudo em universidades situadas nessas regiões de expansão/invasão desse padrão de poder/saber.

ceiros governamentais, (3) as condições metabólicas tropicais de reprodução da vida, com destaque para os amplos terrenos planos ou suavemente ondulados das chapadas e dos chapadões, a disponibilidade de água (“o cerrado é uma caixa d’água”) e a disponibilidade de energia solar e; (4) a estrutura fundiária que tradicionalmente conforma a estrutura de poder oligárquica brasileira que tem sido capaz de garantir todo o sistema de normas (e de poder) necessário para sua reprodução ampliada do que, talvez, o Poder Judiciário seja o principal guardião, poder oligárquico esse que também forja as interpretações das leis que garantem que o Brasil mantenha sua integração subordinada ao sistema mundo capitalista moderno-colonial, sobretudo com a exportação de matérias primas. A Lei Kandir talvez seja, atualmente, sua mais perfeita tradução.

E numa análise com esse caráter os Cerrados brasileiros ganham centralidade por tudo que esse bioma e seus domínios morfoclimáticos significam. Consideremos, para fins de contextualização que a região Sul do Brasil, que era responsável, nos inícios dos anos 2000, por 38,1% da produção nacional de soja, viu sua participação cair para 34,5% nos últimos cinco anos (entre as safras colhidas em 2012 e 2016), uma queda proporcional de 3,6%, enquanto a região dos Cerrados viu sua contribuição à produção nacional aumentar de 50,8% para 57,1% no mesmo período, ou seja, um aumento de 6,3%. E, mais, de um total de 12 milhões e 906 mil hectares de terras plantadas a mais entre os períodos considerados, a região Sul, contribuiu com 27,2% do total e os Cerrados (região Centro-Oeste + Maranhão, To-

cantins, Bahia e Piauí) com 65% do total de área ampliada (as demais regiões com 7,8%).

Quando consideramos o volume de produção entre os períodos considerados, vemos que a região Sul contribuiu com 30,9% do aumento total da produção de soja, enquanto os Cerrados contribuíram com 64,2% do aumento total da produção de soja nacional (as demais regiões contribuíram com 4,9% desse aumento). Enfim, não há como não reconhecer a contribuição dos Cerrados tanto no aumento do volume de produção de soja como no aumento da área plantada com essa oleaginosa. Voltaremos a detalhar essa análise mais adiante.

Considere-se de pronto que a grande expansão do agronegócio nos últimos 30/40 anos no Brasil se deu com a abertura para o capital das condições de acesso aos Cerrados brasileiros, sendo de se registrar a importância dos avanços tecnológicos proporcionados pela tropicalização da soja que, como se sabe, é uma planta tradicional das regiões temperadas, como também pela revolução nas tecnologias de acesso à água que tornaram possíveis, com seus pivôs centrais, captar água a dezenas e até centenas de metros de profundidade e, assim, que se pudesse plantar nas enormes extensões das chapadas e dos chapadões dos Cerrados brasileiros. Com isso, essas áreas tradicionalmente destinadas à pecuária extensiva, à extração de centenas de frutos, resinas, ervas medicinais e plantas ornamentais, passaram a se constituir na cobiça maior do capitalismo moderno-colonial que, como tal, ignora outros

saberes, outras epistemes, outras culturas, outros povos, outros grupos/classes sociais. No entanto, sublinhemos, nada resultaria dessas descobertas tecnológicas não fosse o caráter moderno-colonial do capitalismo brasileiro haja vista todo o significado da “conquista do Oeste”, que, como sabemos, remonta à Era Vargas, mas que se afirmou com toda força com a logística que se seguiu ao projeto geopolítico implicado na construção de Brasília que pôs à disposição do capital estradas, comunicações e energia para avançar sobre o Planalto Central brasileiro, entendendo-se, principalmente sobre os Cerrados e, a partir daí, sobre a Amazônia.

O Cerrado tem a segunda maior densidade de conflitos por terra, quando considerados os biomas. Entre 2000 e 2016, cerca de 24,1% das localidades em que ocorreram conflitos por terra no Brasil estavam nos Cerrados. Ainda que esses números sejam inferiores ao número de localidades em conflitos na Mata Atlântica e na Amazônia, 25,5% e 38,9% respectivamente, consideremos que a Mata Atlântica detém uma área de 13% da área total do país e a Amazônia corresponda a uma área de 49,9% da área total do país. Ou seja, os Cerrados tiveram 24,1% dos conflitos sobre uma área total de 25,7%, enquanto a Mata Atlântica teve cerca de 25,5% de localidades em conflito sobre uma área de 13% e a Amazônia, 38,9% das localidades em conflito numa área de 49,29%, o que nos permite dizer que a densidade de localidades em conflito nos Cerrados é de 0.94, para a Amazônia de 0.79 e de 1,95 para a Mata Atlântica que, assim, se mostra como o bioma de maior densidade de conflitos por terra no país.

Entretanto, a conflitividade inerente à dinâmica contraditória do padrão de poder/saber do mundo agrário brasileiro ganha ainda maior evidência quando consideramos a relação entre o número de localidades em conflito e a população rural de cada um dos biomas considerados para análise. Tomando como referência a média anual de localidades em conflito e a média da população rural entre 2000-2010, podemos calcular um índice médio de conflitividade para os biomas brasileiros. Este índice expressa a relação entre a proporção de conflitos e a população rural de cada região. Ou seja, se temos uma região que concentra mais conflitos do que concentra população, teremos um índice acima de 1,0, se a região concentra menos conflitos do que concentra população rural teremos um índice abaixo de 1,0. Assim, os Cerrados ficam na segunda posição em intensidade de conflitos, atrás da Amazônia.

Os Cerrados detêm 14,9% da população rural do país, mas registrou 24,1% do total das localidades envolvidas em conflitos no país, o que lhes dá um índice de 1.67 (24,1 dividido por 14,9), ou seja, o número de conflitos é relativamente maior (67%) do que sua população. Esse índice ultrapassa de longe o da Mata Atlântica que é de 0.7. Enfim, nesse quesito os Cerrados só perdem para a Amazônia cujo índice de intensidade de conflitos é de 2,25. Como se vê, ainda que a Mata Atlântica continue sendo um bioma de intensa conflitividade, haja vista a proporção de conflitos por área, é na Amazônia e nos Cerrados que índice de intensidade de conflitos se mostra mais agudo. E esses dados de violência e conflitos são a expressão da colonialidade

que acompanha a expansão do capital em seu processo de modernização (melhor seria falar de moderno-colonialidade). Afinal, os Cerrados e as Amazônias se constituem em zonas de tensão territorial, haja vista que mais que áreas de fronteira de expansão do capital são *fronts* no melhor sentido conceitual que nos vem do campo militar, qual seja, área onde se confrontam os diferentes, ou seja, os entes que diferem. Lócus de tensão moderno-colonial em que o capital procura se afirmar com os mitos da modernização e do progresso que, no Brasil, vem se consagrando por meio da colonização⁸. Uma característica da tensão moderno-colonial nesses territórios é que a afirmação do mito, importante na conformação do consenso), se faz aqui sobretudo com uso da força, da violência, com ou sem a cumplicidade do judiciário e, assim, independente do êxito na conformação das subjetividades e a construção dos mitos coloniais darem resultado ou não. E o dissenso se faz como conflito que, todavia, não repercute diante do monopólio dos meios de comunicação que, quase sempre, se encontram nas mãos das mesmas oligarquias que, assim, não só controlam as terras, mas também as ondas magnéticas de transmissão e comunicação, enfim, de mediação⁹. Enfim, há que se falar, também, de uma “reforma agrária do ar”, expressão que não é retórica, haja vista que amplia o sentido do conceito de terra e nos amplia a compreensão necessária para su-

perar os latifúndios que controlam amplas áreas geográficas na terra e no ar.

E é interessante observar que, entre 2000 e 2010, em todos os biomas brasileiros, com exceção da Amazônia onde houve um aumento de 420 mil pessoas, houve decréscimo da população rural sendo de menos 350 mil pessoas na Caatinga, de menos cerca de 100 mil nos Cerrados e nos Pampas e menos 2 milhões de pessoas na Mata Atlântica¹⁰. Talvez aqui se expresse com mais clareza ainda a intensidade dos conflitos na Mata Atlântica como nos referimos acima quando registramos o número de localidades em conflito na área desse bioma. Ou seja, em apenas 10 anos houve uma perda líquida de 2 milhões de pessoas na área rural dos municípios situados na Mata Atlântica¹¹!

Observemos que os Cerrados, principal área de expansão/invasão do agronegócio, está longe de ser um bioma que vê aumentar sua população rural. Ao contrário, no trato direto com a terra não se gera emprego, enfim, é uma agricultura sem agricultores, como bem alcinhou o economista argentino Miguel Teubal. Aliás, esse padrão de acumulação não produz somente grãos, mas também produz muitos sem-terra. Enfim, há um processo generalizado de despossessão em todos os biomas brasileiros, sendo de se destacar o que se passa nos Cerrados, pois se trata de um bioma onde

⁸ A ação de querer colonizar o outro implica, de antemão, se assumir como superior a esse outro que vais ser colonizado e, desse modo, só se coloniza aquela/aquela que, primeiro, foi inferiorizado/inferiorizada.

⁹ É daqui que vem a expressão *mídia*, *media* do inglês.

¹⁰ Observemos que mesmo os Pampas, que só detinha 2,1% da população rural total do país no ano 2000 também viu essa população diminuir em cerca de 70 mil pessoas.

¹¹ Talvez aqui a análise da dinâmica agrária contraditória da geografia da cana-de-açúcar nos ajude a entender essa dinâmica de despossessão na área da Mata Atlântica. Fica a hipótese.

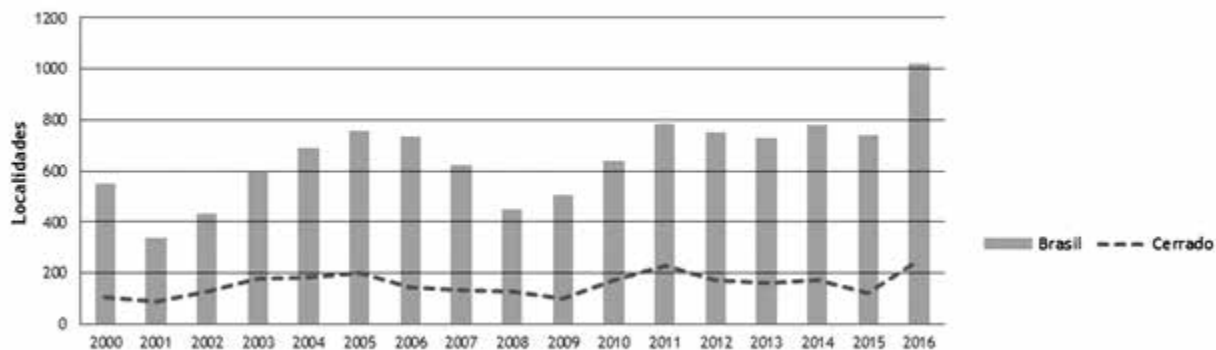
vem se dando recentemente o avanço/invasão do capital com base no latifúndio monocultor. Nos Cerrados tem sido grande o envolvimento em conflitos das populações tradicionais, sobretudo de povos indígenas e comunidades quilombolas, camponesas e extrativistas. Mesmo na Amazônia, onde assistimos a um importante aumento da população rural, estamos diante tanto do avanço do capital agrário e minerador, mas também de um campesinato migrante, e, na região, se assiste a uma intensificação de conflitos contra as populações que tradicionalmente a habitam, como demonstram amplamente os dados referentes aos grupos/classes sociais envolvidos em conflitos, onde predominam amplamente as chamadas populações tradicionais.

fúndios capitalistas com suas monoculturas, das mineradoras e, também, dos “peões de trecho”, os “sem eira nem beira”, como se dizia na época do Brasil Colônia que avançam sobre territórios tradicionalmente ocupados.

O gráfico 1 abaixo que compara a evolução do número de localidades em conflito por terra no Brasil e nos Cerrados nos deixa ver que os Cerrados são representativos do movimento contraditório/conflitivo do mundo agrário brasileiro, haja vista que o movimento geral da curva do Brasil é o mesmo movimento da curva de evolução nos Cerrados.

Gráfico 1 - Brasil x Cerrados

Localidades em Conflito por Terra. 2000-2016



É interessante observar que, a partir de 2010, nos Cerrados, o número de localidades em conflito permanece acima da média, com exceção de 2015. Isto indica tendência de intensificação dos conflitos, que se agrava em 2016 com o preocupante registro de 250 conflitos, nos Cerrados. O Gráfico 1 indica que esse aumento a partir de 2010 se dá em todo o Brasil. É, de fato, preocupante o aumento da violência com o avanço de madeiras, fazendas de gado, de lati-

De como a terra continua essencial para o avanço do latifúndio capitalista moderno-colonial no Brasil

Toda essa dinâmica conflitiva por nós identificada pode ser melhor compreendida quando consideramos a geografia da expansão das empresas capitalistas no campo brasileiro. Tomaremos aqui a expansão da soja para demonstrar como a demanda por terra, num país como o Brasil onde ela tem centralidade na con-

formação dos blocos de poder, acaba por se constituir no principal vetor dessa dinâmica de violência e conflito¹². Observe-mos a tabela 1.

Tabela 1 - Brasil – Soja
Evolução da produção, área plantada e produtividade

Brasil	2000-2004	2012-2016	Evolução
Produção (1000 ton.)	43.072,7	85.133,2	97,7%
Área Plantada (1000 hectares)	16.753,2	29.659,2	77,0%
Produtividade(Ton/Hectare)	2,57	2,87	11,6%

No caso brasileiro o crescimento da produção média das safras colhidas entre 2000 e 2004 e as safras colhidas entre 2012 e 2016 foi de 97,7%, isto é, praticamente dobrou. De modo geral, tal crescimento é atribuído aos avanços tecnológicos do agronegócio, que se materializariam no aumento da produtividade. O que não é toda a verdade, haja vista que, de fato, a produtividade entre um período e outro aumentou em 11,6%, mas a área plantada mostrou um avanço espetacular, de 77% entre os períodos considerados. Assim, a ênfase atribuída à produtividade acaba por anular o segundo fator desta equação, a expansão e conquista de terras. Na realidade, a expansão sobre novas áreas cumpre um papel fundamental na afirmação desse padrão de poder/saber de acumulação de capital, conforme aprofundamos a seguir.

Para compreender a importância que a

conquista de novas áreas tem sobre o aumento na produção das *commodities*, no caso sob análise da soja, podemos imaginar alguns cenários que podem nos ajudar a demonstrar a limitação do argumento aludido da prevalência da variável tecnológica, sem desmerecermos a importância dessa variável que, como sabemos, é parte da evolução da humanidade embora

sempre submetida a diferentes sentidos, objetivos. Afinal, o volume de produção é o resultado da equação onde interferem (1) a capacidade técnico-organizacional do produtor e (2) a extensão de terra que possui, o que nos dá a produtividade (volume de produção por uma determinada unidade de área). Se sua capacidade produtiva é de 2 toneladas por hectare e possui uma área de 2.000 hectares de terra, sua produção resultaria em 4.000 toneladas.

Sabemos, portanto que os dois fatores têm influência sobre a quantidade produzida. Entretanto, é possível estimar a importância de cada um desses fatores na produção. Para isso elaboramos dois cenários¹³:

- 1) A produtividade aumenta e a área plantada se mantém;
- 2) A produtividade se mantém e a área plantada se expande.

¹² Para que não se tome um eventual ano influenciado por fatores aleatórios como o clima, tomaremos para a comparação a média de 5 safras, a saber, o primeiro período para a média de produção (mil toneladas) e de área plantada (mil hectares) entre as safras 1999-2000 e as de 2003-2004 e o segundo período para as safras entre 2011-2012 e as de 2015-2016. Dados da CONAB.

¹³ Fórmula aplicada: Cenário 1 – Produtividade média anual do segundo período considerado (entre as safras colhidas em 2013 e 2016) multiplicado pela área média anual plantada no primeiro período considerado (entre as safras colhidas em 2000 e 2004) e calculada a porcentagem de crescimento nesse Cenário vis a vis a produção anual média do primeiro período considerado. Cenário 2: A Produtividade média anual do primeiro período considerado multiplicado pela área média anual plantada no segundo período considerado e calculada a porcentagem de crescimento nesse Cenário vis a vis a produção anual média do primeiro período considerado.

Vejamos a Tabela 2

Tabela 2 – Cenários segundo a evolução da área plantada e da produtividade (2000-2016)

Regiões	Cenário 1	Cenário 2	Variação Real da Produção
Sul	18,7%	50,9	79%
C-Oeste	6,3%	87,5	100,2%
Matopiba	85,6%	164,4	391,4%
Brasil	11,6%	77%	97,7%

Tabela 3 - Contribuição de cada região na evolução da área plantada e no volume de produção 2000-2016

Regiões	Variação Real da Produção	Evolução da Produtividade	Contribuição para o Aumento da Área Plantada	Contribuição para o Aumento do Volume de Produção
Sul	79%	18,8%	27,2%	30,9%
C-Oeste	100,2%	6,3%	49,2%	48,2%
Matopiba	391,4%	85,7%	15,2%	15,3%
Outras Regiões	8,4%	-	7,9%	5,6%
Brasil	97,7%	11,6%	100%	100%

Em todas as regiões consideradas o Cenário 2, onde a área plantada aumenta e a produtividade se mantém igual, as taxas de crescimento são maiores que no Cenário 1, quando a produtividade aumenta e a área permanece a mesma entre os períodos considerados. No primeiro cenário a produção brasileira de soja teria aumento de 11,6%. Já no segundo cenário, a produção teria um aumento de 77%. Salta à vista o quão importante é o fator terra e, assim, a necessidade que esse padrão de poder/saber de acumulação de expansão/invasão/conquista de terra para garantir o aumento de produção de *commodities*.

A análise a seguir mostra, ainda de modo mais agudo, a prevalência do fator terra, quando levamos em consideração a variação na geografia do Brasil.

Vejamos na tabela 3, na primeira coluna com dados à esquerda, a variação real da produção de cada região para efeitos de comparação, pois ressalta o espetacular aumento da produção de soja de cada região entre 2000 e 2016. Entretanto, compare-se com a evolução da produtividade entre os períodos considerados e observa-se que, excetuando-se a região de mais recente avanço/invasão da soja, ou seja, na região do Bico do Papagaio/Matopiba, a taxa

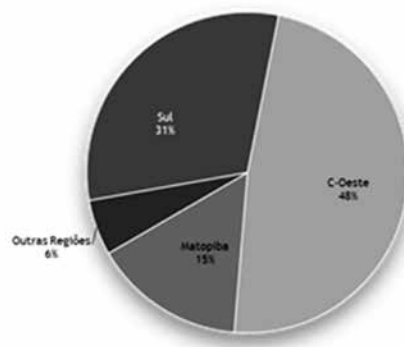
de crescimento da produtividade está longe de acompanhar a taxa de crescimento do volume de produção.

Por outro lado, salta à vista a correlação di-

reta entre a contribuição de cada região no aumento da área plantada sobre o aumento da área total plantada com soja no Brasil e a contribuição de cada região considerada para o aumento do volume de produção de soja no país entre os anos 2000 e 2016 (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Contribuição de cada região para o aumento da produção de soja entre 2000 e 2016

Contribuição para o Aumento da Produção



A região Sul, por exemplo, contribuiu com uma expansão de 27,2% da área plantada e com 30,9% do aumento do volume de produção entre 2000 e 2016. A região Centro-Oeste com 49,2% do aumento da área plantada e para 48,2% do aumento da produção no mesmo período. A região do Bico de Papagaio/Matopiba teve um aumento de 15,5% da área plantada e de 15,3% do volume de produção no mesmo período. Enfim, repetimos, há uma correlação forte entre o aumento da área plantada e o aumento do volume de produção. E essa correlação está longe de ser mera estatística, mas se mostra através dos conflitos que, assim, nos fazem ver as contradições em estado prático, para além de eventuais divergências, sejam elas ideológicas ou teórico-políticas. Deixemos que essas contradições falem através da sua evolução desigual no espaço-tempo desde os anos 2000.

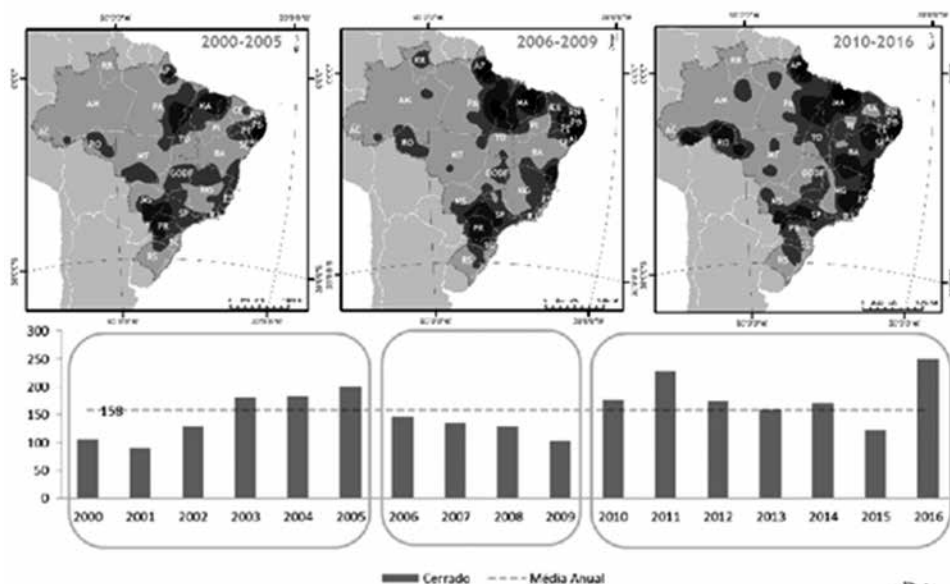
Revisitando a geografia dos conflitos através da cartografia

Os mapas a seguir procuram dar conta de como essa dinâmica contraditória vem se dando. Metodologicamente procedemos a identificação do movimento no espaço geográfico brasileiro do número de localidades em conflito ao longo da série histórica de 2000 a 2016, segundo dados registrados pelo Banco de Dados Dom Tomás Balduino, da CPT. Cartografamos os três períodos identificados no Gráfico quando, então, pudemos observar que o movimento do número de localidades em conflito nos Cerrados acompanha o mesmo movimento da curva do Brasil como um todo.

- 1) Na variação espaço-temporal pode-se observar uma mancha deslocando-se e intensificando-se em Rondônia e Acre e outra mancha se intensificando na Zona dos Cocais/Bico do Papagaio/Matopiba, indicando uma espécie de vetor de avanço do *front* onde se defrontam o capital do *agri-business* e os grupos/classes sociais em situação histórica de subalternização, como camponeses, povos indígenas, quilombolas e outros. A leitura dos informes da natureza dos conflitos nos indica que por aí avança o processo de despossessão com sua violência característica.
- 2) Observemos, ainda, a intensificação dos conflitos no estado do Amapá, onde são extensas as áreas de encaves de Cerrado e Chapadas, elementos que favorecem a agricultura mecanizada e, conseqüentemente, o avanço do *front* acima aludido.
- 3) Como vimos, desde 2010, com exceção do ano de 2015, todos os demais anos, o número de localidades envolvidas em conflitos esteve acima da média de toda série histórica considerada, de 2000 a 2016. Assim, desde o primeiro mandato de Dilma Rousseff que a intensidade dos conflitos vem se acentuando e 2016 viu saltar espetacularmente o número de conflitos, pois foi ano de maior número de localidades implicadas em conflitos em toda a série histórica. Chama a atenção o fato de a violência vir aumentando no Brasil como um todo e, nos Cerrados em particular, pelo lugar de destaque

na política que as elites oligárquicas dos Cerrados vêm ocupando. Katia Abreu, de Tocantins, foi Ministra da Agricultura de Dilma Rousseff, e foi substituída por Blairo Maggi, do Mato Grosso. Tudo indica que a violência contra os grupos/classes sociais em situação de subalternização se consagra nas instituições do Estado brasileiro. Nesse sentido, mais que preocupante, é assustador o fato de 2016 ser o ano que registra o maior número de localidades implicadas em conflitos. Afinal, a política que se desenha é a de dar seguimento ao avanço do latifúndio capitalista monocultor moderno-colonial com toda a violência que esse conceito amplo implica.

negócio insistam em atribuir ao desenvolvimento tecnológico e seu consequente aumento da produtividade o leitmotiv do aparente sucesso do padrão de acumulação do capital que defendem, vimos, no caso da soja, que a expansão da área cultivada joga um papel decisivo e, assim, o fator terra está longe de perder sua relevância. Ao contrário, não se explica o êxito desse padrão de acumulação sem essa ampla disponibilização das terras no que chamam de fronteira que, como vimos, se trata de verdadeiro *front* de guerra, de confronto, de conflito, de violência e de devastação. A colonialidade se mostra, assim, fundamental para afirmar a modernidade que o capital reivindica como progresso e desenvolvimento. E, não olvidemos, tudo isso é possível graças à conformação patrimonialista de uma sociedade



Fontes: IBGE; CEDOC Dom Tomás Saldivino; Projeção Político; Datum: GCS, South American, 1969. Elaborado por Danilo Pereira Cruz LEMTO - UFPA - 2017.



Algumas conclusões para apurar a voz e cantar mais forte

Enfim, por mais que os ideólogos do agro-

onde há “donos do poder”, como nos diz a feliz expressão de Raimundo Faoro. O Poder Judiciário brasileiro tem jogado um papel fundamental na reprodução dessa injusta

relação de poder que tem na concentração fundiária um dos seus principais sustentáculos. Temos uma Justiça que está longe de ser lenta, ao contrário, é de dupla velocidade, pois seu tempo funciona de acordo com a conveniência dos “donos do poder”. Basta observar a rapidez com que o Judiciário exara ordens de despejo ou de reintegração de posse, mesmo em casos em que as propriedades implicadas não resistam minimamente a um exame de sua legalidade, e a lentidão com que apura, quando apura, os assassinatos de indígenas, quilombolas, de membros de comunidades camponesas e trabalhadores e trabalhadoras rurais. A recente nomeação de Alexandre Moraes para Ministro do Supremo Tribunal Federal, ele que era Ministro da Justiça nomeado por um Presidente, ele mesmo com várias denúncias de crimes políticos contra o interesse público, dá conta da promíscua relação entre os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. A agenda de Medidas Provisórias e de Projetos de Emenda Constitucional contra os povos indígenas, contra os quilombolas, contra a reforma agrária, a favor da venda de terras a estrangeiros, contra o meio ambiente nos mostra como a questão territorial, que tem seu fundamento na questão fundiária, estrutura as relações sociais e de poder injustas que continuam governando a sociedade brasileira.

A sociedade brasileira deve ficar alerta com a explosão do número de conflitos no ano de 2016, justamente quando essa agenda política procura ganhar legitimidade usando indevidamente as instituições (que deveriam ser) públicas. Nesse sentido, o atual Congresso Nacional é representativo das relações sociais e de poder da sociedade brasileira. Ele representa essa correlação de forças e, assim, mais que uma revolução política é de uma revolução social, no sentido mais profunda do conceito, que carecemos. E a luta pela terra, sobretudo enquanto luta pelo território, se coloca como central para qualquer processo de transformação profunda da sociedade brasileira.

As comunidades tradicionais têm resistido à violência desse processo moderno-colonial de acumulação capitalista. Têm resistido contra a devastação de territórios que, cada vez mais, se mostram como de interesse que vão além dos que estão diretamente ali implicados. São, por isso, fontes de inspiração¹⁴ pois vêm protagonizando lutas de resistência e de r-existência, haja vista que mais que resistir nos oferecem outros horizontes de sentido para a vida, para a existência, onde o presente contém o passado para inventar o futuro!

¹⁴ Ver, por exemplo, o Protocolo dos Munduruku para ver como valores como autonomia e território-territorialidade-territorialização ganham sentido. Consultado em 04 de março de 2017 no endereço http://www.consultaprevia.org/files/biblioteca/ft_name_archivo.326.pdf



Foto: João Zinclar

Terra

Ataques aos direitos dos povos do campo: as ações do Legislativo e Executivo Federal

Marco Antonio Mitidiero Junior¹
Lucas Araújo Martins²
Ana Mikaelly dos Santos Silva³
André Paulo do Nascimento⁴

“As Leis são como salsichas, é melhor não saber como elas são feitas” (Otto Von Bismarck)

No ano de 2015 iniciamos o acompanhamento de ações legislativas na Câmara e Senado Federal que de alguma forma feriam os direitos dos povos do campo. O que se percebia, naquele momento, é que o resultado eleitoral de 2014 levou às duas casas legislativas o Congresso mais conservador desde o período militar. Tornavam-se, assim, cada vez mais frequentes ações legislativas – sobretudo em forma de Projetos de Lei (PL) - contra a realização da Reforma Agrária e contra as terras indígenas e quilombolas. Uma avalanche de propostas antigas e novas passou ou retornou a tramitar a partir de 2015, levando-nos a intitular essa estratégia orquestrada pela Frente Parlamentar da Agropecuária (entenda-se Banca Ruralista) de *“ataques aos direitos dos povos do campo”*, que se constitui, na verdade, como um ataque frontal dos ruralistas e seus representantes em Brasília às con-

quistas de homens e mulheres que vivem e trabalham no espaço rural.

As ações legislativas para implosão de conquistas sociais foi assumida por nós como uma nova forma de violência que marca a história rural brasileira. Elas nos levaram, evidentemente, a fazer um paralelo com a violência contra a pessoa, registrada de forma tão minuciosa pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). *Violência política, violência institucional ou violência legislativa* foi a percepção que dominou a pesquisa que realizamos após analisar Projetos de Lei e Emendas propostas pelos ruralistas. Retirar direitos (conquistas!) de um elo historicamente fragilizado da sociedade brasileira (índios, camponeses, quilombolas, assalariados rurais) é um ato violento e covarde contra uma parte dessa sociedade que tem na essência do seu trabalho a tarefa de produzir alimentos. Porém, não se trata apenas em atacar os direitos. Trata-se, ao mesmo tempo, em garantir os direitos para uma fração es-

¹ Professor Doutor do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba.

² Graduando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica, projeto: “Território e Política no Brasil: ataque legislativo aos direitos dos povos do campo”.

³ Graduanda em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica, projeto: “Território e Política no Brasil: ataque legislativo aos direitos dos povos do campo”.

⁴ Graduando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica, projeto: “Território e Política no Brasil: ataque legislativo aos direitos dos povos do campo”.

pecífica da sociedade, que são os tradicionais ruralistas acobertados pelo signo do agronegócio moderno. A propalada “*segurança jurídica*” ao investimento de capital na agricultura significa quase que diretamente a ***insegurança jurídica dos povos do campo***, como expressa, por exemplo, o PL 3842/2012 de autoria do deputado Moreira Mendes (PSD/RO), que tenta proteger a propriedade rural onde é encontrada exploração de trabalho análogo à escravidão.

A partir dessa atenção ao cotidiano legislativo, passamos a acompanhar em 2015 o passo a passo de diferentes Projetos de Lei. No final de 2015 e começo de 2016, coletamos informações, acessamos os textos das propostas, conversamos com assessores parlamentares, seguimos as notícias nos sites do Congresso e do jornalismo, e analisamos os temas e estratégias. Mas, nem por um devaneio dos menos lúcidos possíveis, pensamos que o ano de 2016 ficaria marcado por um Golpe Político/Parlamentar/Jurídico que jogaria no lixo da história a jovem democracia brasileira. Os ataques dos golpistas, agora, não eram mais pontuais como os realizados pela Bancada Ruralista, mas sim gerais, contra a grande maioria dos brasileiros. No âmbito do legislativo, de maio de 2016 até o final do mesmo ano, uma grande quantidade de ataques, marcados pela velocidade de tramitação, invadiu o cotidiano nacional e sentou-se à mesa dos brasileiros, infelizmente sem muita contestação pela população mais atingida: os trabalhadores. Ou como afirmou o jornalista Leonardo Sakamoto: “neste momento, enquanto você toma seu café, o parlamento está aprovando

leis que retiram, à luz do dia, direitos de trabalhadores, mulheres, populações tradicionais, minorias”.

O Golpe de 2016 trouxe uma nova linguagem ao cotidiano nacional, a linguagem das siglas, das incognoscíveis siglas para boa parte da população brasileira. PEC, PL, MP e Decretos, que antes ocupavam pouco espaço tanto na mídia como nas ruas, passou agora a fazer parte do dia a dia. Mesmo que quase totalmente alheia aos ataques que vinha sofrendo, a população (o trabalhador) brasileira passou a receber nos seus ouvidos o som dessa linguagem cifrada que nada mais é do que o processo legislativo golpista em cena. A própria noção de “ataques”, forjada por nós no início da pesquisa em 2015, passou a ser predominante nas análises de parte dos críticos da conjuntura política.

O que significa essa conjuntura legislativa recente? Significa que provavelmente estamos sofrendo o maior processo de desmonte do Estado nacional e a mais efetiva dilapidação do patrimônio público, sobretudo dos bens naturais, desde o período colonizador ibérico. A inédita - em termos mundiais e civilizatórios - e já aprovada PEC 55 que limita o orçamento público e deprime os gastos com saúde e educação, deu o tom do que está em processo. Desta PEC vem derivando, ainda, outras iniciativas do Poder Legislativo e Executivo, como a PEC da Previdência e a PEC da Legislação Trabalhista, verdadeiras “porradas nas fuças” dos trabalhadores brasileiros. Não é por menos que, rapidamente, essa nova linguagem recebeu apelidos precisos: desde “PEC do fim do mundo”, a “PEC da morte” e “pauta bomba”.

No que diz respeito aos ataques aos direitos dos povos do campo, o Golpe veio agravar o que já estava a todo vapor. O comportamento da Bancada Ruralista na Câmara e no Senado foi o de atacar rápi-do e por todos os flancos os camponeses, trabalhadores rurais, aposentados rurais, quilombolas e índios. No pós-golpe, aquilo que já era um poder decisivo nas mãos dos ruralistas, que é o número de componentes da bancada, ganha mais força e efetividade com um presidente golpista no Palácio do Planalto. Foi criado um sentimento de que agora tudo pode para os ruralistas.

A Bancada Ruralista compreende 207 deputados, perdendo apenas para a Bancada das Construtoras com 238 deputados e a Bancada Empresarial com 208 representantes. O fato é que tanto a Bancada das Construtoras como a Empresarial, normalmente, votam de acordo com os interesses da Bancada Ruralista. E, ainda, a Bancada Evangélica estimada em 196 deputados, a da Mineração com 24 representantes e da Bala com 35 deputados (Medeiros et al, 2017) também votam a favor dos interesses do agronegócio. Com todo esse poder decisório, em um momento político sem mediações efetivamente democráticas, em que tudo é permitido a favor do agronegócio, o lema ruralista é destruir as possibilidades de realização da reforma agrária (e, se possível, reverter as experiências já consolidadas), barrar a demarcação de terras indígenas e quilombolas (e, se possível, abrir espaço nas terras já demarcadas à exploração econômica pelo grande capital), implodir a legislação trabalhista e a previdência rural, como mostram os Projetos de Leis, as ações do

Poder Executivo e demais institutos legislativo/jurídicos registrados na tabela que acompanha este texto.

Nesse contexto há uma grande quantidade de Projetos de Lei (PL) tramitando no Legislativo. A diferença da análise de 2015 e 2016 é que em 2015 os ataques tinham raízes em PLs antigos, sendo apenas 7 ações iniciadas naquele ano, isto é, deputados e senadores centraram esforços para desarquivar ou reavivar projetos “esquecidos” de interesse direto do agronegócio. Em 2016, ano do Golpe, além dos desarquivamentos, novas propostas pipocaram do Legislativo e Executivo. Foram 11 novos projetos e propostas no âmbito das Leis e 29 projetos de Decretos Legislativos para reversão de conquistas e retomadas de terra, totalizando 40 ações de ataque aos homens e mulheres do campo. Não há para onde correr, a sanha do coronelismo fundiário travestido de moderno agronegócio perpetua-se em toda história do Brasil, potencializando-se em períodos não democráticos. O ímpeto das ações violentas dos ruralistas não se materializa apenas contra as figuras das lideranças rurais, militantes e índios, ele emerge também nas ações legislativas como violência política. O senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), o deputado Alceu Moreira (PMDB/RS), o deputado Luís Carlos Heinze (PP/RS), dentre tantos, em suas aparições públicas, pronunciamentos institucionais e entrevistas, mostram toda essa carga violenta baseada em posições elitistas e racistas declaradas. O tom de voz, a postura física, as expressões faciais e o movimento das mãos expressam raiva e se materializam em ações e estratégias políticas, como

podemos ver nas 29 propostas de Decretos Legislativo em 2016 do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS) – diga-se de passagem, investigado na Operação Lava Jato - que quer sustar e reverter decretos de desapropriação para assentamento de reforma agrária e regularização e homologação de terras indígenas e quilombolas já assinados pela presidente afastada Dilma Rousseff. O período golpista abriu tanto espaço ao poder privado dos ruralistas que a sua forma violenta de agir invade também a vida cultural brasileira, atacando até o famoso carnaval carioca. A Bancada Ruralista tentou influenciar o carnaval carioca diante de um samba enredo que, sempre metafórico, estabelece uma crítica ao agronegócio em relação aos povos indígenas. A escola de samba Imperatriz Leopoldinense foi duramente criticada pelos setores do agronegócio, ao ponto do senador Ronaldo Caiado propor discussão no Senado - onde quase 30% dos senadores compõem a Bancada Ruralista - como forma de pressão à escola de samba.

Vale destacar a novidade da pesquisa que foi dividir a tabela de acompanhamento em ataques do Legislativo e ataques do Executivo. Embora no Legislativo as tramitações de interesse dos golpistas venham batendo recorde de velocidade na sua tramitação, o Executivo, para ganhar mais tempo ainda, dispõe de Medidas Provisórias e ações político-administrativas como forma de agilizar todo o processo.

Entre as ações político-administrativas merecem destaque:

- A artimanha de pressionar a Advocacia Geral da União (AGU) em mudar o seu parecer e sua interpretação sobre a Lei 5.709/1971 que limita a compra de terras por estrangeiros em território nacional. Bastará a mudança de interpretação para que toda a ação legislativa, focada nos PLs 2289/2007, 2376/2007, 3483/2008, 4240/2008, 4059/2012, 1053/2015, que tratam do tema, seja mera formalidade para a aprovação de uma Lei de liberalização.
- O corte no orçamento geral dos órgãos de execução da política fundiária (INCRA) e indígena (FUNAI), ao ponto de impossibilitar o trabalho dessas instituições em processos de desapropriação ou homologação de terras.
- Nomeações de cargos para os órgãos que administram a política agrícola e agrária de pessoas altamente compromissadas com o agronegócio e a não realização da reforma agrária. Como agravante, muitas dessas pessoas nomeadas são acusadas ou réus em processo de grilagem de terra, de improbidade administrativa, suborno, propina, etc. E pior ainda, o próprio presidente de facto, Michel Temer, foi acusado de grilagem de terra no passado e o Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, é atualmente acusado de grilagem de terras no Mato Grosso, contexto que dá corpo a aquilo que o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira chamou de “agrobandidismo”.
- Alterações na Previdência Rural que

ferem diretamente homens e mulheres do campo. As intenções que já vieram a público visam limitar a abrangência e acesso a previdência rural; exigir contribuição previdenciária de todo(a) trabalhador(a) rural; e aumentar os anos limite para aposentadoria, sem levar em consideração a especificidades nas condições de trabalho e a expectativa de vida do trabalhador(a) rural.

- A possibilidade de privatização das fontes de água. No bojo do Golpe Político, a imprensa noticiou o interesse das grandes multinacionais reunidas com alto escalão do governo golpista, para o que chamaram de “privatização do Aquífero Guarani”.
- Embora efetivado no início de 2017, o “pacote do veneno” ganhou espaço logo após o Golpe. A despeito dos PLs que querem liberar ainda mais o uso dos agrotóxicos, o governo federal antecipa-se e em uma medida administrativa passa o controle das informações sobre os agroquímicos para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), excluindo da tarefa a ANVISA e o IBAMA. Isso significa uma redução drástica no controle dos agroquímicos, uma vitória do agronegócio e da indústria farmacêutica, e mais veneno no corpo do trabalhador rural e na mesa dos brasileiros.

No segundo ano dessa pesquisa descobrimos algo mecânico no acompanhamento das propostas. Os partidos (e suas siglas) e alguns nomes tarimbados do ruralismo

brasileiro, quando encontrados nos Projetos de Lei, significam, automaticamente, a presença de um ataque aos direitos dos povos do campo. Ao visualizar PMBD, PSDB, PP e DEM, ou quem são os propositores e relatores dos projetos (sobrenomes como Abreu, Jucá, Caiado, Leitão, Heinze e outros), o caminho a ser seguido é certo, ou seja, trata-se de ataques contra a reforma agrária, trabalhadores rurais, índios e negros quilombolas ou são propostas de mais regalias do Estado ao abastado agronegócio, cada vez mais ancorado no falacioso discurso de que o agronegócio sustenta a economia brasileira.

Sem precedentes, dada a sua quantidade e velocidade, as violentas ações do Legislativo e Executivo indicam retrocessos que marcarão de forma perversa o espaço rural e as condições de vida dos homens e mulheres do campo. Do lado mais duro dessa realidade, a CPT contabilizou 61 assassinatos em conflitos rurais em 2016, o maior número dos últimos 13 anos. Isso indica que em tempos de Golpe vem chumbo (chumbo de verdade!) em direção de determinados homens e mulheres que lutam pelo seu território e “chumbo grosso” em forma de ações institucionais que implodirão conquistas de uma parte da sociedade tradicionalmente marginalizada pelo Estado. Por mais institucional e legal que sejam, os seguintes ritos que constituem o funcionamento de um estado democrático (comandado por golpistas) se caracterizam como um ato de violência e covardia da elite agrária nacional. A tabela abaixo ajuda a conhecer e compreender esses atos e ritos, e abre muitas brechas para pesquisadores e militantes dos movimentos sociais apro-

fundarem o conhecimento em uma conjuntura pautada pela acumulação primitiva de capital, ou seja, pelas formas violentas de apropriação dos bens naturais e exploração do homem rural.

*Durante a redação desse texto recebemos a informação, através da imprensa, que

durante a visita do Deputado Jair Bolsonaro, um dos ícones do Legislativo atualmente, a Campina Grande-PB, ele proferiu a seguinte fala: “Quero dizer aqui para os marginais do MST que, para o agronegócio, para o produtor rural, nós vamos dar fuzil, porque cartão de visita de invasor é cartucho 247” (08/02/2017).

Ações e ataques do poder Legislativo Federal (Câmara e Senado) aos direitos dos povos do campo

Ataques do Poder Legislativo

Ações e ataques*	Tema/Proposição	Autor	Situação	Análise
PL 1610/1996	Dispõe sobre a exploração e aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º da CF	Senador Romero Jucá – PMDB/RO	Aguardando Designação de Relator na Comissão Especial. PLs apensados: 7099/2006; 7301/2006; 5265/2009; 3509/2015; 5335/2016.	PL esquecido nos porões da Câmara Federal ganha força na última legislatura e potencializa-se pós-golpe político de 2016. O objetivo é abrir as portas das terras indígenas às grandes mineradoras, destruindo normas que asseguraram a autonomia de comunidades indígenas sobre suas terras.
PEC 215/2000	Acréscena o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231 da Constituição Federal. Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas, estabelecendo que critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.	Almir Sá – PPB/RR	Aprovada pela Comissão Especial da Demarcação de Terras Indígenas. Pronta para Pauta no Plenário. Apensados a PEC 579/2005, PEC 156/2003, PEC 257/2004, PEC 275/2004, PEC 319/2004, PEC 37/2007, PEC 117/2007, PEC 161/2007, PEC 291/2008, PEC 415/2009.	A quantidade de PECs apensadas à PEC 215/2000, todas praticamente com o mesmo objetivo, mostra a determinação e força dos ruralistas em barrar o reconhecimento dos territórios indígenas e quilombolas. São três as estratégias principais para atacar os direitos dos povos do campo: transferir para o Congresso, onde os ruralistas possuem força inmensurável, a prerrogativa de demarcar terras indígenas por forma de Lei; a determinação de indenização aos invasores de terras demarcadas em todos os casos, sendo que a lei permite apenas o pagamento das benfeitorias, o que oneraria em muito o Estado; tenta instituir um marco temporal da data da promulgação da CF de 1988 como o válido para reconhecer o direito pelas terras ocupadas, ou seja, áreas reclamadas e ocupadas depois de 1988 não teriam direito.
PL 6299/2002	Altera os arts 3º de 9 da Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.	Senador Blairo Maggi – PP/MT	Aguardando parecer do relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer. Pls apensados: PL 3125/2000, PL 5852/2001, PL 5884/2005, PL 6189/2005, PL 2495/2000, PL 1567/2011; PL 4166/2012; PL 1779/2011, PL 3063/2011, PL 1567/2011, PL 3649/2015, PL 1687/2015, PL 3200/2015, PL 49/2015, PL 371/2015, PL 461/2015, PL 958/2015, PL 4933/2016.	Projeto ressuscitado a partir de um PL recente (3200/2015) de autoria do Dep. Covatti Filho PP/RS, que ficou conhecido como “PL do Veneno”. O PL 6299/2002 e os outros PLs apensados a este visam flexibilizar e mimimizar o papel da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) na liberação do uso e comercialização de agrotóxicos, desqualificando a metodologia de consulta pública com o objetivo de afrouxar a avaliação e classificação toxicológica. Além disso, tentam mudar a nomenclatura nos textos institucionais, substituindo a palavra agrotóxico por “defensivo fitossanitário”. A grande quantidade de PLs apensados demarca a conjuntura do tema, sendo que alguns desses PLs são de natureza crítica à liberação dos agrotóxicos, porém podem ser subsumidos por uma avalanche de propostas permissivas aos venenos. Desde 2008 o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, fazendo com que a pressão pela liberação seja cada vez mais forte, em detrimento da precaução com a saúde do trabalhador rural, dos consumidores e do meio ambiente expostos a esses agrotóxicos.

PL 5422/2005	Dispõe sobre reajuste de parâmetros, índices e indicadores de produtividade para fins de Reforma Agrária. Modifica art. 11 da Lei 8629/93 para estabelecer prazo para a revisão dos índices de produtividade.	Dep. Lael Varella – PFL/MG	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Essa PL apensou outros PLs: 5946/2005; PL 7031/2006; PL 5561/2009; PL 6450/2009; PL 1016/2011; PL 301/2015	Visa “congelar” os índices e parâmetro de produtividade por um largo período, com o objetivo de proteger o latifúndio improdutivo de desapropriações para fins de Reforma Agrária. Ataca a Lei Agrária de 1993 que determina que “os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional...”; e visa barrar o PL 5946 que data em período não superior a cinco anos à revisão dos índices de produtividade, relaxar a exigência dos índices de produtividade, relativiza e subjetiva o estatuto jurídico da função social da terra.
PL 7485/2006	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 7170, de fevereiro de 1983, para prever o ato terrorista de quem invade propriedade alheia com fim de pressionar o governo.	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana	Pronta para Pauta no Plenário.	Ataque direto ao direito de manifestação política da sociedade civil. O texto do PL enfatiza as ações contestatórias dos movimentos sociais rurais, sobretudo do MST, tipificando-as como ato terrorista. Dessa forma criminaliza os movimentos sociais de luta pela terra (e por moradia). Na ementa do PL encontra-se a noção de que toda ação de contestação da propriedade privada objetiva pressionar o governo, dando um sentido amplo à ação, deixando aberto, ao bel prazer, a possibilidade do judiciário enquadrar ações contestatórias como ato de terrorismo.
PL 2289/2007	Disciplina a aquisição e o arrendamento de imóvel rural, por pessoas estrangeiras, em todo o território nacional. Regulamenta a Constituição Federal de 1988. Revoga a Lei nº 5.709, de 1971.	Dep. Beto Faro – PT/PA	Aguardando Constituição de Comissão temporária pela Mesa; Pronta para pauta do plenário.	O PL 2289 visou na sua origem regulamentar e limitar a aquisição de terras por estrangeiros no Brasil. Porém, a este PL, foram apensados os seguintes PLs: 2376/2007; 3483/2008; 4240/2008; 4059/2012; 1053/2015. Diante da totalidade das propostas o que se objetiva é regulamentar e dar segurança jurídica ao que, hoje, se conhece como “estrangeirização de terras”. O foco é relaxar as limitações da Lei vigente para abrir as portas à territorialização do capital internacional, atentando contra a soberania do território brasileiro. Além disso, fomentará a concentração de terras, a alta do preço das terras e sua especulação, a pressão sobre as áreas camponesas e o abandono da Reforma Agrária. O PL 4059/2012, por exemplo, não limita a quantidade de área que um estrangeiro pode possuir.
PL 5288/2009	Altera os arts. 6º e 9º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Estabelece a inexistência do cumprimento simultâneo dos requisitos de “utilização da terra” e de “eficiência na exploração” para comprovação da produtividade da propriedade rural.	Dep. Carlos Bezerra – PMDB/MT	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). O PL 6237/2009 foi apensado a este PL.	PL objetiva clara e abertamente barrar as desapropriações de terra para fins de Reforma Agrária. Conforme a Lei Agrária de 1993, o imóvel rural cumpre sua função social ao realizar, simultaneamente, o grau de exploração e o grau de eficiência de aproveitamento da terra. Com a supressão da exigência do grau de eficiência, ficaria mais fácil barrar ações do INCRA para desapropriação de imóveis para assentamentos rurais.

<p>PL 5459/2009</p>	<p>Altera a Lei que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III do Título VII da Constituição Federal.</p> <p>Estabelece critérios para o pagamento de indenizações na desapropriação por interesse social de imóvel rural, incluindo o caso de aquisição por compra e venda de propriedade rural destinada à implantação de projetos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária, que deverá ser pago em dinheiro.</p>	<p>Senador Raimundo Colombo DEM/SC</p>	<p>Pronta para Pauta no Plenário.</p>	<p>Embora o referido PL não atinja as desapropriações de imóveis rurais que possuam os requisitos para desapropriação por interesse social, estes desapropriados por Títulos da Dívida Agrária (TDA), a proposta direciona-se a compra de terras para Reforma Agrária com pagamento em dinheiro. Segundo texto do PL o governo pode comprar, em dinheiro e à vista, imóveis que não cumpram os requisitos básicos para desapropriação para realização da RA. Além disso, o PL cria condições mais favoráveis para o resgate de TDA, reduzindo prazos e fixando juros remuneratórios mais atraentes. Essa proposta visa dificultar a realização da Reforma Agrária, pois, ao mudar os determinantes financeiros para a efetivação de assentamentos rurais, amplia os gastos públicos, onerando e limitando o Estado Federal a partir do orçamento. Além disso, o PL não penaliza a concentração de terra e o latifúndio improdutivo.</p>
<p>PL 6480/2009</p>	<p>Altera a Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, visando coibir a invasão de imóveis rurais e a disponibilização do cadastro da Reforma Agrária na Rede Mundial de Computadores – Internet, altera o Decreto Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal, para equiparar ao crime de falsificação de documento público, a falsificação do cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, e dá outras providências.</p>	<p>Dep. Moreira Mendes – PPS/RO</p>	<p>PL 8292/2014 foi apensado a esse PL. Pronta para Pauta no Plenário.</p>	<p>Esse PL é um passo à frente no processo de criminalização dos movimentos sociais, tentando amedrontar e criminalizar todos os envolvidos em processo de desapropriação. Tenta transformar em Lei a Medida Provisória 2183 de 2000, conhecida como MP anti-invasão, a qual impede de desapropriação todo o imóvel que tenha sido motivo de contestação por ocupação. Além disso, o PL tenta determinar que caso não se cumpra a lei anti-invasão, realizandose vistoria, os funcionários do Incra sejam enquadrados no Código Penal: “deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo”. Caso seja realizada vistoria no imóvel “invadido”, o funcionário será enquadrado como falsificador de documento público tipificado no art. 297 do Código Penal. Ainda, o PL determina a disponibilização na Internet de todos os dados da Reforma Agrária, talvez como uma forma de intimidação ao INCRA e como forma de ter todas as informações da Reforma Agrária.</p>
<p>PLS 251/2010</p>	<p>Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, para definir como crime de responsabilidade de Governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse.</p>	<p>Senadora Kátia Abreu – PMDB/TO</p>	<p>Aguardando designação do relator.</p>	<p>O PLS tenta garantir a qualquer custo a intocabilidade da propriedade privada da terra e dificultar a realização da Reforma Agrária. Ao obrigar um Governador de Estado a executar mandato judicial de reintegração de posse em até 15 dias, os governos, mesmo os mais progressistas no que diz respeito à realização da reforma agrária ou urbana, ficam ameaçados com esse PLS, fragilizando o poder de negociação com os movimentos sociais que produzem ações de ocupação.</p>

PLS 107/2011	Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade. Modifica o conceito de propriedade produtiva, e critérios para apuração dos índices de produtividade.	Senadora Kátia Abreu – PMDB/TO	Pronta para Pauta na Comissão de Assuntos Econômicos (Secretaria de Apoio à Comissão de Assuntos Econômicos).	Esse PLS é a versão no Senado de mais uma tentativa de assegurar e proteger juridicamente os latifúndios passíveis de desapropriação para Reforma Agrária. Propõe a retirada do “art. 6º a necessidade da propriedade atingir graus de utilização da terra para ser considerada produtiva, para que na análise seja considerada apenas a eficiência na exploração”. Ainda tenta excluir o “parágrafo 5º do art 9º que estabelece que a exploração que favorece o bem estar dos proprietários e trabalhadores rurais é a que objetiva o atendimento das necessidades básicas dos que trabalham a terra, observa as normas de segurança do trabalho e não provoca conflitos e tensões sociais no imóvel”. Além disso, outras mudanças estratégicas aparecem no projeto, como: retirar do Executivo e colocar no Legislativo a prerrogativa de estabelecimento de índices de produtividade.
PLS 467/2011	Extingue a Contribuição para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, de que trata o art. 3º do Decreto Lei nº 1146 de 31 de dezembro de 1970.	Senador Aíaldes Oliveira – PSDB/TO	Matéria com a Relatoria.	PLS produzirá cortes orçamentários no INCRA, ampliando o já propalado processo de sucateamento desse órgão federal. A contribuição é de 0,2% das empresas que trata o art 3º do Decreto-Lei 1146/1970, sendo que sua extinção significaria menos recursos para a realização de um sem número de ações do INCRA, tipo: desapropriação de terras, acompanhamento nos projetos de assentamento, terras indígenas e quilombolas.
PL 37/2011	Dispõe sobre o regime de aproveitamento das substâncias minerais, com exceção dos minérios nucleares, petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e das substâncias minerais submetidas ao regime de licenciamento de que trata o inciso III do art. 2º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.	Dep. Weliton Prado – PT/MG	Comissão em funcionamento; Pronta para Pauta em Plenário.	Proposta compõe o chamado “Novo Código de Mineração” e visa garantir a exploração mineral a qualquer custo, não garantindo nenhuma proteção às populações indígenas e tradicionais e a produção camponesa diante dos projetos de mineração. A proposta tenta inverter a sequência lógica de realização do direito à terra desses sujeitos, propondo que a oficialização e decretação de Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Assentamentos de Reforma Agrária tivessem, antes de qualquer ação, anuência e aprovação da Agência Nacional de Mineração.
PLS 310/2012	Dá nova redação ao art. 15-A e acrescenta-se 2º art. 34, ambos do Decreto-Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941, para dispor sobre fixação dos juros compensatórios devidos em decorrência das desapropriações por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, bem como dispor sobre a indenização de área não registrada nas desapropriações por utilidade pública.	Senador Pedro Taques – PDT/MT	Pronta para Pauta na Comissão de Assuntos Econômicos.	Este projeto objetiva, a um só tempo, defender e privilegiar o proprietário de terra desapropriada por utilidade pública ou fins de Reforma Agrária. A fixação de “juros compensatórios tem por destinação compensar a perda de renda pelo proprietário, efetiva ou potencial, de modo que a mera ausência de exploração econômica de área desapropriada, ou de parte dela, não impede sua incidência...” A proposta enfatiza que a não existência de tais juros significa uma dupla punição ao proprietário do imóvel e que imóveis improdutivos devem ser garantidos por esses juros compensatórios. Dessa forma, o Estado necessitaria de mais recursos para a realização de desapropriações, o que limitaria a realização da Reforma Agrária.

PL 3842/2012	Altera o Decreto-lei nº 2848 de 1940. Dispõe sobre o conceito de trabalho análogo ao de escravo.	Dep. Moreira Mendes – PSD/RO	Aprovado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Esse PL esta apensado ao PL 5016/2005 com o objetivo de desvirtuar a proposta de agravamento dos crimes.	Essa ação é uma tentativa desumana de proteger as propriedades rurais onde sejam encontrados trabalhadores em situações análogas a escravidão. O PL redefine o conceito de trabalho escravo retirando os termos “jornada exaustiva” e condições degradantes de trabalho” do seu enquadramento criminal. Com isso, dificulta-se a expropriação das fazendas com essas ocorrências para fins de reforma agrária e garante a exploração desumana do trabalhador.
PLS 208/2012	Altera a Lei 5.889, de 08 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, visando sua adequação e modernização.	Senador Blairo Maggi – PP/MT	Aguardando Inclusão ordem do dia de requerimento.	Embora sob o discurso da modernização das relações de trabalho, o PLS 208 quer legalizar as jornadas de trabalho até 12 horas; permitir a terceirização do trabalho rural em serviços que dependem de maquinário e a contratação do mesmo trabalhador em novos contratos. Ainda visa não considerar o tempo gasto entre a residência do trabalhador em seu local de trabalho como parte da jornada de trabalho, caso o transporte for fornecido pelo empregador, ou seja, o PL quer ampliar os níveis de exploração do trabalhador.
PEC 45/2013	Altera o artigo 231 da Constituição Federal, para vedar a demarcação de terras indígenas em áreas invadidas.	Senadora Kátia Abreu – PMDB/TO e outros	Matéria com a Relatora.	O ano de 2012 foi marcado por muitas ações indígenas para garantir seus territórios, por isso, essa PEC, inspirada pela MP anti-invasão, tenta parar o processo de reconhecimento de terras indígenas em áreas onde ocorram ocupações. Essas áreas não seriam “objeto de estudo, delimitação, homologação, regularização ou criação de terras indígenas nos dois anos seguintes à sua ocupação”. E numa tacada só, a PEC prevê punição por “responsabilidade civil e administrativa” para o funcionalismo público que não seguir essa possível nova Lei.
PDC 1261/2013	Susta a Portaria nº 3895, de 23 de janeiro de 2004, do Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos	Dep. Luis Carlos Heinze – PP/RS	Anulação da Portaria 3895 pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. Aguardando Designação de Relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).	Esse PDC pode significar uma espécie de caça às conquistas e uma avalanche de ataques contra as terras já decretadas de interesse indígena e quilombola. A Portaria a ser derrubada concedeu posse permanente do território Rio dos Índios ao grupo indígena Kaingang no Rio Grande do Sul. A Bancada Ruralista, obtendo sucesso em ações dessa natureza, tentará reverter decretações de terras indígenas, quilombolas e de reforma agrária em todas as unidades da federação. Existem inúmeros PDCs dessa natureza em tramitação.
PLS 432/2013	Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências.	Comissão – Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da CF.	Matéria com a Relatoria.	Embora esse seja um PLS importante, a sua tramitação mostra perigo aos direitos do homem do campo, sobretudo do combate ao trabalho escravo. O processo é marcado por muitas emendas que visa subjetivar a definição e interpretação do que pode ser considerado “trabalho escravo”. E, ainda, tenta inviabilizar a atuação dos fiscais do Ministério Público do Trabalho no combate ao trabalho análogo a escravidão.

PL 8212/2014	Acrescenta o inciso VI e altera o 2º art. 12 da Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, que “dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, título VII, da Constituição Federal”. Cria critérios para justa indenização da propriedade rural.	André de Paula – PSD/PE	Guardando Parecer do relator na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMADS).	Caso esse PL entre em vigor, encarecerá o processo desproporcionário, certamente limitando e bloqueando o papel do Estado de realizar a Reforma Agrária. O PL tenta integrar ao preço da terra, no ato de desapropriação, o valor das florestas naturais, matas nativas e qualquer outro tipo de vegetação natural, desde que haja plano de manejo, devidamente aprovado pela autoridade competente”. Essa proposta vai contra o procedimento do INCRA que considera que a áreas de preservação ambiental (reserva legal e preservação permanente) não cabem indenização e que qualquer valor atribuído a ela viola o princípio do preço justo.
PDC 1465/2014	Susta a aplicação da Portaria Interministerial nº 419/2011 dos Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde, de 28 de outubro de 2011, que versa sobre atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal, envolvidos em licenciamento ambiental tendo em vista a extrapolação de competência.	Dep. Nilson Leitão – PSDB/MT	Guardando designação de relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).	A Portaria 419/11 determina que devem participar de processos de licenciamento ambiental, além do IBAMA, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Fundação Cultural Palmares, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Ministério da Saúde para assegurar outras dimensões que envolvem alterações de ambiente e paisagem de populações locais, o que dificulta, por exemplo, investimento em áreas cobertas pelo agronegócio. O PDC 1465/2014 propõe restringir essa função apenas ao IBAMA, facilitando o poder de decisão do agronegócio.
PL 1201/2015	Altera o inciso IV do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para vincular o assentamento de trabalhadores rurais a seu domicílio eleitoral. Propõe que sejam assentados na área adquirida somente os trabalhadores rurais que tiverem domicílio eleitoral no município em que for criado o assentamento (municipalização da reforma agrária).	Dep. Irajá Abreu – PSD/TO	Guardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.	Talvez essa seja uma das estratégias mais cômica para barrar a desapropriação para fins de Reforma Agrária. Os ruralistas, cientes de que o campesinato brasileiro é migrante e que os militantes de movimentos sociais são provenientes de diferentes regiões e estados, buscam gerar mais um obstáculo à materialização de assentamentos rurais, ao tentarem determinar que: “integrarão a clientela de trabalhadores rurais para fins de assentamento em projetos de reforma agrária somente aqueles que tiverem domicílio eleitoral no município em que for criado o assentamento”. Os ruralistas usam como argumento que o assentamento, “ocupados por forasteiros”, sobrecarrega o poder público municipal no que diz respeito ao sistema de saúde e educacional.
PLC 34/2015	Altera Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos quando esta se der em porcentagem inferior a 1% da composição total do produto alimentício.	Dep. Luis Carlos Heinze – PP/RS	Matéria com a relatoria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.	Embora o quase fim da obrigatoriedade de rotulagem de alimentos transgênicos atinja a todos os consumidores, os produtores de alimentos convencionais, e, sobretudo, o pequeno produtor agroecológico são atingidos em não ser mais necessária a diferenciação dos produtos. O mercado será facilitado para os alimentos de qualidade duvidosa, desmerecendo o produtor de alimentos considerados “limpos”.

RCP 13/2015	Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar os fatos determinados como maus tratos de animais.	Ricardo Izar – PSD/SP	Aprovado requerimento do Sr. Valdir Colatto que requer Audiência Pública.	Até as ações parlamentares que a princípio não tocam no tema da questão agrária e dos direitos dos povos do campo, podem tomar o rumo de ataques aos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. Essa CPI, até o momento, centrou esforços em criminalizar o MST por maus tratos com animais em uma fazenda próxima a Marabá/PA.
RCP 16/2015 RCP 26/2016	Constitui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos.	Dep. Alceu Moreira – PMDB/RS e outros	RCP 16/2015 foi extinta, mas rapidamente recriada através da RCP 26/2016. Aguardando instalação de comissão temporária. Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados; Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa.	Junto com a PEC 215/2000 a CPI constitui um bloco de ataques contra os direitos e organizações das comunidades indígenas e quilombolas. A CPI, montada sem fato determinado para a investigação e ferindo norma constitucional, visa pressionar e amedrontar as instituições envolvidas na garantia dos direitos indígenas e quilombolas. Acusa a FUNAI e o INCRA de atuação abusiva, as ONGs envolvidas e os departamentos de Antropologia das Universidades de tendenciosos e acusa que todos estes órgãos são apoiados pelo Ministério Público Federal. Ainda qualifica os laudos antropológicos como viciados, como um “mero laudo técnico, unilateral, ideologizado e arbitrário”; e acusa o processo de reconhecimento das terras como uma “afronta a ampla defesa, o contraditório, e a igualdade”. Também cogita os institutos de “autodefinição” e da “autoindicação” para as terras quilombolas, objetivando dificultar o reconhecimento dessas. Como forma de pressão, foi aprovada a quebra de sigilo bancário do Conselho Indigenista Missionário e da Associação Brasileira de Antropologia.
Substitutivo ao PL 101/2015	Relatório Substitutivo que dá nova redação e estabelece a definição de terrorismo do PL 101/2015	Senador Aloysio Nunes – PSDB/SP	Relatório Substitutivo aprovado no Senado e na Câmara. Transformada em norma jurídica com veto parcial.	O texto do PL aprovado e efetivado está repleto de generalidades e imprecisões podendo servir como estratégia de criminalização dos movimentos sociais no campo que ocupam terra improdutiva como forma de exigir a reforma agrária. A Lei pode agravar ainda mais a estratégia de criminalizar os movimentos sociais.

PL 827/2015	Altera a Lei nº 9456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências.	Dep. Dilceu Sperafico – PP/ PR	Aprovado requerimento do Sr. Evandro Roman que requer a realização de audiência pública.	Este projeto de lei é uma versão requerida dos PLs 2325/2007, 6862/2010 e 3100/2012, que pretende através da UPOV-91 implementar mecanismos de criminalização dos produtores rurais que usem, troquem, melhorem ou até mesmo doem cultivares, mudas e sementes que estejam protegidos pelo Sistema Nacional de Proteção de Cultivares, mais uma forma de privatização da vida garantida a partir do monopólio das sementes (como versa o Art. 8º “O direito à proteção de cultivar se dá sobre o material de reprodução, de multiplicação ou sobre qualquer forma de propagação da planta inteira”; e o Art. 10. III “Efetue o pagamento dos royalties ao obtentor da tecnologia, independentemente de autorização prévia”). Ainda, a ação visa controlar a comercialização dos alimentos produzidos, uma vez que o produtor terá que ter autorização do detentor da patente da semente para comercializar o produto.
PL 6532/2016	Tipifica o crime de bloqueio de rua ou rodovia para fins de protesto ou manifestações.	Dep. Nivaldo Albuquerque PRP/AL	Proposição sujeita apreciação no plenário.	Essa recente proposição de Lei visa fortalecer outros 22 PLs que versam sobre o mesmo tema, que é: criminalizar os protestos dos movimentos sociais, sobretudo as ações dos movimentos sociais camponeses, que usam estratégia de bloqueio de rodovia como forma de protesto, divulgação da luta e sensibilização social.
PL 6442/2016	Institui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. Revoga Lei nº 5.889, de 1973 e a Portaria nº 86, de 2005	Dep. Nilson Leitão PSDB/ MT	Aguardando Constituição de Comissão temporária pela Mesa.	Esse PL é apenas uma parte dos ataques à Legislação Trabalhista em todos os âmbitos. Os artigos do PL direcionam-se para a aceitação de acordos individuais e coletivos entre empregador e trabalhador rural; a regulamentação pelas próprias empresas; e incentivo à terceirização, rasgando a CLT, fazendo com que o negociado tenha mais poder que o legislado. O PL também ataca as garantias de segurança à saúde do trabalhador rural. O texto da proposição aponta, contraditoriamente, a Legislação Trabalhista como uma forma de insegurança jurídica ao empresário rural e argumenta explicitamente que derrubar a lei vigente “prestigia” o investidor e “aumenta os lucros”.
PEC 187/2016	Acrescenta o 8º ao art. 231 da Constituição Federal de 1988, a fim de permitir às comunidades indígenas praticar atividades agropecuárias e florestais em suas terras, bem como, comercializar aquilo que foi produzido e gerenciar sua renda.	Dep. Vicentinho Júnior – PSB/TO	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição, Justiça e da Cidadania.	PEC pretensa e ilusoriamente preocupada com a integração das comunidades indígenas ao mercado capitalista clama pela liberdade e autonomia dos índios na exploração econômica das suas terras (atividades agropecuárias e florestais). Essa estratégia encampada pelos ruralistas, certamente significará a abertura legalizada da ocupação econômica das terras indígenas, sobretudo para exploração de madeira e commodities.

PDCs/2016: 348; 349; 366; 382; 356; 357; 358; 359; 361; 362; 363; 365; 368; 371; 372; 373; 374; 375; 376; 377; 350; 354; 355; 360; 364; 367; 369; 370; 378; 382	Suspende decretos assinados pela presidente afastada Dilma Rousseff que desanexaram imóveis rurais para reforma agrária e regularização de territórios quilombolas e terras indígenas.	Dep. Jerônimo Goergen – PP/RS	Distribuídos nas Comissões de Direitos Humanos; de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, e de Constituição, Justiça e Cidadania.	Os 29 PDCs mostram a sanha violenta e destrutiva da Bancada Ruralista frente às conquistas dos povos do campo. Reverter os últimos atos da Presidente Dilma Rousseff no que diz respeito à desapropriação de terras para assentamentos rurais e homologações de áreas indígenas e quilombolas, usando o argumento de que foram atos politiquêiros assinados poucos dias antes do “impeachment”, é um argumento rasteiro, inconsistente e descolado da realidade política nacional, indicando que a bancada ruralista atuará em todas as dimensões institucionais para atacar os direitos dos povos do campo.
PLS 384/2016	Altera a Lei da reforma agrária (Lei 8629/1993) para facultar ao Incra autorizar o beneficiário da reforma agrária celebrar contratos com terceiros objetivando a exploração do potencial para produção de energia eólica ou solar nos imóveis rurais.	Senador José Agripino Maia – DEM/RN	Matéria com a relatoria.	PLS é uma tentativa de ocupação e exploração econômica legalizada das áreas de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária pelo grande capital nacional e internacional. A possibilidade de contratos entre o grande capital e os assentados de reforma agrária para exploração de energia subverte os objetivos da luta pela terra e da conquista de áreas para a produção de alimentos.

Ataques do Poder Executivo

Ações e ataques*	Tema/Proposição	Autor	Situação	Análise
PLP 135/2000	Revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, DE 1993. Autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre questões específicas de desapropriação para fins de reforma agrária, e dá outras providências.	Poder Executivo	Pronta para Pauta no Plenário.	O projeto de lei complementar objetiva dificultar a realização da reforma agrária, ao retirar da esfera federal e autorizar que os Estados e Distrito Federal passem a legislar sobre o tema. Como boa parte da administração dos estados geralmente é alvo de forte influência dos ruralistas, estes teriam mais poderes para barrar os atos de desapropriação de terras para os assentamentos rurais.
PEC 287/2016	Reforma da Previdência. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências.	Presidência da República	Aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Aguardando criação de comissão temporária pela Mesa.	As mudanças nas regras gerais de aposentadoria, como a do aumento da idade mínima e a igualdade de gênero para aposentadoria, incidirá diretamente em uma população rural que possui expectativa de vida menor do que a população urbana (as mulheres urbanas vivem em média 6,5 anos a mais que as mulheres rurais, por exemplo). O que pode acarretar, em determinadas regiões, a impossibilidade de gozo do benefício, já que a expectativa de vida é menor do que a idade de aposentadoria. Além disso, a proposta de desvincular os benefícios previdenciários em relação ao salário mínimo (SM), atingirá diretamente a grande massa de aposentados rurais que recebem 1 SM.

PL 6427/2016	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e institui o Bônus Especial de Desemprego Institucional por Perícia Médica em Beneficiários por Incapacidade.	Ministério do Trabalho e Previdência Social	Prontia para Pauta no Plenário.	O projeto objetiva rever a concessões de auxílio doença e aposentadoria por invalidez do trabalhador rural que goza do direito há mais de dois anos; dificultar o acesso a esses direitos; e reencaminhar o trabalhador rural aposentado por invalidez para outra função laboral, como expresso no artigo 62: "... O assegurado em gozo de auxílio doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional".
MP 276/2016	Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da presidência da República e os Ministérios.	Presidência da República	Convertida.	MP veio no bojo da MP 726/2016 que extinguiu o Ministério de Igualdade Racial e do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Visa impossibilitar a demarcação de terras quilombolas ao transferir, estrategicamente, tal atribuição para Ministério da Educação e Cultura, retirando-a do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), único órgão que possui infraestrutura e experiência nas demarcações.
MP 759/2016	Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências.	Presidência da República	Em tramitação.	Resposta do governo às análises e determinações muito mal feitas e absolutamente discutíveis do TCU (Acórdão nº 755/2016) sobre os beneficiários da Reforma Agrária e um agrado a Bancada Ruralista. As novas normas seriam: pagamento em dinheiro na aquisição de terras para Reforma Agrária, eliminando pagamento em TDAs, o que oneraria diretamente as finanças de um Estado pressionado por uma enorme Dívida Pública, produzindo estrategicamente o discurso de falta de recurso para bloquear as desapropriações; apressa o processo de emancipação do Assentado visando a possibilidade de reconstrução da terra; tende à municipalização da reforma agrária; aceita a regularização de terras na Amazônia pelo programa Terra Legal, incluindo terras griladas; e propõe a abertura de editais para assentamentos, afrontando a organização dos movimentos sociais.
Decreto nº 8889/2016 Extinção e desmonte de Ministérios, Órgãos e Políticas Públicas	Approva a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos Cargos e Comissões e das Funções de Confiança da Casa Civil da Presidência da República, remaneja cargos em comissões e funções de confiança e substitui cargos em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superiores – Das por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE.	Presidência da República	Ações e ataques já consolidados.	Em poucos dias após a consolidação do golpe de estado, o governo golpista extinguiu o Ministério de Desenvolvimento Agrário, a Ouvidoria Agrária Nacional e a Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais, e enfraqueceu o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

MP 733/2016	Autoriza liquidação e renegociação de dívidas de produtores rurais.	Presidência da República – Poder Executivo	Em negociação.	A presidência da República e o Ministério da Agricultura e Pecuária atuam diretamente em negociações que atacam o orçamento público. Planejam perdoar as dívidas dos proprietários rurais que se aproximam de 1 trilhão de reais, segundo dados da Procuradoria Geral da Fazenda. São 4.013 pessoas físicas e jurídicas com dívidas acima de 50 milhões de reais. Evidentemente, dado esse montante por pessoa, não são os pequenos proprietários os devedores. O governo planeja dar bônus de 60% a 95% para quitação de dívidas, isenção de impostos e perpetuar o Imposto Territorial Rural (ITR) como uma fantasia. Em um só tempo, privilegia-se os grandes latifúndios e limita a realização da Reforma Agrária.
-------------	---	--	----------------	--

* São consideradas ações e ataques contra os direitos dos homens e mulheres do campo as proposições legislativas na órbita da Câmara dos Deputados e Senado Federal. Essas ações estão encaixadas dentro do rol do que se considera processo legislativo, na proposição de vários institutos, como: Projeto de Lei (PL), Projeto de Lei Complementar (PLP), Projeto de Emenda Constitucional (PEC), Projeto de Lei do Senado (PLS), Requerimento de Instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (RCP), Projeto de Lei da Câmara (PLC), Projeto de Decreto Legislativo (PDC), Medida Provisória (MP).

Referências

- Brigada Adão Preto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Relatório de acompanhamento dos projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados sobre Reforma Agrária. Brasília, 2015.
- Brigada Adão Preto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). PANORAMA DA LUTA POLÍTICA NO CONGRESSO NACIONAL. Brasília, 2017.
- Câmara dos Deputados Federais. Brasília, <http://www2.camara.leg.br/>, 2016.
- MEDEIROS, ÉTORE; FONSECA, BRUNO. As Bancadas da Câmara. Pública Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo, <http://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>, acesso em 08/02/2017.
- MITIDIERO JR., MARCO A. Ataques aos direitos dos povos do campo. In: Conflitos no Campo Brasil 2015. Goiânia, v 32, p.124, 2016.
- Senado Federal. Brasília, <http://www12.senado.leg.br/hpsenado>, 2016.

Tabela 3 - Violência contra a ocupação e a posse

UF	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Pistologem
Centro-Oeste											
DF	2	325	306								
GO	18	4348	6523		1020	1275					1
MS	56	3314	32098	50	249	1370	600	239		209	570
MT	70	7331	3252864	165	775	895	262	134	120	105	272
Subtotal:	146	15318	3291791	215	2044	3540	862	373	120	314	843
Nordeste											
AL	12	3717	13980		146	3518	96	1		1	96
BA	132	16934	517996	23	2186	3006	3001	486	479	523	1000
CE	6	1063	5436								
MA	180	18396	1419869	12		6364	5214	202	180	148	2470
PB	14	2952	13704	15	5	152				10	36
PE	50	4147	21843	1	634	298	2303	3	490	62	2188
PI	34	1434	19323			62	547	10		17	
RN	2	300	0			150					
SE	1	80	0								
Subtotal:	431	49023	2012151	51	2971	13550	11161	702	1149	761	5790
Norte											
AC	82	5978	452622	177	775	1273	1786	740	489	400	524
AM	32	8167	3319196		1	851	1314	35	2	11	1589
AP	47	1919	220446	19		427	224	4	34		
PA	116	18419	12409782	458	1123	1635	1153	850	1882	391	4215
RO	162	8109	1636734	220	1053	3588	1546	755	300	366	1266
RR	11	1488	9400	12	93		1	26	25	25	28
TO	99	4885	89575	147	528	1098	653	232	80	433	990
Subtotal:	549	48965	18137755	1033	3573	8872	6677	2642	2812	1626	8612
Sudeste											
ES	5	1020	1708			300					
MG	47	3141	108558	223	364	602	214	103	330	170	182
RJ	3	213	0			190	23				213
SP	60	7410	10566	610	2020	1020	29		200	200	300
Subtotal:	115	11784	120832	833	2384	2112	266	103	530	370	695
Sul											
PR	18	7744	48712	7	1730	2300	1500	7			1507
RS	17	1920	28015		87	570	40				
SC	19	2593	57763	500	40	334	500				
Subtotal:	54	12257	134490	507	1857	3204	2040	7	0	0	1507
Total:	1295	137347	23697019	2639	12829	31278	21006	3827	4611	3071	17447

* O número de ocorrências e famílias envolvidas refere-se à soma de Ocupações/Retomadas, Acampamentos e Ocorrências de Conflito por Terra.



Foto: Joka Madruga

O Território da Amazônia em Disputa

Articulação das CPT's da Amazônia¹

A região amazônica, que corresponde aproximadamente a 59% do território brasileiro, concentrou, em 2016, 57% das ocorrências de conflitos no campo registradas pela Comissão Pastoral da Terra - CPT. O estado mais conflagrado é o Maranhão, com 196 registros, a incluir ameaças, assassinatos, prisões, agressões físicas e ações judiciais contra comunidades e lideranças camponesas, indígenas, quilom-

bolas e sindicais. Cenário semelhante se repete em toda a Amazônia Legal, responsável por 96% da área total em disputa no Brasil, o equivalente a 22.810.488 ha.

O quadro de enfrentamento agrário na região se afirma como um dos mais graves do país quando se constata que, não obstante uma população pouco superior a 12% da nacional, a porcentagem de famílias envolvidas nas disputas é 54% do total, o que corresponde a 74.692. Destas, 4.348 foram despejadas judicialmente e 1.210 expulsas sem autorização da justiça. Outras 16.131 sofreram ameaças de reintegração de posse, 12.153 de expulsão à revelia de qualquer processo "legal",

¹ Material organizado por Josep Iborra Plans, com contribuição de Gilson Rego, Karen Lima, Célio Lima da Silva, Darlene Braga, Valéria Pereira Santos, Ronilson Costa, Laurindo Lazaretti, Valdsandro de Lima Campos e Sisto Magro, com leitura do professor Dr. Élder Andrade de Paula, da UFAC.

enquanto 11.354 tornaram-se vítimas da pistolagem.

A alta incidência de conflitos agrários na Amazônia revela o célere avanço do capital na região, beneficiado pelas ações do Estado que, em nome do desenvolvimento, investe volumosos recursos públicos para favorecer a expansão dos setores que exploram, de maneira irracional e predatória, as riquezas naturais, a provocar graves e irreversíveis danos socioambientais. Nesse sentido, grandes empreendimentos hidro-energéticos, como a UHE de Belo Monte, em Altamira-PA, projetos de portos, ferrovias e hidrovias, a carga das grandes incorporadoras, aliados à flexibilização da legislação ambiental, pavimentam o caminho do agronegócio, da mineração e da exploração madeireira. As consequências dessa desenfreada corrida capitalista são: a degradação ambiental e a desterritorialização e expropriação de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e de trabalhadores rurais sem-terra, vítimas da injustiça fundiária e da omissão/convivência do poder público.

A conjuntura experimentada em 2016 no Brasil, por certo colaborou para o avanço do ambiente conflitivo na Amazônia. A chegada ao poder, por força de uma manobra institucional ilegítima, de um governo perfeitamente alinhado com os interesses do grande capital (industrial, financeiro e agrário), alimentou a disposição de agentes poderosos em redobrar as invectivas contra as comunidades da terra. Exemplo disso é o estado do Tocantins, cujos conflitos por terra aumentaram 244% em comparação

com o ano anterior. De 25 ocorrências em 2015, passou-se em 2016 para 86. Destas, 34 referem-se a territórios quilombolas, a maioria certificada pela Fundação Palmares, invadidos por fazendeiros e/ou sobrepostos por parques estaduais.

No Pará, uma das unidades federativas mais ricas em minério, entre os antípodas das comunidades da terra estão as grandes mineradoras. De acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, o estado é o segundo maior arrecadador da Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerais - CFEM, o chamado royalty do setor mineral, atrás apenas de Minas Gerais². O município de Parauapebas-PA, por seu turno, é o maior recolhedor individual da CFEM, graças aos grandes projetos da Vale S/A. Ainda segundo o DNPM, tramitam no órgão, somente para os municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas, cerca de 500 processos de exploração minerária.

O resultado dessa expansão acelerada do setor de mineração é a desterritorialização e a expropriação de inúmeras comunidades do campo, com agravamento dos conflitos. Não obstante, o poder público se omite diante das disputas entre as grandes mineradoras e os que buscam a posse da terra para viver com dignidade, e exorta a mineração como um condutor do progresso paraense. Em seu Informe Mineral do Estado do Pará-ano base 2016, o DNPM pontifica: “Essa situação se dá como resultado dos recursos injetados na economia mineral paraense, refletindo diretamente na criação de novas vagas de

² Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/dnpm/informes/informe_mineral_2_2016. Acesso em 14/03/2017.

emprego no setor mineral, fazendo com que a mineração seja um dos principais motivos do crescimento da região”³.

As decisões de Estado com relação às questões de política fundiária revelam, não somente a natureza do aparelho estatal, que se assenta na defesa da classe dominante, mas em particular o modelo assumido pela institucionalidade brasileira, em todas as suas instâncias de poder, qual seja: o desenvolvimento capitalista a qualquer custo. Prova disso é a recente decisão do governo do Amapá de ceder 400.000 ha (cerca de 2,8% do território daquele estado) para o plantio de grãos em larga escala. Isso representa o avanço extremo da fronteira do agronegócio no Amapá. Aliás, inúmeras ações judiciais já confrontam pequenos agricultores e empresários do agronegócio no referido estado, com decisões, em sua maioria, favoráveis a estes.

A primazia da grande propriedade, um dos mais trágicos legados da ocupação fundiária do país, é marca registrada na Amazônia, mormente em virtude das grandes extensões de terra “disponíveis”. No Mato Grosso, 7,7% dos proprietários de áreas superiores a 1000 ha detêm 77,51% das terras no estado. Parte considerável incide sobre áreas públicas griladas, estaduais ou da União. E é nessas terras públicas, ilegalmente apropriadas por grandes fazendeiros e empresários, que a violência é por vezes mais intensa contra as comunidades do campo, através de um poder paralelo, constituído por pistoleiros e milícias, cuja ação é estimulada pela impunidade.

Nesse contexto, em Boa Vista/RR consta uma área em conflito denominada Bom Intento. Ela possui aproximadamente 800 hectares cedidos para 400 famílias através de uma Associação. Porém, um influente político local possui um terreno grande vizinho à terra ocupada pelos agricultores, onde segundo eles, “tal político não planta nem sequer uma cebola”. Mas, a pretensão do mesmo é apropriar-se do terreno da Associação. Assim, com intervenção da guarda municipal, os barracos das famílias já foram destruídos cinco vezes. Segundo depoimentos, além das moradias, plantações foram queimadas, inclusive com uso de gasolina que foi jogada até nos cachorros para queimá-los. A destruição acontece com deboche e sarcasmo por parte dos executores.

Ainda na dimensão das violências praticadas por um poder paralelo, tanto no Sul do Amazonas quanto no estado do Acre pistoleiros atuam sob ordens de “coronéis” e defendem o latifúndio, madeireiros, fazendeiros e grupos políticos a qualquer custo. Tocaias são armadas, casas e plantações são destruídas e pessoas inocentes são presas. O coronelismo e a “lei de Talião”, realidades vivenciadas na década de 70, infelizmente ainda estão presentes na vida das famílias de tais lugares. A diferença é que hoje se utilizam de armas modernas, drones e outros instrumentos para ameaçar, violentar e até matar lideranças do campo.

No tocante à “violência contra a pessoa”, a região amazônica concentrou, em 2016, 79% dos “assassinatos” no campo registrados pela CPT, o que corresponde a 48 das 61

³ Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/dnpm/informes/informe_mineral_0_2016. Acesso em 14/03/2017.

mortes. Percentual semelhante é verificado nas “tentativas de assassinato”, 68%, ou 50 de 74. Mesma proporção para “agressões físicas”, 391 de 571. As “ameaças de morte” também acompanham os índices acima, 171 de 200, 86%. A Amazônia também foi responsável pela maioria das “prisões”, 192, e “detenções ou ameaças de prisão”, 257.

É importante destacar ainda que o maior percentual de atingidos pelos conflitos na Amazônia, por terra ou água, é de comunidades posseiras, que somaram 206 de um total de 778, ou 26,5%. Em seguida aparecem sem-terra, quilombolas e indígenas, com 180 (23,1%), 108 (13,9%) e 93 (11,9%), respectivamente. Os números reforçam a hipótese de que, além do impedimento de acesso à terra, o grande capital (representado pelo latifúndio, grandes projetos hidro-energéticos, mineradoras etc.) patrocina a desterritorialização das famílias já instaladas, muitas delas há décadas ou séculos, caso dos indígenas.

O mosaico da violência na Amazônia apresenta contornos por vezes paradoxais, pois os elevados índices não correspondem aos movimentos de resistência. Na região foram registradas apenas 29,38% das novas

ocupações de terras ocorridas no país em 2016, que envolveram apenas 18% do total de famílias. Dos estados amazônicos, o mais violento foi Rondônia, com 21 assassinatos, dos quais 17 ocorreram na região de Ariquemes, no Vale do Jamari. Uma área em particular tem sido palco da barbárie continuada. É o Acampamento 10 de Maio, localizado na Fazenda Formosa, onde nos últimos anos houve sete mortes. Diante da gravidade da conflagração, uma Comissão do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH, visitou a região em março de 2016 e expôs em relatório: “O Vale do Jamari virou então o palco de uma verdadeira guerra, o pior foco de violência no campo em todo o Brasil, sem a devida apuração da participação das forças de segurança e pistolagem do lado dos fazendeiros”.

O quadro de violência endêmica que se instalou na Amazônia é um sintoma grave das contradições socioeconômicas históricas que submetem a sociedade brasileira a uma realidade de injustiça social, a se impor de forma trágica sobre as populações do campo, invisibilizadas e, portanto, vulneráveis ao avanço do modelo de desenvolvimento capitalista. Este, com o beneplácito do Estado, expropria, expulsa e mata camponesas

e camponeses, indígenas e quilombolas, em nome da reprodutibilidade do capital. Portanto, frente à ausência de agentes públicos comprometidos com as classes subalternizadas, somente a organização autônoma das comunidades da terra será capaz de construir a resistência e lutar contra o poder econômico e a institucionalidade que o representa.



Tabela 4 - Conflitos por Terra

	Conflitos por Terra*		Ocupações		Acampamentos		Total UF	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste								
DF			2	325			2	325
GO	10	2296	8	2052			18	4348
MS	32	1555	22	1750	2	9	56	3314
MT	50	5596	17	1480	3	255	70	7331
Subtotal:	92	9447	49	5607	5	264	146	15318
Nordeste								
AL	10	3644	2	73			12	3717
BA	102	13343	30	3591			132	16934
CE	4	913	1	100	1	50	6	1063
MA	178	18264	1	100	1	32	180	18396
PB	13	2902	1	50			14	2952
PE	43	3458	4	320	3	369	50	4147
PI	34	1434					34	1434
RN	1	150	1	150			2	300
SE			1	80			1	80
Subtotal:	385	44108	41	4464	5	451	431	49023
Norte								
AC	77	5547	5	431			82	5978
AM	32	8167					32	8167
AP	47	1919					47	1919
PA	110	18109	4	124	2	186	116	18419
RO	143	6954	18	1085	1	70	162	8109
RR	10	1463	1	25			11	1488
TO	86	4117	11	728	2	40	99	4885
Subtotal:	505	46276	39	2393	5	296	549	48965
Sudeste								
ES	2	370	3	650			5	1020
MG	31	1903	16	1238			47	3141
RJ	3	213					3	213
SP	30	3823	28	3267	2	320	60	7410
Subtotal:	66	6309	47	5155	2	320	115	11784
Sul								
PR	10	4037	4	2057	4	1650	18	7744
RS	8	920	8	970	1	30	17	1920
SC	13	1463	6	1130			19	2593
Subtotal:	31	6420	18	4157	5	1680	54	12257
Brasil:	1079	112560	194	21776	22	3011	1295	137347

* Os dados da primeira coluna, denominada conflitos por terra, referem-se à soma das ocorrências em que famílias foram despejadas, expulsas, ameaçadas de despejo ou expulsão, tiveram seus bens destruídos ou sofreram ações de pistolagem.

2016 sob o signo da violência

Antônio Canuto¹

Exatamente há 20 anos do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, quando 19 sem-terra foram trucidados pelas balas da PM do estado, o ano de 2016 vai entrar para a história brasileira, como um dos mais violentos contra as populações do campo. Um ano catastrófico pela crise política que entronizou no comando da nação um grupo de homens a serviço de um projeto de desmonte dos direitos das classes populares.

Não se trata de retórica. Os registros dos conflitos e da violência que a CPT tem feito desde 1985, deixam isso patente. E além da violência física, 2016 se caracteriza por ter sido o ano em que a criminalização dos movimentos do campo chegou a patamares assustadores.

Violência que assusta

61 assassinatos no campo. Esse é o número que a CPT registrou em 2016. Um número por demais preocupante. Média de 5 assassinatos por mês. No período dos últimos 25 anos, 1992-2006, número igual ou superior a este só em 2003 quando foi registrado o número de 73 vítimas. E a preo-

cupação é maior porque é um número que mostra tendência de ascensão. Passou de 36 em 2014, para 50, em 2015 e agora 61, 22% a maior do que o ano anterior. Esse número se insere num alarmante crescimento dos conflitos por terra: 1.295 conflitos, média de 3,8 conflitos por dia. Número mais elevado em todo o período em que a CPT registra e publica Conflitos no Campo desde 1985, somente nos anos 2003 a 2005.

Olhando em detalhe este número constata-se que 2016 apresenta um grau de violência superior aos anos com maior número de registros de conflitos.

O número de conflitos por terra que a CPT registra é a soma de três variáveis: Ocupações – Acampamentos – e Ocorrências de Conflito.

Ocupações e acampamentos são ações dos movimentos populares que lutam pela conquista da terra de que necessitam para trabalhar e sobreviver, ou pela retomada de territórios dos quais foram expulsos e/ou historicamente esbulhados. 194 ocupações e 22 acampamentos, em 2016.

Tabela 1. Conflitos por terra

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2013	2014	2015	2016
Ocorrências de conflito	659	752	777	761	615	763	793	771	1.079
Ocupações/Retomadas	391	496	437	384	364	230	205	200	194
Acampamentos	285	150	90	67	48	14	20	27	22
Total de Terra	1.335	1.398	1.304	1.212	1.027	1.007	1.018	998	1.295

¹ Graduado em Filosofia e Teologia. Membro da Secretaria Nacional da CPT.

Já ocorrências de conflito referem-se a situações em que houve alguma forma de violência ou contra a ocupação e a posse (expulsão, despejo, ameaças de expulsão ou de despejo, tentativas de expulsão, bens destruídos, pistolagem), ou contra a pessoa (assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisão, tortura...). Violências que atingem indiscriminadamente desde populações indígenas, quilombolas, posseiros, ribeirinhos e toda a gama de categorias, com as quais os camponeses se auto identificam: geraizeiros, piaçabeiros, faxinalenses, pequenos agricultores e outros.

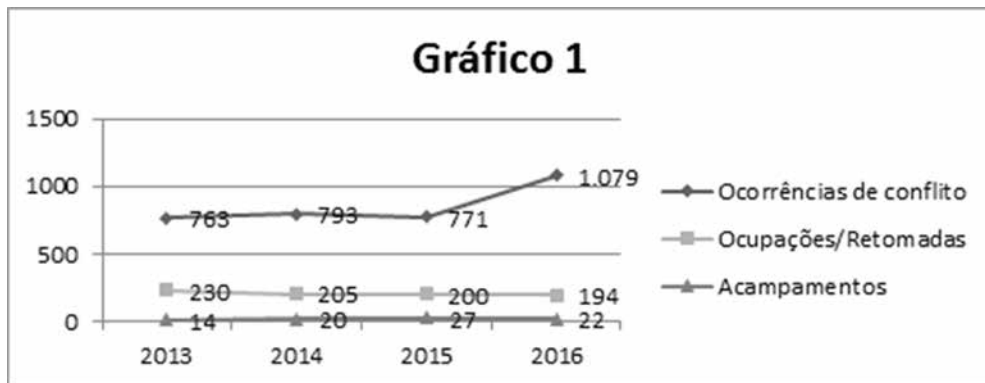
Pois bem, em 2016, foi registrado o número mais elevado de ocorrências de conflito desde quando a CPT

iniciou esta pesquisa, em 1985: 1.079 ocorrências. São situações, como se disse, que envolvem algum tipo de violência.

Este dado é tão mais preocupante, porque indica um aumento exacerbado da violência, pois, ao mesmo tempo em que têm crescido de forma exponencial as ocorrências de conflito, têm diminuído as ocupações e acampamentos, como se pode observar na tabela 1. Nos anos de 2003 a 2005, o número do total de conflitos por terra foram maiores. Mas nestes anos, as ocorrências de conflito que carregam em si a violência (despejos, expulsões, ameaças de pistoleiros, bens destruídos), têm sido respectivamente menor. Neste período o número total mais elevado de confli-

tos por terra se deve a um número elevado de ações dos movimentos: ocupações/retomadas e acampamentos.

Em 2016, a violência que está embutida nestes conflitos é expressivamente maior, se levarmos em consideração que ocupações e acampamentos estão registrando números muito menores. Nos quatro últimos anos se vê uma tendência de crescimento das ocorrências de conflito (com violência) e uma diminuição das ocupações/retomadas e acampamentos (ver gráfico 1):



Violência que cresce

Se compararmos os anos de 2015 e 2016, os dados mostram meridianamente o crescimento da violência contra a pessoa. Houve 22% de aumento no número de assassinatos. Passaram de 50 a 61. As tentativas de assassinato passaram de 59, em 2015, para 74, em 2016, 25%. O número de pessoas que receberam ameaças de morte cresceu de 144, em 2015, para 200, em 2016, 39%. Um crescimento de 205% no número de pessoas agredidas fisicamente. Passaram de 187, para 571. E o número de presos passou de 80 em 2015, para 228 em 2016, crescimento de 185%.

Se a estes números se agregar outro in-

dicador, o de expulsão de famílias – ação que é feita pelo poder privado do latifúndio e do agronegócio – pode-se ter uma noção do aumento da violência. O número de expulsões de famílias entre 2015 e 2016 teve um crescimento assustador, 232%. Passaram de 795 famílias expulsas, em 2015, para 2.639 em 2016. Mesmo tendo havido uma diminuição percentual de 8% no número de famílias despejadas, de 2015 para 2016, o despejo judicial continua ainda sendo o principal instrumento utilizado para afastar as famílias das áreas que são ocupadas

em 2004; 454 em 2005; 398 em 2006 e 416 em 2007. Por outro lado, desde 2011 assiste-se a um forte declínio no número dos conflitos trabalhistas. Chegando ao menor número em 2016, 69. Isso se deve, segundo analistas e os próprios membros do Grupo Móvel de Fiscalização, sobretudo à redução de recursos e de pessoal dedicado a esta tarefa.

Inversamente há o registro de um aumento gradual, desde 2011 dos conflitos por água, chegando a seu maior número em 2016, 172.

Tabela 2 - Números totais de Conflitos no Campo

	2003	2004	2005	2006	2007	2013	2014	2015	2016
Conflitos por terra	1.335	1.398	1.304	1.212	1.027	1.007	1.018	998	1.295
Água	20	60	71	45	87	93	127	135	172
Trabalhistas	303	107	454	398	416	154	141	84	69
Outros			52	2	8				
Total Conflitos no Campo	1.658	1.565	1.881	1.657	1.538	1.266	1.286	1.217	1.536

e trabalhadas. Foram despejadas 12.829 famílias, em 2016.

Conflitos no Campo

Também o número total de conflitos, onde se incluem os conflitos pela água e os conflitos trabalhistas, em 2016, é um número expressivamente alto, 1.536. Média de 4,2 conflitos por dia. Número mais elevado desde 2008. Números maiores que este se encontram no período de 2003 a 2007.

Conforme se pode observar na tabela 2, os números mais elevados do total de conflitos neste período 2003-2007 o são sobretudo ao grande número de conflitos trabalhistas registrados: – 303 em 2003; 107

Como se explicam estes números?

O ambiente político conflagrado tanto em 2015, quanto em 2016 criou as condições propícias para o aumento da violência apresentado nos números acima. O latifúndio, mascarado de agronegócio, continua sua ação truculenta como é historicamente conhecida e subregistrada. Ação que se expressa tanto nos números da violência do poder particular, expulsões, assassinatos, ameaças de morte, tentativas de assassinato, utilização de pistoleiros, quanto na violência do poder público expressa pelas ações do judiciário, com despejos e mandados de prisão.

Números mais próximos aos de 2016,

como se viu acima, só no período entre 2003 e 2007. E o número de assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras do campo só foi maior, em 2003 e nos primeiros anos dos registros 1985 – 1990.

Acompanhamos aqui a análise feita pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira quando do lançamento de Conflitos no Campo Brasil 2015, no Acampamento pela Democracia, em Brasília.

Segundo ele, os anos que apresentam números mais elevados de conflitos, sobretudo de assassinatos de camponeses e camponesas, são os anos em que acontecem mudanças no cenário político. No primeiro período, 1985-1990, é o período da dita “redemocratização”. Discutiam-se acirradamente os termos da nova constituição. Os movimentos populares ligados ao campo eram extremamente ativos e foram os que conseguiram o maior número de assinaturas num projeto levado à Constituinte sobre Reforma Agrária. A reação do latifúndio era tentar conter este ímpeto. Por isso o número mais elevado de assassinatos, 125 em 1985, e 105, 109, 93, 56, nos anos subsequentes, registrando 75 em 1990.

O outro período de números mais elevados de conflitos é o de 2003 a 2007. Em 2003, 73 assassinatos. Foi quando o PT assumiu o poder com Lula. Diante da promessa feita pelo candidato de que com uma canetada faria a reforma agrária, a reação do latifúndio não se fez esperar. O número de assassinatos o atesta. Mas como os ruralistas acabaram se incorporando ao próprio governo, e como a reforma agrária nunca se tornou realidade, os assassinatos foram refluindo. O número mais ele-

vado de conflitos registrados, está ligado a uma ação mais intensa dos movimentos que ainda acreditavam em que a reforma agrária iria acontecer e investiram fortemente em ocupações e acampamentos como o demonstramos acima. Ao mesmo tempo uma ação mais efetiva de combate ao trabalho escravo ficou estampada no maior número de conflitos trabalhistas.

E agora, a partir da crise política instaurada no país após as eleições de 2014, criando condições de ingovernabilidade para a presidenta Dilma em 2015, chegando ao seu afastamento e impedimento em 2016, foi o sinal dado para que os ruralistas avançassem com sofreguidão sobre os direitos conquistados pelos povos do campo. E os instrumentos utilizados são todos os possíveis, chegando a 50 assassinatos em 2015 e a 61 em 2016. Os números falam por si só.

Instrumentos para criminalizar os movimentos do campo

O avanço sobre os direitos dos camponeses e sem-terra se dá com total cobertura dos poderes da república, tanto o Executivo, quanto o Legislativo e o Judiciário. Este último continua sendo o grande suporte para defender a propriedade (mesmo ilegítima) a favor dos ruralistas.

Em 2016, alguns casos de criminalização são emblemáticos

Em Goiás, no município de Santa Helena de Goiás, a ocupação de parte da Usina Santa Helena, por 1.500 famílias ligadas ao MST, desembocou num processo em que pela primeira vez o MST foi enquadrado na Lei nº 12.850/2013, que tipifica

as organizações criminosas. Foi expedido mandado de prisão contra três integrantes do acampamento Padre Josimo, que era como se chamava a ocupação, e contra um coordenador regional e da direção nacional do MST, José Valdir Misnerovicz. Contra este, que não participava das ações da ocupação, a prisão foi decretada, simplesmente por ser liderança, pelo “domínio do fato”.

Esta decisão judicial foi articulada com o governo estadual. Dois dias antes, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás havia baixado portaria impondo às polícias Civil e Militar, estado de “prontidão”, por dois meses, para suposta “proteção da ordem pública e da paz social”, para acompanhar “possíveis delitos em conflitos urbanos e rurais”.

Foram presos um trabalhador Luiz Batista Borges, ao atender convocação para se apresentar para prestar esclarecimentos e o dirigente nacional, Valdir. Os pedidos de habeas corpus, com excelente fundamentação jurídica, foram sistematicamente negados, pelo Tribunal de Justiça do Estado. O STJ também denegou o pedido ao trabalhador Luiz, mas o concedeu a Valdir, fazendo constar que a associação para luta por reforma agrária não configura organização criminosa.

Também em Goiás, no município de Itapaci, outro líder sem-terra foi preso enquadrado na mesma lei.

Na Bahia, o juiz da Comarca de Casa Nova (BA), Eduardo Padilha, emitiu sentença de reintegração de posse em favor de dois empresários contra 400 famílias que

vivem no território desde 1860. Os empresários teriam comprado do Banco do Brasil títulos de dívidas da Camaragipe, empresa que na década de 1980, estaria envolvida com a grilagem da área em disputa para fraudar empréstimos bancários no esquema de corrupção nacional apelidado de Escândalo da Mandioca.

No Rio Grande do Sul, na Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha, municípios de Sananduva e Cacique Doble, os índios Kaingang foram surpreendidos, na madrugada de 23/11/16 pelo contingente de 180 homens das polícias Federal e Militar, cães, cavalos e helicóptero. Uma operação de guerra para prender oito indígenas Kaingang e três pequenos agricultores acusados, sem provas concretas, de um incêndio que destruiu plantações de fazendeiros da região.

No Paraná, no Acampamento Dom Tomás Balduino, localizado numa parte da empresa Araupel, em Quedas do Iguaçu, em 7 de abril, Vilmar Bordim e Leomar Bhorback, militantes do MST, foram assassinados, numa emboscada da qual participaram polícia militar, seguranças e jagunços da madeireira Araupel. Outros sete trabalhadores foram feridos. A polícia deu à opinião pública a versão de que ela tinha sido vítima de emboscada. Difícil entender como a polícia sofre emboscada, mas quem morre são os trabalhadores!

No dia seguinte após o massacre, a delegada interrogou no hospital em que estava internado, um dos sem-terra baleado, Pedro Francelino, mesmo sem ele estar clinicamente apto a responder tal interro-

gatório e sem a presença de advogados. O depoimento do trabalhador foi repassado a todos os meios de comunicação.

No bojo deste conflito foi deflagrada em novembro a Operação Castra para prender lideranças dos Acampamentos Dom Tomás Balduino e Herdeiros da Luta pela Terra, do MST. A operação aconteceu em municípios do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul simultaneamente. Nesta ação, policiais em 10 viaturas da polícia civil invadiram a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema, SP, sem portarem mandado judicial. Entraram atirando em direção às pessoas que se encontravam na escola. Duas pessoas ficaram feridas e foram presas. Com a intervenção dos advogados a polícia teve que se retirar da escola à espera do mandado judicial.

Intimidação através de identificação nas Delegacias de Polícia

Outro dos instrumentos utilizados em 2016 para intimidar e criminalizar os participantes dos movimentos de luta pela terra é o de conduzir os despejados ou expulsos de ocupações às Delegacias para serem identificados.

Foi o que aconteceu na Rondônia, na ocupação da Fazenda Santa Aline, em Ji Paraná. O despejo foi realizado numa operação conjunta da Polícia Militar (PM), Comando de Operações Especiais (COE), Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militares (CBM) em cumprimento a uma liminar de reintegração de posse. 100 acampados foram levados à 1ª Delegacia de Polícia Civil de Ji-Paraná para serem identificados.

O mesmo tem acontecido em situações em que não há mandado judicial.

No Acampamento Boa Esperança, nas imediações da Fazenda Santa Clara, município de Parauapebas, Pará, as famílias foram e expulsas por forças de segurança, compostas pela Polícia Militar-PM, Grupo Tático Operacional-GTO e Polícia Rodoviária Estadual-PRE, sem qualquer respaldo legal. 120 pessoas foram conduzidas até a Delegacia de Parauapebas em caminhões escoltados por viaturas policiais e sete foram presos, entre eles uma mulher.

Na Fazenda Paraíso, linha MC 7, Ramal Atalaia, no município de Cujubim, Rondônia, trinta e uma pessoas que ocupavam a fazenda foram detidas e conduzidas para a Delegacia de Polícia Civil de Ariquemes, nos compartimentos traseiros das viaturas policiais. Após serem ouvidas foram encaminhadas ao IML para exames de corpo delito.

Concluindo

Os números acima analisados e os processos judiciais contra indígenas, camponeses e sem-terra não deixam dúvida quanto ao avanço acelerado da violência contra os que querem, de alguma forma, se contrapor ao sistema dominante, em defesa de seus direitos. A usurpação do poder pelo grupo dominante, consubstanciado no impedimento da presidenta Dilma, tem propiciado os elementos para este crescimento da violência.

Os poderes Executivo e Legislativo têm se posto totalmente a serviço das bancadas

do Boi, da Bala e da Bíblia. O Executivo tem exarado Medidas Provisórias bem ao gosto dos ruralistas e tem nomeado para cargos, os mais importantes, pessoas totalmente alinhadas aos seus interesses. O Legislativo, tanto Câmara Federal, quanto Senado, têm se esmerado em apresentar e aprovar projetos de Lei e Propostas de Emendas Constitucionais que subtraíam direitos dos povos originários, bem como das comunidades tradicionais. (Ver nesta edição o texto ATAQUES AOS DIREITOS DOS POVOS DO CAMPO: as ações do Le-

gislativo e Executivo Federal, de Marco Antonio Mitidiero Junior et al.)

2017 começa com o céu carregado. Não há outra forma de entender a entrega da Funai, ao PSC, partido claramente anti-indígena, e a entrega da pasta da Justiça, a ninguém menos que ao ruralista Osmar Serraglio, que afirmou em entrevista que “demarcação de terras não enche a barriga de ninguém”, já indicando quais os rumos que quer imprimir à sua gestão.



Foto: João Zinclar

Água

Crítica à transformação capitalista da água em mercadoria: águas para a vida, não para a morte

Claudemir Martins Cosme¹

Feuerbach [...] sempre se refugia na natureza exterior, na natureza ainda não dominada pelos homens. Mas, com cada nova invenção, com cada progresso da indústria, uma nova parte é arrancada deste terreno e o solo sobre o qual crescem os exemplos de tais proposições feurbachianas se reduz cada vez mais. A “essência” do peixe é a sua “existência”, a água – para retomar apenas uma das proposições de Feuerbach. A “existência” do peixe de água corrente é a água do rio. Contudo, esta água deixa de ser sua “essência”, deixa de ser um meio adequado de existência, tão logo o rio sofra a influência da indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros dejetos, tão logo seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam dirigidas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência. Karl Marx (2007, p. 46), em “A Ideologia Alemã”.

Que destino dar à natureza, à nossa própria natureza de humanos? Qual o sentido da vida? Quais os limites da relação da humanidade com o planeta? O que fazer com o nosso antropocentrismo quando olhamos do espaço o nosso planeta e vemos o quão pequeno ele é e quando passamos a saber que, enquanto espécie humana, somos apenas uma entre tantas espécies vivas de que nossas vidas dependem? Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012, p. 15), em “A globalização da natureza e a natureza da globalização”.

Apesar da problemática ambiental só ganhar centralidade a partir da segunda metade do século XX, “[...] evidentemente, por razões inerentes à necessidade do crescimento capitalista [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 988), Karl Marx, há 172 anos, já registrava as consequências devastadoras da relação sociedade-natureza ditada pela lógica economicista do capital. Marx (2013, p. 113) já havia percebido que a natureza em uma sociedade sob o modo

de produção capitalista, onde a produção de riqueza, “aparece como uma enorme coleção de mercadorias”, de essência para existência da vida, passa a ser um meio para a destruição da vida em todas as suas dimensões.

Mészáros (2011, p. 988), em “Para além do capital”, na discussão sobre a relação entre “capitalismo e destruição ecológica”, ressalta que Marx abordou essa relação

¹ Geógrafo e Tecnólogo em Recursos Hídricos/Irrigação. Professor do Instituto Federal de Alagoas. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPE, onde é membro do Laboratório de Pesquisas e Estudos sobre o Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC) e do Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG Ayni).

dentro das dimensões de seu verdadeiro significado socioeconômico, e o que é mais importante, “[...] ele rejeitava categoricamente a alegação de que tais formas de desenvolvimento eram inevitavelmente inerentes à “essência humana e que, conseqüentemente, o problema consistia em saber como poderíamos nos adaptar a estas formas no cotidiano”.

Segundo Mészáros, Marx já vislumbrava que era necessária uma reestruturação radical do modo prevalecente de intercâmbio e controle humano na relação sociedade-natureza, ou seja, essa reestruturação radical era - e ainda é - “o pré-requisito necessário para um controle efetivo das forças da natureza, que são postas em movimento de forma cega e fatalmente autodestrutiva precisamente em virtude do modo prevalecente, alienado e reificado de intercâmbio e controle humanos” (idem).

Assim, os escritos de Marx anteciparam uma questão crucial, que exigiria/exige uma reflexão profunda da sociedade mundial e brasileira nessa segunda década do século XXI, bem como, será o nosso eixo de reflexão sobre os dados de Conflitos pela Água no Brasil no ano de 2016, a saber: ***a transformação da água em propriedade privada capitalista² e a perda da sua condição de essência para a existência da vida em todas as suas dimensões, conseqüências da lógica privada e predatória da exploração dos bens comuns naturais (terra, água, floresta, ar, minérios, etc.) inerente à***

dinâmica de (re)produção do capital.

Nessa reflexão, situaremos os Conflitos pela Água, como uma das faces da questão agrária brasileira, compreendendo-os enquanto conflitos socioambientais, que são, segundo Pereira (2006, p. 69), “[...] conflitos sociais que têm elementos da natureza como objeto e que expressam relações de tensão entre interesses coletivos/ espaços públicos x interesses privados/ tentativas de apropriação de espaços públicos”.

Inicialmente, é preciso ter em mente, com base em Porto-Gonçalves (2012, p. 15), que o debate da problemática ambiental não pode prescindir das questões de ordem ética, filosófica e política destacadas em epígrafe, pois, como somos sabedores, sem água (com qualidade) não há vida. Apesar de ser uma frase bastante propagada nas últimas décadas, contraditoriamente, foram nessas mesmas décadas os maiores ataques predatórios e de apropriação privada capitalista desse bem comum natural. É preciso, definitivamente, no debate sobre os conflitos socioambientais e, no caso da água essencialmente, pôr a vida e os limites da natureza no centro das discussões e, assim, contrapor-se às relações sociais e à relação sociedade-natureza ditadas pela lógica do capital.

Refletindo nesses termos, como bem observa Porto-Gonçalves, nos livramos das diversas armadilhas que o caminho do discurso fácil nos aponta. Armadilhas

² Ao tratar da propriedade fundiária, mais especificamente da renda da terra, Marx (2008, p. 824) mais uma vez antecipa uma questão que seria de extrema relevância na atualidade: “Para sermos precisos, observaremos que nosso conceito de terra abrange também águas etc. que, como acessório dela, tenham proprietário”. Portanto, não dá para falar, por exemplo, de reforma agrária no Brasil sem discutirmos essa relação, inseparável, entre terra e água.

construídas pelos arautos (boa parte dos pesquisadores, técnicos das agências nacionais e internacionais, políticos, entre outros) a serviço do capital, que buscam sustentar política e cientificamente, as relações sociais e a relação sociedade-natureza em bases mercantilistas, comandadas pelo deus mercado.

Uma das armadilhas do caminho/discurso fácil moderno-colonial é aquela que prega que há sempre uma solução técnica/tecnológica para tudo, ou seja, a técnica/tecnologia teria um papel redentor na solução dos problemas socioambientais (PORTO-GONÇALVES, 2012). Mészáros (2011, p. 989), ironicamente já alertou: “argumentar que ‘ciência e tecnologia podem solucionar todos os nossos problemas a longo prazo’ é muito pior do que acreditar em bruxas, já que tendenciosamente omite o devastador enraizamento social da ciência e da tecnologia atuais”.

A construção, realizada há décadas, em torno do discurso do desenvolvimento sustentável, uma espécie de capitalismo verde, enraizado na fórmula mágica repetida de forma acrítica mundialmente: “um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto”, imbricado ao endeusamento da técnica/tecnologia, é outra armadilha. Porto-Gonçalves (2012) esclarece bem o que está por trás desse discurso “moderno-colonial”, materializado em sociedades como a brasileira: na verdade é a busca incessante e insaciável de dominar a natureza e colocá-la sob as garras do capital. Uma dominação que se materializa em um “des-envolvimento”, onde o discurso é moderno, mas as consequências já têm

lá seus 500 anos no Brasil: “tirar o envolvimento (autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 81).

Parafraseando Mészáros (2011), podemos afirmar que o discurso do crescimento econômico controlado via um desenvolvimento sustentável, em verdade, é a tentativa de fugir completamente à centralidade da questão que repousa nas contradições visceralmente ligadas à (re)produção sociometabólica do capital. O que deve ser central “[...] não é se produzimos ou não sob alguma forma de controle, mas sob que tipo de controle iremos produzir”, pois, “[...]as condições atuais foram produzidas sob o ‘férico controle’ do capital que nossos políticos pretendem perpetuar como força reguladora fundamental de nossas vidas” (p. 989).

Por esse caminho, em sintonia com os interesses das corporações do capital internacional (Bayer, Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Dreyfuss, entre outras), dos organismos como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, os Estados nacionais implementam uma dita modernização, permeada pela ideologia do progresso e comandada atualmente pelo ideário neoliberal, passando a impor um discurso único, fundado naquilo que Shiva (2003) chama de “monocultura da mente moderna colonial”.

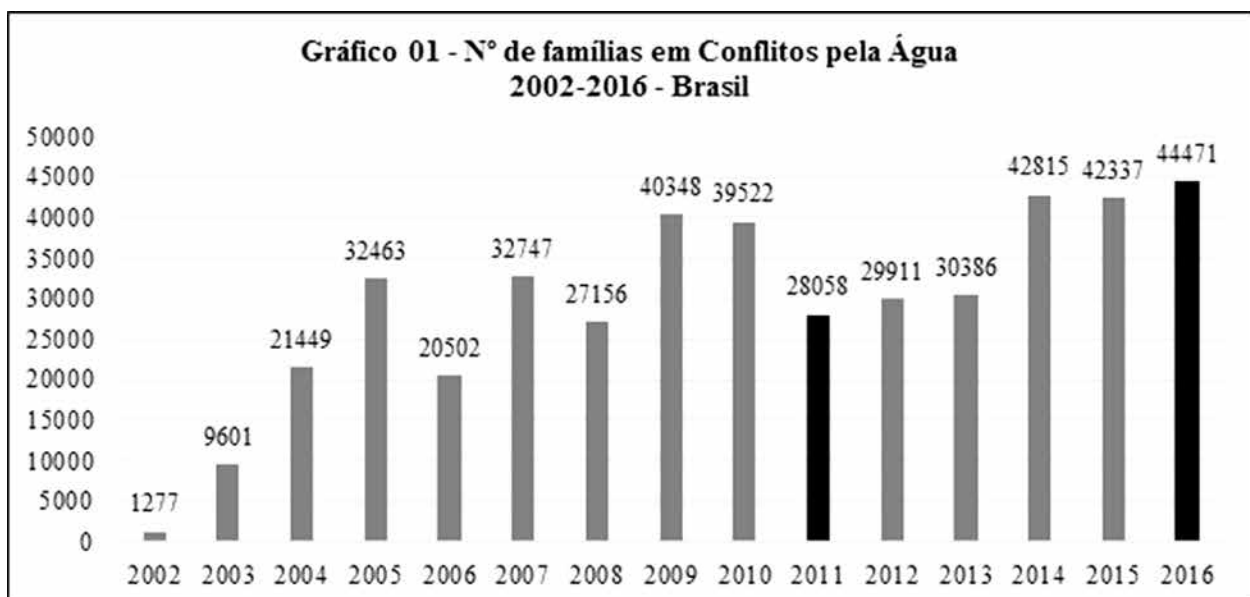
Através do pensamento único da mono-

cultura da mente, em bases eurocêntrica e/ou estadunidense, os ideólogos do capital, naturalizam a desumanidade das relações sociais capitalistas e suas consequências devastadoras para a natureza, de um lado e, de outro, reagem contra os “dissidentes”, como são vistos todos aqueles que lutam e resistem à dominação e à opressão, seja buscando negá-los através da invisibilização, seja eliminando-os juntamente com suas territorialidades antagônicas ao capital, através de “políticas de eliminação, não por políticas de debate e diálogo” (SHIVA, 2003, p. 21). Todas as territorialidades forjadas por sujeitos sociais (indígenas, camponesas, quilombolas, e tantos outros povos do campo) que dão um sentido diferente à vida e, assim, constroem cotidianamente relações sociais e uma relação sociedade-natureza oposta/antagônica a essa lógica dominadora, são violentamente reprimidas.

No caso da formação territorial capitalista brasileira, o propalado discurso do

desenvolvimento sustentável e do papel da técnica como “salvação da lavoura”, na realidade tem produzido uma explosiva questão agrária com variadas dimensões de conflitualidade. A eliminação dos “dissidentes” tem sido de forma bárbara, a exemplo dos 643 assassinatos nos diversos conflitos no campo brasileiro (por terra, água, trabalhistas, em tempos de seca, garimpo e sindicais), somente entre os anos de 2000 e 2016 (CPT, 2000-2016). É nesse contexto que se situa a questão da água no espaço agrário do país nesse início de século XXI.

Nesse bojo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), através do relatório “Conflitos no Campo - Brasil”, vem anualmente desde 1985, contribuindo para pôr na agenda política e no seio dos debates da sociedade, as contradições oriundas dessa opção de “des-envolvimento”, registrando, analisando e denunciando os conflitos no espaço agrário nacional. Em 2002, decide registrar em separado, os conflitos pela água, devido

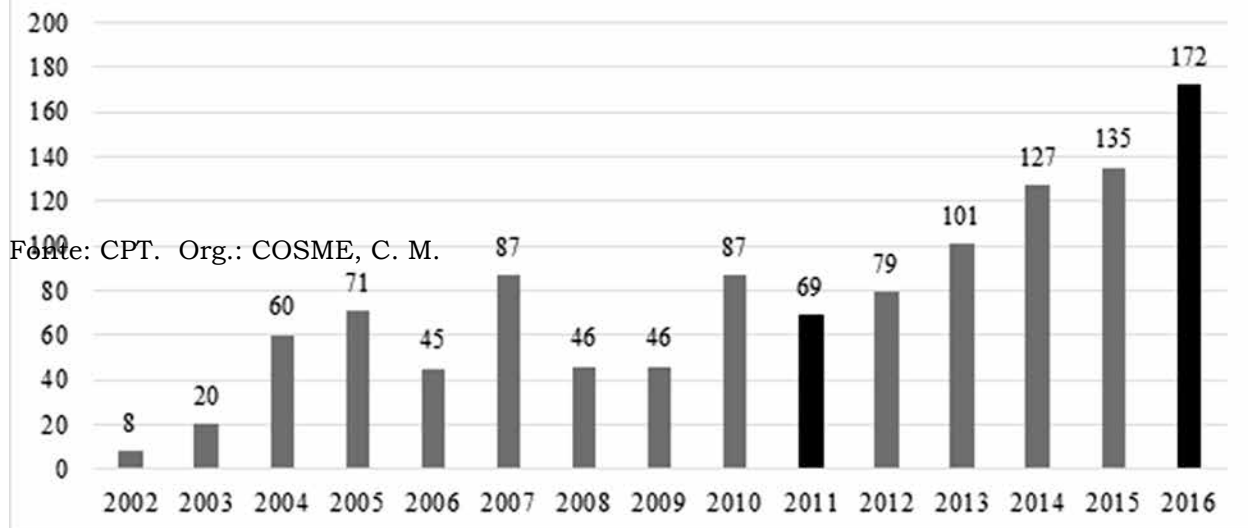


às disputas por esse bem comum natural se acirrare, tanto em âmbito nacional, como internacional. “Era o estabelecimento da chamada ‘crise da água’” (MALVEZZI, 2014, p. 98). Prova disso está registrado nos dados dos gráficos 01 e 02, que tratam do número de famílias em conflitos e o número de conflitos pela água, respectivamente, de 2002 a 2016.

Os dados demonstram que, apesar do grau de oscilação que marca esses conflitos entre 2002 e 2010, houve uma crescente elevação da conflitualidade a partir de 2011. Conflitualidade que se acirra e está relacionada às disputas territoriais por esse bem comum natural. Apesar de

cabo pela territorialização e/ou monopolização do território pelo capital, materializada, entre outras faces, no uso da água para a morte, e a lógica das diversas e distintas territorialidades dos sujeitos explorados no campo, que travam uma luta incessante pelos seus territórios, pela terra e, por conseguinte, pela água para a vida. Entre 2002 e 2016, chegamos ao absurdo número de 443.043 mil famílias envolvidas em 1.153 conflitos pela água, espacializados em praticamente todo o território nacional, dando mostras da dimensão de uma das faces da questão agrária brasileira: “a apropriação capitalista privada e a devastadora exploração das nossas águas”.

Gráfico 02 - N° de Conflitos pela Água 2002-2016 - Brasil



uma incipiente variação de 2014 para 2015, passamos de 28.058 mil famílias envolvidas em 69 conflitos, em 2011, para 44.471 mil famílias em 172 conflitos, em 2016. Disputas territoriais essas, motivadas pelas lógicas antagônicas de gestão, apropriação e uso desse bem natural, ou seja, entre a lógica economicista levada a

As decisões políticas do Estado, em seus diferentes governos, foram/são combustíveis para a permanência da questão agrária brasileira, portanto, explicam em boa medida o aumento dos Conflitos pela Água. Sem democratizar a terra em favor e sob o controle dos diversos sujeitos do campo (povos originários, quilombolas, campestri-

nato e trabalhadores(as) rurais) explorados historicamente desde a colonização, não há democratização da água, conseqüentemente, o processo de formação territorial brasileiro segue, no século XXI, acumulando tragédias, barbáries e conflitos.

De José Sarney a Fernando Collor de Mello, de Itamar Franco a Fernando Henrique Cardoso, de Luiz Inácio Lula da Silva a Dilma Rousseff, todos, estruturalmente em suas decisões e opções para o campo brasileiro, embebidos pela ideologia do progresso e sem romper com o ideário neoliberal, assumiram o mito da eficiência técnica/tecnológica e o discurso do desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável esse que nunca alcançamos e, com certeza, não alcançaremos, pela via do “des-envolvimento”, ou seja, pela tentativa de humanização do capitalismo e naturalização da devastação da natureza.

Destarte, ao optarem pelo modelo latifundista, transmutado de agronegócio, em detrimento da agricultura camponesa, cada um dos governos contribuiu à sua maneira, para a histórica efetivação da contrarreforma agrária no país; as opções políticas pelas grandes obras hídricas, como as Usinas Hidrelétricas de Belo Monte (PA), Jirau (RO) e Santo Antônio (RO), os Complexos Industriais e Portuários, a exemplo do Pecém (CE) e de Suape (PE), a Transposição do Rio São Francisco, os megaprojetos de mineração, são, portanto, explicativas para o aumento dos Conflitos pela Água no Brasil.

Junto ao contexto nacional, e não desligado deste, temos outro elemento importante, que foi a queda dos preços das *commo-*

dities e a crise estrutural do capital, que se torna mais explícita em 2008 em âmbito mundial, levando o capital a uma corrida insana e desenfreada, pois não existem freios na locomotiva do capital, sobre os bens comuns naturais de países como o Brasil. A truculenta e impositiva contrarreforma do Código Florestal, em 2012, rubricada pela Presidente Dilma Rousseff, é um exemplo dessa corrida frenética sobre a natureza.

Entretanto, como bem nos legou Marx, o caminho trilhado no “des-envolvimento” à brasileira não são caminhos naturais e, muito menos, inexoráveis, aos quais a sociedade deve se adaptar e compreender como ônus necessário e inevitável ao/do desenvolvimento, ao contrário, são decisões políticas do Estado e governos com conseqüências para toda a sociedade. E essas não tardaram a acontecer, tendo para as nossas águas conseqüências trágicas.

Entre os maiores crimes socioambientais da história da formação territorial capitalista brasileira, pela magnitude temporal (curto espaço de tempo) e espacial (vastas dimensões espaciais) podemos citar:

- o trágico rompimento da barragem do Fundão, localizada no Distrito de Bento Rodrigues, município de Mariana – MG. Destinada ao armazenamento de rejeitos de mineração das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, a tragédia ceifou 19 vidas humanas e despejou sobre o Rio Doce e seus afluentes dezenas de milhões de toneladas de rejeitos, com dimensões devastadoras incalculáveis para a na-

tureza e toda forma de existência de vida;

- o fatídico título de sermos o país maior consumidor de agrotóxicos do mundo desde 2008, ao gosto do modelo agrário/agrícola do agronegócio, que segue envenenando a natureza e a vida em todas as suas dimensões, visando apenas atender os interesses lucrativos da burguesia latifundista;
- a política energética, que prima pela construção das Usinas Hidrelétricas, arrasando os territórios e destruindo as distintas e diversas territorialidades, com alterações sem precedentes sobre a natureza.

Estes são exemplos, entre tantos outros, da barbárie que é o modelo de “des-envolvimento” implementado no país.

Chegamos ao ano de 2016 no Brasil com um acúmulo histórico, portanto, de problemas socioambientais e conflitos no campo, aprofundando-se pela chegada, cada vez mais forte, da crise estrutural do capital em escala mundial. Na medida em que essa se intensificava e chegava no Brasil, as distintas frações das classes opressoras e exploradoras que até o momento haviam se beneficiado dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciaram uma disputa para decidir quem iria perder menos em meio à crise (ANTUNES, 2015). Um movimento ultraconservador (parte do Judiciário, da mídia hegemônica, do Congresso Nacional) planeja e consome o golpe parlamentar por dentro da frágil democracia burguesa. A instabilidade política faz avançar a violência no campo. Latifundiários, empresários, empreiteiras, mineradoras, entre outros, que

apoiam o golpe, promovem uma onda de barbárie: 61 pessoas brutalmente assassinadas nos diversos conflitos no campo em 2016. Maior número desde 2003, quando foram registrados 73 assassinatos. Entre as 61 vítimas, temos 02 assassinatos em Conflitos pela Água e 03 mortes que ocorreram, posteriormente, em consequência desses conflitos.

Nilce de Souza Magalhães, “Nicinha”, pescadora e militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em Rondônia, denunciava as violações de direitos humanos cometidas pelo consórcio “ESBR - Energia Sustentável do Brasil”, formado pelas empresas Suez Energy/Eletrosul/Chesf, responsável pela Usina Hidrelétrica de Jirau. Nicinha desapareceu no dia 07/01/2016, no acampamento em que morava com outras famílias, nas imediações do rio Madeira, na localidade chamada de “Velha Mutum Paraná”, na altura do km 871 da BR 364, sentido Porto Velho-Rio Branco. Suspeita-se que a morte da liderança esteja relacionada à sua militância contra as barragens no rio Madeira. O corpo de Nicinha foi encontrado no dia 21/06/2016, no lago da UHE de Jirau, amarrado a uma pedra com as mãos e os pés atados. A família cobra da justiça o motivo real do bárbaro assassinato e o processo se arrasta, como sempre, nos assassinatos no campo.

Marcus Vinicius de Oliveira Silva, professor aposentado da UFBA e militante de direitos humanos, aliado dos indígenas e marisqueiros na luta contra os latifundiários e empresários, foi assassinado com um tiro na cabeça, na Comunidade Pirajuía, local em que morava, em Jagua-

ripe-BA, no dia 04/02/2016, após ser sequestrado em sua residência por dois homens armados. Investigações apontam que o crime está relacionado a conflito decorrente de empreendimento de carnicultura que avança sobre a área de mangue da comunidade. Tal empreendimento foi embargado duas vezes pelo Ibama, após denúncias do Prof. Marcus e de membros da comunidade. Depois do homicídio, pessoas vizinhas ao Marcus passaram a sofrer ameaças de morte.

Ao longo de 2016 foram registrados 172 Conflitos pela Água com 44.471 mil famílias envolvidas, fazendo o ano do golpe ser aquele com os mais elevados números da série de registros iniciada em 2002 pela CPT, distribuídos da seguinte forma: 101 (58,72%) uso e preservação; 54 (31,40%) barragens e açudes e 17 (9,88%) apropriação particular, categorias essas construídas e utilizadas metodologicamente pela CPT para a tipificação dos Conflitos pela Água.

é a primeira colocada na tragédia do “desenvolvimento” brasileiro, com 17.108 famílias. Os megaprojetos de construção de Usinas Hidrelétricas, predominantes nessa região, demonstraram, através dos números, o quanto são devastadores e conflituosos, onde 20 (38,89%) conflitos do tipo barragens e açudes de um total geral de 54 no Brasil, se concentram no Norte do país. A região Sudeste, com 15.120 famílias em 80 conflitos, vem em segundo lugar no número de famílias e em primeiro no número de conflitos, principalmente, pela tragédia da mineração que teve em Mariana-MG seu epicentro. Dia 5 de novembro de 2016 fez um ano da tragédia e o que persiste é a impunidade com relação às empresas responsáveis Samarco/Vale/BHP Billiton. Toneladas de rejeitos na natureza, territórios/territorialidades destruídas, o desrespeito com milhares de famílias atingidas e a vulnerabilidade sanitária para a população, a exemplo do aumento da febre amarela, é o que ficou.

Quadro 1 – Síntese dos Conflitos pela Água por Regiões e Categorias - 2016

	Total Conflitos	Total Famílias	Barragens e açudes	Famílias	Uso e preservação	Famílias	Apropriação particular	Famílias
Norte	29	17.108	20	16.474	06	510	03	124
Nordeste	42	7.451	12	4.082	21	1.709	09	1.660
Centro-Oeste	16	2.249						
	07	1.528	04	65	05	656		
Sudeste	80	15.120	12	3.475	68	11.645	-	-
Sul	05	2.543	03	2.405	02	138	-	-
Brasil	172	44.471	54	27.964	101	14.067	17	2.440

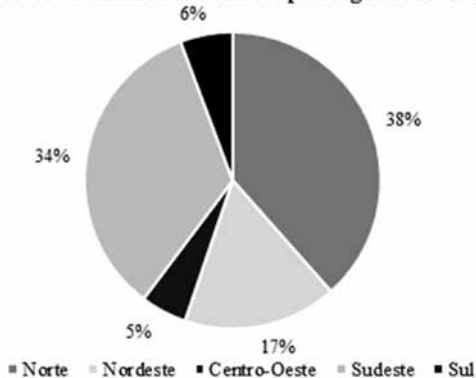
Fonte: CPT. Org.: COSME, C. M.

Tomando como parâmetro o número de famílias envolvidas em conflitos, a região Norte, apesar de estar na terceira posição em números de conflitos, com 29 dos 172,

A região Sudeste concentra 68 (67,33%) dos 101 conflitos tipificados como de “uso de preservação” no ano de 2016. A região Nordeste vem em terceiro lugar em número

de famílias envolvidas, 7.451, e em segundo em número de conflitos, 42. A histórica “indústria da seca” se retroalimenta mais uma vez desse fenômeno natural perpetuada em processo político, assistencialismo, compra de votos e subordinação. A água que resta é apropriada privadamente e posta a serviço do agronegócio. Cerca de 36,37% (2.710) das pessoas se envolveram em conflitos devido a apropriação particular, a diminuição e/ou impedimento de acesso à água, por fazendeiros e empresários do agrohídronegócio nessa região. A região Sul, com 2.543 famílias em 05 conflitos e o Centro-Oeste com 2.249 famílias em 16 conflitos, fecham o cerco do “des-envolvimento” brasileiro: índios, quilombolas, pescadores, ribeirinhos resistem a duras penas nessas duas regiões a projetos diversos: mineração, hidrelétricas, agronegócio.

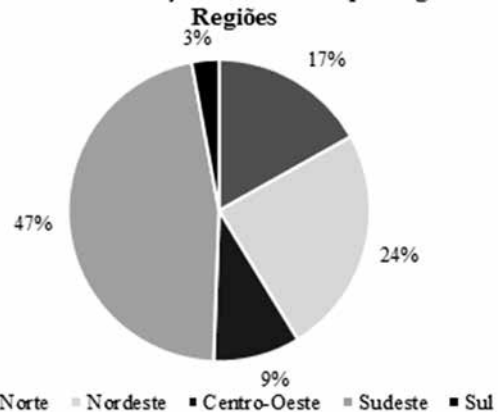
Gráfico 03 - Famílias em Conflitos pela Água 2016 - Regiões



Fonte: CPT. Org.: COSME, C. M

Os estados de Minas Gerais e Espírito Santo juntos somam 75 conflitos, ou seja, 43,6% do total geral de 172 Conflitos pela Água registrados em 2016. Elevado percentual reflexo da tragédia de Mariana. Na verdade, um crime que continuará trazendo consequências para a sociedade mineira e capixaba por anos a fio, in-

Gráfico 04 - Distribuição dos Conflitos pela Água 2016 - Regiões



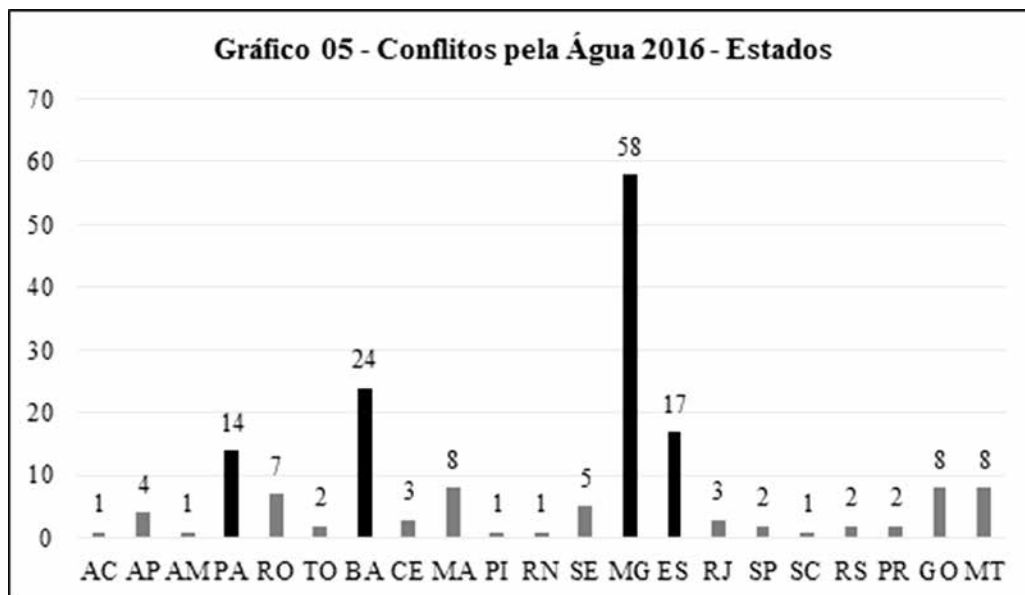
Fonte: CPT. Org.: COSME, C. M.

felizmente, frente à inércia do Estado e à destruição da natureza sem precedentes. Inércia para uns (povos do campo) e agilidade para outros (mineradoras, agronegócio, empresários, latifundiários). Somados a Bahia e Pará, com 24 e 14 conflitos, respectivamente, totalizam, esses quatro estados, 113 conflitos, praticamente 66% dos conflitos registrados em 2016. A Bahia sozinha teve mais da metade dos conflitos ocorridos no Nordeste (57,14%), distribuídos da seguinte forma: 13 por mineração, 5 por empresários, 04 por fazendeiros e 02 por hidrelétricas. Já no Pará, com 48,28% dos conflitos ocorridos no Norte, temos os seguintes causadores: 07 por hidrelétrica, 2 por empresários, 02 por mineração, madeireiro, garimpeiro e o Poder Judiciário, 01 cada. Nesse estado, ocorreram também, as 03 mortes em consequência dos conflitos, ou seja não foram assassinatos: duas oriundas das ações das hidrelétricas e uma devido à ação de empresários. O fenômeno da seca, vivenciado pelos estados nordestinos, agravam a conflitualidade. O estado do Ceará, com 03 conflitos envolvendo 410 famílias, é emblemático com relação à violência das políticas hídricas implementadas pelos governos. Em síntese, ao agrone-

gócio tudo: com seus perímetros irrigados envenenados e a carcinicultura devastadora. Já aos diversos sujeitos atingidos temos a repressão e o descaso por parte do Estado e dos governos. Juntamente com um Coordenador da CPT, o Padre da cidade de Potiretama-CE e uma representante da Coordenadoria de Direitos Humanos do gabinete do Governador do estado do Ceará, estive em 2016 na comunidade de Lapa, no referido município, uma entre tantas atingidas pela Barragem do Figueiredo. Lá, acampados, os atingidos(as) lutam e resistem há mais de uma década. Mulheres e homens, idosos e crianças impedidas de prosseguir suas vidas, se deparam com a morosidade intencional do Estado, visando minar a luta. E ainda sofrem a perseguição dos fazendeiros.

respectivamente. Juntos esses quatro grupos sociais sofreram violência em 126 (73,26%) dos 172 Conflitos pela Água no ano de 2016. Os atingidos por barragem (6,98%), os posseiros e os quilombolas (5,81% cada), os assentados (3,49%) e outros (4,65%) (geraizeiros, camponeses de fecho de pasto, camponeses de fundo de pasto, lideranças, marisqueiros, trabalhadores rurais e vazanteiros), não menos importante, sofreram algum tipo de violência nos 46 (26,74%) conflitos restantes.

Com relação aos que vêm produzindo o terror e a barbárie no campo brasileiro, no caso dos Conflitos pela Água, temos a mineração (51,74%) e as hidrelétricas (23,26%) à frente, somando juntas 129



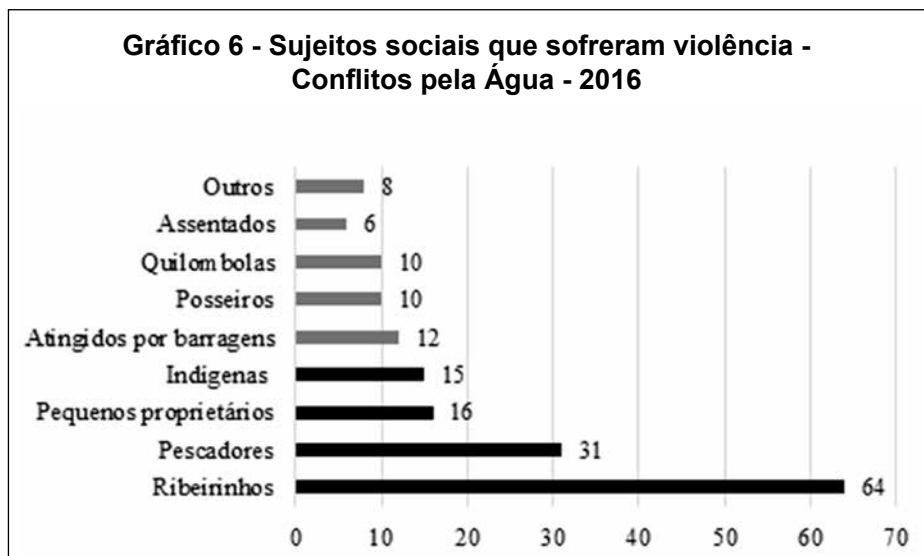
Fonte: CPT. Org.: COSME, C. M.

Dentre os sujeitos sociais que sofreram algum tipo de violência nos Conflitos pela Água têm-se os ribeirinhos com 37,21% do total, seguido pelos pescadores com 18,02%, ficando os pequenos proprietários e os indígenas, com 9,3% e 8,72%,

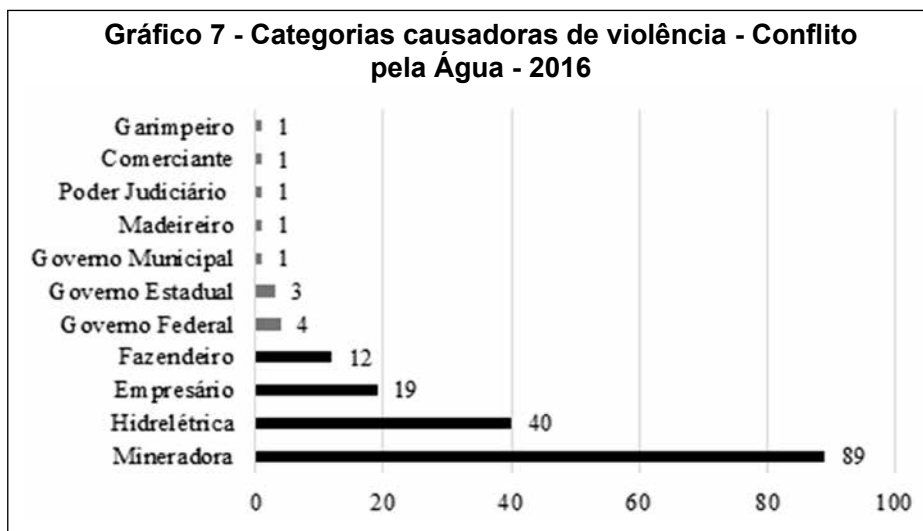
(75%) dos 172 conflitos em 2016. Quando adicionamos os conflitos tendo à frente os empresários (11,05%) e os fazendeiros (6,98%), essas quatro categorias foram responsáveis por 93,02% (160) do total dos conflitos. Os governos, nas três esfe-

ras, (4,65%) e outros (2,33%) (comerciante, garimpeiro, poder judiciário e madeireiro), fecham a conta dos opressores nos Conflitos pela Água no campo brasileiro em 2016.

e a destruição da natureza. As medidas tomadas pelo governo golpista têm impactos diretos na elevação dos Conflitos pela Água no ano de 2016, como por exemplo: a extinção do Ministério do Desenvolvi-



Fonte: CPT. Org.: COSME, C. M.



Fonte: CPT. Org.: COSME, C. M.

A chegada do golpista Michel Temer, ao governo da República, aprofundou aceleradamente a contrarreforma agrária em curso no Brasil. Sem dividir a terra e a água, em favor e sob o controle dos sujeitos sociais historicamente oprimidos e explorados no campo, restam a violência

mento Agrário e a sinalização para flexibilizar, ainda mais, a liberação da compra de terras para estrangeiros e a privatização dos aquíferos. Somados a esses atos, temos a complacência do Estado brasileiro, não podia ser diferente face um Estado eminentemente cria do capital, em relação

às empresas responsáveis pela tragédia socioambiental em Mariana-MG.

A crise é civilizatória de uma sociedade que, sob a ideologia do progresso, do crescimento e consumo sem limites, leva todos para um abismo ecológico. O desafio socioambiental nos convida, como diz Porto-Gonçalves (2012, p. 66), a buscarmos “alternativas ao e não de desenvolvimento”. Não podemos continuar falando em mais desenvolvimento (sustentável, verde, ecológico, territorial), mas sim, de partilhas igualitárias e sustentáveis dos bens comuns naturais, dos saberes, dos conhecimentos, dos avanços científicos e tecnológicos, do poder.

O debate sobre a propriedade privada capitalista, das relações sociais e da relação sociedade com a natureza sob a lógica do capital é inadiável e, no caso

da privatização e devastação das nossas águas, uma condição de existência da vida, isso se torna mais urgente. Nesse debate, retornamos aos questionamentos feitos por Porto-Gonçalves: “Qual o sentido da vida? Quais os limites da relação da humanidade com o planeta?” A partir dessas reflexões, a luta se apresenta, não apenas contra o governo golpista de Michel Temer e seus ataques à natureza e aos de baixo da sociedade, mas, concomitantemente, na construção de uma outra sociabilidade e da relação sociedade-natureza em terras/águas (territórios) seguras. Livres das armadilhas do caminho/discurso fácil que teimam em nos apresentar os arautos ideólogos a serviço do capital. Eis o desafio, que por sinal, já está em curso através dos diversos “dissidentes” em resistência e luta anticapitalistas no campo brasileiro!

Referências

- ANTUNES, Ricardo. O colapso do governo Dilma e do PT no Brasil. **Revista Herramienta**, Buenos Aires, v. 57, 2015. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revistaherramienta-n-57/o-colapso-do-governo-dilma-e-do-pt-no-brasil>>. Acesso em: 11fev. 2017.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: 1985 a 2015.
- MALVEZZI, Roberto. Conflitos por Água nos últimos 10 anos. In: **Conflitos no Campo Brasil 2014**. Goiânia: 2015.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro III: o processo global de produção capitalista. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. v. VI.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PEREIRA, Mônica Cox de Britto. **Mediação de conflitos agrários e ambientais**: um estudo sobre o Vale do Rio São João no estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas Sociais, CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.
- SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

Tabela 5 - Conflitos pela Água

UF	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste		
DF		
GO	8	1579
MS		
MT	8	670
Subtotal:	16	2249
Nordeste		
AL		
BA	24	3851
CE	3	410
MA	8	1632
PB		
PE		
PI	1	10
RN	1	1003
SE	5	545
Subtotal:	42	7451
Norte		
AC	1	
AM	1	
AP	4	220
PA	14	9182
RO	7	7622
RR		
TO	2	84
Subtotal:	29	17108
Sudeste		
ES	17	2786
MG	58	4238
RJ	3	8096
SP	2	
Subtotal:	80	15120
Sul		
PR	2	1325
RS	2	1148
SC	1	70
Subtotal:	5	2543
Brasil:	172	44471



Foto: João Laet

Trabalho

As ocorrências de trabalho escravo relativizam a visão triunfalista da chamada “modernização da agricultura”

Alfredo Wagner¹

As denúncias de situações de trabalho escravo relacionadas pela CPT correspondentes ao ano de 2016 registram 68 ocorrências de violações e irregularidades trabalhistas classificadas como análogas à escravidão, abrangendo 751 trabalhadores, sendo que destes pelo menos 544 foram resgatados pela ação fiscalizadora de órgãos oficiais vinculados direta ou indiretamente ao Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS. Elas compreendem formas de imobilização da força de trabalho pelo endividamento prévio, bem como o exercício de atividades executadas ilegalmente e sem as mínimas condições de dignidade, tais como: sem carteira de trabalho assinada, sem repouso semanal remunerado para além das duas horas-extras diárias previstas na legislação, sem remuneração, sem alimentação adequada, sem equipamentos de segurança para manuseio de agrotóxicos, sem alojamentos adequados, sem acesso a instalações sanitárias e água potável, sem liberdade de ir-e-vir e sem possibilidade de retorno à residência. Compreendem também situações em que os trabalhadores são submetidos a constrangimentos pela vigilância armada na execução das tarefas, em jornadas exaustivas e contínuas, e por aqueles que monopolizam os meios de transporte. Há pelo menos quatro ocor-

rências que se referem a trabalho infantil ou que envolvem menores no desempenho das atividades. Outra delas atinge famílias indígenas do Povo Yanomami, em Iracema (RR), trabalhando ilegalmente em fazendas de gado. Outra ocorrência, que cita indígenas e não é registrada no quadro demonstrativo da CPT, mas aparece mencionada por membro da Coordenação Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete/MPT), refere-se a Lábrea (AM) no Rio Purus. Aliás, de acordo com os dados divulgados pelo MPT a maioria dos casos no Amazonas ocorre em Lábrea e em Boca do Acre. Foram registrados no Amazonas em fevereiro de 2017: “52 procedimentos ativos por atuações extrajudiciais e 11 procedimentos em acompanhamento de casos que se enquadram no trabalho análogo à escravidão, tráfico de trabalhadores ou trabalho indígena.”

Estas formas de imobilização registradas podem ser temporárias ou permanentes. Há ocorrências que se referem a situações de curta duração, envolvendo os chamados “safristas”, como no caso das colheitas de café, principalmente em MG e na BA, e cacau, ou os “catadores de raízes”, no caso da soja, ou ainda no cultivo e no carregamento de sacas de milho, notadamente no TO e em MT, no cultivo de eucalipto,

¹ Antropólogo, da coordenação do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA.

no Norte de MG, e há ocorrências que já perduram por vários anos, nas atividades pecuárias e nas atividades de carvoaria.

Os Relatórios das equipes de fiscalização, que compõem os Grupos Especiais de Fiscalização Móvel - GEFMs e as denominadas “forças tarefas” do MTPS e de órgãos estaduais procedem a uma distinção entre “irregularidades trabalhistas” e modalidades de identificar trabalhadores em condições análogas à escravidão. Em apenas uma ação, a chamada “Operação Trabalho Decente”, realizada entre 10 e 20 de abril no Oeste da BA (nos municípios de Luís Eduardo Magalhães e Angical) e em Mateiros no TO foram identificadas cerca de 100 irregularidades trabalhistas em seis fazendas e foram firmados três Termos de Ajuste de Conduta - TACs. Nesta região de cerrado se concentram empreendimentos dos chamados “agronegócios”. Tais equipes, que fiscalizam in loco, lavrando os autos de infração e preparando os TACs, constatarem em suas sínteses que a sucessão de irregularidades trabalhistas verificadas leva à denominada “escravidão contemporânea”. Cabe destacar que numa só operação fiscalizadora no Norte do TO, entre 14 e 24 de junho, o GEFM lavrou 44 autos de infração em cultivos de soja e milho nos municípios de Campos Lindos, Palmeira do Tocantins, Araguañã, Bandeirantes do Tocantins e Arapoema; enquanto 30 outros foram lavrados nos municípios baianos de Jânio Quadros e Vitória da Conquista, e 42 nos municípios acreanos de Sena Madureira e Rio Branco. Considerando os “trabalhadores libertos” ou os casos de “resgates”, no decorrer de 2016, que foram retirados das fazendas a partir da ação fiscalizadora tem-se

um total de 544 trabalhadores. Os termos “libertos” ou “resgatados” são mencionados explicitamente nos Relatórios, que circunstanciam os delitos consoante o Art.149 do Código Penal.

Tais violações dos dispositivos legais dizem respeito principalmente a grandes explorações, compreendendo atividades econômicas na seguinte ordem: i) pecuária, que aparece registrada em pelo menos 38 ocorrências consoante as seguintes designações: “criação de bovinos”, “roço de juquira”, “plantio de capim”, “plantio de sementes”, “manuseio de veneno”, “serviços de tratorista”, “reparo de cercas”, “derrubadas” e “desmatamentos”, ii) cultivo e colheita de café, registrados em 10 ocorrências, iii) “extração de madeira”, “extração de madeira em floresta plantada” e “em florestas nativas” e “coleta de produtos não-madeireiros em florestas nativas” com 08 ocorrências, iv) “produção de carvão” com 02 ocorrências, e v) cultivos de arroz, de cacau e de eucalipto com pelo menos 01 ocorrência cada um, de igual maneira que fabricação de álcool e “catação de raízes” para plantio de soja.

Elas estão localizadas em 16 Unidades da Federação e incidem em 58 municípios, num raio amplo de distribuição que alcança tanto regiões antigas de colonização, quanto regiões de ocupação recente pelos agronegócios.

Destas denúncias tem-se que 44 ocorrências concernem a rescisões de contratos com valores pagos às vítimas, individual ou coletivamente, alcançando até R\$ 162.736,36, correspondentes a 22 vítimas.

Cotejando-se o total de trabalhadores denunciados no decorrer de 2016, com aquele de 2015 tem-se uma redução significativa nos casos registrados. Caso a comparação se refira a trabalhadores resgatados a partir da ação fiscalizadora de órgãos públicos tem-se praticamente o mesmo total. Com respeito à redução, os auditores alegam o seguinte: a queda nos registros ocorre devido a uma diminuição do número de fiscalizações mediante o corte drástico dos recursos repassados pelo governo federal para a realização das operações. De fato tem-se o registro de operações fiscalizadoras até julho de 2016. Este seria um primeiro argumento para relativizar a quantidade de ocorrências concernentes a 2016.

Repensando a ação governamental importa lembrar que, em março de 2016, em reunião do governo do Ceará com representantes da Organização Internacional do Trabalho - OIT e do Ministério Público do Trabalho - MPT, foi definida a criação de um GT para elaborar plano de combate ao trabalho escravo. O Ceará ocupa a quarta posição no ranking nacional de trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão. Este esforço oficial cingiu-se aos primeiros seis meses de 2016.

No domínio do judiciário tem-se o caso de uma ação judicial que foi referendada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, através de prêmio concedido, em fevereiro de 2017, no Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos, que contemplou a juíza federal Jaiza Maria P. Fraxe pela sua atuação no combate à exploração de povos tradicionais na extração de piaçaba, cujos trabalhadores

são submetidos a situação análoga à escravidão, em Barcelos (AM). Neste município e no de Santa Izabel estima-se em mais de 300 piaçabeiros trabalhando em condições precárias não obstante a ação fiscalizadora do Ministério Público Federal - MPF em 2014.

O maior destaque neste domínio no ano de 2016 diz respeito ao comparecimento do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA e a sua inédita condenação, sob a acusação de omissão e negligência no combate ao trabalho escravo. Publicada em 15 de dezembro de 2016, a sentença encerra o Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde contra o Estado Brasileiro, que havia sido protocolada em 1998 pela CPT e pelo CEJIL, com base em 12 ocorrências de trabalho escravo no decorrer de 10 anos, envolvendo mais de 300 trabalhadores do Piauí aliciados para aquela fazenda do sul do Pará. Segundo Xavier Plassat, um dos especialistas nesta questão, em uma longa entrevista à Unisinos, trata-se de uma sentença histórica por ser a primeira vez que a Corte Interamericana julgou um caso de trabalho escravo nas Américas, e assim teve a oportunidade de definir com clareza o que é escravidão contemporânea e quais as obrigações do Estado para acabar com ela. A sentença é também paradigmática porque reconhece que a violação do Estado brasileiro ao direito de não ser submetido à escravidão está inserida em um contexto de discriminação estrutural dos trabalhadores escravizados, em razão de sua situação de vulnerabilidade econômica. Uma discriminação que exige políticas públicas consistentes para erradicá-la.

O Estado brasileiro deverá retomar as investigações sobre o caso, adotar medidas para que a prescrição nunca venha a ser aplicada ao delito de escravidão, e oferecer reparação às vítimas pelos danos imateriais sofridos. A sentença estipula o pagamento pelo Estado de indenizações pecuniárias para 127 trabalhadores e a uma trabalhadora. Além dos 85 resgatados durante a fiscalização realizada em março de 2000 (que receberão o equivalente a 40 mil dólares cada um), outros 43 trabalhadores resgatados numa fiscalização realizada em abril de 1997, terão direito a 30 mil dólares cada.”(Plassat, X.,2016).

Considerando estes dados complementares podemos estimar que mais que dobra o total de trabalhadores submetidos à condição análoga à escravidão no decorrer de 2016, situando-se num patamar semelhante àquele do ano anterior, não obstante as condições desfavoráveis no Executivo e a pressão exercida na esfera legislativa.

Nesta esfera ganha força, a partir de junho de 2016, a “Pauta Positiva-Biênio 2016/2017” apresentada pelo Presidente da Frente Parlamentar Agropecuária - conhecida como “bancada ruralista”, Deputado Marcos Montes, e pelo Presidente do Instituto Pensar Agropecuária, Ricardo Tomczyk, que assina o documento acompanhado de 40 associações e sindicatos patronais, propondo o seguinte no que diz respeito às relações trabalhistas:

“Estabelecer diferenciação entre trabalho escravo, condições degradantes de trabalho e jornada exaustiva.

Estabelecer limitações aos auditores do trabalho e às edições de Normas Regulamentadoras do Trabalho (NRs).”.

Lista também como “Projetos de Lei de necessária aprovação:

PLS 208/2012 – Adapta a legislação trabalhista rural (Lei 5889/12 e Lei 10.101/00)
 PLC 30/2015 – Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes. O disposto na Lei aplica-se às empresas privadas e a terceirização é definida como um processo de gestão pelo qual a execução e a responsabilidade de algumas atividades são repassadas para terceiros – com os quais se estabelece uma relação de parceria - ficando a empresa concentrada apenas em tarefas essencialmente ligadas ao negócio em que atua.” (FPA, 2016: p.7).

Na interpretação do sociólogo Ricardo Antunes “em nome da falaciosa melhoria da qualidade do produto ou da prestação de serviço” o PL 30/2015, por sua vez, apaga a distinção entre atividade-meio e atividade-fim.

Uma empresa poderá recorrer a outra, para contratar trabalhadores, eliminando a relação direta entre empregador e assalariado. Como na escravidão. Neste passe de mágica todas as modalidades de trabalho poderão ser terceirizadas. Até os pilotos de aeronaves. Com um Congresso lépido e faceiro nas práticas negociais, impulsionado pela lógica volátil do capital financeiro, uma nova servidão involuntária está sendo urdida. Dinheiro gerando mais dinheiro, na ponta fictícia do sistema financeiro glo-

bal e respaldado em uma miríade de formas pretéritas de trabalho (precarizado, flexibilizado, terceirizado, informalizado, “cooperado”, escravo e semi-escravo) na base da produção².

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), menosprezando o PL 30/2015 e buscando resolução mais célere, afirma que quer aprovar neste mesmo mês de março de 2017 “o projeto de regulamentação da terceirização do trabalho apresentado há 19 anos e que anistia débitos e penalidades aplicadas às empresas. Este projeto foi aprovado no Senado em 2002, com relatório de Romero Jucá (PMDB-RR), hoje líder do governo no Congresso. (...) O texto que a Câmara quer retomar é menos rigoroso. O projeto de 2015, por exemplo, exige que a empresa que contratar trabalho terceirizado fiscalize regularmente se a firma que contratou está cumprindo obrigações trabalhistas e previdenciárias. No projeto relatado por Jucá em 2002, a exigência não existe.” (Cf. Bragon, Ranier- “Câmara reabre debate sobre terceirização”. **Folha de São Paulo**, 03/03/2017 p. A15). Tal projeto permite às empresas terceirizar qualquer ramo de atividade, incluindo a principal, sem a maioria das regras de proteção aos trabalhadores. A terceirização total contraria o entendimento prevalecente na Justiça do Trabalho, de que a terceirização só é possível em atividades secundárias das empresas (Bragon, *ibid.*).

O que me parece singular na situação brasileira atual é que além das iniciati-

vas políticas pertencerem inteiramente a forças conservadoras e autoritárias, as ações são radicais e não só menosprezam preceitos constitucionais como objetivam reativar componentes do sistema repressor da força de trabalho, que foi um elemento estruturante da sociedade colonial e escravista. Este é o ponto a ser enfatizado que distingue as situações relativas a 2016 daquelas precedentes, bem como explica o que sucede com os registros de ocorrências de trabalho escravo a partir do governo Temer. As ações de tais forças conservadoras objetivam restringir os dispositivos de reforma agrária, suprimir direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, cancelar licenciamentos ambientais e limitar direitos trabalhistas duramente conquistados. No caso destes últimos buscam notadamente revisar a legislação, através do PL 432/2013 que tramita no Congresso Nacional, apoiado pela “bancada ruralista”, reduzindo as hipóteses do que pode ser considerado trabalho escravo. Recorde-se que a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC propôs no Supremo Tribunal Federal - STF uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN, questionando a legislação (sobretudo a de São Paulo) contra o trabalho escravo. Esta legislação prevê a cassação por dez anos do registro no ICMS de SP das empresas condenadas por utilizar trabalho escravo. Em fins de abril de 2016 a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados enfraqueceu os direitos trabalhistas, redefinindo o conceito de trabalho escravo

² Antunes, R.-“A servidão involuntária”. Folha de São Paulo, 05/06/2015.

e excluindo da definição “jornada exaustiva” e “condições degradantes de trabalho”. Este retrocesso já se fez sentir em comissões da Assembleia do Estado de São Paulo, no que concerne a tais conceituações³.

Estes retrocessos registrados no Executivo e no Legislativo, no decorrer de 2016, como já foi dito, não se verificam no judiciário. Em 16 de maio o STF cassou a medida liminar que impedia a divulgação da denominada “lista suja” veiculada pela Portaria Interministerial 2-2011 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, conforme decisão da ADI 5209, de 16-05-2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico 106, divulgado em 23 de maio de 2016. A inclusão nesta lista significa que a empresa ou o imóvel rural infrator não pode ter acesso a recursos públicos, ou seja, uma negativa do crédito público ou subsidiado com recursos públicos e que isto seja estendido a qualquer instituição financeira. Isto levou a quatro Recomendações da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, as de nú-

meros: 08, datada de Porto Velho, 07/07/2016, destinada à Presidência do Banco da Amazônia S.A.; 09, com a mesma data e signatários, dirigida à Presidência do Banco do Brasil; a 10, dirigida à Presidência do BNDES e a de n.11, à Presidência da Caixa Econômica Federal. Os signatários são: Raphael L. P. Bevilacqua, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, e Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão. A recomendação é que não seja concedido empréstimo ou financiamento com recursos públicos ou subsidiados pelo Poder Público a quem tenha sido autuado ou flagrado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE pela prática de submissão de trabalhadores a condições análogas à de escravo.

O pano de fundo remete a dispositivos que contemplam interesses de determinados setores das federações da indústria, de empreendimentos dos agronegócios, que são anunciados como as novas *plantations*⁴, e de empresas mineradoras. Tais empreendimentos são responsáveis pela produção de *commodities* agropecuárias e

³ Em documento divulgado em 29 de abril de 2016, a ONU alerta para “possíveis retrocessos” e registra uma crescente tendência do enfraquecimento das iniciativas brasileiras no enfrentamento do trabalho escravo, exemplificando com o seguinte: i) a tramitação do PL 432/2013 no Congresso, à qual se pode acrescentar a ação de comissões da Assembleia Legislativa de São Paulo, restringindo a abrangência do conceito de trabalho escravo, ii) a suspensão do cadastro dos empregadores flagrados explorando mão-de-obra escrava, mais conhecido como “Lista Suja”, que foi suspenso em dezembro de 2014 devido a uma liminar do STF com base em uma ação direta de inconstitucionalidade e iii) o enfraquecimento dos grupos móveis de fiscalização, além da redução progressiva do número de auditores fiscais do trabalho. A ONU recomenda a manutenção do conceito atual de trabalho escravo previsto no Código Penal Brasileiro (Art.149), bem como a rejeição de “propostas legislativas, que tenham por objeto reduzir a abrangência conceitual do crime”, e a reativação do cadastro do qual resulta a “Lista Suja”, por ser um instrumento de transparência e “propulsor da responsabilidade social empresarial”.

⁴ Este termo concerne a grandes unidades de exploração monocultoras apoiadas em formas de imobilização da força de trabalho, ou seja, trabalho escravo ou análogo à escravidão; em imensas extensões de terra, cuja produção encontra-se atrelada a uma economia agrário-exportadora. Historicamente estas grandes explorações estavam ligadas ao cultivo de cana-de-açúcar, algodão, cacau, café e também à criação de gado. Consoante o léxico recente dos agronegócios, estam-pado nas colunas especializadas dos periódicos de circulação nacional, tem-se uma classificação que agrupa os produtos em: “complexo soja” (grãos, farelo e óleo), “complexo sucro-alcooleiro”, “carnes”, “produtos florestais”, “cereais, farinhas e preparações” e ainda: óleos vegetais (dendê, copra) e papel e celulose (grandes plantações de eucalipto, de pinus). Para um aprofundamento das formas de imobilização da força de trabalho como um instrumento estruturante da formação social brasileira leia-se Velho, Otávio – Capitalismo Autoritário e Campesinato. S. Paulo: Difel, 1976.

mínero-metalúrgicas. Para bem qualificá-los, sem recorrer a uma repetição de fatos históricos, recorde-se que o sistema repressor da força de trabalho intrínseco às *plantations* foi o fato dominante da sociedade colonial. As interpretações históricas de Moore (1975: 186, 187) e Velho (1976: 43) chamam a atenção para o fato da “escravidão de *plantation*” consistir num obstáculo permanente à democracia⁵. Numa mesma direção tem-se a tese de Moacir Palmeira, *Latifundium et Capitalisme* e o projeto de pesquisa que Palmeira e Ligia Sygaud coordenaram sobre as relações sociais de produção nas *plantations* açucareiras da costa nordestina. Estes trabalhos, incluindo-se o de Neide Esterici, circularam de maneira restrita, no período ditatorial, ou nem foram publicados e se o foram não tiveram repercussão maior. Enfim, não tiveram um reconhecimento enquanto “intérpretes do Brasil”, mas que na situação atual consistem em interpretações de notável precisão científica, quanto ao colonialismo como prática de dominação no campo.

Pode-se acrescentar que, tal obstáculo tem se renovado em situações históricas

de transição, como no momento atual, quando uma visão triunfalista dos agonegócios alardeia a “reprimarização da economia” e defende obstinadamente a reconceituação de trabalho escravo, reiterando condições de trabalho que os grandes empreendimentos consideram economicamente mais vantajosas. As estratégias empresariais objetivam fragilizar o instituto das terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais (cf. Art.14 Convenção 169 e Dec. 6040, de 07-02-2007) e dos direitos que lhes são coextensivos. Para tais estratégias o uso comum destas terras constitui obstáculo à estruturação formal e expansão do mercado de terras.

Os efeitos deste quadro de instabilidade mostram-se, pois, imprevisíveis e tanto dificultam as “análises de conjuntura”, quanto impulsionam para alterações radicais nos direitos trabalhistas, propiciando condições objetivas para um aumento das ocorrências de trabalho escravo e uma concomitante queda na capacidade de registro destas ocorrências, apontando para projeções de um quadro trágico, de graves antagonismos e tensões sociais no campo.

⁵ Segundo Barrington Moore Jr.- “As provas indicam, muito claramente que a escravatura das plantações constituía um obstáculo à democracia, pelo menos a qualquer concepção de democracia que incluísse os propósitos de igualdade humana, mesmo na forma limitada de igualdade de oportunidades e liberdade.” (Moore Jr., 1975: 186). Consulte-se a propósito: Moore Jr, B.- *As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Edições Cosmos. Martins Fontes, 1975.

Tabela 6 - Conflitos Trabalhistas

	Trabalho Escravo				Superexploração				Total UF	
	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Libertos	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Resgatados	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia
Centro-Oeste										
DF										
GO	1	1	1						1	1
MS	4	82	82						4	82
MT	5	23	13						5	23
Subtotal:	10	106	96						10	106
Nordeste										
AL										
BA	8	38	37						8	38
CE										
MA	8	79	49						8	79
PB										
PE										
PI	5	97	97						5	97
RN										
SE										
Subtotal:	21	214	183						21	214
Norte										
AC	2	17	17						2	17
AM	1	2	2						1	2
AP										
PA	13	123	72	4					13	123
RO	2	15		5	1	2			3	17
RR	1	1	1						1	1
TO	4	128	28						4	128
Subtotal:	23	286	120	9	1	2			24	288
Sudeste										
ES	1	14	14						1	14
MG	11	108	108						11	108
RJ										
SP										
Subtotal:	12	122	122						12	122
Sul										
PR	1	19	19						1	19
RS										
SC	1	4	4						1	4
Subtotal:	2	23	23						2	23
Brasil:	68	751	544	9	1	2			69	753

* Além das denúncias de trabalho escravo rural, houve 30 denúncias de trabalho escravo na área urbana, envolvendo 242 trabalhadores, dos quais 205 foram resgatados.



Foto: Joka Madruga

Violência contra a pessoa

Tabela 7 - Violência contra a pessoa

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em Consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Presos	Agredidos
Centro-Oeste									
DF	2	1625						3	
GO	27	29636		1				3	
MS	60	16652	1	10	1	5			4
MT	83	40028	2	6	2	8		3	5
Subtotal:	172	87941	3	17	3	13	0	9	9
Nordeste									
AL	12	18585	2						
BA	164	103963	4	2		1		2	
CE	9	7365		2					10
MA	196	100219	13	5	1	72		5	18
PB	14	14760	1						
PE	50	20735	1	2		12		1	5
PI	40	7317				7			
RN	3	6515							
SE	6	3125							
Subtotal:	494	282584	21	11	1	92	0	8	33
Norte									
AC	85	29907				1		57	17
AM	34	40837	2		2	22			3
AP	51	10695							
PA	143	138128	6	12	11	21		30	196
RO	172	78672	21	10		40		88	141
RR	12	7441	1	15					
TO	105	24973	3	2		7	1	9	11
Subtotal:	602	330653	33	39	13	91	1	184	368
Sudeste									
ES	23	19044		1					
MG	116	37003				4			4
RJ	6	41545	1	1					
SP	62	37050						3	6
Subtotal:	207	134642	1	2	0	4	0	3	10
Sul									
PR	21	45364	2	2				12	43
RS	19	15340	1	3				12	107
SC	21	13319							1
Subtotal:	61	74023	3	5	0	0	0	24	151
Total:	1536	909843	61	74	17	200	1	228	571

* Número de conflitos e de pessoas envolvidas refere-se à soma das ocorrências de conflitos por terra, água e trabalho.

VI A OPRESSÃO DO MEU POVO

Um olhar pastoral do Conflitos no Campo Brasil 2016

Anna Maria Rizzante¹

Sandro Gallazzi²

Lágrimas amargas de filhas e filhos, gritos de dor das famílias violentadas, indignação e raiva das comunidades. Foram sessenta e um os companheiros e companheiras assassinadas em conflitos pela posse da terra, pelo direito de trabalhar e de viver em paz. Como imaginar o desassossego, a apreensão e o medo que envolvem as famílias dos duzentos amigos e amigos ameaçados pela ganância de um agronegócio cada vez mais violento, devastador e concentrador?

O que nosso “olhar pastoral” pode ver diante desta situação? Lembramos o que IHW³ falou revelando-se a Moisés na sarça ardente, no monte Horeb: *“Eu vi a opressão do meu povo, ouvi o grito de aflição diante de seus opressores, eu conheço seus sofrimentos”* (Ex 3,6). “Meu povo”. O “povo de Deus” é quem é oprimido, não quem oprime; é quem grita e não quem faz gritar; é quem chora na aflição e não quem faz chorar; é quem sofre e não quem faz sofrer.

Este é o fundamento, o critério de discernimento de toda ação pastoral: *“Eu descii para libertar meu povo e dar-lhe uma terra boa e espaçosa, terra de leite e de mel”*. A posse da terra está no horizonte da ação

de IHW; é direito do povo, verdadeiro herdeiro do Deus que fez os céus e a terra: *“Israel é meu filho, meu primogênito”* (Ex 4,22); *“os oprimidos herdarão a terra e nela se alegrarão numa paz imensa”* (Sl 37,11; Mt 5,4).

Terra como “herança” para todas e todos e não como “propriedade” exclusiva e excludente.

Pastoral é caminhar com o povo oprimido para que este projeto de Deus se realize: *“Vai tu, eu te envio ao faraó para que tires o meu povo do Egito”* (Ex 3,10). IHW desce no Moisés que vai: é a “pastoral” animada pelo Espírito Santo; é a verdadeira “espiritualidade”, é a ação do Espírito em nós: *“O Espírito de IHW está sobre mim, pois me ungiu para evangelizar os pobres, libertar os oprimidos”* (Lc 4,18-19; Is 61,1-2a).

Este caminho nunca foi, não é e nunca será fácil: *“Eu sei que ele não vos deixará livres, se não for obrigado por mão forte”* (Ex 3,19). É a síntese da experiência profética: o pastor não pode se limitar a cuidar do rebanho, ele precisa enfrentar lobos famintos, vorazes e insaciáveis. *“Está escrito: ferirei o pastor e as ovelhas*

¹ Agente de Pastoral.

² Agente de Pastoral e Biblista.

³ Javé.

do rebanho se dispersarão” (Mt 26,31; Zc 13,7). Os assassinatos registrados neste *Conflitos no Campo Brasil 2016* indicam que, mais de dois mil anos depois, esta lógica continua. Muitas das companheiras e companheiros que foram executados eram os “pastores” – hoje preferimos dizer: as lideranças – de movimentos sociais, sindicatos, associações, quilombos, assentamentos, acampamentos. Eram pessoas que organizavam, articulavam, denunciavam, incomodavam. Mata-se o pastor, a pastora, a liderança, para dispersar as ovelhas e dominá-las e explorá-las mais facilmente.

Pastoras e pastores são, também, os outros que estão marcados para morrer, que vivem debaixo de ameaças e muitos outros e outras que a CPT não conseguiu identificar e relacionar nesta lista já bastante cruel.

Jesus *“teve compaixão delas porque eram como ovelhas sem pastor”* (Mc 6,34). Inicia assim a página central dos quatro evangelhos e que nos ajuda a compreender a ação pastoral de Jesus que, também por isso, foi executado pelas autoridades constituídas.

Não eram poucos os “pastores” no tempo de Jesus: sacerdotes, escribas, doutores da lei, chefes de sinagogas, rabinos. Havia também centuriões, generais, tribunos, reis, governadores, imperadores e, contudo, as multidões eram como ovelhas sem pastor. Tinham fome. A lógica do mercado – comprar e vender – não era capaz de saciar a fome; era a causa. Pobre não tem dinheiro, não tem os duzentos denários necessários para dar de comer à multidão. *“Quantos pães vocês têm? Vão ver”*; *“cinco*

pães e dois peixes”. É o primeiro passo do bom pastor: ajudar a mudar o olhar. Deixar de fixar nosso olhar nos armazéns, nos palácios, no mercado, para abrir, olhar e verificar o que tem nas nossas pobres sacolas. Tomar consciência das nossas capacidades, das nossas possibilidades.

Era o que cantávamos alguns anos atrás, nas comunidades e nos movimentos:

Quem gosta de nós somos nós, e
aqueles que nos vem ajudar,
Por isso confia em quem luta, a história
não falha, nós vamos ganhar.

Eu acredito que o mundo será melhor
Quando o menor que padece acreditar
no menor.

O segundo passo é contribuir para que a multidão sem pastor vire povo organizado: *“ordenou que todos se sentassem em grupos, na relva verde. E todos se sentaram em grupos de cem e de cinquenta”* (Mc 6,39-40). *“IHWI é meu pastor... ele me faz descansar em verdes pastagens”* (Sl 23,1-2). *“Tomou os pães, rezou a bênção, partiu os pães e os dava aos seus discípulos para que os distribuíssem... Dividiu também os peixes entre todos”* (Mc 6,41). Mais tarde, algum letrado, usou a palavra “multiplicação” para esconder o sinal que todo pastor bom quer que sigamos: partir, dar, distribuir, dividir entre todos!

Por causa de um mundo mais justo,
por causa de tanta opressão
Por causa de coisas que disse, por ter
defendido os irmãos
Mataram mais um irmão; mataram
mais um irmão

Mas Ele ressuscitará e o povo não esquecerá (Pe. Zezinho).

A perseguição, a violência, a morte estão no horizonte do verdadeiro e bom pastor: “o bom pastor dá a vida pelas suas ovelhas” (Jo 10,11). Não se trata de fanatismo masoquista nem de um presunçoso martirismo, mas de uma possibilidade real para quem não se contenta de ser só um mercenário assalariado que “quando vê o lobo chegar, foge e o lobo ataca e dispersa as ovelhas” (Jo 10,12). Lobos. É por isso que precisamos de pastores; porque os lobos atacam o rebanho. A pergunta essencial para quem está na pastoral é: “quem são os lobos?”.

Esta publicação evidencia: Os lobos estão entre os madeireiros que extraem ilegalmente grande quantidade de madeira, entre os comerciantes ilegais, entre os grileiros que querem expandir suas terras em áreas indígenas e quilombolas, em projetos de assentamento extrativistas. Os lobos estão entre os carcinicultores, entre os funcionários corruptos do estado. Os lobos são pistoleiros, jagunços, milícias armadas e até gente da polícia civil e militar a serviço do latifúndio e das empresas.

É evidente que dois projetos de uso da terra estão em confronto no Brasil, sobretudo nas terras da Amazônia legal onde ocorreu a maioria dos assassinatos: 48, quase 80 por cento. Os camponeses e as camponesas, desde sempre, sonham poder ter uma terra onde viver em paz:

Haverá alegria e festa para sempre; haverá alegria para meu povo. Não haverá pranto ou gemidos. Não haverá crianças que vivam só alguns dias, nem adultos que não

completem seus dias. Quem fizer casas, nelas vai morar, quem plantar vinhedos, de seus frutos vai comer. Ninguém construirá para outro comprar; ninguém plantará para outro comer. Meus eleitos vão gozar do fruto de seu trabalho e ninguém vai trabalhar sem ter proveito (Is 65,18-23).

São estas as “verdes pastagens” às quais o pastor conduz o seu povo. Terra boa e espaçosa para todas e todos, terra de leite e mel! Outros, porém, consideram que a agricultura camponesa só é agricultura de subsistência, que só o agronegócio moderno transforma o produto em dólares, em riqueza, em progresso para a nação. Afirmam que tem muita terra para poucos índios e negros e nunca questionam que há muito, mas muito mais terra para muito poucos fazendeiros. Estudam as formas de mudar toda lei que garante os direitos dos pequenos e das pequenas e os direitos da mãe-terra.

O nosso “olhar pastoral” nos ajuda, também, a enxergar além destes lobos, para ver quem conduz e guia esta matilha: a ganância, a sede de poder, as artimanhas de um sistema financeiro globalizado e desumano que, com a conivência dos governos, segura as rédeas e determina as regras da política, da economia e da cultura.

O pastor, a pastora lutam para “nenhum direito a menos” e por isso passam pelo que o salmo 23 chama de “vale das sombras e da morte”.

É neste momento de fadiga e de dor que todas e todos sentimos a necessidade de pastores, pastoras que nos guiem no “caminho certo”, que possam nos convidar: “siga-me,

venha atrás de mim; que nos deem segurança com seu cajado”. Saber discernir o verdadeiro do falso pastor é decisivo. Os textos bíblicos nos dão alguns critérios:

- Ai dos pastores que apascentam a si mesmos (Ez 34,2.8)
- Não fortaleceste a ovelha fraca, não curaste a ovelha doente, não enfaixaste a ovelha quebrada, não procuraste a ovelha perdida (Ez 34,3-4)
- Dominastes com dureza e brutalidade (Ez 34,4)
- Entregastes minhas ovelhas à pilhagem (Ez 34,8)

O nosso “olhar pastoral” nos ajuda a desvendar os falsos pastores:

Falsos pastores são aqueles parlamentares que, prometendo um progresso ilusório, querem garantir e legitimar os abusos e os projetos do latifúndio, do agronegócio, da mineração, facilitando a grilagem, a devastação ambiental, a entrega de nossas terras às grandes empresas estrangeiras, o uso desmedido de agrotóxicos e de transgênicos. Retiram os direitos trabalhistas, facilitam vergonhosamente o trabalho escravo, dificultam as aposentadorias e não têm a honrabilidade de reduzir seus próprios custos e acabar com seus privilégios, mordomias e luxos.

Falsos pastores são aqueles membros dos poderes executivos que juram que vão garantir uma vida melhor para todos, ajeitando as contas do país, dos estados e dos municípios, mas, na verdade, são incapazes e nem querem tocar nos lucros astro-

nômicos do sistema financeiro, verdadeiro vampiro que se alimenta do sangue dos pobres. Só sabem reduzir os direitos sociais dos trabalhadores, congelar por duas décadas os gastos com o povo, privatizar as empresas de serviço público, como se a responsabilidade dos desvios, da corrupção sistêmica, do desequilíbrio econômico fosse das “ovelhas”, do povo que deve pagar por todos estes desmandos.

Falsos pastores são aqueles detentores do poder judiciário que ignoram ou ludibriam toda a legislação agrária, ambiental e minerária, sentenciando em favor dos mais ricos e poderosos que “fazem do direito uma amargura e jogam no chão a justiça” (Am 5,7), “exploradores de inocentes, cobradores de suborno, que enganam o pobre no tribunal” (Am 5,12). Conflitos no Campo Brasil 2016 não deixa dúvida: só em 2016 foram despejadas, por ordem judicial, 12.829 famílias e 31.278 famílias correm o risco de serem despejadas. Muito mais das 2.639 famílias expulsas por jagunços, pistoleiros e milícias armadas.

Trata-se de um aumento vertiginoso dos despejos judiciais que vem se mantendo a partir do governo Itamar. Vejamos o que nos dizem os dados que a CPT publica desde 1985:

GOVERNOS	EXPULSÕES	DESPEJOS
SARNEY	49.063	10.878
COLLOR	35.124	14.693
	84.187	25.571
ITAMAR	19.983	32.926
CARDOSO	16.992	114.442
LULA	21.426	161.332
DILMA	6.427	46.941
	64.828	355.641

Os despejos judiciais são 5,5 vezes mais do que as expulsões. Tudo indica que o latifúndio não precisa mais do braço armado, como nos tempos da velha UDR. Hoje basta a caneta de um juiz. Os falsos pastores podem ser muito mais violentos que os lobos e tudo com a desculpa da legalidade e da justiça.

Falsos e ainda mais perigosos pastores são, também, aqueles eclesiásticos, de todas as denominações, que se omitem, silenciam ou até são coniventes com esta situação de violência. Portadores de uma espiritualidade alienante, que deixam no escanteio toda pastoral social, que anunciam uma falsa teologia da prosperidade, que encham as celebrações de gritos, cantos e bate palmas e não abrem seus ouvidos ao clamor da opressão e da injustiça. Pastores que preferem dizer: “Obedece-me”, mas que não sabem dizer: “Segue-me”, pois não descem de suas cátedras e não sabem aonde ir.

São aqueles que o livro do Apocalipse identifica com a segunda besta, que veste como cordeiro, mas fala como dragão; o falso profeta que *“faz com que todos, pequenos e grandes, ricos e pobres, livres e escravos recebam a marca da fera na mão direita ou na frente”* (Ap. 13,11-17).

O sangue derramado pelos verdadeiros pastores e pastoras que deram a vida pela vida dos irmãos, nos desafia e nos anima a acreditar que, como nos diz Francisco, bispo de Roma, a verdadeira “pastoral” é sair de nossas casas, estruturas e seguranças, para ir ao encontro dos mais pobres, uma igreja pobre para os pobres,

uma igreja ferida e enlameada, uma pastoral que faz com que tenhamos o cheiro das ovelhas.

Estas “testemunhas” nos provocam: pastoral é estar lá, como eles e elas, no meio dos pequenos e das pequenas, caminhar com, junto, *“eu conheço minhas ovelhas e elas me conhecem”*, *“ele chama a cada uma pelo nome e elas o seguem porque conhecem a sua voz”* (Jo 10,1-18). São estas pessoas que brilham como exemplo para nós e alimentam nossa certeza numa vitória que será de todos e todas: *“eu dou a minha vida e por isso a recebo de novo”* (Jo 10,17).

Pelos caminhos d’América, há tanta dor tanto pranto,
Nuvens, mistérios, encantos que envolvem nosso caminhar.
Há cruzeiros beirando a estrada, pedras manchadas de sangue
apontando como setas que a liberdade é pra lá (Zé Vicente)

O pastor, a pastora não substituem, mas reforçam o protagonismo da comunidade que, na presença dos inimigos, não foge amedrontada, nem se deixa enganar, mas continua com seu projeto da mesa comum, da casa comum, do pão repartido para todas e todos: *“Tu preparas uma mesa para mim, na frente dos meus inimigos”*. A comunidade assume assim seu compromisso como “ungidos” a continuar a obra do “ungido”, do “Cristo”: *“unges a minha cabeça com óleo, o meu cálice transborda”* (Sl 23,5). Este é o objetivo sacrossanto da ação pastoral: *“que todos tenham vida e vida em abundância”*. (Jo 10,10)

As irmãs e os irmãos assassinados em 2016 não eram agentes de pastoral, não eram dos quadros da CPT. Provavelmente elas e eles não pensavam estar cumprindo uma missão pastoral; nem eles, nem os muitos e muitas que vivem, hoje, debaixo de ameaças. É a **“OVELHAL”** que é muito, mas muito mais importante do que a “pastoral”; esta só tem sentido por estar a serviço da “ovelhal”.

Começamos estas reflexões pensando que o “olhar pastoral” era o nosso olhar, de como nós, a partir de nossa pastoralidade, vemos e lemos os dados deste relatório. Terminamos sentindo os olhos dos e das mártires fixos em nós a nos cobrar e incentivar, sem palavras, mas cheios de vida, a continuar nossa missão de sermos “presença solidária, profética, corajosa,

ecumênica, fraterna e afetiva, junto aos povos da terra e das águas, lá na base, na convivência, na promoção, no apoio e na assessoria para estimular e reforçar seu protagonismo”.

Podem contar com a gente: seguiremos suas pegadas, vocês são os nossos pastores! Vocês são nossas pastoras!

Só o rosto do amigo tem nome e lugar
numa vida futura
A terra e a história consomem o covarde,
a opressão e a impostura.
Na alvorada que nasce impassível, o sol
nos encontre na estrada,
Em ciranda de gente explorada, formando
muralha invencível.

(Luiz Augusto Passos).

Tabela 8 - Assassinatos

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
Alagoas						
Japaratinga	Faz. Nova Vida/Assent. Ir. Daniela	23/01/2016	Edmilson Alves da Silva		35	Liderança
Palmeira dos Índios	T. I. Xucuru-Kariri/Faz. Canto	11/10/2016	João Natalício dos Santos Xukuru-Kariri		A	Liderança Indígena
Subtotal:					2	
Amazonas						
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Ramal do Pau Rosa/Km 152/BR-174	11/05/2016	Altamiro Ferreira Pinto		A	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Ramal do Pau Rosa/Km 152/BR-174	11/05/2016	Josué Gomes Pinto		A	Posseiro
Subtotal:					2	
Bahia						
Antônio Gonçalves	Com. Quilombola Santana/Tijaçu	15/04/2016	João Pereira de Oliveira, "João Bigode"		56	Liderança Quilombola
Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	26/11/2016	Luiz Viana Lima, "Luizão Tupinambá"		54	Índio
Cachoeira	Com. Quilombola de São Francisco do Paraguaçu	31/05/2016	Alexsandro dos Santos Gomes		40	Liderança Quilombola
Jaguaripe	Comunidade de Pirajuaí	04/02/2016	Marcus Vinicius de Oliveira Silva		A	Aliado
Subtotal:					4	
Maranhão						
Amarante do Maranhão	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	26/03/2016	Aponuyre Guajajara		16	Índio
Amarante do Maranhão	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	11/04/2016	Genésio Guajajara		30	Índio
Amarante do Maranhão	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	19/04/2016	Isaías Guajajara		32	Índio
Amarante do Maranhão	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	22/04/2016	Assis Guajajara		43	Liderança Indígena
Amarante do Maranhão	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	28/07/2016	Candide Zarak Tenetehar		22	Índio
Amarante do Maranhão	Assassinato de Roni dos Santos Miranda	01/02/2016	Roni dos Santos Miranda		27	Sindicalista
Grajaú	T. I. Cana Brava-Marajá/São Pedro dos Cacetes/Aldeia Travessia	23/09/2016	José Queirós Guajajara		45	Liderança Indígena
Grajaú	T. I. Cana Brava-Marajá/São Pedro dos Cacetes/Aldeia Travessia	26/11/2016	Cacique José Colírio Oliveira Guajajara		A	Liderança Indígena
Grajaú	T. I. Bacurizinho/Aldeias Kamihaw Guajajara/Nazaré/Pedra/Planalto	12/11/2016	José Dias de Oliveira Lopes Guajajara		A	Liderança Indígena
Miranda do Norte	Com. Quilombola Joaquim Maria	02/02/2016	Francisca das Chagas Silva		A	Sindicalista
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	31/03/2016	Zé Sapo		A	Quilombola
Santo Amaro do Maranhão	Baixa Funda	19/07/2016	José Lisboa, "Zezinho Lisboa"		A	Posseiro
Viana	Povo Gamela de Taquaritia/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	07/04/2016	Fernando Gamela		22	Índio
Subtotal:					13	
Mato Grosso						
Castanheira	Faz. Vovó Amélia/Acamp. Nova Esperança V	19/08/2016	Antônio José Raimundo dos Santos		A	Liderança
Nova Bandeirantes	Faz. Acaraí e Matrinchá/Madeira Juara/Gl. Japurana	16/06/2016	Valdomiro Lopes de Lorena		56	Sem - terra
Subtotal:					2	
Mato Grosso do Sul						
Caarapó	Faz. Yvu/Ivu/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	14/06/2016	Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza		23	Índio
Subtotal:					1	
Pará						

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
Anapu	Gl. Bacajá/P. A. Pilão Poente II/Lote-69-71-73	08/06/2016	Marrone		16	Sem - terra
Anapu	Gl. Bacajá/P. A. Pilão Poente II/Lote-69-71-73	08/06/2016	Titela		A	Sem - terra
Novo Progresso	Floresta Nacional do Jamaxim	17/06/2016	João Luiz de Maria Pereira		44	Funcionário Público
Santana do Araguaia	Parte da Faz. Vale do Rio Cristalino/Agrop. Sta. Bárbara	20/09/2016	Adoaldo Rodrigues Barbosa		43	Sem - terra
São Domingos do Araguaia	Fazenda Tabocão	12/02/2016	Luiz Antônio Bonfim		45	Liderança
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	04/08/2016	Ronair José de Lima		41	Liderança
Subtotal:					6	
Paraíba						
Mogeirol	Assent. Pe. João Maria/Faz. Linda Flor	06/04/2016	Ivanildo Francisco da Silva		46	Liderança
Subtotal:					1	
Paraná						
Quedas do Iguaçu	Parte da Faz. da Araupel/Projeto Quatro/Acamp. Dom Tomás Balduino	07/04/2016	Leomar Bhorback		25	Sem - terra
Quedas do Iguaçu	Parte da Faz. da Araupel/Projeto Quatro/Acamp. Dom Tomás Balduino	07/04/2016	Vilmar Bordim		44	Sem - terra
Subtotal:					2	
Pernambuco						
Ibimirim	Assent. Josias Barros/Agrovila IV	23/04/2016	José Bernardo da Silva, "Zuza"		48	Liderança
Subtotal:					1	
Rio de Janeiro						
Parati	Com. Tradicionais Caiçaras/Trindade/Cajaíba/Pq. Nac. da Serra de Bocaina	02/06/2016	Jaison Caique Sampaio		23	Caiçara
Subtotal:					1	
Rio Grande do Sul						
Mato Castelhanol	T. I. Fág Ty Ka/Kaingang	16/05/2016	Giovana Deodoro		23	Índia
Subtotal:					1	
Rondônia						
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	13/09/2016	Edilene Mateus Porto, "Edilena"		32	Liderança
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	13/09/2016	Isaque Dias Ferreira, "Paulo"		34	Liderança
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	25/09/2016	Vanderlei Domingues Rodrigues, "Nem"		27	Sem - terra
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	11/10/2016	Milton Rodrigues		A	Sem - terra
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	11/10/2016	Antônio Bento Cardoso Júnior, "Toizinho"		22	Sem - terra
Buritis	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	24/04/2016	Jesser Batista Cordeiro		A	Sem - terra
Buritis	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	24/04/2016	Nivaldo Batista Cordeiro		A	Sem - terra
Buritis	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	02/09/2016	José Cândido Lopes Filho, "Zé Barba"		63	Pequeno proprietário
Buritis	Faz. Padre Cícero/Acamp. Monte Verde	09/05/2016	Geraldo de Campos Bandeira		40	Sem - terra
Buritis	Faz. Fluminense/Acamp. Luís Carlos/Linha 25/Gleba Rio Alto	22/05/2016	Cleidiane Alves Teodoro		14	Sem - terra
Buritis	Faz. Fluminense/Acamp. Luís Carlos/Linha 25/Gleba Rio Alto	22/05/2016	Luís Carlos da Silva		25	Liderança
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	31/01/2016	Ruan Hildebran Aguiar		18	Sem - terra
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	31/01/2016	Alysson Henrique Lopes		23	Sem - terra
Cujubim	Sítio do Baianinho	06/07/2016	Adna Senhora Teixeira		A	Liderança
Espigão do Oeste	Linha Mato Grosso	26/05/2016	Cleverson Carneiro		27	Trab. Rural
Jaru	Faz. Santo Antônio/Gleba 06 de Julho/Acamp. Paulo Justino	23/01/2016	Enilson Ribeiro dos Santos		27	Liderança
Jaru	Faz. Santo Antônio/Gleba 06 de Julho/Acamp. Paulo Justino	23/01/2016	Valdiro Chagas de Moura		A	Liderança
Machadinho d' Oeste	TD Urupá/Galo Velho/TB 13	19/10/2016	Avildes Alves Pereira		39	Posseiro
Mirante da Serra	Faz. Fluminense/Acamp. Luís Carlos/Linha 25/Gleba Rio Alto	18/08/2016	Luciano Ferreira de Andrade		41	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
Porto Velho	Acamp. Velha Mutum-Paraná/Km 871/BR-364/UHE Jirau e Sto. Antônio	07/01/2016	Nilce de Souza Magalhães, "Ncinha"		58	Liderança
Vale do Paraíso	Agrop. Amaralina/Faz. Santa Dominique/Natalie/Acamp. Jhone Santos	28/09/2016	Sebastião Pereira dos Santos		39	Sem - terra
Subtotal:				21		
Roraima						
Bonfim	Acampamento Frutos da Terra	17/12/2016	Geraldo Lucas		65	Sem - terra
Subtotal:				1		
Tocantins						
Araguaína	Loteamento Caju Manso/Lt. 2/Faz. Pinheiro/Com. Gurgueia	08/07/2016	Genivaldo Braz do Nascimento, "Ninja"		36	Liderança
Porto Nacional	P.A. Zé Pereira	26/06/2016	Casimiro Batista de Oliveira		52	Assentado
Wanderlândia	Fazenda Boqueirão	05/08/2016	Luís Jorge de Araújo		56	Liderança
Subtotal:				3		
Total:				61		



Foto: Joka Madruga

A lama que mata

Thomas Bauer¹
Joka Madruga²

No dia 05 de novembro de 2015, a barragem do Fundão, de propriedade da Samarco, empresa das multinacionais Vale e BHP-Billiton, rompeu e 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração desceram rio abaixo, causando dezenas de mortes e deixando um rastro de destruição até chegar no Oceano Atlântico.

Para a mídia convencional, que recebe publicidade destas empresas, foi um “acidente”. Mas a realidade é outra. Foi um

crime ambiental e social, pois há indícios de que a própria empresa sabia da possibilidade do rompimento e nada fez. Não tinha nem mesmo um plano de contingência para segurar a lama e nem para retirar os ribeirinhos a tempo. Vidas de seres humanos e animais desceram lama abaixo. Um ano depois, pouco aconteceu e as famílias ainda estão na região em busca de justiça.

Diante disto, em outubro de 2016, o videomaker Thomas Bauer e o repórter fotográfico Joka Madruga colocaram o pé na lama para ouvir as histórias dos que ficaram para trás, com suas revoltas e seus sonhos. A dupla percorreu mais de

¹ Agente da Comissão Pastoral da Terra Regional Bahia.

² Repórter fotográfico e colaborador da CPT Nacional.

700 km, começando pela foz do Rio Doce em Regência, no município de Linhares-ES até Mariana-MG. Foram 21 dias de entrevistas e emoção, que terminou no dia 05 de novembro. Em 2017 eles pretendem voltar para “devolver” o material colhido em formato de exposição fotográfica e vídeo nas comunidades atingidas.

Ao longo da viagem algumas situações chamaram a atenção. Uma delas é o fato da Samarco ter contratado uma empresa para fazer o cadastro das indenizações. O problema é que a Samarco é ré nas ações. E como ela mesma faz o cadastro? Por que o poder público não gerencia isto? Falta pessoal ou estrutura? É o famoso clichê da raposa tomando conta do galinheiro.

Outra situação é a falta de clareza sobre a qualidade da água dos rios atingidos. A população continua na incerteza. Algumas pessoas a utilizam, mesmo desconfiadas, pois não tem alternativa. As consequências disto só saberemos daqui a alguns anos.

Muitos olhares sem esperança de pessoas que perderam tudo. Inclusive a dignidade de ter uma moradia. Imagine uma pessoa que sempre viveu em liberdade, tendo um rio para pescar, uma criação de porcos, galinhas e outros animais, e em questão de minutos ver tudo isto indo embora com a lama da Samarco? Por outro lado, há homens e mulheres que buscam se organizar para lutar por seus direitos. Muitas famílias não ficaram totalmente desamparadas graças ao MAB, às dioceses (suas pastorais, inclusive a CPT) e diversas outras entidades.

Outra barragem pode romper

A ameaça de um novo desastre ronda a população de Mariana (MG). Não bastasse a calamidade provocada pelo rompimento da barragem do Fundão, da Samarco, as comunidades da cidade e do entorno convivem com a iminência de uma nova tragédia. Um tremor de terra confirmado pela empresa no início do novembro/2016 aumentou a tensão sobre as condições estruturais da barragem de Germano, três vezes maior e que já apresenta sinais de rachadura. Não é só. Diante do período chuvoso que se iniciou nestes dias o temor de muitos está aumentando. Ao longo de toda extensão do rio Doce, os moradores convivem com a expectativa de que uma grande quantidade de lama, que continua acumulada entre a região de Mariana e a usina Candonga, possa se espalhar pelo rio.

Empresa nega direitos

Numa total inversão de papéis, as pessoas que sofreram danos irreparáveis até hoje estão lutando para ser reconhecidas como atingidas, cobrando seus direitos negados pela empresa. Além disso, os moradores relatam que funcionários da Samarco estão visitando as famílias de porta em porta para alertar sobre possíveis enchentes em 2017. Fala-se em volumes de água como ocorreu na maior enchente na região, em 1979. Isso significa que a água misturada com o rejeito poderia subir ao mesmo nível da lama do ano passado, atingindo novamente as casas de toda região. O rastro de destruição que se espalha ao longo do Rio Doce e deságua no Oceano Atlântico expõe as feridas abertas da ir-

responsabilidade pública e do descaso. No município de Linhares-ES, os distritos de Regência e Povoação foram diretamente atingidos, pois estão à margem do Rio Doce de um lado e à sua frente a imensidão do oceano. Segundo vários pescadores e moradores, a lama contaminada está impregnada no fundo do rio e nos dias de ventania as águas agitadas fazem com que o barro se solte novamente. Eles afirmam que em determinadas épocas do ano, o rio ficava sujo devido a grandes chuvas na região mais alta do rio, porém em pouco tempo voltava ao normal. Coisa que não acontece mais há um ano. A água ficou turva e a maioria das pessoas não tem coragem de tomar banho ou comer peixes do Rio Doce, com medo da contaminação. Os relatos são quase sempre os mesmos e com muita emoção.

Organização e resistência

Apesar do descaso dos Governos Federal e Estadual, as pessoas atingidas não estão totalmente desamparadas. Várias entidades têm contribuído para a sua organização, em especial o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as dioceses católicas de Colatina, Governador Valadares e Mariana, e o Ministério Público do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Direitos Humanos

O MAB aponta que existe um padrão na violação dos direitos humanos dos atingidos por barragens, pois não tem um marco legal que garanta os direitos deles. Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais existe um projeto de lei para regulamen-

tar esta situação, mas está engavetado na Comissão de Constituição e Justiça. As mineradoras, que financiaram a campanha de alguns deputados, são contra este projeto.

Pescadores

Outro problema na região é com relação aos pescadores. Tanto os do oceano, como os do Rio Doce. Até o momento não foi apresentada uma solução definitiva para eles, que estão proibidos de pescar e prover seu sustento e de suas famílias. São mais de sete mil famílias de pescadores atingidas. Muitos deles não terão de volta sua profissão, o que gera um enorme impacto cultural e financeiro.

Análises de qualidade da água

Há muita confusão sobre a qualidade atual da água do Rio Doce. Por um lado, a Samarco apresenta laudos que dizem que ela está apta para consumo humano. De outro, entidades independentes dizem que não. Isto gera insegurança e dúvidas na população, que tem um gasto a mais no orçamento com água mineral. Em algumas localidades, a construção de poços artesianos sem fiscalização, feitos no desespero, pode comprometer o lençol freático na região.

Lama que Mata

Durante as três semanas que Thomas Bauer e Joka Madruga percorreram o caminho da lama, eles ouviram dezenas de relatos. Puderam conferir como o sentimento de temor e desconfiança está instalado na população local. Os depoimentos

colhidos fazem parte da produção do projeto “Lama que mata”, cuja primeira etapa se encerrou com a realização de uma exposição de fotografias na cidade de Mariana, em 05 de novembro de 2016. A segunda etapa do projeto deve acontecer ainda em 2017, com o retorno para os locais percor-

ridos para a exibição de um documentário e para uma exposição fotográfica. A iniciativa conta com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, da DKA Áustria e de dioceses locais. Fotos e vídeos podem ser vistos em www.fb.com/lamaquemata.

Tabela 9 - Tentativas de Assassinato

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Bahia						
Cachoeira	Com. Quilombola de São Francisco do Paraguaçu	31/05/2016	Antoniél Cerqueira Gomes		A	Quilombola
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba/Aldeia Cahy/Mexatibá/Cumuruxatiba	15/02/2016	Jitai Pataxó		A	Índio
Subtotal:				2		
Ceará						
Acaraú	Com. Quilombola Córrego dos Lús	30/01/2016	Ivan Pontes de Sousa		36	Liderança
Maracanaú	T. I. Pitaguary/Emp. Britaboa	19/03/2016	Ceiça Pitaguary			Liderança Indígena
Subtotal:				2		
Espírito Santo						
Conceição da Barra	Com. Quilombola de Angelim I/Sapê do Norte/Aracruz	07/07/2016	João Batista Guimarães		A	Aliado
Subtotal:				1		
Goiás						
Água Limpa	Área em Água Limpa	21/05/2016	Veridiana		A	Sem - terra
Subtotal:				1		
Maranhão						
Amarante do Maranhão	Povoado Belo Monte 3	13/05/2016	Francisco de Assis B. Moura, "Rosa"		A	Liderança
Centro do Guilherme	T. I. Alto Turiaçu	27/08/2016	Guardas Florestais Ka'apor/T. I. Alto Turiaçu	2	A	Liderança Indígena
Codó	P. A. Imperial	10/01/2016	Antônio José Barros Guimarães		59	Dirigente sindical
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	06/01/2016	José da Cruz Conceição Monteiro		A	Liderança Quilombola
Subtotal:				5		
Mato Grosso						
Nova Bandeirantes	Faz. Acaraí e Matrinchá/Madeireira Juara/Gl. Japurana	16/06/2016	Thiago Neves		A	Sem - terra
Novo Mundo	Faz. Araúna/Acamp. Nova Esperança/Gl. Nhandu	21/02/2016	Sem terra/Acamp. Nova Esperança	4	A	Liderança
Novo Mundo	Faz. Araúna/Acamp. Nova Esperança/Gl. Nhandu	21/02/2016	Antônio Bento, "Tonhaco"		A	Liderança
Subtotal:				6		
Mato Grosso do Sul						
Caarapó	Aldeia Te Yikue/Te'yikue/Faz. Sta Helena/Faz. Sardinha	11/07/2016	Indígena do Acampamento Te'yikue		17	Índio
Caarapó	Aldeia Te Yikue/Te'yikue/Faz. Sta Helena/Faz. Sardinha	11/07/2016	Indígena do Acampamento Te'yikue		A	Índio
Caarapó	Aldeia Te Yikue/Te'yikue/Faz. Sta Helena/Faz. Sardinha	11/07/2016	Indígena do Acampamento Te'yikue		32	Índio
Caarapó	Faz. Yvu/lvu/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	14/06/2016	Lidércio Marques Duarte		12	Índio
Caarapó	Faz. Yvu/lvu/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	14/06/2016	Simão Guarani-Kaiowá		A	Liderança Indígena
Caarapó	Faz. Yvu/lvu/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	14/06/2016	Norivaldo Mendes		A	Índio
Caarapó	Faz. Yvu/lvu/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	14/06/2016	Valdirio Garcia		A	Índio
Caarapó	Faz. Yvu/lvu/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	14/06/2016	Katalina Rodrigues de Souza		A	Índia
Caarapó	Faz. Yvu/lvu/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	14/06/2016	Jesus de Souza		A	Índio
Dourados	Tekoha Ita Poty/Faz. Cristal	12/03/2016	Isael Reginaldo		A	Índio
Subtotal:				10		
Pará						

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Anapu	Gl. Bacajá/P. A. Pilão Poente II/Lote-69-71-73	08/06/2016	Acampados do Lote Mata Preta	2	A	Sem - terra
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 44/Faz. Sta. Maria	28/08/2016	Geraldo Lourenço		A	Liderança
Cachoeira do Arari	Com. Quil. de Gurupá	30/09/2016	Quilombola da Com. Gurupá		A	Quilombola
Itupiranga	Fazenda Lago Vermelho	15/01/2016	Acampado da Faz. Lago Vermelho		A	Sem - terra
Salvaterra	Com. Quilombola Boa Vista	06/04/2016	Paulo Oliveira		A	Liderança Quilombola
Salvaterra	Com. Quilombola Boa Vista	06/04/2016	Filha de Paulo Oliveira		3	Quilombola
Salvaterra	Com. Quilombola Boa Vista	06/04/2016	Esposa de Paulo Oliveira		A	Quilombola
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	27/02/2016	Ronair José de Lima+		A	Liderança
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	27/02/2016	Esposa de Ronair José de Lima		A	Sem - terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	27/02/2016	Filha de Ronair José de Lima		14	Sem - terra
São Félix do Xingu	Área em São Félix do Xingu	06/11/2016	Trab. Sem-Terra/Área em S.Félix do Xingu		A	Sem - terra
Subtotal:				12		
Paraná						
Quedas do Iguaçu	Parte da Faz. da Araúpel/Projeto Quatro/Acamp. Dom Tomás Balduino	07/04/2016	Henrique Gustavo Souza Pratti		44	Sem - terra
Quedas do Iguaçu	Parte da Faz. da Araúpel/Projeto Quatro/Acamp. Dom Tomás Balduino	07/04/2016	Pedro Francelino		25	Sem - terra
Subtotal:				2		
Pernambuco						
Ibimirim	Assent. Josias Barros/Agrovila IV	23/04/2016	Esposa de José Bernardo, "Zuza"		A	Assentada
Ibimirim	Assent. Josias Barros/Agrovila IV	23/04/2016	Filha de José Bernardo, "Zuza"			Assentada
Subtotal:				2		
Rio de Janeiro						
São João da Barra	Com. Água Preta/Complexo Portuário Açú/Minas-Rio/PAC	29/06/2016	Paulo Toledo		A	Pequeno proprietário
Subtotal:				1		
Rio Grande do Sul						
Mato Castelhano	T. I. Fág Ty Ka/Kaingang	16/05/2016	Índigena kaingang		A	Índio
Mato Castelhano	T. I. Fág Ty Ka/Kaingang	16/05/2016	Irmão de Giovana		21	Índio
Mato Castelhano	T. I. Fág Ty Ka/Kaingang	16/05/2016	Avô de Giovana		68	Índio
Subtotal:				3		
Rondônia						
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	31/01/2016	Jovens/Faz. Tucumã/C-114	5	A	Sem - terra
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	04/04/2016	Raimundo Nonato da Silva, "Neginho"		35	Sem - terra
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	04/04/2016	Ivan Pereira Costa		52	Jornalista
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	11/04/2016	Lucas Bueno		21	Jornalista
Cujubim	Sítio do Baianinho	06/07/2016	L. R/Esposo da Adna Teixeira		A	Liderança
Machadinho d'Oeste	TD Urupá/Galo Velho/TB 13	19/10/2016	Posseiro/TD Urupá		15	Posseiro
Subtotal:				10		
Roraima						
Iracema	P. A. Ajarani/Entorno/Vicinal III	27/07/2016	Assentados do P. A. Ajarani	15	A	Assentado
Subtotal:				15		
Tocantins						
Piraquê	Faz. Santa Isabel III/Acamp. Capela	18/07/2016	Jeferson de Sousa Dias		17	Sem - terra
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Mata Grande	15/05/2016	Acampado na Faz. Mata Grande		A	Liderança
Subtotal:				2		
Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Total:				74		



Foto: Ruy Sposati

Massacre de Caarapó: ao invés de fazendeiros, indígenas podem ser presos

Notícia do Conselho Indigenista Missionário – MS - 4 de julho de 2016

O brutal ataque de fazendeiros contra os Guarani e Kaiowa de Caarapó – que resultou na morte de Clodiodi de Souza e feriu gravemente outros cinco pessoas – não levou, até o momento, nenhum dos autores do crime à prisão. No entanto, lideranças foram indiciadas criminalmente e poderão ser presas – é o que afirma uma carta (leia abaixo) assinada por mais de 700 indígenas, lançada nesta segunda, 4.

O documento de cinco páginas foi escrito durante encontro do Conselho do Aty Guasu, realizado nos dias 1 e 2 de julho, no tekoha Ñamoi Guaviray, em uma das áreas da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I retomadas pelos indígenas após a morte de Clodiodi.

As cápsulas de munição de diferentes calibres encontradas no local, os vídeos e fotografias registrados no momento da ação, além do testemunho de dezenas de indígenas – entre eles, os cinco sobreviventes do massacre -, parece não ter sido suficientes para prender os fazendeiros (já identificados à Polícia Federal [PF] pelos indígenas), argumentam os Kaiowa e Guarani.

Já as lideranças indígenas, contudo, poderão ter decretada prisão preventiva, acusadas de serem responsáveis pelo in-

cêndio de uma viatura da Polícia Militar, e pelo desarmamento de três policiais militares durante o massacre, dentro da reserva Tey'ikue, onde Clodiodi foi morto.

Reação

Para o Aty Guasu, a prisão de um indígena seria “uma declaração de deboche e guerra contra nosso povo”.

“Se o Estado nos prender depois do que aconteceu, ele não nos respeita, e então honraremos a vida de todos os que morreram na luta”, afirmam os Guarani e Kaiowá que, no documento, ameaçam fechar rodovias, retomar novas fazendas, incendiar canaviais, destruir plantações e usinas e matar bois, caso ocorra a prisão de alguma liderança.

Em entrevista ao IHU, o Procurador da República Marco Antonio Rufino afirmou que o Ministério Público Federal (MPF), PF e Justiça estão trabalhando pela “responsabilização de todas as pessoas, tanto as pessoas que cometeram os primeiros crimes quanto as pessoas que cometeram os outros crimes”, referindo-se ao ataque dos fazendeiros, e também ao episódio com a polícia.

O massacre

No dia 14 de junho, fazendeiros altamente armados, acompanhados de homens uniformizados e encapuzados, utilizando diversos tipos de armas de fogo e de bala de borracha, atacaram brutalmente cerca de 300 indígenas acampados no tekoha Kuumi Verá (conhecido anteriormente por Toro Paso), onde incide a fazenda Yvu.

Na sequência, invadiram a aldeia Tey'ikue, onde, além das famílias do acampamento – que fugiram da área da fazenda para dentro da reserva -, havia um grupo de ao menos cem moradores da reserva – entre eles, uma comissão composta por lideranças, professores e agentes de saúde, que se deslocou ao local para ajudar no resgate dos feridos e tentar negociar o cessar-fogo com os fazendeiros.

Não houve diálogo e o ataque violento continuou, resultando no assassinato do Kaiowá e agente de saúde indígena Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza, de 26 anos. Outros seis indígenas foram hospitalizados – cinco deles em estado grave, entre os quais uma criança, com tiros no coração, cabeça, abdômen, estômago e braço. Um permanece internado.

Ao menos outros seis indígenas que não foram ao hospital registraram – em fotografias ou através de exame de corpo de delito – ferimentos com balas de borracha. Não há registro oficial ou informal de fazendeiros feridos.

Viatura

Na sequência do ataque, que durou quatro horas, uma viatura da Polícia Militar foi encontrada pelos indígenas dentro da reserva Teyi'kue, a alguns quilômetros da área onde as pessoas haviam sido baleadas. Segundo o relato dos indígenas, nesse momento, os atingidos estavam a caminho do hospital, resgatados pelos indígenas e, posteriormente, pelos bombeiros.

Indígenas teriam identificado um dos três policiais que estavam na viatura como

um partícipe do ataque. Os policiais então foram desarmados pela comunidade, sofrendo ferimentos leves, e entregues aos bombeiros que auxiliavam no resgate (e alegam ter ajudado a convencer os indígenas a liberar os PMs). A comunidade então chamou a Polícia Federal, além da Funai e do Ministério Público Federal, exigindo sua presença para realizar a devolução das armas. A viatura policial foi incendiada, bem como um caminhão que levava uma colheitadeira – que, segundo os indígenas, havia tentado atropelar um Guarani Kaiowa.

* * *

Carta do Grande Conselho Guarani e Kaiowa da Aty Guasu

Exigimos a punição dos assassinos do Massacre de Caarapó: Que o Estado pare de violar nossos direitos e que garanta a imediata demarcação de nossas terras tradicionais.

Nós, rezadores e rezadoras, lideranças, professores, mulheres, jovens e demais representantes de todos os Tekoha Guarani e Kaiowa do Estado do Mato Grosso do Sul presentes durante os dias 01 e 02 de julho de 2016 na reunião de nosso Grande Conselho da Aty Guasu escrevemos esta carta para o Estado e para as autoridades brasileiras para deixar claras as posições e exigências de nosso movimento.

Decidimos realizar esta reunião em Caarapó, na terra indígena Namõi Guaviray, uma das retomadas realizadas pelas famílias que estavam confinadas na Reserva de Te'yi Kue desde 1920 pela força do Estado.

Vimos aqui antes de mais nada prestar solidariedade às famílias que foram massacradas pelo ataque paramilitar dos fazendeiros, que atacaram com armas de fogo e de maneira covarde o nosso povo, que feriram nossos parentes e assassinaram nosso querido agente de saúde Clodiodi, a última vítima dos últimos 25 ataques diretos e armados que sofremos do ruralismo em menos de um ano. O Conselho da Aty Guasu reafirma para a Reserva de Te'ýikue e para os mais de 10 acampamentos presentes nesta região, que hoje estão garantindo a retomada de nossos territórios tradicionais, que nós do Conselho estamos juntos nesta luta e que se for preciso, vamos unificar todos os territórios Guarani e Kaiowa para garantir a demarcação do Dourados – Amambaípegua. O conselho da Aty Guasu e todos os Kaiowa e os Guarani agradecem e reconhecem a luta de vocês da região de Caarapó e pela disposição de vocês em encarar a morte para defender a vida de nossas futuras gerações.

Lembramos ainda que esta retomada foi causada pelo próprio ruralismo e pelo latifúndio através do Sindicato Rural de Caarapó, que logo após a publicação do relatório de identificação e demarcação do Grupo de Trabalho Dourados Amambaípegua I, reuniu mais de 500 ruralistas e políticos dos municípios da região, onde contestaram os estudos em andamento e prometeram reintegrar suas propriedades ao seu modo, repetindo o mesmo tipo de ação coordenada que vimos no ataque às famílias que vivem em Ñanderu Marangatu, terra indígena que teve sua homologação suspensa pelo STJ. O ataque da milícia ruralista resultou no assassinato

de Simeão Vilhalva ano passado, de modo idêntico e mais violento vimos ser repetido em Caarapó. O que vemos hoje é uma manobra política do Sindicato Rural e Associação Comercial de Caarapó em tentar convencer os pequenos proprietários e as pessoas que trabalhavam nas fazendas, colocando-os contra os indígenas, que têm sido hostilizados e perseguidos na cidade. Pedimos a essas pessoas que reflitam sobre o problema histórico das demarcações, devido à política do Estado Brasileiro que desconsiderou a presença dos Kaiowa e dos Guarani na região, vendendo suas terras. Reflitam se a política da morte provocada por esta posição é a melhor forma de buscar resoluções justas para mediar os conflitos criados em defesa do latifúndio. Esta carta destinada às autoridades brasileiras está sendo escrita agora com o sangue de Clodiodi, pois o sangue de todos os que tomaram na luta pela liberdade de nossos territórios e de nossas crianças, será sempre a tinta que usaremos para escrever a nossa história até que a justiça seja alcançada.

Queremos dizer para a FAMASUL e para os Sindicatos Rurais Paramilitares que apesar de vocês serem assassinos e continuarem atacando nossos Tekoha, nós não daremos nenhum passo atrás na luta pelas nossas terras que foram roubadas e que cada um que cair morto por vocês será um motivo a mais para que nossa luta se fortaleça. A cada tiro, um novo passo, a cada cova aberta, nova terra retomada. Garantimos-lhes isso.

Queremos dizer ao Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) que frente a esse massacre covarde nós exigimos PUNI-

ÇÃO IMEDIATA aos assassinos que são amplamente conhecidos e reconhecidos. Agradecemos o esforço do MPF para fazer justiça, porém lamentamos profundamente a inércia dos outros setores. Vocês não podem ficar parados frente a tantas provas, vídeos e registros. Isto é mais que omissão, é participação e aceitação do Crime de Genocídio. Ficar parado significará mais uma vez entre tantas, como no caso dos assassinatos de Xurite, de Nísio, de Veron, de Simeão, dos irmãos Vera, de Denilson, de Dorival, Dorvalino, Ortiz, Oswaldo, Samuel, e de tantos outros e outras que tiveram suas vidas tiradas, garantir a impunidade dos assassinos de nosso povo, continuar sendo cúmplices e dar mais uma vez sinal verde para o Genocídio sofrido pelos Guarani e Kaiowa.

Dizemos ainda que não aceitaremos que nenhuma das lideranças indígenas de Te'ýikue de qualquer um dos acampamentos de Retomada seja presa. Nós não matamos ninguém apesar da dor coletiva de todas as famílias pelo ataque e o assassinato de Clodiodi. Vocês enquanto Estado descumprem a Constituição de 1988, não garantem a demarcação de nossas terras, nos deixam sem condições de vida, nem mesmo punem os assassinos de nossas lideranças e agora como sabemos querem prender líderes nossos? Isso não podemos aceitar e se por acaso acontecer saibam que entenderemos como uma declaração de deboche e guerra contra nosso povo. Se esta perseguição acontecer teremos então que desacreditar no Estado por completo e retomar nossos territórios por nossas próprias mãos.

Afirmamos que NENHUMA LIDERANÇA

NOSSA SERÁ LEVADA, nem desta nem de nenhuma tekoha. Se apenas tentarem fazer isso paralisaremos todas as rodovias, retomaremos todos os nossos territórios imediatamente, e entraremos em guerra com o Estado porque aqui um pai perdeu um filho, nós perdemos um importante parente e nosso solo tradicional foi manchado novamente de sangue. Se um apenas for levado, todos nós, de todas as tekoha iremos nos levantar, queimaremos os canaviais, destruiremos as plantações, mataremos os bois e retiraremos as usinas e as rodovias que ainda estão dentro de nossos tekoha nos explorando. Entendemos que se o Estado nos prender depois do que aconteceu ele não nos respeita e então honraremos a vida de todos os que morreram na luta direta. Entendam que nossa desobediência partiu de nossa dor, de nosso grito de chega e de nosso coração machucado por todos estes ataques. Vocês juizes se preocupem em cobrar o Executivo em garantir nosso direito à demarcação, ao invés de perseguir nossos líderes depois de serem atacados por simplesmente lutarem para garantir os direitos de nosso povo.

A polícia ao invés de nos defender, vem junto com o fazendeiro garantir nossa retirada da terra e depois quer nos punir, punir as vítimas de um massacre como se fôssemos criminosos. Só tivemos confusão com os policiais depois do confronto por conta de alguns agentes que foram reconhecidos no ataque e porque há muito tempo nos tratam pior que animais. Somos açoitados nas praças, nas ruas, nas esquinas, até mesmo dentro de nossa própria terra. Para defender dos ataques não vêm, para prender nossos líderes montam

verdadeiras operações. Lamentável para não dizer coisa pior.

Se não houver justiça, nossos rezadores e rezadoras iniciarão uma reza forte para que venha o vento forte, a chuva, os terremotos, as catástrofes, e para que os elementos naturais vinguem nossos guerreiros. Lembrem que isso já aconteceu no passado. Depois dos ataques paramilitares no ano passado nossos rezadores se reuniram, se unificaram com as lideranças e fizeram chover tanto que as pontes caíram e em outros períodos que a seca castigasse todas as plantações.

Tudo isso, as mais de 390 mortes nos últimos dez anos e a situação de genocídio que nosso povo vive, pode ser evitada se nosso direito constitucional e originário for respeitado. Por isso exigimos mais uma vez que **SEJA GARANTIDA IMEDIATAMENTE A DEMARCAÇÃO DE NOSSOS TERRITÓRIOS SAGRADOS E ORIGINÁRIOS.**

Antigamente vivíamos do Rio Brilhante ao Rio Paraná. Éramos livres, sonhávamos, rezávamos, dançávamos e caminhávamos. Éramos felizes de nosso nascimento até o dia de nossa morte. Agora não ocupamos nem sequer 0,2 por cento de todas as terras do Mato Grosso do Sul. Genocídio e etnocídio afirmamos! Neste confinamento nossas crianças têm os rostos severos e tristes e sorriem cada vez menos. Nossa demanda, de demarcação de todos os nossos territórios, nem sequer busca recuperar nosso território anterior e originário, mas sim apenas garantir alguns pedacinhos mínimos de nossos Tekoha Sagrados. Se todas as terras que pedimos para nosso povo forem demarcadas mesmo as-

sim significará menos do que 2,5 por cento das terras do Estado de Mato Grosso do Sul, apenas migalhas de roubo histórico de nossos territórios, que continua avançando enquanto os ruralistas se aproveitaram da paralisação das demarcações.

Por isso temos pressa e por isso exigimos a demarcação já! Exigimos da Presidência da República a imediata homologação e a devida ocupação dos nossos territórios de Nanderu Marangatu, de Arroio Kora, de Potreiro Guasu, de Guyraroka, de Taquara, de Jatayvãri, de Yvy Katu e todos os demais que repousam sobre a mesa presidencial. Exigimos agilidade e compromisso da FUNAI e do MJ para finalizar o processo de Declaração das portarias de Pyellito Kue\Mbarakai, Lagoa Rica\Panambi, Ypoi e Dourados Amambaipaguá I. Exigimos da FUNAI o compromisso de continuar imediatamente com os Estudos dos GTs e o complemento dos Relatórios Circunstanciados de todas as mais de 50 tekoha que se encontram ainda com os procedimentos fundiários inacabados e até mesmo esquecidos, como é o caso dos Tekoha Laranjal, Cerro'i e das áreas localizadas para a região de Jardim e de muitas outras.

Exigimos que para a finalização dos relatórios destas terras seja respeitado tal qual o acordo do TAC\CAC dos PEGUA, firmado entre FUNAI e Ministério Público Federal ainda em 2007.

Queremos e exigimos que vocês brancos entendam de uma vez por todas que os verdadeiros antropólogos são OS NOSSOS VELHINHOS E VELHINHAS, NOSSOS ANCIÃOS, NOSSOS SABEDORES E HISTO-

RIADORES. Que nenhum passo na criação dos GTs ou da demarcação pode ser dado sem o acompanhamento de nossas lideranças e nossos mestres espirituais.

Nesse sentido, denunciaremos e combateremos o atual desmonte de nossos territórios que está acontecendo dentro da FUNAI neste mesmo momento. O senhor Walter Coutinho tem se empenhado para acabar com nosso direito à terra tradicional, utilizando o que ele chama de “erros técnicos” para tentar desrespeitar nossa tradição e nossos direitos. Já pedimos e vamos continuar pedindo a saída dele do órgão indigenista. Queremos que o MPF leve ele de volta para onde ele veio ou para o mais longe que puder, para que deixe nosso povo em paz.

A última manobra dele foi em relação aos estudos antropológicos para identificação e demarcação do nosso território de Douradospégua. Depois da bonita luta de nosso povo conseguimos conquistar novamente o GT de Douradospégua que estava extinto. Cobramos da 6ª Câmara e da presidência da FUNAI que ele fosse criado e garantimos na luta sua criação, porém Coutinho sem conversar com o nosso povo e desrespeitando tudo que já foi acordado com ele, simplesmente nomeou uma antropóloga que não aprovamos e está usando politicamente nosso direito a ter o GT para continuar causando erros que atrapalhem a comprovação de nossa tradição. O GT deve ser mantido, pois é nosso direito e não abrimos mão dele. Porém, afirmamos que não aceitaremos imposição alguma do órgão indigenista e se forem eleitos antropólogos em quem não confiamos, faremos a FUNAI trocá-los

quantas vezes forem necessárias, pois estamos cansados de desserviços e contra laudos encomendados pelos ruralistas. Queremos expressar aqui mais uma vez bem alto: FORA COUTINHO, VOLTE PARA ONDE VEIO!!!

Lembramos que a falta de demarcação de nossas terras é o principal pilar e motivo de nosso GENOCÍDIO e que a inércia do Estado apenas garante mais mortes e dor para nosso povo que já sofreu demais.

Afirmamos também que para nós Roberto Peternelli não é nem sequer uma opção para assumir a FUNAI. Não aceitaremos a militarização de nosso órgão indigenista oficial. Este indivíduo faz discursos a favor da ditadura militar que para o nosso povo significou o fim definitivo de nossos territórios e a remoção forçada para campos de concentração onde fomos torturados. O que os militares fizeram com a gente nas reservas ainda são feridas que jamais cicatrizarão. Se o Governo botar Peternelli como presidente terá dois trabalhos. O de colocar e o de tirar, pois o deboche será tamanho que iniciaremos um movimento nacional para que ele seja removido.

A indicação deste nome para a presidência da FUNAI só indica para nós que sofreremos durante este Governo Temer uma profunda repressão e uma pesada onda de violações de nossos direitos, violações iguais e/ou ainda piores às que já vinhamos sofrendo no Governo anterior. Sabemos que o Governo Atual quer revogar os decretos da demarcação e alertamos que não o faça porque não nos sobrarão outra medida se não paralisarmos o país inteiro se isso ocorrer. Sabemos que a PEC 215,

a portaria 303, e inúmeros outros instrumentos de morte estão sendo tocados a todo vapor dentro do Legislativo, pelas mãos da Bancada Ruralista e reafirmamos que combateremos em movimento nacional estes desmontes e que eles não serão exitosos.

Exigimos o fortalecimento da FUNAI ao invés de seu desmonte como vem ocorrendo. Que ela pare de pagar a conta pelos cortes de gastos públicos, pois isso está causando também a morte de nosso povo. Hoje a FUNAI não tem nem sequer veículos para ajudar as aldeias e os antropólogos estão sendo cortados, impedindo o órgão de cumprir com suas obrigações e garantir defesa qualificada para nosso povo. Governo: Pare de engordar ruralistas e seus sindicatos e associações com o Plano Safra, vindo do dinheiro público e garanta nossos direitos e os direitos do povo. Os ruralistas estão gordos e nutridos o suficiente, pois continuam explorando nossas terras até hoje, mas prometemos, não será por muito tempo.

Quanto ao Judiciário, queremos denunciar a perseguição que sofremos do juiz Fábio Kaiut Nunes, que apesar de estar apenas em estágio probatório junto à primeira vara federal de Dourados tem realizado uma verdadeira cruzada contra nosso povo, inclusive tem forçado a polícia a cumprir ordem de despejo, sob risco de prevaricação, mesmo quando a polícia entende a ação como excessiva e não quer cumprir. Atualmente este juiz persegue as famílias de Apykai, procurando todos os meios de garantir o despejo de um povo tão sofrido que já teve nove pessoas mortas e que vive em apenas três hectares em

sua terra tradicional onde hoje incide terra do Bumlai. Queremos que o CNJ, que os tribunais, estudem as decisões deste juiz e veja sua prática contra nosso povo. Não permitiremos o despejo dessas famílias, todos lutarão, o mundo saberá e gritaremos juntos em uma só voz: DEIXEM O APYKA'Ī VIVER.

Queremos deixar aqui um recado sensível também para o Supremo Tribunal Federal. Pedimos encarecidamente que os Ministros abandonem a estratégia de má fé do Marco Temporal e respeitem nosso povo. O Marco Temporal reabrindo nossas terras trará apenas morte para lugares onde com muito custo se conseguiu garantir a vida. Guyraroka por exemplo. É preciso entender que Guyraroka se for desrespeitado no papel em uma atitude que desrespeita a constituição de 1988, nossas lideranças jamais aceitarão serem removidas na prática. Para garantir a vida em Guyraroka muitos morreram e hoje os velhinhos já rezaram sobre aquela terra e a vida está sendo constituída há muito tempo com nossas mãos e carinho com a natureza. Guyraroka fica em Caarapó e se tentarem tirar o povo de lá, acontecerá infelizmente o mesmo que ocorreu com Te'yikue. Nosso povo resistirá, todos nós, todos os Tekoha e haverá mais massacre, mais morte. Não acreditamos ser este o papel de Ministros do Supremo, desmontar a constituição para enterrar o nosso povo.

Por fim, mas não menos importante, exigimos que o Estado garanta nossos direitos na saúde, educação e segurança. Nossos filhos morrem sem atendimento, como no último caso de Kurusu Ambá, onde duas crianças (uma recém nasci-

da) faleceram porque a saúde se nega a prestar atendimento aos acampamentos de retomada. Em todas as retomadas é o mesmo. Também perecemos sem direito à educação. Proíbem-nos ilegalmente de ter escolas em nossas retomadas, nos punindo pela luta pela terra e também nem sequer mandam ônibus escolar para que nossas crianças possam estudar em outras reservas ou colégios. A segurança não existe e nestes últimos 25 ataques paramilitares, por exemplo, fomos açoitados livremente, mesmo que nosso povo em muitos casos tenha começado a denunciar a presença de fazendeiros e jagunços armados dois dias antes do ataque. Caso do Massacre de Caarapó. Exigimos o direito à saúde, educação e segurança, imediatamente!

Esperamos que as autoridades e órgãos responsáveis entendam e atendam nossos pedidos, pois eles estão sendo repetidos tantas vezes como temos tido nossas lideranças massacradas e assassinadas nestes últimos anos. Clodiodi e todos os que tombaram vivem nos passos dos pequenos que já caminham nas novas retomadas. Não pararemos, para nós a única escolha que temos é acessar nossos tekoha originários. Cabe ao Governo se mexer para evitar que este direito tenha de ser garantido sob o peso do findar da vida de tanta gente. Demarquem nossas terras, garantam nosso território, respeitem nossos direitos enquanto não acontecer garantimos aos senhores que cada passo dado será em direção de nossas retomadas, sempre em frente, nenhum passo atrás, já esperamos demais.

Terra indígena Ñamoi Guaviray – Caarapó
– 02/07/2016

Tabela 10 - Ameaças de Morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Acre						
Rio Branco	Seringal São Bernardo	03/11/2016	Maria Darlene Braga Martins		A	Ag. pastoral
Subtotal:				1		
Amazonas						
Canutama	Gleba C-1	11/07/2016	Zacarias Felício		A	Liderança
Iranduba	AM-070/Km 13/Ramal do Caldeirão/Km 02/Ramal Monte Castelo	27/08/2016	Francisca de Oliveira Passos		62	Posseira
Iranduba	AM-070/Km 13/Ramal do Caldeirão/Km 02/Ramal Monte Castelo	27/08/2016	Raimunda de Oliveira Passos		61	Posseira
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	29/11/2016	Ribeirinhos/Com. Rondon I e II e Outras	5	A	Ribeirinho
Manaus	Uberê/Ramal do Brasileirinho	14/04/2016	Daiana Silva de Almeida		A	Posseira
Manaus	Uberê/Ramal do Brasileirinho	14/04/2016	Ronaldson Samuel de Oliveira		A	Posseiro
Manaus	Uberê/Ramal do Brasileirinho	14/04/2016	Jane Muniz Tavares		A	Posseira
Manaus	Uberê/Ramal do Brasileirinho	14/04/2016	Maria Gorete Gomes do Nascimento		A	Posseira
Manaus	Uberê/Ramal do Brasileirinho	14/04/2016	Leidejane Oliveira		A	Posseira
Manicoré	Rebio do Rio Manicoré	17/05/2016	Maria Cléia Delgado		A	Liderança
Manicoré	Rebio do Rio Manicoré	17/05/2016	Sílvia Elena		A	Liderança
Manicoré	Rebio do Rio Manicoré	17/05/2016	Aroldo da Silva		A	Liderança
Manicoré	Rebio do Rio Manicoré	17/05/2016	Marilurdes Cunha		A	Liderança
Parintins	P. A. Gleba Vila Amazônia	09/05/2016	Júlia Cursino		44	Liderança
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Ramal do Pau Rosa/Km 152/BR-174	11/05/2016	Lideranças da Com. Terra Santa/Ramal do Pau Rosa	2	A	Liderança
Rio Preto da Eva	AM-010/Km 135/Ramal do Tucano/Lote Iporá	28/09/2016	Benedito Cloves dos Santos		54	Posseiro
Rio Preto da Eva	AM-010/Km 135/Ramal do Tucano/Lote Iporá	28/09/2016	Eduardo Medeiro		A	Posseiro
Subtotal:				22		
Bahia						
Correntina	Capão do Modesto	11/11/2016	Antônio dos Santos Silva***		A	Camponês de fundo de pasto
Subtotal:				1		
Maranhão						
Araioses	Ilha do Goiabal	21/07/2016	Zico		A	Dirigente sindical
Arame	Fazenda Rancho Rico	10/04/2016	Josenir Pereira Pinheiro		A	Trab. Rural
Benedito Leite	Forquilha I, II e III/Região do Matopiba/Ilha Veneza	27/04/2016	Antônio Luiz		A	Posseiro
Benedito Leite	Forquilha I, II e III/Região do Matopiba/Ilha Veneza	27/04/2016	Antônio José		A	Posseiro
Bom Jardim	Rio da Onça/Pov. Brejinho/Rebio do Gurupi	06/04/2016	Maria da Conceição Chaves Lima		39	Liderança
Brejo	Quilombo Alto Bonito	17/05/2016	Raimundo Nonato Gomes		A	Quilombola
Brejo	Com. Quilombola de Depósito	21/01/2016	Manoel Natal Barros		A	Liderança Quilombola
Caxias	Com. Sabiá/Faz. Barra da Teresa	17/03/2016	José Raimundo Rodrigues, "Guaraci"		49	Posseiro
Caxias	Com. Sabiá/Faz. Barra da Teresa	17/03/2016	Maria dos Remédios		74	Posseira
Caxias	Com. Sabiá/Faz. Barra da Teresa	17/03/2016	Maria Madalena Miranda Brito		34	Posseira
Caxias	Com. Sabiá/Faz. Barra da Teresa	17/03/2016	Benedita Pereira da Silva		64	Posseira
Caxias	Com. Sabiá/Faz. Barra da Teresa	17/03/2016	Antônia Miranda		65	Posseira
Caxias	Com. Sabiá/Faz. Barra da Teresa	17/03/2016	Manoel Paulino		65	Posseiro
Caxias	Com. Sabiá/Faz. Barra da Teresa	17/03/2016	Francisco Gonçalves dos Santos		58	Posseiro
Caxias	Com. Sabiá/Faz. Barra da Teresa	17/03/2016	Luís de Jesus Silveira Brito		A	Liderança
Caxias	Com. Sabiá/Faz. Barra da Teresa	28/08/2016	Raniel da Silva Costa		27	Posseiro
Caxias	Com. Sabiá/Faz. Barra da Teresa	28/08/2016	Posseiro/Com. Sabiá		A	Posseiro

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Centro do Guilherme	T. I. Alto Turiacu	09/03/2016	Indígenas Ka'apor/T. I. Alto Turiacu	12	A	Índio
Centro do Guilherme	T. I. Alto Turiacu	09/03/2016	Indígenas Ka'apor/T. I. Alto Turiacu	8	A	Liderança Indígena
Codó	Pov. Vergel/Veigel/Faz. Boa Esperança	19/02/2016	Jaizim		A	Quilombola
Codó	Com. Três Irmãos/Monta Barro/Queimadas/Empresa Costa Pinto/TG Agroindústria Ltda	02/08/2016	José da Silva Pacheco, "Sousa"		A	Liderança Quilombola
Codó	P. A. Imperial	10/01/2016	Antônio José Barros Guimarães		59	Dirigente sindical
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	27/07/2016	José Domingos de Souza, "Peixeiro"		A	Liderança Quilombola
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	27/07/2016	Antônio Francisco Santana Oliveira		A	Liderança Quilombola
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	27/07/2016	Valdivino Silva		A	Liderança Quilombola
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	27/07/2016	Domingos Alves de Souza		A	Liderança Quilombola
Codó	Com. Quilombola São Benedito dos Colocados	27/07/2016	Francisco das Chagas Vieira da Cruz, "Caçula"		A	Liderança Quilombola
Governador Nunes Freire	P. A. Maracaçumé Mesbla	20/01/2016	Sebastião Dourado Rodrigues, "Santinho"		56	Liderança
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	18/02/2016	Santinho		A	Liderança Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	18/02/2016	José Ribamar Cardoso Moraes****		A	Liderança Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	18/02/2016	Teresa		A	Liderança Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	18/02/2016	Márcio		A	Liderança Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	18/02/2016	João do Vale		A	Liderança Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	18/02/2016	Bozó		A	Liderança Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	18/02/2016	Raimundo Silva		A	Liderança Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	18/02/2016	Cipriano		A	Liderança Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	18/02/2016	Zé de Torquato		A	Liderança Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	18/02/2016	Ziane		A	Liderança Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	18/02/2016	Zeca de Baixinho		A	Liderança Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	18/02/2016	Raimundo Nonato		A	Liderança Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro/Triângulo	18/02/2016	Ivo		A	Liderança Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	06/01/2016	José Belarmino Costa, "Zé Patrício"		A	Liderança Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	06/01/2016	José da Cruz Conceição Monteiro		A	Liderança Quilombola
Urbano Santos	Bracinho/Suzano Papel Celulose	29/04/2016	João Rodrigues dos Santos		41	Liderança
Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	17/02/2016	Foboca		A	Liderança Indígena
Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	17/02/2016	Carrinho		A	Liderança Indígena
Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	17/02/2016	Seu Duca		A	Liderança Indígena

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	17/02/2016	Zé Oscar		A	Liderança Indígena
Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	17/02/2016	Mandioca		A	Liderança Indígena
Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	17/02/2016	Kaw		A	Liderança Indígena
Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	17/02/2016	Jaldo		A	Liderança Indígena
Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	17/02/2016	Jaleco		A	Liderança Indígena
Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	17/02/2016	Antônio de Maurício		A	Liderança Indígena
Viana	Povo Gamela de Taquaritiua/Centro do Antero/Sesmaria Índios/Pov. Chulanga	17/02/2016	Inaldo Vieira Serejo		A	Ag. pastoral
Subtotal:				72		
Mato Grosso						
Água Boa	T. I. Pimentel Barbosa/Xavante	21/02/2016	Busé Xavante		A	Índio
Água Boa	T. I. Pimentel Barbosa/Xavante	21/02/2016	Enézio Xavante		A	Índio
Água Boa	T. I. Pimentel Barbosa/Xavante	21/02/2016	Rondon Xavante		A	Índio
Castanheira	Faz. Vovó Amélia/Acamp. Nova Esperança V	22/08/2016	Luciano		A	Liderança
Castanheira	Faz. Vovó Amélia/Acamp. Nova Esperança V	22/08/2016	Jaime da Silva Oliveira		A	Liderança
Confresa	Faz. Piracicaba/P. A. Piracicaba	28/05/2016	Carlos Rocha Ribeiro		A	Assentado
Confresa	Faz. Piracicaba/P. A. Piracicaba	28/05/2016	Pedro Henrique Rocha Ribeiro		A	Assentado
Novo Mundo	Faz. Araúna/Acamp. Nova Esperança/Gl. Nhandu	27/02/2016	Antônio Bento, "Tonhaco"		A	Liderança
Subtotal:				8		
Mato Grosso do Sul						
Caarapó	Faz. Yvu/Ivu/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	26/06/2016	Kuña Poty		A	Liderança Indígena
Caarapó	Faz. Yvu/Ivu/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	26/06/2016	Kunumi Guarani		A	Liderança Indígena
Caarapó	Faz. Yvu/Ivu/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	26/06/2016	Simão Guarani-Kaiowá		A	Liderança Indígena
Caarapó	Faz. Yvu/Ivu/Tekoha Torapaso/T. I. Dourados Amambai Peguá	26/06/2016	Pai do Clodiodi		A	Índio
Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	10/03/2016	Eliseu Lopes		38	Liderança Indígena
Subtotal:				5		
Minas Gerais						
Itacarambi	Aldeia Vargem Grande/T. I. Xakriabá/Faz. São Judas Tadeu	23/09/2016	Nilton Santos Seixas		A	Missionário
Itacarambi	Aldeia Vargem Grande/T. I. Xakriabá/Faz. São Judas Tadeu	23/09/2016	Funcionários da Sesai	2	A	Funcionário Público
Muriaé	Com. Ancorado/Belisário/Serra do Brigadeiro/Mineradora CBA	29/10/2016	Carlos Alberto de Oliveira, "Pavão"		A	Pequeno proprietário
Subtotal:				4		
Pará						
Almeirim	Com. Repartimento dos Pilões/Jari Florestal	18/04/2016	Dilva Maria Araújo		A	Liderança
Altamira e outros	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	14/12/2016	Izabel Oliveira		A	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Chaves	Comunidade Rio Jaranduba	31/12/2016	Ribeirinho da Com. Jaranduba		A	Liderança
Chaves	Com. São Benedito/Rio Canivete	31/03/2016	Raimundo Brito dos Santos		A	Ribeirinho
Curionópolis	Acampamento Açai	15/05/2016	Luciene Caetano da Silva		A	Sem - terra
Curionópolis	Acampamento Açai	15/05/2016	Antônio Amâncio da Conceição		A	Sem - terra
Curionópolis	Acampamento Açai	15/05/2016	Zenilde Silva Santos		A	Sem - terra
Curionópolis	Acampamento Açai	15/05/2016	Vanderson Castro da Conceição		A	Sem - terra
Floresta do Araguaia	Faz. Santa Maria Oriente/Acamp. Luiz Lopes	16/06/2016	Domingos Alves Pinheiro		A	Liderança
Monte Alegre	P. A. Maripá/Com. Turará	09/02/2016	Stael Reis de Oliveira		A	Assentado
Santana do Araguaia	Parte da Faz. Vale do Rio Cristalino/Agrop. Sta. Bárbara	31/07/2016	Adoaldo Rodrigues Barbosa+		43	Sem - terra
São Félix do Xingu	Assent. Belauto/Faz. Jaguará	23/02/2016	José Rodrigues de Souza**		A	Liderança
São Félix do Xingu	Assent. Belauto/Faz. Jaguará	23/02/2016	Neto de José Rodrigues de Souza		C	Assentado
São Félix do Xingu	Assent. Belauto/Faz. Jaguará	23/02/2016	Esposa de José Rodrigues de Souza		A	Assentada
São Félix do Xingu	Assent. Belauto/Faz. Jaguará	22/06/2016	Robson, Servidor do Incra em Brasília		A	Funcionário Público
São João do Araguaia	Faz. Pastoriza/Assent. 1º de Março	20/05/2016	Wellington Saraiva Ferreira**		A	Liderança
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	02/05/2016	Antônio de Paula Silva		64	Assentado
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	02/05/2016	Daniel Alves Pereira		A	Assentado
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	02/05/2016	Osvalinda Maria Marcelina Alves Pereira		A	Assentada
Xinguara	Fazenda Paraguantã	16/05/2016	M. A		M	Trab. Rural
Xinguara	Fazenda Paraguantã	16/05/2016	J. F. S. S		A	Trab. Rural
Subtotal:					21	
Pernambuco						
Amaraji	Engenho Bom Jesus	22/10/2016	José Claudio		A	Sem - terra
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Serraria/Complexo Suape/PAC	16/05/2016	Maria José de Santana Silva		A	Posseira
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Serraria/Complexo Suape/PAC	16/05/2016	Moisés José da Silva		A	Posseiro
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Jasmim/Complexo Suape/PAC	17/06/2016	José Luiz dos Santos		A	Liderança
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Ilha/Complexo Suape	27/04/2016	Vera Lúcia Domingos de Melo		A	Liderança
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Ilha/Complexo Suape	27/04/2016	Ivanildo Silva de Oliveira		A	Liderança
Carnaubeira da Penha	T. I. Pankará	01/04/2016	Cacica Dorinha Pankará		A	Liderança Indígena
Jaqueira	Eng. Colônia I/ Barro Branco	27/10/2016	João Bezerra da Silva		A	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/ Barro Branco	27/10/2016	Antônio Cicero dos Santos		A	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/ Barro Branco	27/10/2016	Antônio José de Oliveira		A	Posseiro
Jaqueira	Eng. Colônia I/ Barro Branco	27/10/2016	Almir Luiz da Silva		A	Posseiro
Moreno	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	13/12/2016	Isaias Francisco da Silva		59	Posseiro
Subtotal:					12	
Piauí						
Baixa Grande do Ribeiro	Comunidade Morro d' Água	01/06/2016	Adaildo		A	Liderança
Bom Jesus	Comunidade Salto I	21/06/2016	Regina		A	Liderança
Bom Jesus	Comunidade Salto I	21/06/2016	Pedrina		A	Posseira
Bom Jesus	Comunidade Salto I	21/06/2016	Letícia		A	Posseira
Bom Jesus	Comunidade Salto I	21/06/2016	Dionísia		A	Posseira
Madeiro	Povoado Vassoural	30/01/2016	Maria Bernarda		A	Liderança
Madeiro	Povoado Vassoural	30/01/2016	Chico Teixeira		A	Liderança
Subtotal:					7	
Rondônia						
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	03/02/2016	Jesser Batista Cordeiro+		A	Sem - terra
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	03/02/2016	Nivaldo Batista Cordeiro+		A	Sem - terra
Alto Paraíso	Faz. Santo Antônio/Gleba 06 de Julho/Acamp. Paulo Justino	23/01/2016	José da Fonseca, "Pelé"		A	Liderança
Alto Paraíso	Faz. Santo Antônio/Gleba 06 de Julho/Acamp. Paulo Justino	23/01/2016	José Pereira Gonçalves		A	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Ariquemes	Faz. Tupi I e II/Assent. Madre Cristina	17/10/2016	Zumália		A	Assentada
Ariquemes	Acamp. Hugo Chaves/RO-140/Km 04/Diante das Faz. Quatro Cachoeiras e Nova Vida	24/10/2016	"Van"		A	Liderança
Ariquemes	Acamp. Hugo Chaves/RO-140/Km 04/Diante das Faz. Quatro Cachoeiras e Nova Vida	24/10/2016	"Pipió"		A	Liderança
Ariquemes	Acamp. Hugo Chaves/RO-140/Km 04/Diante das Faz. Quatro Cachoeiras e Nova Vida	24/10/2016	Zonália Neres dos Santos Ferreira		A	Liderança
Buritis	Faz. Guerin/Acamp. Rio Pardo	10/03/2016	Ermógenes Jacinto de Souza		A	Advogado
Cacoal	T. I. 7 de Setembro	24/10/2016	Almir Narayamoga Suruí		42	Liderança Indígena
Cacoal	T. I. 7 de Setembro	24/10/2016	Agamenon Gamasakaka Suruí		54	Liderança Indígena
Cujubim	Acamp. Terra Nossa/Faz. Tucumã/Linha C-114/Faz. do Japonês	02/05/2016	Raimundo Nonato da Silva, "Neguinho"		35	Sem - terra
Ji-Paraná	Agrop. Amaralina/Faz. Santa Dominique/Natalie/Acamp. Jhone Santos	24/08/2016	Sebastião Pereira dos Santos+		39	Sem - terra
Machadinho d'Oeste	Resex Castanheira	13/02/2016	Silvanei		A	Extrativista
Machadinho d'Oeste	Resex Castanheira	12/04/2016	Antônio Fernandes da Silva		A	Liderança
Machadinho d'Oeste	Resex Castanheira	12/04/2016	Sandro Machado do Nascimento		A	Liderança
Machadinho d'Oeste	Resex Rio Preto Jacundá	12/04/2016	José Pinheiro Borges, "Dé"		A	Liderança
Machadinho d'Oeste	Resex Rio Preto Jacundá	12/04/2016	Elizeu Berçácola, "Caipora"		A	Liderança
Machadinho d'Oeste	Resex Angelim	12/04/2016	Ederson Chaves Dias, "Éder", "Cabeção"		A	Liderança
Machadinho d'Oeste	Resex Massaranduba/Maçaranduba	04/06/2016	Giselda Pereira Ramos		43	Liderança
Machadinho d'Oeste	Resex Massaranduba/Maçaranduba	04/06/2016	João Coelho		A	Liderança
Machadinho d'Oeste	Resex Roxinho	12/04/2016	Sílvio Fail, "Gaúcho"		A	Liderança
Mirante da Serra	Assent. Margarida Alves/Palmares e Pe. Ezequiel	17/10/2016	Assentados/P. A. Padre Ezequiel	2	A	Assentado
Porto Velho	Floresta Nacional Bom Futuro	10/03/2016	Rosalina Azevedo		A	Liderança
Porto Velho	Seringal Escalerita e Lago Brasileira/Projeto Calama Jacundá	09/06/2016	Lazinho		A	Político
Porto Velho	UHE Jirau e Sto. Antônio/Rio Madeira/PAC	24/10/2016	Lurdilande Gomes da Silva, "Ludma"		A	Liderança
Porto Velho	UHE Jirau e Sto. Antônio/Rio Madeira/PAC	24/10/2016	Iza Cristina Bello, "Índia"		A	Liderança
Porto Velho	Faz. Morro Vermelho/Acamp. Egidio Bruneto	23/09/2016	Marli Alves		A	Liderança
Porto Velho	Faz. Morro Vermelho/Acamp. Egidio Bruneto	23/09/2016	Vera Lúcia Gonçalves Primo		A	Liderança
Porto Velho	Faz. Morro Vermelho/Acamp. Egidio Bruneto	23/09/2016	Cristiele Rodrigues da Silva		A	Liderança
Porto Velho	Faz. Morro Vermelho/Acamp. Egidio Bruneto	23/09/2016	"Piti"		A	Liderança
Porto Velho	Faz. Morro Vermelho/Acamp. Egidio Bruneto	23/09/2016	Elias Francisco de Souza		A	Liderança
Porto Velho	Faz. Morro Vermelho/Acamp. Egidio Bruneto	23/09/2016	Jair Gomes da Silva		A	Liderança
Porto Velho	P. A. São Francisco/Faz. Camim/Camia/Kamias/Linha G da F/Acamp. Fruto da Terra	07/07/2016	Sérgio Caetano Sobrinho		A	Sem - terra
Porto Velho	Setor Chacareiro e Hortifrutigranjeiro Adelino Ramos	21/02/2016	Silvânia de Fátima Novaes		A	Liderança
Porto Velho	Setor Chacareiro e Hortifrutigranjeiro Adelino Ramos	21/02/2016	Oséias Ferreira		A	Liderança
Porto Velho	Setor Chacareiro e Hortifrutigranjeiro Adelino Ramos	21/02/2016	Irailton d' Áurea de Souza**		41	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Porto Velho	Setor Chacareiro e Hortifrutigranjeiro Adelino Ramos	21/02/2016	Sirlene Maria		A	Liderança
Seringueiras	Faz. Bom Futuro/Acamp. Enilson Ribeiro	06/09/2016	Lenir Correia Coelho		43	Advogada
Subtotal:				40		
Tocantins						
Araguaína	Loteamento Caju Manso/Lt. 2/Faz. Pinheiro/Com. Gurgueia	09/01/2016	Genivaldo Braz do Nascimento, "Ninja"+		35	Liderança
Araguaína	Loteamento Caju Manso/Lt. 2/Faz. Pinheiro/Com. Gurgueia	09/01/2016	Marcelo Rodrigues		A	Posseiro
Palmas	Fazenda Serra Dourada	04/11/2016	Jhenifer Lopes		19	Posseira
Piraquê	Faz. Santa Isabel III/Acamp. Capela	18/07/2016	José Alves Dias		49	Sem - terra
Piraquê	Faz. Santa Isabel III/Acamp. Capela	18/07/2016	Luciane Santos de Sena Marinho		36	Sem - terra
Piraquê	Faz. Santa Isabel III/Acamp. Capela	18/07/2016	Sebastião Gomes Marinho		43	Liderança
Wanderlândia	Fazenda Boqueirão	30/06/2016	Luís Jorge de Araújo+		56	Liderança
Subtotal:				7		
Total:				200		

Juíza diz que trabalhadores são “viciados” e defende retenção de documentos

19/09/2016

Por Piero Locatelli, da Repórter Brasil

“[Os] Trabalhadores são, em sua maioria, viciados em álcool e em drogas ilícitas, de modo que [...] gastam todo o dinheiro do salário, perdem seus documentos e não voltam para o trabalho, quando não muito praticam crimes.”

O comentário acima parece ter sido feito há mais de 100 anos, nos primórdios do mercado de trabalho assalariado no Brasil, mas foi proferido por uma juíza do Trabalho em Santa Catarina, neste ano.

A juíza Herika Machado da Silveira Fischborn se referia a 156 trabalhadores que não recebiam salários há pelos menos dois meses e tiveram seus documentos retidos pelos donos da fazenda onde colhiam maçãs, em abril de 2010.

Por lei, o empregador é obrigado a devolver a carteira de trabalho de um funcionário em até 48 horas após a assinatura do documento. Porém, segundo a juíza, a infração resultou em um suposto “benefício à sociedade”.

“O fato de reter a CTPS [Carteira de Trabalho] somente causa, na realidade, benefício à sociedade. É cruel isto afirmar, mas é verdadeiro. Vive-se, na região serrana, situação limítrofe quanto a este tipo de mão de obra resgatada pelos auditores fiscais do trabalho que, na realidade, cau-

sa dano à sociedade,” escreveu a juíza na sentença.

Sem dinheiro, documentos e transporte, os trabalhadores não conseguiam voltar para suas casas no interior do Rio Grande do Sul, de onde haviam saído com promessas de emprego. Eles sequer conseguiam chegar à cidade mais próxima, São Joaquim, a 40 quilômetros da fazenda onde trabalhavam, por estrada de chão.

Diante do caso, auditores fiscais do trabalho constataram o cerceamento de liberdade, suficiente para caracterizar trabalho análogo ao escravo, como define o artigo 149 do Código Penal. A juíza, porém, anulou parte dos autos de infração registrados pelos auditores. Segundo a magistrada, eles agiram “de forma cruel” ao permitir que os trabalhadores voltassem “ao ciclo vicioso de trabalho inadequado, vício, bebida, drogas, crack, crime e Estado passando a mão na cabeça”.

Polícia Federal – A magistrada não só anulou parte da operação dos auditores fiscais do trabalho, mas também pediu que a Polícia Federal os investigasse. Segundo Fischborn, eles “praticaram crime” porque “forçaram, inventaram e criaram fatos inexistentes”.

Ao negar os problemas encontrados no local, a juíza citou o procurador Marcelo D'Ambroso, que, durante a fiscalização, questionou a existência de trabalho escravo na fazenda. O procurador, hoje juiz do trabalho, teria dito que “não foi constatada a presença de barracos de lona ou choupanas para acomodação dos trabalhadores, uma das características típicas do trabalho escravo contemporâneo”.

Procurado, D'Ambroso não atendeu ao pedido de entrevista da Repórter Brasil.

As cenas descritas pelos auditores fiscais e as fotografias tiradas na fazenda, porém, mostram que os alojamentos não se encaixam nos padrões mínimos determinados pelo Ministério do Trabalho, que devem nortear o trabalho dos auditores nessas fiscalizações.

Em uma das regiões mais frias do Brasil, os trabalhadores da fazenda moravam em um barracão de alvenaria, em camas com pregos expostos, sem lençóis ou cobertores, e em colchões de espumas desgastadas. Segundo a descrição feita à época, “os banheiros não possuíam portas e eram integrados aos quartos, fazendo com que a água do banho escorresse por debaixo das camas e aumentasse a umidade do local.” Ali, também não existiam sequer vassouras e outros equipamentos de limpeza.

Lilian Rezende, a auditora fiscal que coordenou a ação, diz que não inventou fatos, e que sequer foi ouvida pela juíza, que teria extrapolado as suas funções. “[É um processo] que desde o início me

condena de pronto, sem permitir minha defesa.”

Neste mês de setembro, a auditora levou o caso – cuja sentença foi proferida em março – ao Conselho Nacional da Justiça, responsável pela supervisão dos juízes em todo o país, e à Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), vinculada à Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

Em sua defesa, a auditora lembra que o dono da fazenda foi governador de Santa Catarina e deputado federal em 1988. Henrique Córdova esteve à frente do governo entre 1982 a 1983, pelo então Partido Democrático Social (PDS), criado a partir de ex-integrantes da Arena, partido de sustentação da ditadura militar.

O empregador hoje é defendido por Ângela Ribeiro, ex-juíza do Trabalho em Santa Catarina.

A assessoria de imprensa do Tribunal Regional do Trabalho também afirmou que a juíza Herika Fischborn não irá se manifestar porque “ainda não foi notificada pelo Conselho Nacional de Justiça”.


Autos de infração – A decisão de Herika não é a primeira a favor do empregador. O trabalho de fiscalização já havia sido derrubado por outra juíza do trabalho de Santa Catarina, em 2012. Na ocasião, a magistrada anulou a caracterização de trabalho análogo ao de escravo.

O caso chegou ao Tribunal Superior de Trabalho, que devolveu o processo novamente para as instâncias inferiores, em

Santa Catarina. O tribunal pediu que os 24 problemas encontrados pelos auditores fossem analisados separadamente, e que os juízes não entrassem no mérito do que definia ou não o trabalho escravo.

Enquanto isso, diante dessa sequência

de decisões judiciais, o empregador não responderá na Justiça pelo crime de redução de pessoas ao trabalho análogo de escravo. Os auditores fiscais do trabalho, por sua vez, são os únicos que continuam a ter que se defender nesse caso.



SÓ A LUTA GARANTE
OS DIREITOS DO POVO!

Foto: Joka Madruga

Manifestações

Manifestações, Ocupações e Acampamentos: a dura resistência no campo e a necessidade de articular a luta, para alcançar a justiça fundiária

Márcio Antônio Cruzeiro¹
Múria Carrijo Viana²

De acordo com dados oficiais do Incra³, de 1995 a 2015 foram assentadas, pelo Programa de Reforma Agrária, 1.288.481 famílias de trabalhadores rurais sem terra. Se realizado um comparativo entre os assentamentos entre 1995 e 2002, governos de Fernando Henrique Cardoso-FHC, e o período subsequente, 2003 a 2015, a “Era petista”, temos 540.704 e 747.777, respectivamente. A considerar os assentados por ano, chegamos a 67.588, na gestão FHC, ante 57.521, na administração petista, uma redução de 15%. Quando avaliados os números somente do governo Dilma Rousseff (2011-2015), eles apontam para uma redução de 60,4% na execução anual do Programa, que contemplou um total de 133.689 famílias, 26.738 a cada ano. Enquanto a Reforma Agrária desacelerou drasticamente, a violência no campo tem recrudescido e existem, atualmente, de acordo com o MST⁴, cerca de 120.000 famílias acampadas no Brasil, à espera de assentamento.

A introdução estatística acima servirá a esta análise para colocar em questão al-

guns paradoxos políticos consubstanciados (e certamente não enfrentados) no modelo de gestão de um partido de esquerda, cujo tempo no poder foi suficiente para fomentar transformações estruturais, esperadas e necessárias para equilibrar, ainda que minimamente, a distribuição de riqueza no Brasil.

Entre as contradições nascidas durante a “Era petista”, que resultaram em graves prejuízos para as classes trabalhadoras da cidade e, especialmente do campo, uma vez que muito mais fragilizadas, no espaço da relação capital X trabalho, podemos enumerar: 1) o “excessivo apreço” que Lula teve pelo consenso; 2) as práticas políticas do PT, que emulou o que havia de pior nos partidos de direita e evitou o enfrentamento da corrupção e sua naturalização na estrutura do Estado; 3) e, por fim, a costura de coalizões a qualquer preço, a desconsiderar completamente o espectro e as fronteiras ideológicas.

Desses três polos, o primeiro parece-nos o de maior nervura, posto que os outros

¹ Graduado em História. Integrante do Cedoc Dom Tomás Balduino – CPT.

² Graduada em Filosofia e Direito. Educadora Popular e integrante do Cedoc Dom Tomás Balduino – CPT.

³ Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/9608>. Acesso em – 23/02/2017.

⁴ Disponível em: <https://www.socioambiental.org/en/node/5263>. Acesso em – 24/02/2017.

dois são, em grande monta, seus desdobramentos. Lula, desde os primeiros dias de governo, afirmou que faria “transformações” no Brasil sem gerar conflitos e o tentou da forma mais improvável para um líder político gestado nas lutas populares. Utilizou-se de sua inigualável habilidade negociadora e de uma profunda (e rizomática) ligação com os movimentos sociais e sindicais, para promover a cooptação das lideranças dessas organizações, com o objetivo de mitigar a luta dos trabalhadores e “solucionar” as contradições entre capital e trabalho unicamente no plano institucional. O novo ambiente de “luta” passou a ser os gabinetes de Brasília. Para tanto, abriram-se espaços burocráticos, muito bem recompensados, aos principais expoentes das lutas populares e sindicais que, desde a década de 1980, até o início dos anos 2000, colocaram-se como antípodas incansáveis do Estado e seus governos autoritários e anti-populares.

O resultado dessa aliança corporativista, posto que baseada no aparelhamento das organizações sociais e dos sindicatos, foi um acelerado arrefecimento das lutas autônomas. Os embates político-sociais paulatinamente deixaram de ser travados no ambiente plural e aberto das ruas, para serem decididos em negociações que prescindiram dos anseios dos trabalhadores, em favor das intenções governamentais, representantes, em última instância, dos interesses do capital.

Lula subverteu pressupostos por demais caros a um líder com a sua origem. “Esqueceu-se” que a luta de classes só termina de duas formas: ou com superação das classes, pelo advento de uma sociedade

igualitária, ou com sua extinção, pelo império da barbárie. Mesmo do ponto de vista liberal, o consenso entre capital e trabalho é um instrumento limitado e frágil, como fica provado com o atual desmonte do “welfare state” europeu.

O sistema capitalista não admite pacto ilimitado, posto que sua natureza se realiza na acumulação perene da riqueza, por um número cada vez menor de indivíduos, em paralelo ao empobrecimento e à miserabilização da maioria. Nesse sentido, o grande acordo pretendido por Lula logo encontrou seu alcance, mormente porque, a partir do governo Dilma, a capacidade de diálogo com as elites sofreu profundo abalo. Ao contrário de seu antecessor, que conseguiu um trânsito privilegiado nas entranhas do capital, graças a uma habilidade política ímpar, Dilma Rousseff não ultrapassou seus pendores de gestora tecnocrata. E, embora sua governança tenha sido efetivamente em favor da manutenção do status quo das elites, ela não conseguiu demonstrar, àqueles para quem governava, que o fazia para eles. É possível dizer que o governo Dilma foi um paradoxo tautológico.

À postura inflexível da presidente somou-se um ambiente econômico menos favorável do que viveu Lula, pois a crise planetária que eclodiu em 2008 se fez de fato presente no Brasil somente a partir de 2011. Diante dos riscos a seus privilégios, as elites começaram a reagir e tiveram como aliados, para sustentar suas invectivas, os próprios elementos criados pelo Lulismo. Quais sejam: uma massa trabalhadora completamente apática e desorganizada, em razão da burocratização das

práticas das organizações sociais e sindicatos; o envolvimento de lideranças do PT com o caudal de corrupção que desde muito antes de Lula impera no país. Com relação a este segundo ponto, cabe ressaltar que o Lulismo já havia sobrevivido a um primeiro grande ataque, deflagrado em 2005 com o chamado “Mensalão”. O resultado foi a defenestração de lideranças importantes da cúpula petista. A segunda investida veio com a Operação Lava-Jato, iniciada em 2014, que está a pôr a pique os pilares da Nova República (obviamente até os limites que interessarem às elites); o terceiro elemento, que se tornou o mais visceral inimigo do PT, foi a política de coalizão à revelia de princípios. Aliados ao centro e à (extrema) direita, conservadores, fundamentalistas, passaram (especialmente durante a gestão Dilma) a servir ao status quo contra o partido, as esquerdas em geral e, por extensão, contra qualquer política progressista. E é necessário reconhecer que a aposta em um “aliancismo” patológico foi um vilipêndio às classes trabalhadoras que confiaram em Lula e estariam dispostas a enfrentar a reação do establishment, caso fossem instadas a fazê-lo. O que nunca ocorreu, pois em detrimento de uma união solidária com as classes produtoras, Lula e o PT preferiram um pacto imediatista com segmentos conservadores e corrompidos, apenas para garantir a “governabilidade” e o poder. Esse caudal confluuiu para uma conspiração político-judiciária, que terminou com o impeachment de Dilma em 2016.

O decurso que se segue ao processo de deposição da presidente, que colocou fim à “Era petista”, é potencialmente caótico para o país. A direita reacionária, nova

ocupante do poder, de tudo fará para preservar intocado o domínio das elites capitalistas e abortar qualquer tentativa de transformação real nas estruturas de trabalho e distribuição de renda. Não haverá reforma política ou fiscal; direitos sociais e trabalhistas tendem a ser celeremente cassados; o Estado privatista redobra suas forças; os projetos dos ruralistas, de ataques às lutas dos sem terra, indígenas e quilombolas se intensificam; os fundamentalistas religiosos se fazem pródigos em reações deletérias contra as conquistas libertárias etc.

Ao fim e ao cabo, o Brasil retrocederá décadas e o que era um “sonho” possível, com a ascensão de Lula, doravante será uma utopia longínqua. Essa é a principal herança do Lulismo: a desconstrução do projeto das classes trabalhadoras. Em nome do consenso, Luís Inácio Lula da Silva fragilizou a luta do proletariado e dos trabalhadores rurais.

O que se pode atribuir de positivo ao Lulismo, foi realizado apenas com as “sobras da acumulação” e sem abalar sequer uma viga de sustentação da estrutura econômica do país. É inegável que Lula operou mudanças impactantes, ao retirar milhões da miserabilidade apenas com as “migalhas” do bolo. Contudo, tais mudanças mostram-se agora frágeis e estão premiadas pelos ataques dos novos ocupantes do poder, uma vez que não se consolidaram como política de Estado.

Na sequência dessa pequena análise conjuntural, interessa-nos ressaltar a capacidade de resistência e luta dos homens e mulheres do campo, em contraponto aos

liames estabelecidos a partir das contradições retro-mencionadas. Nesse sentido, é importante destacar que os atores subalternizados da área rural (sem-terra, pequenos agricultores, quebradeiras de coco babaçu, camponeses de fundo e fecho de pasto, seringueiros, posseiros, ribeirinhos, quilombolas, além dos povos originários e outros), enfrentam hoje redobradas dificuldades em articular suas lutas a partir da atuação dos movimentos e organizações sociais, que experimentaram significativo enfraquecimento durante a “Era petista”, inclusive pela recente aprovação da Lei nº 13.260/2016⁵ (anti-terrorismo), que tem sido utilizada, em franco desvio de sua essência, para criminalizar lideranças e ativistas. Outro dispositivo legal atualmente usado é a Lei 12.850/2013 que enquadra os movimentos sociais nas ações de organizações criminosas.

Na introdução ao capítulo intitulado “Renda da Terra”, da obra “Manuscritos econômico-filosóficos”, MARX (2010, p. 61) cita o economista francês Jean Baptiste Say: “O direito dos proprietários fundiários tem sua origem no roubo”. O poeta nicaraguense Ernesto Cardenal também sustenta que toda riqueza é injusta, uma vez que, mesmo tendo sido adquirida de forma “legal” pelo atual proprietário, não há garantia de que não tenha sido apropriada de outrem na origem da posse⁶.

Há, portanto, uma legitimidade ontológica

na luta pela distribuição da terra, de forma tal que ela se torne um bem coletivo a serviço da sociedade e não da acumulação capitalista. Além disso, as lutas sociais são imprescindíveis à desconstrução da “temporalidade abstrata e homogênea do progresso”, no dizer de QUERIDO (2010, p.156), imposta pela versão oficial da História, que privilegia os considerados “vencedores”, ou “promotores” do “avanço”. E é com esse status, isto é, de condutores do fio do progresso, que os grandes proprietários fundiários são incensados no Brasil, país sobre o qual pesa a imposição histórico-ideológica da monocultura agroexportadora, a favorecer o latifúndio e as transnacionais do agronegócio. Tal modelo faz recrudescer cada dia mais a dicotomia entre capital e trabalho, na medida em que reforça a concentração de riqueza e conduz à pauperização de parte significativa da sociedade. Segundo MARX (2010, p. 72) “O pequeno proprietário fundiário que trabalha para si próprio encontra-se, dessa maneira, diante do grande proprietário fundiário na mesma relação de um artesão que possui instrumento próprio, para com o dono da fábrica”. A luta dos oprimidos no campo configura-se, pois, como atitude histórica capaz de romper a narrativa do progresso, que aponta, de forma inexorável, para o protagonismo dos vencedores, aqueles que a História tradicional converte em dominadores. Para BENJAMIN (1987), os que hoje dominam são herdeiros dos que um

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm. Acesso em - 24/02/2017.

⁶ “As riquezas injustas” Lucas 16,9): “E quanto às riquezas, justas ou injustas/ os bens adquiridos bem ou mal:/ Toda riqueza é injusta./ Todo bem,/ mal adquirido./ Senão por ti, pelos outros./ Tu podes ter a documentação perfeita. Mas/ compraste a fazenda a seu legítimo dono?/ E ele a comprou a seu dono? E ou outro... etc. etc./ Poderias retroceder a teu título até um título real/ porém/ foi do Rei alguma vez?/ Não se desapropriou alguma vez a alguém?...” CARDENAL, Ernesto. As riquezas injustas (antologia poética). São Paulo: Circulo do Livro, 1977, p. 111.

dia venceram. Para quebrar essa linearidade, é necessário romper com o processo de empatia para com os vitoriosos, cujo triunfo depende de “espezinhar os corpos dos que estão prostrados no chão”.

Nesse aspecto, não obstante terem arrefecido, nos últimos anos, as práticas de enfrentamento ao Estado e ao capital, por parte dos movimentos sociais e organizações de trabalhadores rurais, a luta e a resistência dos oprimidos do campo não perdeu vigor na sua forma primária, motivada por condições subjetivas de indignidade, impostas pela concentração fundiária, pela violência e pela omissão/conivência do aparato estatal. O número de Manifestações, Acampamentos e Ocupações/Retomadas tem expressado a disposição desses excluídos em perseverar na busca por justiça fundiária, que somente poderá ser alcançada com uma distribuição igualitária de terras e com a garantia territorial às comunidades tradicionais e aos povos originários.

Infelizmente, no contrapelo dessa resistência e malgrado os números apresentados à guisa de introdução, que demonstram o descolamento entre a política empreendida pelos governos petistas e as necessidades e anseios das famílias camponesas, as entidades representantes dos subalternizados no campo não lograram radicalizar a organização das lutas, de forma a pressionar o Estado a implementar políticas sociais adequadas à mitigação das condições de vilipêndio, sob as quais vivem as famílias camponesas, quilombolas e indí-

genas, que lutam pela posse da terra e do território. Esse apassivamento impediu o avanço da Reforma Agrária e a proteção às comunidades rurais, contra a violência do latifúndio. Além disso, favoreceu politicamente os grandes proprietários de terras, fortemente organizados na bancada ruralista, no Congresso Nacional.

O momento atual torna-se ainda mais grave, pois o governo que sucedeu o PT se esforça, de forma célere, através de uma política neoliberal extremada, para manter intocados os privilégios das elites, à custa do sacrifício das classes oprimidas. A luta das comunidades rurais certamente irá continuar, pois ela é uma injunção histórica para os dominados. No entanto, conquistas efetivas para camponeses, quilombolas e indígenas, dependerão da urgente radicalização das organizações e movimentos sociais que, por quase uma década e meia ignoraram, ao aceitar um pacto com o capital, o papel do Estado, “intermediador” do consenso. ALTHUSSER (1985, p. 62) apresenta de forma cristalina a essência desse Estado: “O Estado é explicitamente concebido como um aparelho repressivo. O Estado é uma ‘máquina’ de repressão que permite às classes dominantes assegurar a sua dominação”.

Oxalá, lembremo-nos rapidamente dessa lição. Afinal, os diversos grupos sociais do campo que vivem no corpo a opressão/exploração “da lógica do capital” que consagra a propriedade privada e traz junto os privados de propriedade⁷, bem como separa/expropria comunidades campone-

⁷ Carlos Walter Porto-Gonçalves. Dilemas dos Movimentos Emancipatórios Contemporâneos: Dos Fatos e das Versões (Teorias). Revista Cadernos do CEAS, 2016.

sas e povos originários da terra e de suas territorialidades, sabem muito bem que o Estado, com todo o seu aparato legal, vem sendo usado contra as pessoas empobrecidas. Porém, entendem também que são as lutas sociais (e aqui as do campo) que pressionam/pressionarão o Estado a fazer algo “contra as diferentes maneiras que a burguesia agrária ensaia subalternizar os camponeses, as camponesas”⁸, no decorrer da História.

Aliás, Horácio Martins de Carvalho⁹ assinala que mesmo a contragosto, “as lutas sociais fazem parte do cotidiano camponês”, pois “a característica fundamental do ambiente em que vive o campesinato brasileiro é a tentativa constante dos latifundiários e dos empresários capitalistas no campo se apropriarem das terras e dos territórios dos camponeses”. Horácio adverte ainda que essa apropriação “não apenas sufoca a economia camponesa como destrói diretamente a diversidade das culturas camponesas”.

Aqui, a palavra diversidade chama a atenção, pois nos últimos tempos ela faz parte das pautas reivindicatórias nas lutas sociais rurais (e urbanas). Especificamente as rurais, quando a equipe do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT trabalha com os dados, a impressão que fica sobre os ensaios ainda tímidos das Jorna-

das Unitárias de Lutas, da Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, (a TEIA), entre outras manifestações que envolvem vários grupos sociais, é a seguinte: “o que está em questão é o respeito à diversidade”. É como se as “múltiplas campesinidades”¹⁰ dissessem: “somos Jornada Unitária, somos TEIA etc. porque não queremos ser ‘comunidades diluídas à ideologia liberal do Um que nos dará a cidadania branca, burguesa, patriarcal e eurocêntrica dos (mais) iguais entre si”¹¹. Somos diferentes povos, etnias, gêneros, gerações, comunidades... Temos culturas, desejos e saberes diversos que merecem ser respeitados e reconhecidos; necessitamos de condições materiais de produção e reprodução, levando em consideração o nosso jeito de ser gente camponesa, de fazer uso da terra, das águas, dos biomas e das florestas. O que temos em comum é o fato de sermos historicamente ‘campesinidades’ subalternizadas consideradas atrasadas pela “imposição de uma racionalidade econômica centrada no lucro, na produção em escala, na especialização funcional, no individualismo e na competição”¹².

Nesse sentido, novamente Horácio Martins assinala “que as lutas sociais camponesas são respostas às assíduas e históricas tentativas da burguesia de transformar em empresas rurais, os modos de produzir das populações rurais”¹³.

⁸ Lutas Sociais do Campesinato na Contemporaneidade no Brasil, artigo de Horácio Martins de Carvalho, Ecodebate, 10/08/2015.

⁹ Idem.

¹⁰ Nesse contexto, termo retirado também do artigo Dilemas dos Movimentos Emancipatórios Contemporâneos: Dos Fatos e das Versões (Teorias), do professor-doutor Carlos Walter Porto-Gonçalves.

¹¹ Carlos Walter Porto-Gonçalves. Dilemas dos Movimentos Emancipatórios Contemporâneos: Dos Fatos e das Versões (Teorias). Revista Cadernos do CEAS, 2016.

¹² Lutas Sociais do Campesinato na Contemporaneidade no Brasil, artigo de Horácio Martins de Carvalho, Ecodebate, 10/08/2015.

¹³ Idem.

No contexto das lutas das múltiplas cam-pesinidades, tendo como referência o qua-dro comparativo a seguir, o que chama a atenção?¹⁴

Ações dos Movimentos Sociais no Campo - Anos 2012 a 2016						
Anos	Manifestações de Lutas	Pessoas Envolvidas	Ocu-pações/Retomadas	Famílias Envolvidas	Acampamentos	Famílias Envolvidas
2012	865	400.233	250	23.093	15	947
2013	934	402.546	238	23.165	17	3.698
2014	846	321.184	218	23.784	22	4.675
2015	817	451.121	219	32.927	30	7.983
2016	1.012	314.615	194	21.776	22	3.011

CEDOC Dom Tomás Balduino

Em 2016, o maior número de manifesta-ções de luta registrado, porém a menor quantidade de pessoas envolvidas; dimi-nuição nas ocupações/retomadas de ter-ras, bem como das famílias envolvidas nestas ações e uma queda similar de fa-mílias envolvidas no ato de acampar. Além das causas já mencionadas anteriormente para a diminuição das ações dos movimen-tos sociais, uma das possíveis explicações para a redução no quantitativo de pessoas envolvidas nas manifestações de luta, ano 2016, é porque entre as 1.012 ações regis-tradas, não chegou ao conhecimento do Centro de Documentação da CPT o número de pessoas referente a 333 manifestações. Isso equivale a 32,9% dos registros.

E o porquê do aumento nas manifestações de luta? É inegável que os movimentos so-ciais do campo foram para as ruas junto com as centrais sindicais e outras entida-des/organizações, com o intuito de pro-testar contra o retrocesso de direitos so-

ciais e trabalhistas, orquestrado pela elite brasileira, que atinge diretamente a popu-lação rural, entre estes a extinção do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário),

a mudança pre-videnciária que reduz direitos do povo camponês, a determinação do TCU (Tribu-nal de Contas da União) de para-lisar o programa de reforma agrá-

ria em todo o país e a implementação da PEC-241 (na Câmara dos Deputados) e 55 (no Senado Federal), que se consoli-dou como Emenda Constitucional nº 95 (EC-95). Importante dizer que nas mani-festações em favor da democracia, a CPT só registrou as ações que tiveram pautas agrárias. Além disso, os povos originários protestaram em âmbito nacional, contra as portarias 1.907 e 2.141 do Ministério da Saúde, “que retiravam a autonomia da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e acabavam com o princípio da des-centralização da gestão orçamentária e fi-nanceira do órgão aos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (DSEI’s)”¹⁵.

Assinala-se que por causa da pressão do movimento indígena, as portarias foram revogadas pelo ministro da Saúde Ricardo Barros.

Destacam-se ainda as jornadas das mu-lheres que acontecem praticamente em

¹⁴ A quantidade de ações (manifestações, ocupações/retomadas e acampamentos), bem como o número de famílias e pessoas envolvidas nestas, foram retiradas diretamente do banco de dados da CPT e não dos relatórios Conflitos no Campo Brasil publicados nos referidos anos (2012-2016).

¹⁵ <http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=8984>. Acesso em 24/02/2017.

âmbito nacional, com o intuito de alertar a sociedade sobre o modelo destrutivo do agronegócio para o meio ambiente, o qual ameaça a soberania alimentar do país, a vida da população brasileira e afeta diretamente a realidade das mulheres. Nessas ações, apesar da pauta comum, cada estado se organiza a partir da sua realidade.

Observando apenas as reivindicações assinaladas nas manifestações de luta, anos 2012 a 2016, percebe-se um acréscimo considerável nas ações contra a injustiça/violência e nas reivindicações por reforma agrária, conforme consta no quadro a seguir:

Entre outras coisas, isso indica que os mo-

Reivindicações nas Manifestações de Luta - Anos 2012 a 2016					
	2012	2013	2014	2015	2016
Reforma Agrária	212	343	227	322	392
Regularização de Território	14	25	23	30	20
Demarcação de Área Indígena	92	62	39	69	53
Contra a Injustiça e a Violência	201	171	113	152	318
Saúde	56	79	50	41	75
Regularização Fundiária	20	30	19	26	23

CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT

vimentos sociais do campo protestaram contra as investidas sobre eles (seja pela impunidade dos crimes contra eles praticados, seja pela criminalização das lideranças ou pelo atentado aos direitos humanos e sociais conquistados nos últimos tempos).

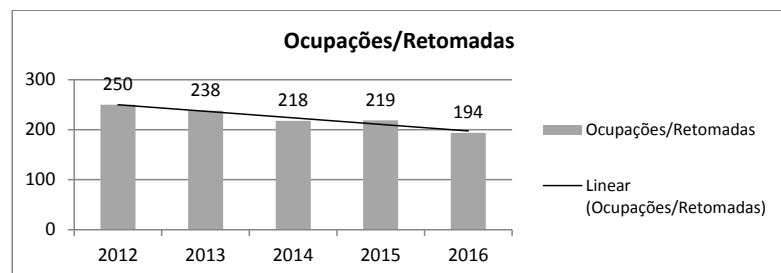
Não se podem esquecer as ações truculentas, no decorrer do ano de 2016, do aparato policial do Estado: assassinato de lideranças do MST no Paraná, prisões de lideranças do movimento nos estados do Paraná e Goiás; a in-

vasão da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema, interior de São Paulo e do Centro de Pesquisa e Capacitação Geraldo Garcia (CEPEGE), em Sidrolândia (MS). Ações truculentas do poder do Estado aconteceram também no mundo urbano em face de estudantes secundaristas que ocuparam escolas em vários lugares do Brasil, a fim de reivindicar educação pública de qualidade e manifestar indignação contra a PEC- 241/55 e a reforma do Ensino Médio. Também não pode cair no esquecimento a violência direta do poder privado (pistolagem) contra os povos originários e comunidades camponesas nas ações de retomadas de territórios e defesa das florestas. Essa ofensiva/perseguição, sobretudo contra lideranças, trouxe à tona

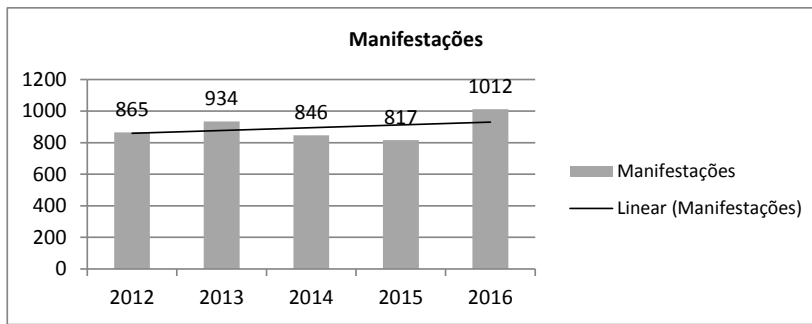
a tese “de que movimentos sociais são organizações criminosas, questão já repudiada por diversas organizações de Direitos Humanos e até mesmo por decisões do STJ (Superior Tribunal de Justiça)”¹⁶.

Como quem caminha para a conclusão...

Os gráficos a seguir de ocupações/retomadas de terras e de manifestações de luta, nos últimos 5 anos, parecem indicar algumas tendências.



¹⁶ Disponível em <http://www.mst.org.br/2016/11/01/o-mst-nao-e-organizacao-criminosa.html>. Acesso em 24 de fevereiro de 2017.



Quando se compara genericamente as ocupações/retomadas com as manifestações de luta (2012-2016), percebe-se um movimento curioso...

Apesar das variações, há uma tendência de aumento nas manifestações de luta. Grosso modo, isso pode indicar que os movimentos sociais do campo mudaram as suas estratégias de atuação na luta por reforma agrária. Centraram “menos força” nas ocupações de terra e “escolheram” reivindicar a reforma agrária nos gabinetes

Referências

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2. ed.

BENJAMIN, Walter - Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Horácio Martins. Lutas Sociais do Campesinato na Contemporaneidade no Brasil. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2015/08/10/lutas-sociais-do-campesinato-na-contemporaneidade-no-brasil-ar->

do então extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Incra e de outros órgãos públicos. Isso reforça a tese de que a tendência dos movimentos sociais do campo “foi de tentar solucionar as contradições entre capital e trabalho no plano institucional”. Frisa-se: “esse é um

olhar genérico”. Tal questão implica pesquisas minuciosas sobre as tensões/disputas de projetos (agronegócio x múltiplas campesinidades) presentes nas manifestações de luta.

Enfim, apesar de todas as contradições, tendências e escolhas presentes no cotidiano das lutas, tomara que os movimentos sociais do campo e da cidade continuem ensaiando resistências coletivas contra as formas abusivas de exploração e pela vida digna no campo.

tigo-de-horacio-martins-de-carvalho. Acesso em 24/02/2017.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Dilemas dos Movimentos Emancipatórios Contemporâneos: Dos Fatos e das Versões (Teorias). Revista Cadernos do CEAS, 2016.

QUERIDO, Fábio Mascaro. A tradição dos oprimidos e as lutas sociais na América Latina. In: Revista Antítese: marxismo e cultura socialista. Nov/2010, n. 9. Goiânia: CEPEC, 2010.

Tabela 11 - Manifestações

UF	Ocorrências	Pessoas
Centro-Oeste		
DF	46	19254
GO	36	7130
MS	53	5470
MT	38	7234
Subtotal:	173	39088
Nordeste		
AL	77	20025
BA	102	38155
CE	34	12950
MA	25	4800
PB	22	15450
PE	65	17592
PI	9	5601
RN	26	5410
SE	14	16075
Subtotal:	374	136058
Norte		
AC	22	689
AM	18	2747
AP	7	400
PA	109	27704
RO	20	5630
RR	13	3740
TO	18	2725
Subtotal:	207	43635
Sudeste		
ES	31	5500
MG	63	28197
RJ	10	1310
SP	36	6030
Subtotal:	140	41037
Sul		
PR	48	21250
RS	32	22600
SC	38	10947
Subtotal:	118	54797
Brasil:	1012	314615



Foto: Joka Madruga

Notas emitidas pela CPT e outros documentos

NOTA PÚBLICA

A democracia não pode ser vilipendiada

Neste grave momento de crise generalizada no País, a Comissão Pastoral da Terra vem a público juntar-se a tantas entidades e cidadãos e cidadãs de boa vontade, em defesa da democracia e contra os retrocessos políticos e sociais que se querem impor de forma autoritária ao povo brasileiro. Reafirmando seus valores éticos e pastorais, baseados no Evangelho, a CPT rechaça o processo em curso que, em várias frentes e sob aparatos de contorcida legalidade, visa impedir o mandato da presidenta Dilma Rousseff, desastroso, sim, mas democraticamente outorgado pela maioria dos eleitores brasileiros em 2014.

Tal situação nos deixa profundamente revoltados. A CPT nasceu em plena ditadura civil-militar para apoiar a resistência e a luta por direitos dos camponeses e camponesas trucidados pelo avanço do Capital no campo, por ela incentivado, como uma de suas principais estratégias de poder. Fazemos parte da geração que com duras perdas redemocratizou o País e que por isso não admite retrocessos institucionais. Se o Governo Dilma não é bom, não cumpre o que prometeu em campanha – e temos motivos suficientes para concordar com isso –, deve ser pelo voto da maioria que ele seja removido, em 2018!

A crise política atual – em muito fabricada por disputa espúria do poder do Estado, sob injunções econômicas obscuras – é um duro revês. A partidarização de setores do Judiciário e da Polícia Federal – que macula seus importantes avanços

contra a impunidade – o jogo baixo no Congresso conservador como nunca, os vacilos do governo central e a distorção e espetacularização do noticiário pela mídia empresarial hegemônica, têm constituído no conjunto um retrocesso amargo e inaceitável.

Favorecidos pela conjuntura econômica global, os governos de coalizão e pacto social liderados pelo PT lograram avanços sociais inéditos e importantes para os mais pobres: ascensão social, renda mínima, acesso ao consumo, à energia, à moradia, saúde (programa Mais Médicos), ao transporte aéreo, à educação técnica e universitária, à água no Semiárido, à afirmação étnica etc. Na verdade, os avanços havidos só foram possíveis porque os donos do Capital também ganharam mais, e muito! Mas, os governos não atacaram o âmago da desigualdade que se manteve inalterada, ou pior ainda, cresceu. Não deram passos concretos para uma adequada e justa reforma tributária, não propuseram uma reforma urbana para combater a concentração fundiária urbana e uma melhor distribuição do espaço entre seus habitantes. Praticamente paralisaram a reforma agrária, deixando milhares de famílias vivendo em acampamentos mais que precários. Pior, colocaram um freio violento no reconhecimento e regularização das terras indígenas e no reconhecimento de territórios quilombolas. E mais, se furtaram a propor instrumentos para quebrar o monopólio da mídia em mãos de meia dúzia de famílias que determinam o que o povo pode e deve ver e saber.

A crise atual, com o desembarque do governo de quem sempre esteve no governo, como ratos fugindo de um navio a naufragar, deve servir de lição para alianças feitas simplesmente para garantir o poder, sem qualquer compromisso maior com o povo e seus direitos. Mas, se tais alianças não mais se sustentam, não será um golpe civil (como em Honduras e no Paraguai) que vai consertar a situação.

O que subjaz à crise, com fragorosa omissão dos senhores dos discursos hegemônicos, é que para continuar ganhando, o Capital agora quer mudar o governo, a qualquer custo, inclusive da democracia, a qual despreza. Como não consegue pelas eleições, visam o “golpe branco”.

A CPT, buscando ser coerente com sua trajetória democrática de 40 anos, reafirma a imposição incondicional do respeito às regras do jogo democrático, nos gabinetes e nas ruas. Por outro lado, exige do Governo Federal a retomada e o aprofundamento das políticas que atendam aos direitos dos mais pobres do campo e das cidades, com prioridade de fato para as Reformas Agrária e Urbana. Inspirados na Palavra de Deus (Provérbios 31,5), condenamos os que inebriados pelo poder se esquecem do bom senso e das leis, e não são solidários aos direitos dos fracos e dos pobres.

Goiânia, 05 de abril de 2016.

A Diretoria e Coordenação Executiva
Nacional da Comissão Pastoral da Terra

NOTA PÚBLICA

Quem vai deter a violência contra as comunidades camponesas?

*Uma notícia está chegando lá do interior
Não deu no rádio, no jornal
ou na televisão
Ficar de frente para o mar,
de costas pro Brasil
Não vai fazer desse lugar um bom país
- Milton Nascimento*

Prenderam Cacique Babau e seu irmão na Bahia, executaram dois companheiros sem terra e deixaram muitos feridos no Paraná, no dia 07 de abril. Uma liderança de assentamento e do PT na Paraíba foi executada dentro de casa, ao lado da filha de um ano, no dia 06. No dia 31 de março, na comunidade quilombola Cruzeiro, município de Palmeirândia, MA, foi encontrado morto por disparo de arma de fogo o quilombola, conhecido como Zé Sapo. Em Rondônia mortes violentas, desaparecimentos e crimes rondam as comunidades camponesas. Em Mato Grosso e no Pará despejos violentos são constantes, e fazendeiros mandantes de crimes contra lavradores são absolvidos. No Mato Grosso do Sul as comunidades indígenas vivem ameaçadas e violentadas em suas próprias terras ancestrais.

Em 2015, o sangue de 50 trabalhadores e trabalhadoras assassinados no campo e o sangue de Vitor, criança Kaingang degolada no colo da mãe na rodoviária de Imbituba, em Santa Catarina, continuam a escorrer na vala da impunidade. Ao sangue deles se soma o de outros 13 lutadores e lutadoras tombados neste ano de 2016. É competência do Governo Federal de-

marcar terras indígenas e fazer a Reforma Agrária. Se coisas como essa acontecem é porque há milhares de camponeses debaixo da lona preta à espera da tão prometida - e hoje abandonada - reforma agrária, e ainda milhares de indígenas e quilombolas tentando retomar os territórios dos quais foram esbulhados.

O fim do mundo para o povo excluído começou faz tempo. A execução de camponeses e indígenas nesse país é coisa comum. Quando o governo federal entregou o Ministério da Agricultura para o agronegócio, autorizou também o latifúndio a continuar expulsando e matando os/as trabalhadores/as sem terra e indígenas.

Quando a reforma agrária vira moeda de troca e cabide de emprego na ineficiência criminosa do Incra, os antigos laços entre policiais e jagunços se reforçam, mantendo intacto o cenário sem lei e sem direito no campo no Brasil.

Quando o TCU (Tribunal de Contas da União) determina a paralisação imediata do programa de reforma agrária do Incra em todo o país, age assim porque é um programa que beneficia excluídos, não faz a mes-

ma coisa quando fraudes maiores e mais graves acontecem no sistema financeiro, ou quando estão envolvidas grandes empresas.

Quando a estrutura política, econômica e jurídica do país se move ao redor dos interesses de uma minoria burguesa, elitista e racista contra os interesses das majorias negras e pobres, autoriza também o terror nas favelas e periferias – no campo e na cidade.

Na contramão dessa barbárie institucional e política, o povo do campo, com coragem, se insurge e mantém viva a esperança do seu território reconquistado, como fazem os Tupinambás e tantas outras etnias indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Como acontece na incansável e inglória luta pela terra pelos posseiros e sem terra de todos os cantos. Esse é o verdadeiro Brasil do sacrifício e da semente dos mártires, plantada e replantada na terra que sangra todos os dias.

Pensar o cenário nacional hoje não pode ser um exercício curto de identificar os golpistas de sempre e as manipulações da mídia. Que sejamos contra o golpe institucional que se encaminha, mas que sejamos também honestos: a democracia que queremos tem que passar pela terra, tem que começar pelos territórios indígenas, tem que interromper a destruição de florestas e cerrados, e estancar de vez o sofrimento e assassinato do povo que busca terra pra viver e plantar.

A democracia que queremos começa no chão! A democracia que defendemos passa pela casa do povo pobre! A democracia que buscamos precisa reconciliar esse

povo com esse território, acabando de vez com a sanha assassina do capitalismo e seus truques de colocar as majorias de joelhos longe do poder e as minorias pelos salões e corredores trocando favores e influência.

A democracia que queremos... não existe! O projeto popular para o Brasil que construímos foi derrotado e precisa ser reinventado. A hora para fazer isso, é agora. O povo que vai fazer isso, somos nós, pela base.

A CPT convocada pela memória subversiva do evangelho da vida e da esperança, fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas, seguindo a prática de Jesus, se junta a outros movimentos e articulações na denúncia do sistema que violenta o direito dos pobres e mais fracos.

Nossa irrestrita solidariedade ao cacique Babau, ao povo do campo, das águas e das florestas, aos sem terra e a todos os que sofrem a intolerância e a perseguição, quando buscam o reconhecimento de sua cidadania e dos seus direitos. Que sigamos em caminhada, em romaria em busca da terra sem males!

*Aqui vive um povo que merece mais respeito
Sabe, belo é o povo como é belo todo amor...
Aqui vive um povo que cultiva a qualidade
Ser mais sábio que quem o quer governar
- Milton Nascimento*

Goiânia, 08 de abril de 2016.

Coordenação Executiva Nacional da Comissão Pastoral da Terra

Ao Episcopado Brasileiro

Caros irmãos bispos,

Em nome da Comissão Pastoral da Terra, de nossa solidariedade cristã (“estive preso, e fostes visitar-me” - Mt 25,35), visitamos o preso José Valdir Misnerovicz, um dos dirigentes nacionais do MST, com atuação em Goiás. Foi preso no último dia 31 de maio, em Veranópolis, RS, e se encontra no Núcleo de Custódia de Segurança Máxima, em Aparecida de Goiânia, na grande Goiânia, reservada a presos de alta periculosidade. Pela primeira vez, uma ação do MST foi enquadrada na Lei no 12.850/2013, que tipifica as organizações criminosas.

O que gerou a prisão de Valdir?

A decisão judicial origina-se de uma ocupação por mais de 1.500 famílias ligadas ao MST de uma pequena parte da Usina Santa Helena, em Santa Helena de Goiás, GO, em recuperação judicial. A usina faz parte do grupo econômico NAOUM, processado pela prática de diversos crimes, entre os quais de descumprimento das obrigações trabalhistas. Sabe-se que há mais de duas mil ações trabalhistas em curso contra o grupo. Os antigos administradores também foram condenados pela prática do crime de apropriação indébita de contribuições sociais, pois descontavam dos funcionários as contribuições devidas e não as repassavam aos cofres públicos (TRF 1ª Região Processo nº 1999.35.00.0001046-O/GO).

Além disso, o grupo deve em obrigações tributárias mais de um bilhão e duzentos

milhões de reais. A Fazenda Pública Federal manifestou interesse em destinar o imóvel para a Reforma Agrária. Foi então que os trabalhadores sem terra ocuparam parte do imóvel, no exercício de um legítimo direito da cidadania de pressionar pelo cumprimento de um dever não cumprido do Estado. Contra eles foram movidas duas ações de reintegração de posse. Após os despejos, os trabalhadores voltavam a ocupar. Daí se seguiu que no dia 14/04/2016, foi expedido mandado de prisão contra os agricultores Luiz Batista Borges, Diessyka Santana e Natalino de Jesus, integrantes do acampamento Pe. Josimo e José Valdir Misnerovicz. Luiz, ao atender convite para prestar esclarecimentos na delegacia local, foi detido e se encontra preso em Rio Verde, GO.

A decisão judicial, ao que tudo indica, aconteceu por pressão de ruralistas, muito fortes no estado. Dois dias antes, em 12 de abril, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, havia baixado a portaria n. 446, que impunha estado de prontidão às polícias Civil e Militar em vista de uma suposta “proteção da ordem pública e da paz social”, para acompanhar “possíveis delitos em conflitos urbanos e rurais”.

Enquanto visitávamos Valdir, acontecia no Tribunal de Justiça do Estado, o julgamento do Habeas Corpus pedindo liberdade para o agricultor Luiz Batista Borges, por falta de prova material do seu envolvimento nos crimes imputados. O Desembargador relator indeferiu o pedido mantendo a prisão do agricultor, voto

acompanhado por outros três desembargadores. O quinto pediu vistas.

Fica claro que o sistema pretende a criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças. Goiás está servindo como laboratório para o tratamento das ações dos movimentos daqui para frente, nesta conjuntura nacional ainda mais anti-social que estamos vivendo. A decretação destas prisões é a sinalização clara que o mesmo tratamento poderá ser dispensado a quem se atrever a praticar ações parecidas.

Caros irmãos bispos, o que nos move neste comunicado é o sentimento de solidariedade com os que sofrem a perseguição e a injustiça. Trata-se de nós, como pastores, refletirmos e tomarmos posição diante dessa e de outras situações que certamente se repetirão. Este fato mostra a real intenção dos detentores do poder. Quem é a classe dominante que quer calar não só os movimentos, mas também aqueles que os apoiam, inclusive a própria Igreja?

Não são os trabalhadores sobre os quais pesa a sentença judicial que estão sendo julgados. São os movimentos que lu-

tam por Reforma Agrária, por direitos. É o MST. Como bem nos disse Valdir, não sou eu, mas é o MST que está preso. Uma visita a mim é uma visita ao MST.

Segundo o arcebispo de Goiânia Dom Washington Cruz e o emérito Dom Antônio Ribeiro, a quem visitamos hoje pela manhã, Valdir é uma liderança que goza de grande apreço. Em carta dirigida a Valdir, o arcebispo o trata como filho e diz: “por ele coloco minha mão no fogo”. E ainda ressalta a sua qualidade, várias vezes comprovada, de grande mediador de conflitos.

Irmãos, nestes tempos sombrios não percamos a esperança, porque como disse o Mestre: “Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da Justiça porque deles é o Reino dos Céus” - Mt 5,10).

Goiânia, 07 de junho de 2016.

Dom Enemésio Lazzaris
 Dom André de Witte
 Bispo de Balsas, MA
 Bispo de Ruy Barbosa, BA
 Presidente da CPT
 Vice-presidente da CPT

Carta Aberta das CPT's do Nordeste

*“No meio do caminho tinha uma pedra,
tinha uma pedra no meio do caminho,
tinha uma pedra,
no meio do caminho tinha uma pedra”
(Carlos Drummond de Andrade)*

Nós, 42 agentes da Comissão Pastoral da Terra do Nordeste, Regionais – Ceará, Piauí, Bahia e Nordeste II (RN, PE, PB, AL) – estivemos reunidos em Canindé, CE, entre os dias 12 a 15 de julho de 2016, para o encontro anual de formação da Grande Região. Nas terras romeiras de São Francisco das Chagas, acolhedora de milhares de romeiras e romeiros nordestinos, rezamos, convivemos, estudamos, fortalecemos a esperança, reafirmamos compromissos e nos indignamos diante de tantas ameaças à vida das pessoas, especialmente as empobrecidas, e com a destruição da natureza, nossa Casa Comum. Animados por Francisco das Chagas e entusiasmados por Francisco de Roma, reafirmamos nossa missão de cuidar das pessoas e defender o planeta.

Dentre estas ameaças nos preocupa o avanço da mineração no Nordeste e em várias regiões do país e da América Latina, projetos de morte que seguem removendo pedras de forma assustadora e irresponsável. Não podemos esquecer o crime anunciado de Mariana – MG, onde a ganância do capital, materializada na ação das empresas Vale do Rio Doce, Samarco e BHP Billiton, arrasou com um mar de lama comunidades inteiras, destruiu rios, matas, casas, expulsou famílias e ceifou vidas humanas, mas sabemos que a situação de Mariana, em Minas Gerais, é apenas uma de muitas provocadas pela ga-

nância de poucos, e segue a expansão dos projetos de extração mineral no Nordeste e Brasil afora.

Milhares de famílias no campo, bem como nas cidades, vivem hoje sob uma total insegurança em relação ao seu futuro diante da descoberta de novas jazidas e projetos de exploração mineral propagandeados, incentivados e financiados pelo governo brasileiro, na sua maioria, com recursos públicos. Comunidades inteiras, invisibilizadas pela grande mídia têm seus direitos desrespeitados, são atropeladas pela desenfreada procura por estes bens que sustentam a atual sociedade consumista em crise, são elas que sofrem diretamente as consequências da mineração sobre a saúde, o modo de vida e o meio ambiente.

Constatamos essa realidade durante uma visita ao Assentamento Morrinhos, localizado no município de Santa Quitéria – CE, uma das 156 comunidades que podem ser atingidas pelo “Projeto Santa Quitéria” de Mineração Urânio e Fosfato através da empresa INB (Indústrias Nucleares do Brasil) e Galvani (tendo como sócio majoritário a empresa Norueguesa YARA). A insustentabilidade desse projeto de morte se dá claramente quando necessita-se o equivalente a 115 carros-pipa de água por hora enquanto que as comunidades locais são abastecidas apenas por 28 carros-pipa durante todo o mês.

O Assentamento Morrinhos fica apenas a 4 km da “mina de Itataia”, principal mina do projeto. A desapropriação aconteceu em 1994 e desde esse período a comunidade vem produzindo alimentos da agricultura familiar para o consumo das famílias e comercialização dos seus produtos nas feiras locais, abastecendo diretamente as famílias dos municípios vizinhos, no entanto, com a instalação desta mineradora, a realidade será alterada, pois toda área de produção será contaminada pelos rejeitos radioativos a serem depositados em um reservatório acima dos cursos d’água que abastecem três bacias do Ceará (Acarauá, Curú e Banabuiú).

Neste ano, a CPT comemora seus 41 anos de existência junto aos povos do campo, das águas e das florestas. O grito que sobe das comunidades atingidas denunciando a mineração nos faz reafirmar que esta-

mos do lado de quem sofre as injustiças. Nossa opção pelos pobres da terra é inegociável e, com ela, a opção por defender a Casa Comum de qualquer ação destruidora na busca desenfreada pelo lucro. Em sua Carta Encíclica “Laudato Si”, o Papa Francisco afirma: “...Toda abordagem ecológica deve integrar uma perspectiva social que tenha em conta os direitos fundamentais dos mais desfavorecidos” (n. 93). Neste sentido, o meio ambiente deve ser considerado à luz do destino comum dos bens e ser considerado um “bem coletivo” (n. 95). Por isso reafirmamos nosso compromisso com as comunidades camponesas, comunidades e povos tradicionais que historicamente vivem na terra e cuidam dos bens naturais com responsabilidade e equilíbrio.

Canindé, 15 de julho de 2016.

Os participantes do encontro.

RETRATAÇÃO - A Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo presente Termo, RETRATA-SE, nos mesmos meios, da afirmação feita em Nota Pública intitulada "Aumento de queimadas e de conflitos na Amazônia são efeitos do golpe?", divulgada no dia 15 de agosto de 2016 no site da instituição (www.cptnacional.org.br) e em sua publicação anual "Conflitos no Campo Brasil 2016", páginas 199 e 200, na qual vincula a Rede Amazônica e o Jornal do Comércio à intensificação das perseguições feitas às famílias das comunidades de Iberê e Brasileirinho, perto da cidade de Manaus (AM). A Rede Amazônica, contudo, alertou que não persegue trabalhadores. A CPT havia fundamentado suas afirmações em Boletim de Ocorrência e outros documentos que citam pessoas físicas e não as empresas jurídicas em questão.

NOTA PÚBLICA

Aumento de queimadas e de conflitos na Amazônia são efeito do golpe?

Um dos efeitos imediatos da instabilidade política e do governo interino do Brasil parece ser o aumento de queimadas. Enquanto Amapá, Pará e Roraima ainda têm muitas chuvas, nos outros estados, o fogo na floresta amazônica se espalha em julho e agosto deste ano. Por outro lado, até o presente momento, janeiro a agosto de 2016, a CPT já registrou o lastimável número de 39 vítimas de assassinatos no campo, sendo que 28 desses na Amazônia (78%), concentrados nos estados de Rondônia (12), Maranhão (07), Pará e Tocantins (03 cada). Ano passado, foram 50 assassinatos no campo, 47 dos quais na Amazônia (94%). Em Rondônia, áreas como a Terra Indígena Uru Eu Au Au continuam sendo invadidas, pressionando os políticos para reduzirem aquele território. Também sofrem contínuas invasões as 16 Reservas Extrativistas Estaduais da região de Machadinho do Oeste. Os extrativistas que reagem são assassinados ou vivem ameaçados e rodeados de invasores. A disputa por terras públicas se acirra e provoca violentos conflitos entre posseiros, traba-

lhadores sem terra e fazendeiros. A fumaça permanece em Porto Velho provocando aumento de doenças respiratórias e comprometendo a visibilidade no aeroporto da capital. Em Rio Branco, Acre, queimadas urbanas e rurais também enchem de fumaça o ambiente e de fuligem o chão. Após as grandes enchentes dos anos passados, as águas do Rio Acre nunca estiveram tão baixas em muitos anos e o governo acreano decretou situação de emergência em várias cidades. Em Boca do Acre, no Sul do Amazonas, as queimadas ladeiam por quilômetros a BR 317, e apesar de uma grande equipe do Ibama tentar debelar o incêndio, o município permanece dentro de uma grande cortina de fumaça. No Mato Grosso, um decreto autoriza o uso do "correntão" para a derrubada da floresta. Em muitos lugares segue impune a extração ilegal de ouro e de madeira. Assim como em 2015, outro incêndio criminoso queimou este ano a Terra Indígena Xavante Marãiwatsédé, No Maranhão, com a chegada do período de preparo das roças, a tendência é de se intensificarem os conflitos.

No dia 30 de julho, em Codó (MA), as comunidades de Queimadas e Três Irmãos eram ameaçadas por pistoleiros e tratores que chegaram para iniciar o desmatamento da área pelo Grupo Costa Pinto/ COSAN. Será consequência da implantação do projeto MATOPIBA? Outras comunidades sofrem violentos incêndios.

No Pará, na manhã do dia 04 de agosto, Ronair José de Lima (41 anos), presidente da Associação Terra Nossa foi morto em uma emboscada ocorrida no interior do Complexo Divino Pai Eterno, zona rural de São Félix do Xingu.

No Tocantins, a ofensiva de grileiros contra famílias camponesas fez mais uma vítima. No dia 05 de agosto, Luís Jorge de Araújo, pai de família com 56 anos, membro da comunidade de Boqueirão, foi executado em seu barraco, no município de Wanderlândia (TO). As terras da fazenda Boqueirão são patrimônio da União. Em Roraima, a União repassa mais de quatro milhões de hectares de terras para o estado, porém estas terras estão indo para as mãos de corporações, grupos econômicos, políticos de turno e grileiros. Como sempre a Reforma Agrária não acontece e se acirra o conflito no campo por falta de distribuição justa e equitativa da terra. No Amazonas, perto de Manaus, as comunidades de Iberê e Brasileirinho viram intensificada a perseguição que sofrem desde 2009 pelas duas maiores empresas de comunicação do Amazonas: a Rede Amazônica e o Jornal do Comércio. As famílias estão sendo expulsas da área que ocupam desde 1970. Trata-se de tentativa de

grilagem de terras por estas empresas que só a partir de 2009 começaram a questionar a posse das famílias. As mudanças implementadas pelo governo interino, com respaldo da Câmara dos Deputados dominada pelas bancadas da bíblia, da bala, do boi e dos bancos, têm levantado na Amazônia ambiciosas manobras de grilagem pela via habitual dos fatos consumados: roubo de madeira, loteamento, invasão, derrubada e queima de floresta, mesmo em áreas de terras indígenas, reservas extrativistas ou ambientais. As grandes vítimas deste processo continuam sendo as comunidades tradicionais, especialmente as que não têm o território regularizado. O aumento de conflitos, das mortes e também do desmatamento na Amazônia é um reflexo direto do processo de grilagem das terras públicas, da invasão de reservas e de áreas de comunidades tradicionais, demarcadas ou sem demarcar. Tudo parece indicar que voltou o “vale tudo” e a política ambiental “para inglês ver”, como quis mostrar a abertura das Olimpíadas no Rio de Janeiro. A política real é a da “motosserra, trator de esteira e caixa de fósforos”. Violência, desmatamento e conflitos no campo crescem juntos na Amazônia.

Comissão Pastoral da Terra

Articulação das CPTs da Amazônia

Goiânia (GO) / Amazônia,
15 Agosto de 2016.noCampo Brasil 2 0 1 6

NOTA PÚBLICA

“Terra sem lei e de vale tudo”

A Diretoria e a Coordenação Executiva Nacional da Comissão Pastoral da Terra – CPT vêm a público denunciar o quadro de deterioração do ambiente político e social no país e suas agravadas consequências. Medidas políticas e judiciais de flexibilização e subtração de salvaguardas sociais e ambientais são impostas, num retrocesso que traz sofridas lembranças do tempo da ditadura- civil-militar. Parece que quase nada avançamos desde então, a não ser para mais fundo no reino da hipocrisia e da indigência moral dos discursos e coberturas da mídia.

No campo, este cenário conturbado da política nacional tem propiciado um ar pestilento de “terra sem lei” e de “vale tudo”.

- Madeireiros, fazendeiros e outros agentes do agronegócio avançam sobre a Amazônia e o Cerrado numa sofreguidão há tempos não vista. Dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) mostram que a região perdeu 972 km² de florestas em junho de 2016. Um aumento de 97% se comparado a junho de 2015. Situação denunciada, semana passada, pelas CPTs da Amazônia.
- Assiste-se a um crescimento assustador da violência contra homens e mulheres no campo, sobretudo contra indígenas e quilombolas num ódio etnocida, ao modo do Brasil Colônia. Se, em 2015, o Centro de Documentação Dom Tomás Baldui-

no da CPT (CEDOC) registrou o assassinato de 50 pessoas em conflitos no campo, este ano o quadro é ainda pior. Até meados de agosto, em dados parciais, já se registram 40 mortes de trabalhadores e seus defensores, 33% a mais do que em igual período de 2015, quando houve o registro de 30 assassinatos. Também cresceu em 58% o número de tentativas de assassinato, 43 até agosto de 2016, 28 em igual período de 2015 e em 96% o número de famílias expulsas do campo por ação de pistoleiros e jagunços, 764. Em igual período de 2015, 389 famílias foram expulsas. A CPT do Tocantins denunciou, em julho, a ocorrência de cinco ações violentas de expulsão, em apenas três meses.

- O Judiciário tem agido inescrupulosamente como braço do capital e dos interesses do agronegócio. Caso emblemático acontece na Bahia, onde decisão judicial nega o direito de quase 400 famílias que vivem há mais de 100 anos em terras públicas de “fundo de pasto” em Areia Grande, município de Casa Nova. O estado de Goiás está servindo de laboratório para a repressão e criminalização dos movimentos sociais. Foi decretada a prisão de quatro lideranças do MST, enquadradas na lei 12.850/2013, que caracteriza o movimento como “organização criminosa”. Duas destas lideranças estão presas e outras duas

se exilaram. Em junho, outro líder sem-terra também foi preso enquadrado na mesma lei. Os pedidos de habeas corpus, com excelente fundamentação jurídica, foram sistematicamente negados.

Esta explosão de violência e agressões, ao que tudo indica, tem tudo a ver com o golpe parlamentar, judicial e midiático que está sendo perpetrado contra a vontade popular, na deposição da Presidenta da República. Se aprovado seu impedimento pelo Senado, ainda que cumpridos ritos legais, estará consumado um golpe de Estado, já mostrado a que veio pelo acelerado processo de desmonte de direitos sociais das classes trabalhadoras, tramado às claras e aplicado sem cerimônia pelo governo interino ilegítimo, a serviço explícito do capital, tanto nacional quanto internacional. A proposta de liberar a venda de terras aos estrangeiros é uma prova cabal desse serviço, que junto a uma ampla concessão de títulos de terra aos assentados visa tornar o campo ainda mais concentrado e conflituoso.

Para cercear a ação dos movimentos sociais, há poucos dias, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, e o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen, criaram força-tarefa para

monitorar ações do MST e movimentos contrários ao governo ainda interino.

Sérias suspeitas já pesam sobre os rumos da operação Lava Jato que galvanizou a opinião pública enojada de tanta corrupção política, mas cada dia parece menos propensa a cumprir o que prometera: “passar o Brasil a limpo”. Teria cumprido seu inconfessável intento?

Diante deste quadro se prevêem fortes reações populares, que serão reprimidas com a violência que se anuncia e já se pratica, podendo levar o país à convulsão social. As campanhas eleitorais municipais iniciadas poderão até atenuar ou adiar este quadro sinistro, mas não o deterão, se não for restabelecida a normalidade democrática.

O Deus da Vida que “ama quem pratica a justiça e não abandona os seus fiéis, mas a descendência dos ímpios vai exterminar” (Salmo 37,28), nos fortaleça na busca da paz. Como a palavra do Mestre nos ensina é das periferias do mundo que virá a libertação. É nossa fé.

Goiânia, 22 de agosto de 2016.

Diretoria e Coordenação
Executiva Nacional da CPT

A idolatria da propriedade contra a vida na terra

Aos agentes da CPT, às igrejas e aos companheiros e companheiras na caminhada e a toda a sociedade,

*“(...) [A] idolatria da propriedade,
da riqueza e do poder (...) é a causa da violência que acompanha a luta pela terra (...)”
(CNBB. “Igreja e Questão Agrária no início do século XXI” nº 274)*

Realizamos o Encontro Nacional de Formação e a reunião do Conselho Nacional da CPT – Comissão Pastoral da Terra, em Luziânia - GO, no Centro de Formação Vicente Cañas, do CIMI, entre os dias 22 e 29 de outubro de 2016, aprofundando o tema “Questão Agrária no Brasil atual: permanência, limites e possibilidades”. Nesta ocasião foi lançado o livro “CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança,” encerrando o ciclo de eventos celebrativos dos 40 anos da CPT.

O contexto político que nos envolve, preocupa e desafia é de um golpe contra a democracia, tão escancarado quanto acobertado por um manto de legalidade. A derrubada do governo eleito foi a estratégia para desmontar garantias e direitos conquistados desde a Constituição de 1988, chamada “cidadã”. Tudo para favorecer ainda mais o sistema predador dos bens da natureza e dos bens sociais dos homens e mulheres desta terra, de hoje e de amanhã. Rompe-se assim aquele pacto social constitucional, e tudo pode ilegalmente acontecer contra o povo.

Toma conta da sociedade, nos mais diferentes ambientes, uma cultura de linchamento, que simplifica e nega o direito à diferença entre pessoas, gêneros, origens,

etnias, religiões, culturas, posições ideológicas e políticas, a alimentar preconceitos, intolerâncias e ódios e a tirar o foco do sistema do capital. Sistema que engendra e se nutre deste individualismo exacerbado e suicida, em nome da “liberdade” do mercado, do “desenvolvimento” e do “progresso”, sob a falsidade de que isto é bom para todos. Processo este em que as religiões, em especial a cristã, cumpre um papel decisivo, de suprema legitimação, sacralização idólatra do mercado, quando se rende à “teologia da prosperidade”.

Conforme relatos de nossos agentes de todos os cantos do país, avolumam-se a apropriação e a concentração de terras por antigos e novos sujeitos atrelados ao capital nacional e internacional, recrudescendo ainda mais a violência contra camponeses, povos originários e comunidades tradicionais. A “novidade” é o capital financeiro, articulado ao capital do agro-negócio de exportação. Não produz bens e riquezas para a nação, mas se nutre da especulação, espoliação e privatização do que é de todas e todos e de toda a vida: solos, águas, minérios, petróleo, ar, biodiversidade... Ambos avançam também sobre unidades de conservação e preservação ambiental e sobre terras públicas devolutas, a fim de tornar todas as terras

e bens da natureza mercadorias e ativos financeiros.

Este quadro é o continuísmo de uma relação com a terra como base do poder econômico e político, que vem desde o período colonial, com o regime de sesmarias, passando pela mercantilista Lei de Terras em 1850 e pelos institutos legais posteriores. É uma história de negação da terra aos povos indígenas, aos escravos libertos e às diversas categorias de camponeses. História de criminalização da questão agrária, de violências e morte contra os pequenos do campo, das águas e das florestas. Violência que atinge hoje níveis dos mais elevados, principalmente na Amazônia. Já são 50 assassinatos de camponeses em luta somente em 2016; número igual a todo o ano de 2015. História também de resistências populares, quilombos, ocupações, acampamentos e retomadas.

Hoje, fortalecidos pelo golpe, os setores ruralistas de sempre tramam e impõem, com conivência e apoio dos Três Poderes, emendas constitucionais e projetos de lei que intensificam a privatização e mercantilização ilimitada da terra e dos recursos naturais, a flexibilização das leis ambientais e trabalhistas para atender aos interesses de acumulação incessante e progressiva de capital globalizado. A PEC 241, que limita e congela gastos públicos com políticas sociais, por 20 anos, é a evidência maior do sentido do golpe, por um Estado contra o Povo e a favor da acumulação de capital, poupado de cortes e limites. A proposta de “reforma da reforma agrária” se propõe corromper a escolha do público beneficiado, facilitar o negócio de

terras e sufocar os movimentos e organizações sociais do campo.

Contudo, as lutas populares ganham força. As diversas mobilizações que vêm ocorrendo Brasil afora, a exemplo das ocupações de cerca de 1.200 escolas públicas, Institutos e Universidades Federais pelos estudantes, os protestos indígenas em defesa da saúde, as articulações por uma greve geral etc., revelam a insatisfação com os rumos que vêm sendo dados ao nosso país e com o divórcio entre o Estado e a sociedade. Renova-se a esperança de que o povo volte a ocupar as ruas e praças, como em junho de 2013, para retomar o que é seu por direito democrático.

Crescem também a consciência, a resistência e as práticas de outras relações humanidade/natureza, alicerçadas nas formas de vida dos povos originários e comunidades tradicionais, construídas na diversidade e pluralidade de culturas e caminhos que se expressam no que se denomina Bem Viver. São (re)inventadas formas de organização comunitária, de re-existência, através das retomadas e autodemarcações dos territórios, de produção e vivência agroecológicas, de uma economia popular solidária, de processos de educação popular, de produção de conhecimentos, que ajudam a construir a autonomia das comunidades. Aí se destaca o protagonismo de mulheres e jovens, contribuindo decisivamente para a descolonização dos saberes e das relações e práticas cotidianas. Vai se tornando evidente que a vida das pessoas e do planeta, hoje e amanhã, depende cada vez mais do que pode oferecer esta gente, pelo que produz, pelo

modo como produz – alimentos saudáveis, cuidados ambientais e sociais etc. – e pela alternativa civilizatória que significa.

Uma sociedade nova e diferente é uma construção conjunta e intercambiada de todas as forças sociais descontentes com a atual. Por isso conclamamos as comunidades, movimentos e organizações sociais do campo e da cidade, as pastorais das diferentes igrejas, as religiões de matriz africana e indígena, as pessoas de boa vontade, a realizarmos um grande mutirão para defendermos nossos direitos ameaçados e

cuidarmos da Casa Comum e de todos os seus integrantes.

A salvação da humanidade e do planeta depende da vivência de uma ecologia integral no campo e na cidade, como propõe o papa Francisco na encíclica *Laudato Si*.

Luziânia (GO),
29 de outubro de 2016.

Comissão Pastoral da Terra

CPT repudia afirmações de ministro Blairo Maggi

Diante das falas do Ministro Blairo Maggi, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) durante a Conferência Mundial do Clima, a COP 22, em Marrakesh, no Marrocos, de 15 a 18 de novembro, a CPT vem a público manifestar sua indignação e repudiá-las.

As falas do ministro expressam muito bem o pensamento do atual governo usurpador sobre a realidade do campo, externando algumas das razões do desferido golpe contra a democracia representado pelo afastamento definitivo do governo de Dilma Rousseff, legitimamente eleita pelo voto popular.

Num cenário de uma crescente degradação ambiental decorrente do aumento do desmatamento tanto da Floresta Amazônica, quanto do Cerrado, e do descontrolado uso de agrotóxicos pelo agronegócio brasileiro, o ministro, conforme divulgado por diversos veículos de comunicação nacionais no dia 17/11, disse que "a agricultura brasileira é a mais sustentável do mundo, todos os rios são protegidos por uma legislação. Mas, mais que a legislação são protegidos pela consciência dos produtores brasileiros."

Comparou ainda a reserva legal de 80% na Amazônia a "um hotel de 100 quartos que só pode ocupar 20", e afirmou que as metas que o Brasil assumiu em relação às emissões dos gases de efeito estufa são somente intenção.

Mais grave ainda, o ministro se somou ao conjunto de autoridades policiais e do Judiciário que tentam jogar na vala comum dos desentendimentos pessoais os assassinatos em conflitos no campo, envolvendo o acesso e a posse da terra. Assim disse: "quando você vai no cerne da questão, você vai ver que tu tem problema de relacionamento de pessoas de determinados lugares e que não pode ser computado nesta questão".

Ao ser confrontado pelas organizações da sociedade civil brasileira que acompanhavam a COP sobre dados da Global Witness, de que um terço das mortes de ambientalistas, 50 das 150, teriam acontecido no Brasil, a grande maioria na Amazônia, o ministro cinicamente disse: "Fico feliz em saber que de ontem para hoje morreram menos 150 ambientalistas, porque ontem ouvi que eram 200 por ano e agora diz aqui que foram 50".

Enquanto o governo tenta fechar os olhos aos fatos, as violências e os conflitos crescem. Até final de outubro deste ano, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, já registrava o mesmo número de assassinatos registrado em todo o ano 2015. Ainda estão sob análise diversos outros casos, exatamente para se evitar que sejam inseridos dados em que não haja clareza quanto à sua motivação. Comparados estes assassinatos aos de igual período de 2015 (41 assassinatos), são 22% a mais.

A Amazônia continua sendo o palco maior dos conflitos e da violência. De janeiro a outubro, em dados parciais de 2016, 75% dos conflitos por terra ocorreram na Amazônia Legal. O número de famílias expulsas aumentou 110%, com ações de pistolagem, passando de 438 em 2015 para 920 famílias expulsas em 2016. Houve ainda um aumento de 324% no número de vítimas detidas, criminalizadas, em geral nas ações de despejo. Famílias que são levadas à delegacia e fichadas, enquadradas nos crimes de formação de quadrilha e esbulho possessório, ou outras formas de violência “legal”.

Na Amazônia, ocorreram 39 assassinatos até final de outubro de 2016, 31 no mesmo período de 2015. As tentativas de assassinato deram um salto de 142%, passando de 19, em 2015, para 49, em 2016. Os ameaçados de morte passaram de 64 em 2015, para 103 em 2016, um aumento de 61%. O número de prisões teve um

crescimento de 85%, passando de 45 presos em 2015 para 87 em 2016.

Isso deixa mais que claro que não se trata simplesmente de “problemas de relacionamento”, como disse o ministro, mas faz parte de um quadro muito grave propiciado pelo ambiente político golpista, marcado por perseguição, criminalização e eliminação de quem tente se opor aos que se consideram donos e senhores das terras, dos territórios.

A sociedade brasileira e internacional precisa tomar consciência da gravidade da situação e exigir dos que usurparam o poder, que ponham um fim a este estado de violência e barbárie. Não é só o Brasil que sofrerá as consequências, mas todo o planeta.

Goiânia, 21 de novembro de 2016.

Coordenação Executiva Nacional
da Comissão Pastoral da Terra

CARTA ABERTA

Aos indígenas, quilombolas, pescadores e pescadoras, quebradeiras de coco e outros membros da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT, saúda a justa luta de vocês nestes dias em Brasília e repudia a violência policial que os atingiu.

Alegra-nos a determinação de vocês de fazerem valer sua voz ante as mais altas esferas do poder público, sobretudo nesta hora em que tantos golpes se seguem ao golpe parlamentar-midiático que derubou a presidenta eleita. Os que usurparam o poder acham que não devem satisfação a ninguém e com uma sanha voraz tentam restringir ainda mais direitos historicamente conquistados. A ocupação que vocês fizeram do Palácio do Planalto foi uma demonstração da força que vocês têm para mostrar ao Brasil e ao mundo que vocês existem, têm dignidade, são portadores de direitos e não aceitam ser pisados. Mostrou também que na democracia o poder é do povo, antes que de governos, ainda mais ilegítimo.

Manifestamos todo nosso apoio e solidariedade a vocês diante do desrespeito com que vocês vêm sendo tratados, em especial, ontem, 23, à entrada da Câmara Federal, quando tentaram assistir à reunião

da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Funai e o Incra, algo de interesse direto e direito de vocês. Ficamos sabendo que vocês foram enxotados com spray de pimenta, que afetou e adoeceu crianças inclusive. Hoje pela manhã, a Polícia Militar e de Choque, ao barrar e revistar os ônibus e impedir-lhes o acesso à Esplanada dos Ministérios, tenta intimidar e fazer vocês desistirem. Vocês não desistiram! Com vocês estão a força do bem e do direito e o apoio da maioria da nação brasileira, aviltada por tantos golpes e carente de reações à altura!

Estamos com vocês nesta luta, que não é de hoje nem vai ser resolvida amanhã. É histórica e vai ser longa, uma conquista passo a passo, sem esmorecimento, e vitoriosa. Temos a certeza – e vocês também a tem – de que com vocês estão as forças do alto, do Deus de Jesus, que sempre esteve ao lado dos pobres, dos Orixás e dos Encantados!

Goiânia, 24 de novembro de 2016.

Coordenação Executiva
Nacional da CPT

NOTA PÚBLICA

Mais um golpe contra os povos do campo

A Comissão Pastoral da Terra vem manifestar a sua preocupação e denunciar a grave situação de desmonte geral das políticas agrárias, executado de forma autoritária pelo ilegítimo governo Temer. Trata-se de mais um nesta atual sequência de desmontes do Estado Social, substituído pelo Estado Policial, o País ainda mais refém da voraz acumulação capitalista, sem mais nenhum resquício de compromisso com a cidadania.

A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário), a transferência de cinco secretarias e o INCRA, órgãos responsáveis pelas políticas de reforma agrária e agricultura familiar, para a Casa Civil, e a entrega do Ministério da Agricultura a um grande empresário da soja, Blairo Maggi, foram um claro golpe às esperanças das famílias sem terra, povos e comunidades tradicionais e dos agricultores familiares e camponeses que vivem no campo e produzem nossa comida. E sinalizam uma guinada mais acentuada em favor dos interesses do grande capital financeiro e estrangeiro.

Com a extinção do MDA, se extinguiu também a Ouvidoria Agrária Nacional, criada com o objetivo de prevenir e mediar os conflitos agrários. Nos últimos anos a Ouvidoria Agrária Nacional estruturou Ouvidorias Agrárias Regionais em todos os es-

tados, Ouvidorias Estaduais em alguns e, nos estados mais conflituosos da Amazônia, Varas, Promotorias e Defensorias Agrárias Estaduais. A extinção da Ouvidoria Agrária Nacional deixa um vazio institucional que tememos contribuirá ao aumento ainda maior da violência e da impunidade, crescentes no campo.

A grilagem de terra avança em todo território nacional, principalmente na Amazônia, promovendo perseguições, ameaças de morte, assassinatos às lideranças camponesas. Desde o fim de 2015 a CPT já constatava um aumento no índice de assassinatos no campo e no número de assassinatos com requintes de crueldade. E os dados de 2016 já ultrapassaram os de 2015, que foram 50.

Sabemos que a Ouvidoria Agrária tinha limites, carecia de melhor estruturação, metodologia e efetividade nos seus encaminhamentos, mas a sua extinção expõe o forte caráter patrimonialista e a violência institucional do ilegítimo governo Temer. É um assalto aos direitos básicos do sofrido povo do campo. Querem matar a esperança pelo medo, pela violência, pela intimidação?

Goiânia, 02 de dezembro de 2016.

Diretoria Executiva e coordenação
Nacional da CPT

Notas de Pesar

Alvimar da CPT para sempre presente!

No romper da aurora do dia de hoje, 19 de agosto de 2016, aos 62 anos, Alvimar Ribeiro dos Santos, o “Alvimar da CPT”, descansou de muitas batalhas a serviço dos trabalhadores do campo e da cidade, no Norte de Minas Gerais, travadas com abnegação, simplicidade e alegria. Depois de sofrida enfermidade, à espera de um transplante de fígado que não veio, ele fez sua passagem, na paz dos justos, rodeado dos seus de perto e de uma multidão de amigos/as e companheiros/as de longe, que o acompanhavam em esperança, sintonia e oração.

Há 34 anos na CPT, a qual ajudou a criar no estado, todas as lutas populares, sociais e políticas da região tiveram em Alvimar um companheiro decidido, de frente ou de retaguarda, conforme a necessidade, segundo a clareza do seu papel: dos sem-terra do MST, aos indígenas Xacriabás; dos operários da construção civil, aos posseiros; dos geraiseiros da Cooperativa Grande Sertão, aos vazanteiros; dos quilombolas do Brejo dos Crioulos, aos pescadores; dos ribeirinhos do Rio São Francisco, aos companheiros do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e da CUT, entidades que ajudou a fundar...Homem de fé profunda, posto inteiramente a serviço, nas CEBs e em muitas iniciativas da Igreja Católica, preparava-se para o ministério diaconal.

ramente a serviço, nas CEBs e em muitas iniciativas da Igreja Católica, preparava-se para o ministério diaconal.

Consternados, mas confiantes, queremos expressar em nome da imensa família da CPT em todo o país nossa eterna gratidão ao exemplar e querido Alvimar. Aos seus familiares nosso carinho e consolo: à doce Lúcia, sua fiel companheira há 45 anos, à sua filha Grazielle, aos seus filhos Jonas, Daniel e Samuel e às suas netas Amanda, Júlia e Maria Clara. Bela família de lutadores e lutadoras do povo, seguidores e seguidoras do “velho” Alvimar, vocês contam conosco! Também vocês da CPT – MG, que perderam um baluarte, mas ganharam uma bandeira!

Alvimar, vai em paz, companheiro, irmão, pai de todos e todas nós da CPT! O Reino é seu por merecimento de Cristo e próprio, pela vida e luta que fez e pelo jeito bondoso com que fez! Sempre presente, nos seus rastros seremos também nós fiéis à Missão! Amém! Axé! Awire! Aleluia!

Goiânia, 19 de agosto de 2016.

Coordenação Nacional
Executiva da CPT

Jean Pierre Leroy presente sempre!

Consternada, a Comissão Pastoral da Terra – CPT lamenta o falecimento de Jean Pierre Leroy, assessor da FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional e que atuou em tantos es-

paços de luta e troca de saberes vitais. Francês naturalizado brasileiro, filósofo, ex-sacerdote Oblato de Maria Imaculada, socioambientalista, era, sobretudo, educador popular.

Dele tanto aprendemos; acima de tudo o espírito inquieto, pioneiro, que enxerga longe, desde os pés bem fincados na realidade compartilhada do povo, dos pobres da Amazônia, dos territórios tradicionais e das periferias urbanas, protagonistas da transformação necessária deste mundo adverso a eles e a nós.

Sua atuação na Amazônia, iniciada em 1971, foi inspiradora da criação da CPT nos moldes em que se deu, como pastoral popular inserida no cotidiano de trabalho e luta das comunidades camponesas, determinante de todo seu procedimento, educativo e denunciativo, a conclamar cristãos, igrejas e sociedade ao compromisso com as

causas dos povos do campo, das florestas, das águas, da natureza e da vida. Por nós tinha especial carinho e de nós muito respeito, admiração e atenção. A luta socioambiental no Brasil também deve muito a ele, todos somos testemunhas.

Sentimos sua perda, mas gratificados por sua trajetória entre nós, sentimo-nos corresponsáveis por seu legado, como a certeza que nos deixou: “(...) as nossas lutas devem nos fortalecer, pois são eles que têm as soluções e projetos para o amanhã”.

Goiânia, 10 de novembro de 2016.

Coordenação Executiva Nacional da CPT

Irmão Antônio Cechin, o irmão dos pobres

Faleceu o Irmão Antônio Cechin no dia de hoje. A CPT Nacional se junta à sua família biológica, à família marista e a todos os que sentem a partida de quem tanto lutou pela causa da terra, pela causa dos pobres, pela causa da vida entregando seu corpo à mãe-terra.

Irmão Antônio Cechin é um exemplo de amor e fidelidade ao Evangelho, preocupado com os mais pobres e fracos. Sua atuação nos últimos anos foi junto aos catadores e catadoras de lixo e aos recicladores, buscando sua afirmação humana e social. Nascido em 17 de junho de 1927, se tornou irmão Marista. No início da década de 70 foi pioneiro, entre religiosos, na inserção junto aos pobres, indo morar entre eles na periferia de Canoas, RS. Como diz Isidoro Revers “os olhos, o coração, a consciência compreendem, sentem e veem o real quando se está nele. Conviver tudo

muda. Ele foi testemunho do que falava. Sua ação, reflexão e metodologia estão na CPT, no Cimi, no MST, no coração e na mente de centenas de missionários.”

Militante dos movimentos sociais foi fundador da CPT-RS, da Pastoral da Ecologia e da ONG Caminho das Águas. Foi inspirador e animador das Romarias da Terra do Rio Grande do Sul, romarias essas que se estenderam por todo o Brasil.

Com uma atuação incomum, participou da criação do Centro de Orientação Missionária (COM), do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), do Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria (CECA) e do MST.

A história da Igreja comprometida com os pobres no Rio Grande do Sul e no Brasil se confunde com a história de Irmão Antônio Cechin. Sua lembrança será um farol

a iluminar os caminhos dos que procuram construir uma Igreja identificada com os excluídos e uma humanidade nova.

“Com este posso tomar parte na gratidão pelo dom da vida, na dor pela separação causada pela morte e na fé da feliz res-

surreição e da vida plena.” (Dom André de Witte, vice-presidente da CPT).

Goiânia, 16 de novembro 2016.

A Diretoria e a Coordenação
Executiva Nacional

Dom Paulo, um baluarte da democracia

A Comissão Pastoral da Terra une-se a todos os brasileiros e brasileiras e a todos os que lutando por um mundo de justiça e igualdade hoje pranteiam a morte de Dom Paulo Evaristo Arns.

Dom Paulo foi um baluarte na luta pela democracia, no combate à ditadura-civil-militar, denunciando os desmandos praticados contra lideranças e militantes de movimentos, presos e submetidos a horrorosas sessões de tortura. A palavra e a postura de Dom Paulo dando guarida a perseguidos, denunciando as atrocidades e brandindo a espada da justiça é um exemplo que marca até hoje a história de nosso país.

Com uma atuação forte junto às periferias, sobretudo de São Paulo, onde era pastor, Dom Paulo sentia também as contradições vividas no campo, as lutas dos sem-terra por um pedaço de chão, o esforço dos que buscavam formas de sobreviver dignamente do trabalho na terra.

Como ele mesmo disse em entrevista à Revista Terceira Idade, do SESC São Paulo, edição de outubro de 2002, quando perguntado como via a situação dos sem-ter-

ra ele disse: “Digo que é um pecado que alguém no Brasil esteja sem terra. Estive no começo deste ano com o Presidente da República, e sentado ao seu lado na mesa disse para ele: ‘Onde o senhor falhou foi na divisão da terra’. É por isso que (os sem-terra) lutam pela terra. Eles têm razão. O senhor deve ajudá-los. A igreja sempre os apoiou e sempre vai apoiá-los, enquanto não houver justiça e melhor distribuição da terra.”

Há menos de dois meses, quando completou 95 anos, colocou na cabeça um boné do MST, que lhe tinha sido dado.

Ao lado dos próceres da CPT, Dom Tomás Balduino, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Moacir Grechi, Dom Paulo é uma das grandes figuras de uma Igreja não a serviço de si mesma, mas a serviço do povo de Deus, apoiando suas lutas, vibrando com suas conquistas, alimentando sua fé num Deus que se colocou ao lado do povo no seu caminho pela liberdade.

Goiânia, 14 de dezembro de 2016.

A Diretoria e a Coordenação
Executiva Nacional da CPT

Siglas dos Movimentos Sociais, Organizações e Entidades

Quando uma organização não se identifica por uma sigla, utilizamos () com as letras iniciais do nome que aparece por extenso.

AAV	Agente Ambiental Voluntário		Rurais de Pacajá
AMA-JF	Aliança do Meio Ambiente de Juiz de Fora	AAC*	Associação Antônio Conselheiro
Ama	Amigos do Meio Ambiente	AAI*	Associação Arco Íris
APR	Animação Pastoral e Social no Meio Rural	ABA	Associação Brasileira de Antropologia
Acaram	Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua	ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AEFP	Articulação Estadual de Fundo de Pasto	Abra	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ANP	Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras	ABU	Associação Brasileiros Unidos
ANMTR	Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais	ACAM*	Associação Camponesa do Amazonas
ASA Brasil	Articulação no Semiárido Brasileiro	ACCS	Associação Catarinense dos Criadores de Suínos
APRBSF*	Articulação Pop. pela Revitalização da Bacia do São Francisco	ACTRU*	Associação Comunidade dos Trabalhadores Rurais de Unaí
APPF	Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais	ACUTRMU	Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais
ARPCT*	Articulação Rosalino dos Povos e Comunidades Tradicionais	ACBP	Associação Comunitária Bom Pastor
Vazanteiros	Articulação Vazanteiros em Movimento	Acafi	Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Itamarandiba
APRAASSA	Ass. dos Prod. Rurais do P. A. do Seringal Santo Antônio	Acordi	Associação Comunitária Rural de Imbituba
APMG*	Assembleia Popular de Minas Gerais	ACSJT*	Associação Comunitária São José do Tomé
APRJ*	Assembleia Popular do Rio de Janeiro	Arqpedra	Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal
Aconeruq/MA	Assoc. das Com. Negras Rurais Quilombolas do Maranhão	ACSMAC	Associação da Comunidade São Miguel
Acorjuve	Assoc. das Comunidades da Região Juruti Velho	ACRQ	Aranjo das Cachoeiras
Amigreal	Assoc. dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas	AQC*	Associação das Quebradeiras de Coco
APPAAFCNF	Assoc. dos Peq. Prod. e Artesãos da Agric. Familiar de Congonhas Nossa Família	AATR	Associação de Advogados e Advogadas dos Trabalhadores Rurais
Agrofran	Assoc. dos Produtores Agropecuários da Gleba S. Francisco	Aacade-PB	Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes
APAO	Assoc. dos Produtores Amigos Organizados	AAPP	Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba
ATRAMAG	Assoc. dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva de Mata Grande	Acquilerj	Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro
Arquizumbi	Assoc. Quilombola Zumbi dos Palmares do Igarapé Vilar	AMPCV	Associação de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho
AAIA	Associação Agroextrativista da Ilha do Arapari	AMA/Moeda	Associação de Meio Ambiente de Moeda
AAMPRP*	Associação Agrop. Mista dos Produtores	Amarqualta	Associação de Moradores e Agricultores Quilombolas do Alto Acará
		Amajar	Associação de Moradores e Amigos de Jaraguá

AJIN	Associação de Moradores e Proprietários de Jurerê Internacional	AMPCV*	Associação dos Moradores de Prainha do Campo Verde
Asparmab	Associação de Pequenos Agricultores Rurais de Marabá	Amora	Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio
APL*	Associação de Pescadores e Lavradores	APAJ*	Associação dos Pequenos Agricultores de Jaraçu
Arqimar	Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha de Marambaia	Apapais	Associação dos Pequenos Agricultores e Pescadoras Assent. do Sabiaguaba
AST*	Associação de Sem Terra	Aparast	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Santa Terezinha
ATRCMS*	Associação de Trabalhadores Rurais da Colônia Monte Sinai	Terra Nossa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar Terra Nossa
ADC	Associação Direito e Cidadania	APPRBV	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Boa Vista
Ampa	Associação do Movimento dos Pequenos Agricultores	Aprusfa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Araguaia e Muricilândia
Apapap	Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranhiera	Asproja	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rio Jaru
ATRQPC*	Associação do Território Remanescente do Quilombo Pontal dos Crioulos	APPRP*	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sul do Pará
Atesf	Associação dos Agricultores Extrativistas Santa Fé	APJ*	Associação dos Pescadores de Jatobá
AAGRIFPOM	Associação dos Agricultores Familiares do Pombal	Apescari	Associação dos Pescadores dos Cantos dos Rios
AASTSP*	Associação dos Agricultores Sem-terra do Sul do Pará	Apromar	Associação dos Prod. Rurais do Oeste de Machadinho
Aaico	Associação dos Amigos da Ilha de Colares	APA	Associação dos Produtores Alternativos
AAU	Associação dos Assentados de Uruará	Apapats*	Associação dos Produtores do Assentamento Tutuí
AAPSF	Associação dos Assentados do Projeto São Francisco	Aspparp	Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Rio do Peixe
AABSS	Associação dos Atingidos pela Barragem de São Salvador	APRGER*	Associação dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios
Aaifit	Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho	APRNE	Associação dos Produtores Rurais de Nova Esperança
Abanorte	Associação dos Bananicultores do Norte de Minas	Apracif*	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Carlos Fonseca
ABB*	Associação dos Barqueiros de Babaçulândia	Aprocel*	Associação dos Produtores Rurais do Projeto Poranga
AC*	Associação dos Chacareiros	Asprim	Associação dos Produtores Rurais e Imóveis
Adufba	Associação dos Docentes da Universidade Federal da Bahia	Arcan	Associação dos Reassentados de Campos Novos
Adufro	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia	Arquig	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá
Adufpr	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná	ARQM	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Muquém
Aduferj	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro	ARQS*	Associação dos Remanescentes de Quilombos de Santana
Aduff	Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense	ASTST*	Associação dos Sem Terra e Sem Teto
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros	ATDST	Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem Terra
AMRP*	Associação dos Micropodutores Rurais de Petrolândia	ATAFCZ	Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Cerro Azul
AMCA*	Associação dos Moradores da Chapada do A		
AMVJ*	Associação dos Moradores da Vila do Jaraguá		
AMC*	Associação dos Moradores de Cupiúba		

ATR	Associação dos Trabalhadores Rurais	COAFBRS*	Central das Organizações de Agricultura Familiar do Baixo Rio São Francisco
Atri	Associação dos Trabalhadores Rurais de Ipaú	CPM	Central de Movimentos Populares
Atrust	Associação dos Trabalhadores Rurais do Município de Montes Claros	CAR	Central dos Assentados de Roraima
ATRB*	Associação dos Trabalhadores Rurais do PDS Brasília	CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
Astelivra	Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Livramento	CTR - Brasil	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Brasil
Astelira	Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Nossa Senhora do Livramento	CUT	Central Única dos Trabalhadores
Atuva	Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida	CMC*	Centro das Mulheres do Cabo
Assema	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão	CAA	Centro de Agricultura Alternativa
ADT*	Associação em Direito da Terra	Cepagri	Centro de Apoio e Promoção ao Pequeno Agricultor
Fruto da Terra	Associação Fruto da Terra	Ceap	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
Ahomar	Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía da Guanabara	Campo Vale	Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha
AIMM*	Associação Independente Morro da Mesa	CCL	Centro de Cidadania e Liderança
AIP	Associação Indígena Pussuru	CDVDH	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
AIM	Associação Intermunicipal de Mulheres	CDHHT	Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade
Alpapi	Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu	Cedefes	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
Amda	Associação Mineira de Defesa do Ambiente	Ceifar	Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural
Anauni	Associação Nacional dos Advogados da União	Cepami	Centro de Estudos da Pastoral do Migrante
Antep	Associação Naviraiense Terra e Paz	CJG	Centro de Justiça Global
ASPJ*	Associação Padre Josimo	COAAMS	Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul
ATTAC	Associação para Taxação das Transações Financeiras e Ajuda ao Cidadão	Cebi	Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos
PRORURAL	Associação Prorural	Ceapa	Centro Estadual das Associações de Assentados e de Pequenos Agric. de Alagoas
AQI*	Associação Quilombo de Ivaporunduva	Cohre	Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos
AQCNJ	Associação Quilombola das Comunidades Nativas de Jaíba	CTV*	Centro Terra Viva
AQCC	Associação Quilombola de Conceição das Crioulas	CPMG	Colônia dos Pescadores de Minas Gerais
Aspoqui	Associação Quilombola de Quilombo	Comasses	Comissão de Assentamento do Estado do Espírito Santo
AQM*	Associação Quilombola do Machadinho	CDH	Comissão de Direitos Humanos
AQSN*	Associação Quilombola do Sapê do Norte	Cediter	Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra
ARTS	Associação Renovação dos Sem Terra	CEH	Comissão Estadual dos Hortos
ARPRC*	Associação Rural dos Posseiros de Rio dos Couros	Codema	Comissão Municipal de Meio Ambiente de Munhuaçu
ASA	Associação Santo Antônio	Conatrae	Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo
Asseefa	Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia	CPT	Comissão Pastoral da Terra
ATP	Associação Terra e Paz	CPPSM*	Comissão pela Preservação da Serra da Moeda
AUV	Associação União da Vitória	CRMA*	Comissão Regional de Meio Ambiente
Astrarural	Astrarural	Codevise	Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina
Brigada	Brigada Indígena - ES		
CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra		
Cáritas Brasileira	Cáritas Brasileira		

CDS	Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto Moz	CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
CPN*	Comitê de Proteção às Nascentes	CECQESCZ*	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do ES Zacimba Gaba
CPCETEDNNF	Comitê Pop. de Combate e Errad. ao Trab. Escravo e Degrad. no N e NO Fluminense	Conaq	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base	Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
Confapesca	Conf. Nac. das Fed. e Ass. de Pescad Artesanais, Aquicultores e Ent. de Pesca	CRQ	Coordenação Regional dos Quilombolas
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores	CSBP	Coordenação Sindical do Bico do Papagaio
CNAP	Confederação Nacional de Agricultores Portugueses	Cese	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
Conafer	Confederação Nacional dos Agricultores Familiares	Diocese	Diocese
CNPA	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores	DCE	Diretório Central dos Estudantes
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	DJP	Dominicans for the Justice and Peace
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil	Eeacone	Eeacone
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	EIV-MG	Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais
Cotrec	Conselho de Trabalhadores Assentados na Região de Cáceres	Fuvi	Famílias Unidas do Vale do Ivinhema
CDRRI	Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Rio Ituxi	FAF	Federação da Agricultura Familiar
Coema	Conselho Estadual do Meio Ambiente	Fapesca	Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do RJ
CIR	Conselho Indígena de Roraima	FAMCC	Federação das Associações e Conselhos Comunitários do Estado
Cimat	Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós	FCP*	Federação das Colônias dos Pescadores
Cimi	Conselho Indigenista Missionário	NGolo	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de MG
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros	FACQRS	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado do RS
CP**	Conselho Paroquial	FCQPR	Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores	Fepaemg	Federação de Pescadores Artesanais do Estado de Minas Gerais
Crea	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura	Fepearo	Federação de Pescadores Artesanais e Aquicultores do Estado de Rondônia
CRABI	Conselho Regional dos Atingidos pela Barragem de Itaipu	Feraesp	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
CP*	Consulta Popular	Feab	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
Cooperosevelt	Cooperativa Agrícola Mista de Produção Rooselvelt	FPERJ	Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro
Coomigasp	Cooperativa de Mineração do Garimpo de Serra Pelada	FPRN*	Federação dos Pescadores do Rio Grande do Norte
CMTRCR	Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Cáceres e Região	FPPMG	Federação dos Pescadores Profissionais de Minas Gerais
Coopemard	Cooperativa de Pescadores Marcílio Dias	Fetaemg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
Cooterra	Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra	Fetaesp	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
Cemem	Cooperativa Ecológica de Mulheres Extrativistas de Marajó	Fetacre	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre
Comag*	Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá	Fetag/RJ	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
Coopervida	Coopervida	Fetag/BA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia
Ceqneq	Coord. Est. das Com. Negras e Quil. da PB	Fetag/PB	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira		

Fetag/AL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas	FS	Força Sindical
Fetaeg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás	FAPCD	Fórum Araripense de Prevenção e Combate à Desertificação
Fetagri/MT	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso	FCSSA	Fórum Cearense de Sobrevivência no Semi-Árido
Fetagri/MS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul	FAOR	Fórum da Amazônia Oriental
Fetape	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco	FE*	Fórum das Entidades
Fetagro	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia	FPS	Fórum das Pastorais Sociais
Fetag/RR	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima	FAF*	Fórum de Agricultura Familiar
Fetaesc	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina	FLTDC*	Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania
Fetase	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe	FMADT*	Fórum de Meio Ambiente dos Trabalhadores
Fetaet	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Tocantins	FMA	Fórum de Mulheres da Amazônia
Fetraece	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará	FMGBH*	Fórum de Mulheres da Grande BH
Fetaes	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo	Fompe*	Fórum de Mulheres de Pernambuco
Fetaema	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão	Fomes	Fórum de Mulheres do Espírito Santo
Fetagri/PA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará/Amapá	Focampo	Fórum do Campo Potiguar
Fetaep	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná	FVJ	Fórum do Vale do Jequinhonha
Fetag/PI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí	FDDI	Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas
Fetaerj	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro	Fetetipe	Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
Fetarn	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte	FMCBH	Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
Fetag/RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul	FMLTCS*	Fórum Municipal de Luta por Trabalho, Cidadania e Soberania
Fetraf	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	FNCVC*	Fórum Nacional contra a Violência no Campo
Fetrafsul	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul	FNF	Fórum Nacional do Fisco
Fetadef	Federação dos Trabalhadores Rurais do DF e Entorno	FNL	Frente Nacional de Luta
FIST	Federação Internacionalista dos Sem Teto	FNRAJC	Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
FSDM-MG	Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de MG	FPCDH*	Fórum Paraense de Cidadania e Direitos Humanos
Fase	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional	FPLTTC*	Fórum Paraense de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania
Fisco-Fórum	Fisco-Fórum	FVSMS	Fórum pela Vida no Semiárido da Microrregião de Sobral
FTR	Força dos Trabalhadores Rurais	FST	Fórum Social do Triângulo
		FSM*	Fórum Social Mineiro
		FSPA	Fórum Social Pan-Amazônico
		FTPV*	Fórum Teles Pires Vivo
		FDA	Frente de Defesa da Amazônia
		FOE	Frente de Oposição de Esquerda
		FPRT*	Frente de Proteção ao Rio Tibagi
		FRP	Frente de Resistência Pataxó
		FTL	Frente de Trabalhadores Livres
		FNP	Frente Nacional dos Petroleiros
		Fata	Fundação Agrária de Tocantins/Araguaia
		Funáguas	Fundação Águas
		Furpa	Fundação Rio Parnaíba
		FSOSMA*	Fundação SOS Mata Atlântica
		FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar
		GE*	Global Exchange

Greenpeace	Greenpeace	MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
BF*	Grupo Bento Fala	MMC Brasil	Movimento de Mulheres Camponesas
GADDDH	Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos	AMTBRAN	Movimento de Mulheres de Brasil Novo
Gdasi	Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá	MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
GDN	Grupo de Defesa da Natureza	M8M*	Movimento Dia 08 de Março
GTA	Grupo de Trabalho da Amazônia	MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra
Xambrê	Grupo Xambrê	Moab	Movimento dos Ameaçados por Barragens
IEAB	Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	MAAP	Movimento dos Assentados do Amapá
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil	MABE	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial
Índios	Indígenas	MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
Inesc	Instituto de Estudos Sócio Econômicos	MCST	Movimento dos Carentes Sem Terra
IMS	Instituto Marista de Solidariedade	MCP*	Movimento dos Conselhos Populares
Idesc	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira	MEHT	Movimento dos Expropriados da Hidrelétrica de Tucuruí
ISA	Instituto Socioambiental	MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
Inst. Vidagua	Instituto Vidagua	Mopear	Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná
Intersindical	Intersindical		
JG*	Justiça Global	Mopepa	Movimento dos Pescadores do Estado do Pará
Jufra	Juventude Franciscana Brasileira		
LCC	Liga Camponesa Corumbiara	MPPA	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
LCP	Liga dos Camponeses Pobres		
LOC	Liga Operária e Camponesa	Mopeba	Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Estado da Bahia
MMM	Marcha Mundial das Mulheres		
Mopic	Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado	MSA	Movimento dos Sem Água
		MSAR	Movimento dos Sem Água do Riachão
Montanha Viva	Montanha Viva	MT	Movimento dos Trabalhadores
MAP	Movimento Agrário Popular	MTAA/MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso
MACDV*	Movimento Alerta Contra o Deserto Verde		
MBB	Movimento Bandeira Branca	MTBST	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra
MTB**	Movimento Brasil Sem Terra		
MBST	Movimento Brasileiro dos Sem Terra	MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MBTR	Movimento Brasileiro dos Trabalhadores Rurais	MTC	Movimento dos Trabalhadores do Campo
MBUQT	Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra	MTM	Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração
MCC	Movimento Camponês Corumbiara		
MCP	Movimento Camponês Popular	MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
MCXV	Movimento Capão Xavier Vivo	MTRUB	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos
MCNT	Movimento Conquistando Nossa Terra		
MTI*	Movimento da Terceira Idade	MTRI	Movimento dos Trabalhadores Rurais Independentes
MMCQ	Movimento das Mulheres Camponesas de Quilombo	MTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil
MATR	Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MEB	Movimento de Educação de Base		
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	MST***	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (do Pontal SP)
MLST-L	Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta		
MLTRST	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MTRSTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros
MLT	Movimento de Luta pela Terra	MTRSTP	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná

MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto	MTL-DI	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, Democrático e Independente
MSTI	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Independente	MTP	Movimento Trabalhista de Poconé
Ecovida*	Movimento Eco Vida	MTP*	Movimento Trabalho e Progresso
Mespe	Movimento Ecosocialista de Pernambuco	MTST	Movimento Tucuruense Sem Terra
MDBF*	Movimento em Defesa das Baías de Florianópolis	MUL	Movimento União dos Lavradores
Ceta	Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas	Must	Movimento Unido dos Sem Terra
MFP	Movimento Fé e Política	MUT	Movimento Unidos pela Terra
MG*	Movimento Geraizeiro	MVAB	Movimento Vantuy Agroecológico no Brasil
MGA*	Movimento Grito das Águas	MVT	Movimento Via do Trabalho
MIG	Movimento Indígena Guarani	MXV*	Movimento Xingu Vivo
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu	NDH	Núcleo de Direitos Humanos
MJA*	Movimento Juriti em Ação	OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
MNDDH	Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos	OAC	Organização Agrária Camponesa
MND	Movimento Nacional de Desempregados	OLC	Organização da Luta no Campo
Monape	Movimento Nacional dos Pescadores	OAS	Organização de Articulação do Semi-Árido
MNU	Movimento Negro Unificado	OMR*	Organização de Moradores da Resex
MPT	Movimento Pacífico pela Terra	Omaquesp	Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de SP
MPST	Movimento Pacífico Sem Terra	OPI	Organização de Produtores de Ipirá
Moral	Movimento para Reforma Agrária e Liberdade	OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia
MPL	Movimento Passe Livre	OI	Organização Independente
MPSG	Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela	Ong	Organização Não Governamental
MUP	Movimento pela Universidade Popular	OLST	Organização para a Libertação de Sem Terra
MV*	Movimento pela Vida - SC	Humanitas	Organização para Direitos Humanos e Cidadania
MSAMG*	Movimento pelas Serras e Águas de Minas	OPA	Organização Popular
MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu	OTL	Organização Terra e Liberdade
MPRA	Movimento Popular pela Reforma Agrária	Paróquias	Paróquias
MPRD	Movimento Pró Rio Doce	PCB	Partido Comunista Brasileiro
Moquibom	Movimento Quilombola	PT	Partido dos Trabalhadores
MRL	Movimento Radicais Livres	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
Moriba	Movimento Ribeirinho de Abaetetuba	Past. da Criança	Pastoral da Criança
MNF	Movimento Sem Terra Nova Força	PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais	PJR	Pastoral da Juventude Rural
MSST	Movimento Social dos Sem Terra	PR	Pastoral Rural
MSO	Movimento Social Organizado	Pégazus	Pégazus
MSTR*	Movimento Socialista Trabalhista de Rondônia	Pescadores	Pescadores
MSONT	Movimento Sonho da Terra	Planeta Vida	Planeta Vida
MTV*	Movimento Tapajós Vivo	PSRF*	Pólo Sindical do Recôncavo e Feira
MTB*	Movimento Terra Brasil	Preá	Preá
Terra Livre	Movimento Terra Livre	Prelazia	Prelazia
MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade	Koinonia	Presença Ecumênica e Serviço
MTV	Movimento Terra Vida	Proj. Manuelzão	Projeto Manuelzão
MTEM	Movimento Terra, Educação e Moradia	PPE	Projeto Padre Ezequiel
		Quilombolas	Quilombolas
		RL*	Radicais e Livres
		Rede Alerta	Rede Alerta contra o Deserto Verde
		Reapi	Rede Ambiental do Piauí
		RCONGs	Rede Cerrado de Ongs
		Rejuind	Rede da Juventude Indígena

Raaca-Sul	Rede de Assistência Comunitária dos Assentados e Acampados do Sul da Bahia	Sintraf	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Fian	Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar	Sindipetro-RJ	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo - RJ
Roda	Rede de Organizações em Defesa da Água	STL	Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura
RGC*	Rede Grita Cerrado	Sindsaúde	Sindicato dos Trabalhadores na Saúde
Remtea	Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental	SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro
Renap	Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares	Sinait	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
SI	Sem informação	Sinpaf	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Codevasf e da Embrapa
SS	Sem Sigla	Sind-UTE	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG
SAB	Serviço de Animação Bíblica	Sinergia	Sinergia
SFJP	Serviço Franciscano de Justiça e Paz	SDS	Social Democracia Sindical
SAF	Sindicato da Agricultura Familiar	Sapê	Sociedade Angrense de Proteção Ambiental
Sindbancários	Sindicato dos Bancários	SMDDH	Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
SERJ*	Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro	SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SER	Sindicato dos Empregados Rurais	SOS Cachoeirão	SOS Cachoeirão
SGSP	Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada	SOS Capivari	SOS Capivari
SJP*	Sindicato dos Jornalistas Profissionais	TD*	Terra de Direitos
SM	Sindicato dos Metalúrgicos	Tupã 3E	Tupã 3E
SINPRA	Sindicato dos Pequenos e Médios Produtores Rurais Assentados	UNASFP	União das Associações de Fundo de Pasto
SQP	Sindicato dos Químicos e Petroleiros	UMP	União das Mulheres Piauienses
SRBH	Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte	UAPE	União dos Agricultores de Pernambuco
Sindsepe	Sindicato dos Servidores Federais do Mato Grosso	Uniterra	União dos Movimentos Sociais pela Terra
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais	USST	União dos Santanenses Sem Terra
Sintaema	Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Meio Ambiente de SP	USTN	União dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Norte
Sintero	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia	UEE-RJ	União Estadual dos Estudantes do RJ
Sindiupes	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública	UFT	União Força e Terra
		UNE	União Nacional dos Estudantes
		UST*	União Socialista pela Terra
		Via Campesina	Via campesina

Fontes de Pesquisa

*Declaração e informes dos 21 Regionais da CPT

*Depoimentos pessoais de camponeses e trabalhadores rurais

*Informes de Parlamentares Estaduais e Federais

CPT's

Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo

Comissão Pastoral da Terra Secretaria Nacional - <http://www.cptnacional.org.br>

Comissão Pastoral da Terra - CPT AL - <http://cptalagoas.blogspot.com.br/>

Comissão Pastoral da Terra - Regional NE 2 - <http://www.cptne2.org.br/>

Comissão Pastoral da Terra Regional BA - <http://www.cptba.org.br/>

Comissão Pastoral da Terra Regional CE - <http://cptce.blogspot.com.br/>

Comissão Pastoral da Terra Regional MS - <http://cptms.blogspot.com.br/>

Comissão Pastoral da Terra Regional PI - <http://cptpi.blogspot.com>

Comissão Pastoral da Terra Regional RS - <http://cptdors.blogspot.com.br/>

Comissão Pastoral da Terra Regional SP - <http://www.cptsp.com.br/>

Fala CPT - Boletim Informativo da CPT GO

Notícias da Terra - Boletim Informativo da CPT - RO - www.cptrondonia.blogspot.com

Notícias da Terra e da Água - Boletim Eletrônico - CPT Nacional - GO

Pastoral da Terra - CPT Nacional - Goiânia - GO

Igrejas

ACR do Brasil - Animação dos Cristãos no Meio Rural

Adital - Agência de Informação Frei Tito para América Latina

Alvorada - Prelazia de São Félix do Araguaia - MT

A Poronga - Diocese de Santarém - PA

APR - Animação Pastoral e Social no Meio Rural

Boletim Anunciando e Defendendo - Diocese de Ji-Paraná - RO

Cáritas Brasileira - <http://caritas.org.br>

Casa da Juventude - Goiânia - GO - www.casadajuventude.org.br

CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz

Cebi - Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Cimi - Conselho Indigenista Missionário

CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores

Documentos de Dioceses

IEAB - Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

Jufra - Juventude Franciscana no Brasil

O Muriçoquinha - Paróquia Sta. Luzia - Anapu - PA

O Roceiro - Crateús-CE

Pastoral da Comunicação

PJ - Pastoral da Juventude

PJMP - Pastoral da Juventude do Meio Popular

PJR - Pastoral da Juventude Rural

PO - Pastoral Operária

Porantim - Brasília - DF

Ressurreição e Vida - Senhor do Bonfim - BA

SPM - Serviço Pastoral do Migrante

ONGs

350.org - www.350.org

Boletim Informativo Alerta Contra o Deserto Verde - ES

Cedefes - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

Cerrado Assessoria Jurídica Popular - GO

CDH-CP - Corte Interamericana de Direitos Humanos - OEA

CDHHT - Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade

CDJBC - Centro Dom José Brandão de Castro

CDVDH - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos

Cendhec - Centro D. Helder Câmara de Estudos e Ação Social

Cepasp - Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical Popular

CEPDH - Centro de Estudos, Pesquisa e Direitos Humanos

Circular Recopa - Capina (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa)

Combate ao Racismo Ambiental

Confapesca - Conf. Nac. das Federações e Assoc. de Pescadores Artesanais, Aquicultores e Entidades de Pesca

CSDDH - Centro Santo Dias de Direitos Humanos - SP

Fase - Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional

Fian - Foodfirst Information e Action Network

GADDH - Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos

Gajop - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares

Gapin - Grupo de Apoio aos Povos Indígenas

Greenpeace

GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

Ifas - Instituto de Formação e Assessoria Sindical "Sebastião Rosa da Paz"

Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais - GTNM

Justiça Global - www.global.org.br

Justiça nos Trilhos - www.justicanostrilhos.org

NDH - Núcleo de Direitos Humanos

ISA - Instituto Socioambiental

Portal Ecodebate

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

Repórter Brasil Agência de Notícias

Sasop - Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais

SMDH - Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos

SPDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

Terra de Direitos

Movimentos Sociais

Ceta - Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

Jornal do MST - São Paulo - SP

Letra Viva - MST

Liga dos Camponeses Pobres

Notícias da Amazônia - Secretaria do MST Pará - Marabá

Movimento Camponês Popular - MCP

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Movimento dos Atingidos pela Base Espacial - MABE

Movimento de Mulheres Camponesas - MMC

Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST

Movimento de Luta pela Terra - MLT

Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA

Movimento dos Pescadores do Estado da Bahia - Mopeba

Movimentos dos Trabalhadores Desempregados - MTD

Movimento dos Trabalhadores do Campo - MTC
 Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo
 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
 Movimento Ecosocialista de Pernambuco
 Movimento Juruti em Ação
 Movimento Mundial de Mulheres - MMM
 Movimento Terra Livre (antigo MTL - DI)
 Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL
 Movimento Xingu Vivo
 Revista Sem Terra
 Via Campesina

Movimento Sindical

Agência Contag de Notícias - Brasília - DF
 Central Única dos Trabalhadores - CUT
 Central Sindical e Popular - Conlutas
 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag
 Federações dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Fetraf
 Federações dos Trabalhadores na Agricultura - Fetag
 Federações dos Trabalhadores na Ind. Da Const. Pesada - Fenatracop
 Sindicatos dos Servidores da Justiça Federal - Sindjus
 Sindicatos das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais - STTR
 Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Sintraf

Associações

AAPP - Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba
 AATR - Associação de Advogados e Advogadas de Trabalhadores Rurais - BA
 Acorjuve - Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho
 Apapap - Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira
 AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia
 Associação Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Pacajá
 Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal
 Associação dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas
 Associação dos Pequenos Agricultores Paz e Alegria
 Associação Indígena Pusuru - AIP
 Associação Nacional de Cooperação Agrícola
 Associação Nacional dos Advogados da União - Anauni
 Associação Quilombola de Conceição das Crioulas - AQCC
 Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB
 AQURC - Associação Quilombola Unidos Rio do Capim

Rede Data Luta

UNESP - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA
 UFU - Laboratório de Geografia Agrária - LAGEA
 UNIOESTE - Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade - GEOLUTAS
 UFRGS - Núcleo de Estudos Agrário - NEAG
 UFPB - Grupo de Estudos sobre Espaço, Trabalho e Campesinato
 Universidade Federal de Sergipe - UFS
 Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
 UFES - Observatório dos Conflitos no Campo no Espírito Santo

Outras fontes

Agência 10envolvimento - BA
Anistia Internacional
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
ANP - Articulação Nacional das Pescadoras
Asfoc - Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz

Blogs

CAI - Comissão de Assuntos Indígenas
CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
Cefar - Coletivo Amazônia de Formação e Ação Revolucionária
Centro Alternativo do Norte de Minas
Centro de Estudos Ambientais
Comitê Dorothy - PA
Comitê Rio Maria
Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos
Conselho Estadual de Povos Indígenas
Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós - Cimat
Delegacia de Polícia Civil
Departamento de Medicina Legal
Diário da Justiça
Diretório Nacional do PT - Brasília-DF
Documentos Gerais
Fórum Carajás
Fórum da Amazônia Oriental - FAOR
Fórum de Comunidades Tradicionais - FCT
Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso - FDHT/MT
Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos
Fórum do Campo Potiguar
Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará
Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
Fórum pela Vida no Semiárido da Microrregião de Sobral
Fórum Suape
Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHU - Instituto Humanitas Unisinos
Inkra
Informe Agropecuário - Epamig - Belo Horizonte - MG
Ministério Público Estadual
Ministério Público Federal
Observatório dos Conflitos Rurais em São Paulo
Observatório do Pré-Sal e da Indústria Extrativa Mineral
Observatório Quilombola - www.koinonia.org.br
Ofícios
OIT - Organização Internacional do Trabalho - ONU
ONU - Organização das Nações Unidas
Ordem dos Advogados do Brasil
Ouvidoria Agrária
Plataforma Dhesca Brasil - Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

REDECCAP

Rede de Cooperação Alternativa - RCA
Redmanglar Internacional - Cogmanglar
Renap - Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares
Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul - SINPRO/RS
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE
Universidade Federal do Pará - UFPA
Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Universidade Federal de Goiás - UFG
Universidade Federal de Pernambuco - UFP
Universidade Federal Fluminense - UFF
www.br.radiovaticana.va
www.caa.org.br - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
www.indiosnonordeste.com.br
www.irpaa.org
www.pib.socioambiental.org/pt
www.portaldomar.org.br
www.portalkaingang.org
www.preservareresistir.org
www.resistenciacamponesa.com
www.riosvivos.org.br

Imprensa

A Crítica - Manaus - AM
A Folha - São Carlos - SP
A Gazeta - Cuiabá - MT
A Gazeta - Rio Branco - AC
A Gazeta - Vitória - ES
A Notícia - Chapecó - SC
A Notícia - Pará
A Nova Democracia - Rio de Janeiro - RJ
A Província do Pará - Belém-PA
A Região - Itabuna - BA
A Tarde - Salvador - BA
A Tribuna - AC
A Tribuna - Criciúma - SC
A Tribuna - MT
A Tribuna - Santos - SP
A Tribuna - Vitória - ES
A Tribuna do Povo - Umuarama - PR
Afropress - Agência de Informação Multiétnica
Agecon - Agência Contestado de Notícias Populares
Agence France - Press - Paris - FR
Agência Alagoas
Agência Amazonas de Notícias
Agência Brasil - Rio de Janeiro - RJ
Agência da Notícia - MT
Agência Estado - São Paulo - SP
Agência Estadual de Notícias do Paraná
Agência Folha
Agência Minas

Agência Notícias do Planalto - Brasília - DF
 Agência Pará
 Agência Petroleira de Notícias - APN
 Agência Pública
 Agência Reuters
 Agência Senado
 Agora Bahia - Salvador - BA
 Agora Paraná
 Agora São Paulo - São Paulo - SP
 Alagoas 24 Horas
 Alto Madeira - Porto Velho - RO
 Amazonas em Tempo - Manaus - AM
 Amigos da Terra-Amazônia Brasileira - PA
 BBC Brasil - Londres - ING
 Bem Paraná - Portal Paranaense
 Boletim da FAEP - Curitiba - PR
 Boletim Famaliá
 Boletim HS Liberal
 Brasil de Fato - São Paulo - SP
 Brasil Norte - Boa Vista - RR
 Cada Minuto - Maceió
 Campo Grande News - Campos Grande - MS
 Capital News - MS
 Carta Maior - São Paulo - SP
 Cinform - Aracaju - SE
 CMI Brasil - Centro de Mídia Independente
 Coletivo - Brasília - DF
 Comércio do Jahu - Jaú - SP
 Contraponto - Marabá - PA
 Correio - Uberlândia - MG
 Correio Braziliense - Brasília - DF
 Correio da Bahia - Salvador - BA
 Correio da Cidadania - São Paulo - SP
 Correio da Paraíba - João Pessoa - PB
 Correio do Brasil - Rio de Janeiro
 Correio do Estado - Campo Grande - MS
 Correio do Pará - Belém - PA
 Correio do Povo - Porto Alegre - RS
 Correio do Povo do Paraná - Laranjeiras do Sul - PR
 Correio do Tocantins - Marabá - PA
 Correio Lageano - RS
 Correio Paranaense - PR
 Correio Popular - Campinas - SP
 Correio Popular - São Paulo - SP
 Correio Riograndense - Caxias do Sul - RS
 Correioweb - Brasília - DF
 Cosno online - Campinas - SP
 DCI - Diário do Comércio e da Indústria - São Paulo - SP
 Dia a Dia - Campo Grande - MS
 Diário Catarinense - Florianópolis - SC
 Diário da Amazônia - Porto Velho - RO
 Diário da Borborema - PB - www.db.com.br
 Diário da Manhã - Chapecó - SC
 Diário da Manhã - Goiânia - GO
 Diário da Manhã - Ponta Grossa - PR
 Diário da Manhã - RS
 Diário da Região - São José do Rio Preto - SP
 Diário da Serra - Tangará da Serra - MT
 Diário da Tarde - Belo Horizonte - MG
 Diário da Tarde - São Paulo - SP
 Diário de Aço - Caratinga - MG
 Diário de Canoas - RS
 Diário de Cuiabá - Cuiabá - MT
 Diário de Guarapuava - Guarapuava - PR
 Diário de Natal - Natal - RN
 Diário de Pernambuco - Recife - PE
 Diário de São Paulo - São Paulo - SP
 Diário do Amapá - Macapá - AP
 Diário do Amazonas - Manaus - AM
 Diário do Comércio - Belo Horizonte - MG
 Diário do Grande ABC - Santo André - SP
 Diário do Iguazu - Chapecó - SC
 Diário do Jequi - Almenara - MG
 Diário do Nordeste - Fortaleza - CE
 Diário do Noroeste - Paranavaí - PR
 Diário do Pará - Belém - PA
 Diário do Povo - Dourados - MS
 Diário do Povo - Teresina - PI
 Diário do Rio Doce - Governador Valadares - MG
 Diário do Sudoeste - PR
 Diário do Vale - Rio de Janeiro - RJ
 Diário dos Campos - Ponta Grossa - PR
 Diário Oficial da União - Brasília - DF
 Diário Popular - São Paulo - SP
 Dourados News - Dourados - MS
 El País Brasil
 Envolverde - Revista Digital de Meio Ambiente e Desenvolvimento
 Época - Rio de Janeiro - RJ
 Estado de Minas - Belo Horizonte - MG
 Expresso Santiago - RS
 Extra - Rio de Janeiro - RJ
 Folha da Baixada - Cuiabá - MT
 Folha da Manhã - Campos dos Goytacazes - RJ
 Folha da Manhã - MG
 Folha da Região - Araçatuba - SP
 Folha de Boa Vista - RR
 Folha de Carajás - Redenção - PA
 Folha de Londrina - Londrina - PR
 Folha de Pernambuco - Recife - PE
 Folha de Rondônia - Ji-Paraná - RO
 Folha de São Paulo - São Paulo - SP
 Folha do Amapá - Macapá - AP
 Folha do Estado - Cuiabá - MT
 Folha do Paraná - Cascavel - PR
 Folha do Paraná - Curitiba - PR

Folha do Povo - Campo Grande - MS
 Folha Popular - Palmas - TO
 Folha Regional - Andradina - SP
 Folha Regional - MG
 Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
 Gazeta de Ribeirão - Ribeirão Preto - SP
 Gazeta Digital - Guararapes - SP
 Gazeta do Alto Piranhas - Cajazeiras - PB
 Gazeta do Oeste - Mossoró - RN
 Gazeta do Pantanal - MS
 Gazeta do Paraná - Cascavel - PR
 Gazeta do Povo - Curitiba - PR
 Gazeta do Sul - Santa Cruz do Sul - RS
 Gazeta Mercantil - São Paulo - SP
 Gazeta Nacional - Rio de Janeiro - RJ
 Gazeta Nossa - Recife - PE
 Gazeta Online - Vitória - ES
 Globo Minas
 Globo News
 Globo Rural
 GP1 - O 1º Grande Portal do Piauí
 Hoje em Dia - Belo Horizonte - MG
 Informativo Stúdio Rural - Campina Grande - PB
 Informe Agropecuário - Campo Grande-MS
 Isto É - São Paulo - SP
 Isto É Dinheiro - São Paulo - SP
 Jornal A Cidade - Ribeirão Preto - SP
 Jornal Agora - Porto Alegre - RS
 Jornal Amazônia Hoje - Belém - PA
 Jornal Aqui - RJ
 Jornal Arinos - Nova Mutum - MT
 Jornal Bom Dia - Bauru - SP
 Jornal Cidade de Rio Claro - SP
 Jornal Correio Popular de Rondônia - Ji - Paraná - RO
 Jornal Cultura - Guarapuava - PR
 Jornal da Cidade - Baurú - SP
 Jornal da Comunidade - Brasília - DF
 Jornal da Manhã - Aracajú - SE
 Jornal da Manhã - Uberaba - MG
 Jornal da Paraíba - Campina Grande - PB
 Jornal da Tarde - São Paulo - SP
 Jornal das Missões - Santo Ângelo - RS
 Jornal de Brasília - Brasília - DF
 Jornal de Cuiabá - MT
 Jornal de Fato - Natal - RN
 Jornal de Santa Catarina - Blumenau - SC
 Jornal de Santarém - PA
 Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Cariri - Juazeiro do Norte - CE
 Jornal do Comércio - RS
 Jornal do Comércio - Recife - PE
 Jornal do Comércio - Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Dia - Macapá - AP
 Jornal do Estado - Curitiba - PR
 Jornal do Tocantins - Palmas - TO
 Jornal Folha do Maranhão
 Jornal Hoje - Cascavel - PR
 Jornal Hoje - Parauapebas - PA
 Jornal Pequeno - São Luís - MA
 Jornal Planalto Central - Brasília - DF
 Jornal Spalhafatos - Brasília - DF
 Jornal Vale Paraibano - São José dos Campos - SP
 Le Monde - Paris - FR
 Marco Zero - Macapá - AP
 Meio Norte - Teresina - PI
 Monitor Campista - RJ
 Nova Fronteira - Salvador - BA
 Novo Extra - Maceió - AL
 O Barriga Verde - SC
 O Debate - Macaé - RJ
 O Dia - Rio de Janeiro - RJ
 O Dia - Teresina - PI
 O Diário de São Paulo - São Paulo - SP
 O Estadão - Porto Velho - RO
 O Estado de São Paulo - São Paulo - SP
 O Estado do Maranhão - São Luís - MA
 O Estado do Norte - Porto Velho - RO
 O Estado do Paraná - Curitiba - PR
 O Estado do Tapajós - PA
 O Falcão - Abelardo Luz - PR
 O Globo - Online
 O Imparcial - Presidente Prudente - SP
 O Imparcial - São Luís - MA
 O Jornal - Maceió - AL
 O Jornal dos Municípios - São Paulo - SP
 O Liberal - Belém - PA
 O Mercador On Line - Rio Verde - GO
 O Mossoroense - Mossoró - RN
 O Nacional - Passo Fundo - RS
 O Norte - João Pessoa - PB
 O Paraná - Cascavel - PR
 O Popular - Goiânia - GO
 O Povo - Fortaleza - CE
 O Progresso - Dourados - MS
 O Progresso - Imperatriz - MA
 O Rio Branco - Rio Branco - AC
 O São Paulo - São Paulo - SP
 O Tempo - Belo Horizonte - MG
 Oeste Notícias - Presidente Prudente - SP
 Opinião - Marabá - PA
 Página 20 - Rio Branco - AC
 Paraná Online - Curitiba - PR
 Portal A Notícia - Florianópolis - SC
 Portal de Notícias Conexão Tocantins
 Portal IG
 Portal ORM

Portal R7
 Portal RPC
 Portal Terra
 Portal Uol
 Radiobrás - Agência Brasil - São Paulo - SP
 Rede Cerrado
 Revista Caros Amigos - SP
 Revista Carta Capital
 Revista Missões - SP
 Revista República - São Paulo - SP
 Revista Safra
 Revista Século Diário - Vitória - ES
 Revista Sina - MT
 Revista Tempo e Presença - Rio de Janeiro - RJ
 Revista Terra Brasilis - EUA
 Revista Valor - Portugal
 Tododia - Americana - SP
 Tribuna da Bahia - Salvador - BA
 Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro - RJ
 Tribuna da Produção - Palmeira das Missões - RS
 Tribuna de Alagoas - Maceió - AL
 Tribuna de Petrópolis
 Tribuna do Brasil - Brasília - DF
 Tribuna do Ceará - Fortaleza - CE
 Tribuna do Cricaré - São Mateus - ES
 Tribuna do Interior - Campo Mourão - PR
 Tribuna do Norte - Apucarana - PR
 Tribuna do Norte - Natal - RN
 Tribuna do Planalto - Goiânia - GO
 Umuarama Ilustrado - Umuarama - PR
 Valor Econômico - São Paulo - SP
www.conflitosagrarios.com.br
www.1001noticias.com.br
www.100preconceitopa.com.br
www.24brasil.com
www.40graus.al
www.7segundos.ne10.uol.com.br
www.ac24horas.com
www.acessepiaui.com.br
www.achanoticias.com.br
www.aconteceunovale.com.br
www.acredigital.net
www.acritica.net
www.agazeta.net
www.agenciafreelancer.com
www.agorasantaines.com.br
www.agronoticiasmt.com.br
www.alagoasdiario.com.br
www.alagoasnoticias.com.br
www.alagoastempo.com
www.alertarondonia.com.br
www.amazonasnoticias.com.br
www.amazonia.org.br
www.amazoniadagente.org.br
www.anarinoticia.com.br
www.anoticiamais.com.br
www.aquidauananews.com
www.araguainanoticias.com.br
www.araraquara.com
www.atalaiaagora.com.br
www.auonline.com.br
www.bahianoticias.com.br
www.bahiatodahora.com.br
www.barradocordaneews.com
www.bastosja.com.br
www.bemparana.com.br
www.berohoka.com.br
www.bonde.com.br
www.brasil.elpais.com
www.brasildebate.com.br
www.brasiloeste.com.br
www.buritononline.com.br
www.campograndenoticias.com.br
www.capitalteresina.com.br
www.carajasojornal.com.br
www.cearaagora.com.br
www.cgn.inf.br
www.cidadeverde.com
www.clicabrasilia.com.br
www.clicatribuna.com
www.clickpb.com.br
www.clicrbs.com.br
www.cnews.com.br
www.conesul.com.br
www.conexaoto.com.br
www.conjur.com.br
www.contilnet.com.br
www.contrafrasil.org.br
www.coroataonlinema.com
www.correiodoense.com.br
www.correiodatarde.com.br
www.correiodesergipe.com
www.correiodogranderecife.com.br
www.correiodolitoral.com
www.correiodopovo-al.com.br
www.crbio3.gov.br
www.cruzeironet.com.br
www.dams-info.org
www.defato.inf.br
www.deolhonosruralistas.com.br
www.diaadianews.com.br
www.diariodaparaiba.com.br
www.diariodebalsas.com.br
www.diariodegoias.com.br
www.diariodemarilia.com.br
www.diariodopoder.com.br

www.diariosertao.com.br/
www.diarioliberalde.org
www.diarioms.com.br
www.diarioregionalmt.com
www.dnnoticias.com.br
www.douradinanews.com.br
www.douradosagora.com.br
www.eassim.net
www.ecoeacao.com.br
www.eldorado.fm
www.empresascnpj.com
www.emtempo.com.br
www.estadocentral.com.br
www.estaminas.com.br
www.estrelaguianews.com.br
www.expressomt.com.br
www.extraderondonia.com.br
www.extremosulam.com.br
www.farolcomunitario.com.br
www.fatimanews.com.br
www.fatoonline.com.br
www.fazendomedia.com
www.floripanews.com.br
www.folhadaparaiba.com.br
www.folhadebetim.com.br
www.folhadedourados.com.br
www.folhadevilhena.com.br
www.folhadoacre.com
www.folhadobico.com.br
www.folhadoprogresso.com
www.folhadosulonline.com.br
www.folhapicoense.com.br
www.folhasertaneja.com.br
www.folhavoria.com.br
www.ftiapr.org.br
www.g1.globo.com
www.gazetadelimeira.com.br
www.gazetadigital.com.br
www.gazetadocerrado.com.br
www.gazetamaringa.com.br
www.gazetaweb.globo.com
www.gcn.net.br
www.gcnnoticias.com.br
www.gentedeopiniao.com
www.globoamazonia.com
www.goionews.com.br
www.hojemais.com.br
www.idifusora.com.br/
www.imirante.globo.com
www.in360.globo.com
www.infonet.com.br
www.informarubatuba.com
www.infosaj.com.br

www.innovarenews.com.br
www.interessantenews.com.br
www.interiordabahia.com.br
www.interligaonline.com
www.itabatanews.com.br
www.itapaciurgente.com.br
www.itapevatimes.com.br
www.jangadeiroonline.com.br
www.jcnet.com.br
www.jconline.ne10.uol.com.br
www.jd1noticias.com
www.jfolharegional.com.br
www.jirauonline.com.br
www.jm1.com.br
www.jmpi2015.gov.br
www.jornadaagroecologia.com.br
www.jornalagazeta-ap.com
www.jornalaqui.com.br
www.jornalceleiro.com.br
www.jornalcidade.uol.com.br
www.jornalcorreiodovale.com.br
www.jornaldachapada.com.br
www.jornaldacidade.net
www.jornaldanova.com.br
www.jornaldelondrina.com.br
www.jornaldeuberaba.com.br
www.jornaldodiase.com.br
www.jornaldosol.com.br
www.jornale.com.br
www.jornalgoiasnoticias.com.br
www.jornalimpactoonline.com.br
www.jornalistas.sjsc.com.br
www.jornalistaslivres.org
www.jornalitanews.com.br
www.jornalopcao.com.br
www.jornalpreliminar.com.br
www.jornalresistenciaonline
www.jornalstylo.com.br
www.jornalwebminas.com.br
www.jsbonline.com.br
www.juinanews.com.br
www.jusbrasil.com.br
www.leopoldinense.com.br
www.liberalonline.com
www.liberdadedigital.com.br
www.machadinhoonline.com.br
www.massanews.com
www.midiasemterra.com.br
www.miranteonline.com.br
www.moginews.com.br
www.montesclaros.com
www.mtnoticias.net
www.n1noticia.wordpress.com - A Notícia on line

www.navegadormt.com
www.nominuto.com
www.nortaonoticias.com.br
www.nossacara.com
www.noticiasdahora.com.br
www.noticiavirtual.com.br
www.novanews.com.br
www.novojornal.com
www.npdinario.com
www.oacre.com.br
www.odiariodecampos.com.br
www.oeco.com.br
www.oestadoce.com.br
www.ogirassol.com.br
www.ogoiias.com.br
www.olhardireto.com.br
www.oliberdade.com.br
www.opantanalonline.com
www.oparlamento.com
www.orm.com.br
www.ouopretoonline.com
www.outras-palavras.net
www.overmundo.com.br
www.paginaaberta.com.br
www.paraiba.com.br
www.paraibatotal.com.br
www.paranaambiental.jex.com.br
www.paraonline.com.br
www.parecis.net
www.parintins24hs.com.br
www.passapalavra.info
www.patosagora.net
www.patoshoje.com.br
www.patosja.com.br
www.patosonline.com
www.pbagora.com.br
www.pecuaria.ruralbr.com.br
www.pindavale.com.br
www.planalto.gov.br
www.politicapb.com.br
www.portal21.com.br
www.portal.correideitapetininga.com.br
www.portalamazonia.globo.com
www.portalaz.com.br
www.portalcarrasco.com.br
www.portalcorreio.com.br
www.portaldenoticias.com.br
www.portaldoamaral.com.br
www.portaldoholanda.com.br
www.portaldopurus.com.br
www.portaldoxingu.com.br
www.portalguaira.com.br
www.portalnahora.com.br
www.portalrondonia.com
www.presidenteolegariohoje.com.br
www.primeiraedicao.com.br
www.projetocolabora.com.br
www.qedu.org.br
www.quatromarcosnoticias.com.br
www.radar64.com
www.radioabaiaarafm.com.br
www.radiocampoaberto.com.br
www.radioruraldesantarem.com.br
www.redebomdia.com.br
www.redebrasilatual.com.br
www.redepindorama.com
www.redesuldenoticias.com.br
www.reportermt.com.br
www.reporterparintins.com.br
www.rets.org.br
www.revistado brasil.net
www.revistatempo.com.br
www.ribeiraopretoonline.com.br
www.riopardonews.com.br
www.rondonia24h.com.br
www.rondoniadigital.com.br
www.rondoniadinamica.com
www.rondoniagora.com
www.rondoniaovivo.com
www.rondoniareal.com.br
www.roraimaemtempo.com.br
www.routenews.com.br
www.rs21.com.br
www.samarco.com
www.semana7.com.br
www.sertaonahora.com.br
www.showdenoticias.com.br
www.sistemaodia.com
www.somdaterrafm.com.br
www.sonoticias.com.br
www.sulnews.com.br
www.surgiu.com.br
www.t1noticias.com.br
www.tbnnoticias.com.br
www.teixeiranews.com.br
www.terramagazine.terra.com.br
www.tribunadeanapolis.com.br
www.tribunadodia.com.br
www.tribunadojuruia.com.br
www.tribunadosol.com.br
www.tribunadovale.com.br
www.tudoagora.com.br
www.tudonahora.uol.com.br
www.tudoparana.com
www.tudorondonia.com.br
www.tudosobrefloripa.com.br

www.tvjaguar.com.br
www.tvt.org.br
www.tvtaroba.com.br
www.uai.com.br
www.vaidape.com.br
www.valedoinvinhemagora.com.br
www.valeparaibano.com.br
www.vermelho.org.br
www.vgnews.com.br

www.viagora.com.br
www.viasdefato.jor.br
www.vilhenanoticias.com.br
www.wazakaye.com.br
www.wn.frizz.com.br
www.wskom.com.br
www.youtube.com
www.zedudu.com.br
Zero Hora - Porto Alegre - RS

Em ocasião do III Encontro dos Movimentos Populares com o Papa, realizado no Vaticano de 2 a 5 de novembro de 2016, Francisco falou:

“Tantas propostas, tanta criatividade, tanta esperança na voz de vocês que talvez teriam mais motivos para lamentar-se, permanecer paralisados nos conflitos, cair na tentação do negativo. Mesmo assim vocês olham em frente, pensam, discutem, propõem e agem.”

“Existem forças poderosas que podem neutralizar este processo de amadurecimento de uma mudança que seja capaz de deslocar o primado do dinheiro e colocar novamente no centro o ser humano, o homem, a mulher. Aquele ‘fio invisível’ do qual havíamos falado na Bolívia, aquela estrutura injusta que liga todas as exclusões que vocês sofrem, pode consolidar-se e transformar-se em um chicote, um chicote existencial que, no Antigo Testamento, torna escravos, rouba a liberdade, fere sem misericórdia alguns e ameaça constantemente os outros, para abater todos como gado até onde quer o dinheiro divinizado.”

expressão
POPULAR